

NOVEMBRO DE 2018



**PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE
PROTEÇÃO CIVIL DE CASCAIS**



CASCAIS



Equipa Técnica

Câmara Municipal de Cascais	
Gestão de Projeto	
Maria do Céu Garcia	Coordenadora Municipal de Proteção Civil
Coordenação	
Carlos Mata	Diretor do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
Carlos Estibeira	Chefe da Divisão de Planeamento e Operações Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
Equipa Técnica – Divisão de Planeamento e Operações	
António Carvalho	Técnico Superior em Proteção Civil
António Veloso	Geógrafo
Nuno Silva	Técnico Superior em Proteção Civil
Tomás Silva	Técnico Superior em Proteção Civil



Índice

Índice.....	2
Índice de figuras.....	6
Índice de tabelas.....	6
Índice de ilustrações.....	7
Índice de mapas.....	7
Índice de quadros.....	9
Lista de Siglas e Acrónimos.....	11
Referências Legislativas.....	16
Registo de Atualizações.....	22
Registo de Exercícios do Plano.....	23
1 Introdução.....	24
2 Finalidade e objetivos.....	26
3 Tipificação dos riscos.....	27
4 Critérios para ativação.....	32
4.1 Critérios gerais.....	33
4.2 Critérios específicos.....	33
1 Estruturas.....	34
1.1 Estrutura de direção política.....	35
1.2 Estrutura de coordenação política.....	35
1.3 Estrutura de coordenação institucional.....	37
1.4 Estrutura de comando operacional.....	37
1.4.1 Posto de Comando Operacional Municipal.....	39
2 Responsabilidades.....	41
2.1 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil.....	42
2.2 Responsabilidades das entidades com dever especial de cooperação.....	51
2.2.1 Responsabilidades das unidades orgânicas da CMC e empresas municipais.....	60
3 Organização.....	69
3.1 Infraestruturas de relevância operacional.....	69
3.1.1 Infraestruturas ferroviárias, Marítimas e Aéreas.....	69
3.1.2 Redes de Telecomunicações.....	70
3.1.3 Abastecimento de Água.....	70
3.1.4 Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis	71



3.1.5	Infraestruturas Industriais.....	72
3.1.6	Elementos estratégicos, vitais / sensíveis para operações de prot. e socorro ...	72
3.2	Zonas de Intervenção	75
3.2.1	Zonas de Concentração e Reserva	75
3.2.2	Zona de Receção e Reforços	76
3.3	Mobilização e Coordenação de Meios	76
3.4	Notificação Operacional	77
4	Áreas de Intervenção	79
4.1	Gestão Administrativa e Financeira	79
4.2	Reconhecimento e Avaliação	83
4.2.1	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	83
4.2.2	Equipas de Avaliação Técnica.....	85
4.3	Logística.....	86
4.3.1	Apoio logístico às forças de intervenção.....	86
4.3.2	Apoio Logístico às populações	88
4.4	Comunicações	92
4.5	Informação Pública.....	96
4.6	Confinamento e evacuação.....	100
4.7	Manutenção da Ordem Pública.....	104
4.8	Serviços Médicos e transporte de Vítimas	108
4.8.1	Emergência Médica.....	108
4.8.2	Apoio Psicológico	111
4.9	Socorro e Salvamento	114
4.10	Serviços Mortuários	116
1	Inventários de Meios e Recursos	Erro! Marcador não definido.
2	Lista de Contatos.....	Erro! Marcador não definido.
3	Modelos.....	122
3.1	Declaração de Ativação/Desativação do Plano Municipal de Emergência	122
3.2	Modelos de Relatórios	124
3.3	Modelos de Requisições.....	133
3.4	Modelos de Comunicados.....	134
3.5	Declaração da Situação de Alerta de Âmbito Municipal.....	135
4	Lista de Distribuição	138
5	Anexos.....	142



1.	Caracterização Geral	143
2.	Caracterização Física	145
2.1.	Características geomorfológicas	145
2.1.1.	Hipsometria	145
2.1.2.	Declives	147
2.1.3.	Geologia	148
2.2.	Sismicidade.....	150
2.3.	Características Climáticas.....	151
2.3.1.	Temperatura de Precipitação.....	151
2.3.2.	Humidade Relativa	154
2.3.3.	Vento.....	154
2.3.4.	Frequência de fenómenos adversos	155
2.4.	Hidrografia.....	156
2.5.	Uso e Ocupação do Solo.....	157
3.	Caraterização Socioeconómica	159
3.1.	Caraterização Demográfica	159
3.2.	Caraterização Económica	168
4.	Caraterização das Infraestruturas	171
4.1.	Infraestruturas de Comunicação.....	171
4.1.1.	Infraestruturas Rodoviárias.....	171
4.1.2.	Infraestruturas Ferroviárias, Marítimas e Aéreas	172
4.2.	Rede de Telecomunicações.....	174
4.3.	Infraestruturas Urbanas	175
4.3.1.	Sistema de Abastecimento de Água.....	175
4.3.2.	Rede de Saneamento de Águas Residuais.....	176
4.3.3.	Resíduos Sólidos Urbanos	179
4.4.	Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis. 180	
4.4.1.	Rede Elétrica.....	180
4.4.2.	Rede de Gás.....	182
4.4.3.	Postos de Abastecimento de Combustíveis	183
4.5.	Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro	184
4.5.1.	Agentes de Proteção Civil e Organismos de Apoio	184
4.5.2.	Equipamentos de Utilização Coletiva.....	185



4.6.	Outras Infraestruturas.....	211
4.6.1.	Património.....	211
4.6.2.	Unidades de Alojamento.....	214
4.6.3.	Instalações Militares e Estabelecimentos Prisionais.....	217
4.6.4.	Comércio e Indústria	218
4.6.5.	Barragens.....	219
4.6.6.	Postos de Vigia	219
4.6.7.	Pontos de Água de Apoio ao Combate a Incêndios	220
5.	Caraterização do Risco	221
5.1.	Análise de Risco.....	221
5.1.1.	Nevões.....	224
5.1.2.	Ondas de Calor	226
5.1.3.	Ondas de Frio	230
5.1.4.	Secas.....	233
5.1.5.	Cheias e Inundações.....	235
5.1.6.	Sismos.....	243
5.1.7.	Inundação por Tsunami.....	247
5.1.8.	Galgamentos Costeiros	249
5.1.9.	Erosão Costeira: recuo e instabilidade de arribas.....	251
5.1.10.	Inundação por Rutura de Barragens	253
5.1.11.	Movimentos de massa em Vertentes	255
5.1.12.	Acidentes Rodoviários, Ferroviários, Aéreos e Marítimos	257
5.1.13.	Acidentes no Transporte de Matérias Perigosas	264
5.1.14.	Acidentes Industriais que envolvam substâncias perigosas	266
5.1.15.	Colapso de Estruturas em Edifícios	268
5.1.16.	Incêndios Urbanos.....	271
5.1.17.	Incêndios Urbanos em Centros Históricos	274
5.1.18.	Incêndios Florestais.....	276
5.1.19.	Emergências Radiológicas	280
5.2.	Análise de Vulnerabilidades«	283
5.2.1.	Nevões.....	283
5.2.2.	Ondas de Calor	284
5.2.3.	Ondas de Frio	286
5.2.4.	Secas.....	288



5.2.5.	Cheias e Inundações.....	289
5.2.6.	Sismos.....	291
5.2.7.	Inundação por Tsunami.....	294
5.2.8.	Galgamentos Costeiros	297
5.2.9.	Erosão Costeira: Recuo e instabilidade de arribas	297
5.2.10.	Inundação por Rutura de barragens	298
5.2.11.	Movimento de Massa em Vertentes.....	298
5.2.12.	Acidentes Rodoviários, Ferroviários, Aéreos e Marítimos	298
5.2.13.	Acidentes nos Transportes de Mercadorias Perigosas	300
5.2.14.	Acidentes Industriais que envolvam substâncias perigosas	301
5.2.15.	Colapso de Estruturas em Edifícios	302
5.2.16.	Incêndios Urbanos.....	305
5.2.17.	Incêndios em Centros Históricos.....	309
5.2.18.	Incêndios Florestais.....	312
5.2.19.	Emergências radiológicas.....	314
5.3.	Estratégia para Mitigação dos Riscos.....	315
6.	Programa de medidas para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano...	318
7.	Cenários.....	319
7.1.	Incêndio Florestal.....	319
7.2.	Incêndio Urbano.....	322

Índice de figuras

Figura 1-	Divisão administrativa e enquadramento distrital e nacional	25
Figura 2-	Estrutura municipal de direção política, coordenação política, coordenação institucional e de comando operacional.....	34
Figura 3 -	Organização do posto de comando operacional (PCO).	39

Índice de tabelas

Tabela 1 -	Tipificação dos riscos no concelho de Cascais.....	27
Tabela 2 -	Matriz de riscos do concelho de Cascais	31
Tabela 3 -	Infraestruturas Rodoviárias, Ferroviárias e Aérea.....	69
Tabela 4 -	Reservatórios do Concelho de Cascais (Águas de Cascais, S.A., e CMC/DPT/DPIE - 2011)	71
Tabela 5 -	Localização de infraestruturas de agentes de proteção civil	74
Tabela 6 -	Constituição da ZCR.....	76



Tabela 7 - Graus de prontidão e mobilização.....	77
Tabela 8 - Mecanismos de notificação operacional.....	78
Tabela 9 - Gestão administrativa e Financeira	82
Tabela 10 - Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	84
Tabela 11 - Equipas de Avaliação Técnica.....	85
Tabela 12 - Apoio logístico às forças de intervenção.....	87
Tabela 13 - Apoio logístico às populações	91
Tabela 14 - Indicativos Rádio de APC's e OEA's.....	93
Tabela 15 - Indicativos Rádio do SMPC de Cascais.....	94
Tabela 16 - Indicativos Rádio dos Técnicos do SMPC de Cascais.....	94
Tabela 17 - Indicativos Rádios das Viaturas do SMPC de Cascais	94
Tabela 18 - Indicativos Rádio dos concelhos limítrofes	94
Tabela 19 – Comunicações.....	95
Tabela 20 - Informação pública.....	99
Tabela 21 - Confinamento/Evacuação	103
Tabela 22 - Manutenção da Ordem Pública.....	107
Tabela 23 - Serviços Médicos e Transporte de Vítimas.....	110
Tabela 24 - Apoio Psicológico.....	113
Tabela 25 - Socorro e salvamento.....	115
Tabela 26 - Serviços Mortuários.....	120
Tabela 27 - Meios Operacionais da Câmara Municipal de Cascais .	Erro! Marcador não definido.
Tabela 28 - Meios Operacionais dos CB's Existentes no Município de Cascais	Erro! Marcador não definido.
Tabela 29 - Meios Operacionais das Empresas Municipais	Erro! Marcador não definido.
Tabela 30 - Meios Operacionais de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas	Erro! Marcador não definido.
Tabela 31 - Equipas de Especialistas em Operações de Socorro e Salvamento	Erro! Marcador não definido.
Tabela 32 - Peritos individuais em determinadas áreas de intervenção	Erro! Marcador não definido.
Tabela 33 - Grupos de Escoteiros, Agrupamentos de Escutas e Companhias de Guias existentes no concelho	Erro! Marcador não definido.

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Diagramas de Zonas de Intervenção	75
--	----

Índice de mapas

Mapa 1 - Enquadramento Geográfico.....	143
Mapa 2 - Hipsometria do concelho de Cascais	145
Mapa 3 - Declives do município de Cascais.....	147
Mapa 4 - Carta Geológica do município de Cascais	149
Mapa 5 - Intensidade Sísmica do município de Cascais.....	150
Mapa 6 - Rede hidrográfica Principal	156



Mapa 7 - Uso e Ocupação do Solo	157
Mapa 8 - População residente por freguesia	161
Mapa 9 - Variação da População Residente entre 2001 e 2011 no município de Cascais.....	162
Mapa 10 - Densidade Populacional (2011), por subsecção estatística	163
Mapa 11 - Relação entre População Residente e População Presente (2011) por subsecção estatística	164
Mapa 12 - Índice de Dependência Total (2011), por subsecção estatística.....	166
Mapa 13 - Número de Alojamentos por edifício (2011	167
Mapa 14 - Estabelecimentos comerciais e industriais relevantes	170
Mapa 15 - Infraestruturas Rodoviárias	171
Mapa 16 - Infraestruturas ferroviárias, Marítimas e Aéreas	172
Mapa 17 - Rede de Telecomunicações	174
Mapa 18 - Rede de Abastecimento de água	176
Mapa 19 - Rede de Saneamento de Águas Residuais.....	177
Mapa 20 - Localização das empresas Tratolixo e EMAC	179
Mapa 21 - Rede Elétrica	180
Mapa 22 - Rede de Gás	182
Mapa 23 - Postos de Abastecimento de Combustíveis.....	183
Mapa 24 - Agentes de Proteção Civil	184
Mapa 25 - Equipamentos Administrativos.....	186
Mapa 26 - Equipamentos Educativos.....	188
Mapa 27 - Equipamentos Desportivos.....	191
Mapa 28 - Equipamentos de Saúde	193
Mapa 29 - Equipamentos Sociais.....	199
Mapa 30 - Equipamentos Culturais.....	206
Mapa 31 - Equipamentos Religiosos	209
Mapa 32 – Património.....	212
Mapa 33 - Unidades de Alojamento	214
Mapa 34 - Estabelecimentos Prisionais.....	217
Mapa 35 - Comércio e Indústria.....	218
Mapa 36 - Postos de Vigia	219
Mapa 37 - Pontos de Água de Apoio ao Combate a Incêndios Florestais.....	220
Mapa 38 - Suscetibilidade à ocorrência de nevões.....	225
Mapa 39 - Suscetibilidade à ocorrência de Ondas de Calor.....	229
Mapa 40 - Suscetibilidade à ocorrência de Ondas de Frio.....	232
Mapa 41 - Intensidade de Secas.....	234
Mapa 42 - Perigosidade de Cheias e Inundações.....	240
Mapa 43 - Registo Sísmico	244
Mapa 44 - Suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica.....	245
Mapa 45 - Suscetibilidade a Inundação por Tsunami	248
Mapa 46 - Suscetibilidade a Galgamentos Costeiros	250
Mapa 47 - Suscetibilidade a Erosão Costeira	252
Mapa 48 - Suscetibilidade a inundações por rutura de barragens	254
Mapa 49 - Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes.....	256



Mapa 50 - Suscetibilidades a acidentes rodoviários	260
Mapa 51 - Acidentes Ferroviários	263
Mapa 52 - Trajetos Utilizados no Transporte de Mercadorias Perigosas	265
Mapa 53 - Suscetibilidade a acidentes industriais - Pedreira da JODOFER.....	267
Mapa 54 - Edifícios Precários	270
Mapa 55 - Risco de Incêndio urbano e ocorrências de incêndios habitacionais (2014)	273
Mapa 56 - Caraterização da época de construção e ocorrências de Incêndios habitacionais (2014)	275
Mapa 57 - Risco de Incêndio Florestal	278
Mapa 58 - Concentração de Radão	281
Mapa 59 - Vulnerabilidade a ondas de calor.....	285
Mapa 60 - Vulnerabilidade a ondas de frio	287
Mapa 61 - Vulnerabilidades Sísmica do Edificado.....	292
Mapa 62 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleo Urbano de Cascais).....	305
Mapa 63 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleos Urbanos do Estoril e do Monte do Estoril) ..	306
Mapa 64 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleo urbano da Parede)	307
Mapa 65 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleo Urbano de Alcabideche).....	308

Índice de quadros

Quadro 1 - Área territorial das freguesias (km ² e %)	144
Quadro 2 - Classes hipsométricas do concelho de Cascais (Km ² e %).....	146
Quadro 3 - Classe de declives (em graus) do município de Cascais (Km ² e %)	148
Quadro 4 - Valores extremos de temperatura.....	153
Quadro 5 - Valores médios de Humidade Relativa (às 09h e 15h) e Insolação (horas e %)	154
Quadro 6 - Área (ha e %) por classe de ocupação do solo.....	158
Quadro 7 - Área (ha e %) espécies florestais no tipo de ocupação do solo de floresta.....	158
Quadro 8 - Variação da População Residente (2001-2011)	160
Quadro 9 - Índice de Dependência de Jovens, Idosos e Total (2011), por freguesia.....	165
Quadro 10 - Número e Percentagem de trabalhadores por tipo de Atividade Económica (CAE Rev. 3).....	169
Quadro 11 - Número de estabelecimentos por tipo de atividade	169
Quadro 12 - Infraestruturas Ferroviárias, Marítimas e Aéreas	173
Quadro 13 - Número de antenas de telecomunicações por operador	175
Quadro 14 - Infraestruturas do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril	178
Quadro 15 - Síntese dos elementos que compõem a rede elétrica.....	181
Quadro 16 - Instalações dos Agentes de Proteção Civil e Outras Entidades de Apoio.....	185
Quadro 17 - Equipamentos Administrativos	187
Quadro 18 - Equipamentos Educativos de Natureza Pública.....	190
Quadro 19 - Equipamentos Desportivos de natureza Municipal e Pública	192
Quadro 20 - Equipamentos de Saúde	198
Quadro 21 - Equipamentos Sociais	205
Quadro 22 - Equipamentos Culturais.....	208
Quadro 23 - Equipamentos Religiosos	211
Quadro 24 - Património de interesse municipal	213



Quadro 25 - Unidades de Alojamento.....	216
Quadro 26 - Grau de Probabilidade	221
Quadro 27 - Grau de Gravidade	222
Quadro 28 - Número de dias com neve por estação climatológica.....	226
Quadro 29 - Distribuição espacial das ondas de calor que afetaram o Continente entre 2003 e 2014.....	228
Quadro 30 - Percentagem do número de dias de ondas de calor que afetaram o município..	228
Quadro 31 - Distribuição espacial das médias das temperaturas mínimas em meses de vagas de frio entre 2003 e 2014.....	231
Quadro 32 - Percentagem da frequência das classes das temperaturas mínimas que afetaram o município.....	231
Quadro 33 - Principais características fisiográficas das bacias hidrográficas	237
Quadro 34 - Características Fisiográficas adicionais das bacias hidrográficas	238
Quadro 35 - Classe de perigosidade por bacias hidrográficas	239
Quadro 36 - Área (Km ² e %) da suscetibilidade a movimentos de massa de vertentes	256
Quadro 37 - Acidentes ferroviários na linha de cascais entre 2004 e 2013.....	262
Quadro 38 - Quadro de Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas	264
Quadro 39 - Época de Construção do Edificado.....	269
Quadro 40 - Estado de conservação do edificado.....	269
Quadro 41 - Área (km ² e %) por classe de risco	279
Quadro 42 - Exposição da população idosa à ocorrência de ondas de calor.....	284
Quadro 43 - Exposição da população jovem e idosa à ocorrência de ondas de frio	286
Quadro 44 - Elementos expostos a cheias.....	290
Quadro 45 - Elementos expostos a sismos	293
Quadro 46 - Elementos expostos à ocorrência de tsunami	297
Quadro 47 - Elementos expostos a movimentos de massa em vertentes.....	298
Quadro 48 - Elementos Expostos a Incêndios Florestais	299
Quadro 49 - Elementos expostos a Incêndios Florestais	301
Quadro 50 - N.º de edifícios com necessidades muito grande de reparações por lugar.....	302
Quadro 51 - Elementos Expostos	304
Quadro 52 - Elementos Expostos ao núcleo urbano de Cascais	311
Quadro 53 - Elementos Expostos a Incêndios Florestais	313
Quadro 54 - Medidas e estratégias de prevenção do risco	317

Versão Consulta Pública (não reservado)



Lista de Siglas e Acrónimos

ABSC	Ambulância de Socorro
ABTD	Ambulância Transporte de Doentes
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ADC	Águas de Cascais
AE	Autoestrada
AEP	Associação dos Escoteiros de Portugal
AGP	Associação Guias de Portugal
AHB	Associação Humanitária de Bombeiros
AHBV	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
AI	Área de Intervenção
AAP	Área de Atuação Própria
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AM/PM	Autoridade Marítima/Polícia Marítima
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANAC	Autoridade Nacional da Aviação Civil
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANBP	Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APC	Agente de Proteção Civil
ARS	Administração Regional de Saúde
BAL	Base de Apoio Logístico
BARC	Associação Brigada Autónoma de Resgate com Cães
BRIPA	Brigadas de Proteção Ambiental
CADIS	Comandante Operacional de Agrupamento Distrital
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CB	Banda do Cidadão (<i>Citizen's Band</i>)
CB	Corpo de Bombeiros
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCOM	Centro de Coordenação Operacional Municipal
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CMC	Câmara Municipal de Cascais
CMDF	Comissão Municipal de Defesa da Floresta
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNE	Corpo Nacional de Escutas
COA	Centro de Operações Avançado
CODIS	Comandante Operacional Distrital
CooMunPC	Coordenador Municipal de Proteção Civil
COS	Comandante das Operações de Socorro
CP	Comboios de Portugal
CPX	Exercício de Postos de Comando (<i>Command Post Exercise</i>)



CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DCIP	Divisão de Cidadania e Participação
DED	Departamento de Educação, Desporto, Juventude e Promoção Cultural
DFEI	Divisão de Fiscalização, Obras e Infraestruturas
DFP	Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial
DGS	Direção-Geral da Saúde
DGT	Departamento de Gestão Territorial
DGT	Direção-Geral do Território
DHJ	Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos
DHS	Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social
DIC	Departamento de Inovação e Comunicação
DIOPS	Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro
DIPC	Divisão de Patrimónios Culturais
DIT	Departamento de Intervenção Territorial
DLEC	Divisão de Licenciamentos Económicos
DMAG	Direção Municipal de Apoio à Gestão
DMCC	Direção Municipal de Coesão e Capacitação
DMEI	Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação
DMGI	Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial
DON	Diretiva Operacional Nacional
DOVI	Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas
DPGU	Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística
DPOL	Divisão de Polícia
DPQ	Departamento de Planeamento e Qualificação Ambiental
DSAVRC	Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Centro
DSSD	Divisão de Sistemas de Suporte à Decisão
DVRH	Divisão de Valorização de Recursos Humanos
EAPSE	Equipas de Apoio Psicossocial de Emergência
EAT	Equipas de Avaliação Técnica
EDP	Energias de Portugal
EGIC	Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial
EP	Estradas de Portugal
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ERAP	Equipas Rápidas de Apoio Psicossocial
ERAS	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
ERAV-m	Equipas Responsáveis por Avaliação de Vitimas mortais
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FPEPTT	Fundação Portuguesa para o Estudo e Prevenção do Tratamento da Toxicodependência
FS	Forças de Segurança
DAPO	Divisão de Planeamento e Operações
GIPS	Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPIAAF	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e Ferroviários
UTEF	Unidade Técnico Florestal



HF	High Frequency
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IGP	Instituto Geográfico Português
IIM	Imóvel de Interesse Municipal
IIP	Imóvel de Interesse Público
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
INSA	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
ISS	Instituto de Segurança Social
JF	Junta de Freguesia
LIVEX	Live Exercise
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MM	Mercalli Modificada
MP	Ministério Público
MV-S	Serviço Móvel de Satélite
NRBQ	Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
NecPro	Necrotério Provisório
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OEA	Organismo e Entidade de Apoio
ONG	Organização Não Governamental
PC	Posto de Comando
PCDis	Posto de Comando Distrital
PCMun	Posto de Comando Municipal
PCO	Posto de Comando Operacional
PCOC	Posto de Comando Operacional Conjunto
PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
PDM	Plano Diretor Municipal
PDSI	<i>Palmer Drought Severity Index</i>
PEA	Plano Estratégico de Ação
PEERS-AML - CL	Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes
PJ	Polícia Judiciária
PMA	Posto Médico Avançado
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPCC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais
PNSC	Parque Natural Sintra-Cascais
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROT AML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	Portugal Telecom



RADNET	Rede de Vigilância em Contínuo da Radioatividade do Ar Ambiente
REDIS	Relatório Diário de Situação
REFER	Rede Ferroviária Nacional
RELGER	Relatório de Situação Geral ou Especial
RELIM	Relatório Imediato
RELIS	Relatórios Imediatos de Situação
REN	Rede Elétrica Nacional
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
ROB	Rede Operacional dos Bombeiros
ROSM	Regulamento de Organização dos Serviços Municipais
RSA	Regulamento de Segurança de Ações
SANEST	Saneamento da Costa do Estoril
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SF	Sapadores Florestais
SGIF	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SGO	Sistema de Gestão de Operações
SICOMEC	Sistema de Comunicações de Emergência de Cascais
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SIPE	Sistema de Informação de Planeamento de Emergência
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SMM	Serviço Móvel Marítimo
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SMS	Short Message Service
SMT	Serviço Móvel Terrestre
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
STAV	<i>Strong Transients in Alluvial Valleys</i>
STF	Serviço Telefónico Fixo
SVARH	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
SVET	Serviço Veterinário Municipal
TO	Teatro de Operações
TTX	Exercício de Decisão (<i>Table-Top Exercise</i>)
DMSL	Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos
DSTI	Divisão de Sistemas e Tecnologias de Informação
UTMA	Unidade de Transporte e Manutenção Auto
VCOC	Veículo de Comando e Comunicações
VFCI	Veículo Florestal de Combate a Incêndios
VLCI	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios
VPCC	Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações
VRCI	Veículo Rural de Combate a Incêndios
VSA	Veículo de Socorro e Assistência Tática
VTGC	Veículo Tanque de Grande Capacidade
VTPT	Veículo de Transporte de Pessoal Tático
VTTU	Veículo de Transporte Tático Urbano
ZA	Zona de Apoio



ZAP	Zona de Apoio Psicológico
ZAS	Zona de Auto Salvamento
ZCAP	Zona de Concentração e Apoio da População
ZCI	Zona de Concentração e Irradiação
ZCR	Zona de Concentração e Reserva
ZI	Zona de Intervenção
ZRnM	Zona de Reunião de Mortos
ZRR	Zona de Receção de Reforços
ZS	Zona de Sinistro

Versão Consulta Pública (não reservado)



Referências Legislativas

Legislação Estruturante

- Lei 53/2008, de 29 de agosto – Lei de Segurança Interna;
- Lei 27/2006, de 3 de julho – Lei de Bases de Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro e Lei 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou;
- Lei 65/2007, de 12 de novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30, de 2015, de 7 de maio;
- Decreto-Lei 134/2006, de 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei 72/2013, de 31 de maio – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS);

Legislação Orgânica

- Decreto-Lei 126-B/2011, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 161-A/2013, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei 112/2014, de 11 de julho e pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna;
- Decreto-Lei 73/2013, de 31 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Lei 63/2007, de 6 de novembro – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana;
- Decreto-Lei 22/2006, de 2 de fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana;
- Lei 53/2007, de 31 de agosto – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública;
- Lei Orgânica 1-B/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 5/2014, de 29 de agosto – Lei de Defesa Nacional;
- Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 6/2014, de 1 de setembro - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas;
- Decreto-Lei 183/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional;
- Decreto-Lei 186/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do Exército;



- Decreto-Lei 187/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Força Aérea;
- Decreto-Lei 185/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Marinha;
- Decreto-Lei 44/2002, de 2 de março – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional;
- Decreto-Lei 40/2015, de 16 de março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- Decreto-Lei nº 91/2015, de 29 de maio – fusão da Refer, E.P.E. com as Estradas de Portugal, S.A., organismos que passam a designar-se por Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.);
- Decreto-Lei 34/2012, de 14 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.;
- Decreto-Lei 240/2012, de 6 de novembro – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Decreto Regulamentar 28/2012, de 12 de março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária;
- Decreto-Lei 166/2012, de 31 de julho – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses;
- Decreto-Lei 148/2012, de 12 de julho – Lei Orgânica do Instituto de Registos e Notariado;
- Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho – Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia;
- Decreto-Lei 157/2012, de 18 de julho – Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- Decreto-Lei 134/2007, de 27 de abril – Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional;
- Decreto-Lei 56/2012, de 12 de março – Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente;
- Decreto-Lei 49-A/2012, de 29 de fevereiro – Lei Orgânica da Direção-geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;
- Decreto Regulamentar 31/2012, de 13 de março – Lei Orgânica da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária;
- Decreto-Lei 135/2012, de 29 de junho – Lei Orgânica no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
- Decreto-Lei 68/2012, de 20 de março – Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.;
- Decreto-Lei 39/2012, de 16 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação;



- Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto e pelo Decreto-Lei 173/2014, de 19 de novembro – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P;
- Decreto-Lei 83/2012, de 30 de março – Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social;
- Decreto-Lei 281/2007, de 7 de agosto – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Decreto-Lei 109/2009, de 15 de maio – Estabelece o Regime Jurídico aplicável à criação e das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade;
- Decreto-Lei 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei 48/2009, de 4 de Agosto, e pelo Decreto-Lei 249/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses;
- Lei 32/2007, de 13 de agosto – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros;
- Decreto-Lei 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 248/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros;
- Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil 19734/2009, de 28 de agosto – Regulamento da organização e funcionamento da Força Especial de Bombeiros Canarinhos (FEB).

Legislação Técnico-operacional

- Despacho 3551/2015, de 9 de abril – Sistema de Gestão de Operações;
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 344/2008, de 17 de outubro – Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional;
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS);
- Portaria 1358/2007, de 15 de outubro – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente;
- Decreto-Lei 5/2000, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres;
- Decreto-Lei 112/2008, de 1 de julho – Conta de Emergência;
- Decreto-Lei 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo;
- Decreto-Lei 15/94, de 22 de janeiro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo;



- Decreto-Lei 43/2002, de 2 de março – Define a organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional;
- Decreto Regulamentar 86/2007, de 12 de dezembro – Articulação, nos espaços marítimos soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia;
- Lei 44/86, de 30 de setembro – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro

Legislação Concorrente

- Lei 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas;
- Decreto-Lei 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias;
- Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Diretiva 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro;
- Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 15/2009, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação 20/2009, de 13 de março, pelo Decreto-Lei 114/2011 de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei 83/2014, de 23 de maio – Aprova o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Resolução do Conselho de Ministros 65/2006, de 26 de maio – Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);
- Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei 224/2015, de 9 de outubro, que o republica - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios;
- Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro - Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios;
- Decreto-Lei 344/2007, de 15 de outubro – Regulamento Segurança de Barragens;
- Decreto-Lei 150/2015, de 5 agosto – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas;
- Decreto-Lei 174/2002, de 25 de julho – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, “Intervenção”, da Diretiva 96/29/EURATOM;
- Decreto-Lei 165/2002, de 17 de julho – Proteção contra Radiações Ionizantes;



- Decreto-Lei 41-A/2010, de 29 de abril com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 206-A/2012, de 31 de agosto e pelo Decreto-Lei 19-A/2014, de 7 de fevereiro – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de novembro, e a Diretiva 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Setembro;
- Decreto-Lei 112/2002, de 12 de abril – Aprova o Plano Nacional da Água;
- Lei 58/2007, de 4 de setembro – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- Lei 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo;
- Lei 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;
- Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 278/2009, de 2 de outubro – Código dos Contratos Públicos.

Legislação Diversa

- Resolução 22/2009, de 23 de outubro – Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes;
- Resolução 87/2013, de 11 de dezembro – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil;

Comunicações

- Resolução do Conselho de Ministros 56/2003, de 8 de abril – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação;
- Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 51/2011, de 13 de setembro, posteriormente alterada pela Lei 10/2013, de 28 de janeiro e pela Lei 42/2013, de 3 de julho – Lei das comunicações eletrónicas;



- Lei 17/2012, de 26 de abril, alterada pelo Decreto-Lei 160/2013, de 19 de dezembro – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008;
- Decreto-Lei 448/99, de 4 de novembro, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei 160/2013, de 19 de novembro – Bases da Concessão do serviço postal universal;
- Decreto-Lei 47/2000, de 24 de março - Regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão;
- Decreto-Lei 53/2009, de 2 de março – Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum.

Versão Consulta Pública (não reservado)

Registo de Atualizações

Atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais					
Versão	Alteração	Data de Alteração	Data de Aprovação	Entidade que aprovou	Observações
1	Plano de Emergência de Cascais	1987 (elaboração)	20 Junho 1989	Câmara Municipal de Cascais	Decreto-lei 100/84 de 29 Março
2	Plano Municipal de Emergência de Cascais	1998	29 Janeiro 2002	Serviço Nacional de Proteção Civil	Lei n.º 113/91 de 29 de Agosto
3	Atualização do PMEPC	2013	05 Dezembro 2014	Autoridade Nacional de Proteção Civil	Diretiva n.º 25/2008 de 18 de Julho

Versão Corrigida

Registo de Exercícios do Plano

Registo de Exercícios do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de cascais				
Tipo de Exercício	AQUA-LX 2015	CPX	LIVEX	TTX
		X	X	X
Objetivos	Ativação da Comissão Municipal de Proteção Civil, adiante designada CMPC (reduzida) numa situação de acidente grave, bem como testar a ativação do PMEPC.			
Cenário	Ventos fortes, cheias e inundações baseados nos históricos máximos das cheias rápidas de (1967/1983) registadas no concelho de Cascais, sendo por isso os locais mais afetados as bacias hidrográficas da Ribeira das Vinhas e Ribeira da Cadaveira.			
Local	Concelho de Cascais			
Data	02 De Dezembro de 2015			
APC, Organismos e Entidades envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • SMPC e COM Cascais • SMPC Alcobaça e COM Alcobaça • SMPC de Almada e COM Almada • Autoridade de Saúde do concelho • CB Cascais • CB Estoris 		<ul style="list-style-type: none"> • Capitania do Porto de Cascais • CB Parede • Guarda Nacional Republicana • Instituto Nacional de Emergência Médica; • Polícia de Segurança Pública; • Polícia Municipal 	
Meios e Recursos envolvidos	Comissão Municipal de Proteção Civil de Cascais (Reduzida)			
Ensinamentos recolhidos	<p>Verifica-se a necessidade de realizar anualmente exercícios do PMEPC, onde seja possível implementar as propostas para que seja possível garantir uma melhoria na performance de todos os atores. Os exercícios em causa deverão ser rentabilizados de forma a rotinizar procedimentos dos colaboradores do SMPC Cascais, bem como de todos os delegados da CMPC.</p> <p>Os exercícios a realizar futuramente deverão alargar a sua dimensão e envolvimento, onde deverá ser tido em conta que o objetivo final será a realização de exercícios à escala total.</p>			

PARTE I - ENQUADRAMENTO

1 Introdução

Nos dias de hoje os acidentes graves e catástrofes, ocorrem com maior frequência que no passado, resultando em consequências, que repetidamente afetam as pessoas, bem como os seus bens e também o meio ambiente, expondo deste modo a sociedade e o seu modo de vida a uma enorme variedade de ameaças a que estão sujeitos, evidenciando os dois lados desta realidade, sendo elas o risco de acidente e o risco do socorro prestado à população e aos seus bens.

O concelho de Cascais, não sendo exceção à regra, encontra-se exposto a diferentes ameaças de carater natural e antrópico, que preocupando a comunidade, irá sempre exigir uma resposta adequada, por parte do mecanismo de proteção civil presente no concelho de modo a proteger, socorrer e assistir pessoas e bens face ao perigo, tal como também para respeitar o direito à vida, integridade física, segurança, bem-estar e saúde dos cidadãos como atribuições indeclináveis do Estado, mesmo nas circunstâncias mais adversas e dramáticas tal como são as que acompanham e se seguem à ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais, adiante designado por PMEPCP constitui um instrumento flexível e dinâmico, sujeito permanentemente a atualizações, com o objetivo de fazer face à generalidade das situações de emergência, passíveis de ocorrer e afetar o Município de Cascais. A finalidade deste documento, destina-se à garantia da articulação e coordenação dos diversos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio envolvidos nas operações de proteção e socorro e possibilitando a coordenação técnica e operacional, dos meios a empenhar e da adoção de medidas de carácter excecional na eminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

O âmbito de aplicação territorial do plano, é o município de Cascais, constituído por uma área de 97,40 km² e por 4 freguesias, sendo elas a União de Freguesias de Cascais e Estoril, União de Freguesias de Parede e Carcavelos, Freguesia de Alcabideche e Freguesia de São Domingos de Rana, com um total de 206 479 habitantes. Cascais tem limite a Norte com o Concelho de Sintra, limite a Este com o Concelho de Oeiras e Limite a Sul e Oeste com o Oceano Atlântico (Figura 1).

O Diretor do PMEPCP é o Presidente da Câmara Municipal, ou o seu substituto legal, com competências delegadas na matéria. É o responsável municipal da política de proteção civil, a quem compete desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso.

Para além do exercício da função de Diretor do Plano compete, neste âmbito, ao Presidente da Câmara Municipal:

- Declarar a Situação de Alerta de âmbito municipal;
- Presidir à CMPC;
- Pronunciar-se sobre a declaração de Situação de Contingência que afete o Concelho de Cascais.

O Diretor do Plano é apoiado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), pelos demais serviços da Câmara Municipal e pelos Agentes de Proteção Civil, organismos e entidades com dever especial de colaboração, designados neste plano.

O PMEPC de Cascais está elaborado de acordo com o disposto pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), nomeadamente a Resolução nº 30/2015, de 7 de maio e com o disposto

no artigo 50º da Lei 27/2006, de 3 de julho, na redação dada pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro, Caderno Técnico PROCIV N.º3 – Manual de Apoio à Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil, 2ª Edição Dezembro 2017.

O PMEPC de Cascais articula-se com os PMEPC de Oeiras e Sintra, com o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil, adiante designado como PDEPC de Lisboa e com o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, adiante designado PNEPC, que nos respetivos níveis territoriais, descrevem a atuação das estruturas de proteção civil e referenciam as responsabilidades, o modo de organização e o conceito de atuação, bem como a forma de mobilização e coordenação dos meios e recursos indispensáveis na gestão do socorro.

Nos termos do n.º 12 do artigo 7º da Resolução n.º 30, de 2015, de 7 de maio, da CNPC, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais entra em vigor no 1.º dia útil seguinte à publicação da deliberação de aprovação em Diário da República.



Figura 1- Divisão administrativa e enquadramento distrital e nacional

2 Finalidade e objetivos

O PMEPC de Cascais serve de instrumento determinante, para assegurar a coordenação institucional e a articulação e intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), bem como as diversas entidades e organismos públicos e privados necessários às operações. Deste modo o PMEPC de Cascais permite de modo organizado, definir as estruturas de direção, coordenação, comando e controlo respondendo do melhor modo possível, a situações de catástrofe ou acidente grave respeitando os seguintes objetivos gerais:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio e de reforço, promovendo maior eficácia e rapidez de atuação das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe, criando condições para o seu rápido e eficiente empenhamento;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências justifique a ativação do PMEPC;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência

Versão Consultar Pública (não reservado)

3 Tipificação dos riscos

O risco resulta de uma combinação entre a probabilidade de ocorrência de um acontecimento não desejável e a magnitude/severidade das consequências desse mesmo acontecimento. Seguindo este critério realizou-se a análise de risco a que o município se encontra sujeito. Apresenta-se na tabela seguinte o resultado final dos tipos de riscos considerados.

Grupo	Designação	
Riscos naturais	Nevoeiros	
	Ondas de calor	
	Ondas de frio	
	Secas	
	Situações de Temporal (ventos fortes)	
	Cheias e inundações	
	Inundações e galgamentos costeiros	
	Inundação por Tsunami	
	Sismos	
	Movimentos de massa em vertentes (desabamentos, deslizamentos etc.)	
	Erosão costeira: recuo e instabilidade de arribas	
	Colapso de cavidades subterrâneas naturais	
	Riscos tecnológicos	Acidentes rodoviários
		Acidentes ferroviários
Acidentes marítimos		
Acidentes aéreos		
Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas		
Acidente com transporte marítimo de produtos perigosos		
Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas		
Cheias e inundações por rutura de barragens		
Colapso de galerias e cavidades de minas		
Acidentes em áreas e parques industriais		
Degradação e contaminação dos solos com substâncias NBQ		
Acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes		
Acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos		
Acidentes em empresas, com atividades sujeitas a licença ambiental		
Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional (inclui explosões e incêndios em hotéis)		
Poluição atmosférica grave com partículas e gases		
Emergências radiológicas		
Riscos mistos		Incêndios florestais

Tabela 1 - Tipificação dos riscos no concelho de Cascais



Entre os riscos passíveis de afetarem o município e os munícipes, destacam-se devidos á sua incidência específica e também devido à gravidade das consequências associadas a estes riscos, a seguinte tabela representa hierarquicamente as ameaças, em conjunto com o grau de risco e a sua natureza.

Versão Consulta Pública (não reservado)

Grupo	Categoria	Designação	Gravidade	Probabilidade	Grau de risco
Riscos naturais	Condições meteorológicas adversas	Nevoeiros	Residual	Elevada	Baixo
		Ondas de calor	Reduzida	Elevada	Moderado
		Ondas de frio	Residual	Baixa	Baixo
		Secas	Reduzida	Média-alta	Moderado
		Situações de temporal (ventos fortes)	Reduzida	Elevada	Moderado
	Hidrologia	Cheias e inundações	Acentuada	Média-alta	Elevado
		Inundações e galgamentos costeiros	Reduzida	Média	Moderado
		Inundação por Tsunami	Crítica	Baixa	Elevado
	Geodinâmica interna	Sismos	Crítica	Baixa	Elevado
	Geodinâmica externa	Movimentos de massa em vertentes (desabamentos, deslizamentos e outros)	Reduzida	Média	Moderado
Erosão costeira: recuo e instabilidade de arribas		Reduzida	Média	Moderado	
Riscos tecnológicos	Transportes	Rodoviários	Moderada	Elevada	Elevado
		Ferroviários	Reduzida	Baixa	Baixo
		Aéreos	Reduzida	Elevada	Moderado
	Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas	Acentuada	Média-baixa	Elevado	
	Acidente com transporte marítimo de produtos perigosos	Acentuada	Média-baixa	Elevado	
	Vias de comunicação e infraestruturas	Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas	Moderada	Média-baixa	Moderado
		Cheias e inundações por rutura de barragens	Acentuada	Baixa	Moderado

Grupo	Categoria	Designação	Gravidade	Probabilidade	Grau de risco
		<i>Colapso de galerias e cavidades de minas</i>	<i>Reduzida</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Baixo</i>
	Atividade industrial e comercial	<i>Acidentes em áreas e parques industriais</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Degradação e contaminação dos solos com substâncias NBQ</i>	<i>Reduzida</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Baixo</i>
		<i>Acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Acidentes em estabelecimentos de atividades sujeitos a licença ambiental</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional (inclui explosões e incêndios em hotéis)</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Emergências radiológicas</i>	<i>Reduzida</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Baixo</i>
Riscos mistos		Relacionadas com a atmosfera	<i>Incêndios florestais</i>	<i>Crítica</i>	<i>Elevada</i>

		GRAU DE GRAVIDADE				
		RESIDUAL	REDUZIDO	MODERADO	ACENTUADO	CRÍTICO
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado			ACIDENTES RODOVIÁRIOS; INCÊNDIOS URBANOS; INCÊNDIOS FLORESTAIS;		
	Médio-alto		GALGAMENTOS COSTEIRO;	CHEIAS E INUNDAÇÕES		
	Médio	EMERGÊNCIAS RADIOLÓGICAS	INCÊNDIOS EM CENTROS HISTÓRICOS	EROSÃO COSTEIRA; ACIDENTES FERROVIÁRIOS; ACIDENTES AÉREOS; ACIDENTES COM TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS		
	Médio-baixo	NEVÕES	SECAS; ONDAS DE FRIO; ONDAS DE CALOR; COLAPSO DE ESTRUTURAS EM EDIFÍCIOS	MOVIMENTO DE MASSAS EM VERTENTES	INUNDAÇÃO POR TSUNAMI; SISMOS	
	Baixo		ACIDENTES MARÍTIMOS	INUNDAÇÕES POR RUTURA DE BARRAGEM	ACIDENTES INDUSTRIAIS QUE ENVOLVAM MATÉRIAS PERIGOSAS	

LEGENDA:

RISCO BAIXO	RISCO MODERADO	RISCO ELEVADO	RISCO EXTREMO
-------------	----------------	---------------	---------------

Tabela 2 - Matriz de riscos do concelho de Cascais

4 Critérios para ativação

De acordo com a legislação em vigor, em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o PMEPC é ativado/desativado pela Comissão Municipal de Proteção Civil Reduzida (CMPCR) (ver Parte III Inventários, Modelos e Relatórios, 3.1 Declaração de Ativação/Desativação do Plano Municipal de Emergência).

Na impossibilidade da reunião atempada da totalidade dos seus membros, o PMEPC pode ser ativado excecionalmente, por orientações do diretor do plano. Neste caso e logo que possível, a CMPC de Cascais em plenário ratificará esta decisão.

Fazem parte da Comissão Municipal de Proteção Civil Reduzida as seguintes entidades:

- Presidente da Câmara de Cascais;
- Vice-Presidente da Câmara de Cascais;
- Vereadores com pelouro atribuído;
- Águas de Cascais;
- Autoridade de Saúde do Concelho;
- Capitão do Porto de Cascais;
- Cascais Ambiente;
- Cascais Dinâmica / Aeródromo de Cascais;
- Cascais Próxima;
- Coordenador(a) Municipal de Proteção Civil;
- Comandante de cada CB;
- Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG);
- Direção Municipal de Coesão e Capacitação Social (DMCC)
- Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (DMEI);
- Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial (DMGI);
- Diretor do SMPC de Cascais;
- GNR;
- INEM;
- PSP;
- SEF;
- Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL);

A ativação do PMEPC é comunicada ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa (CDOS-LX), Serviço Municipal de Proteção Civil de Oeiras, Sintra e aos diversos agentes de proteção civil pela via mais rápida (redes telefónicas fixas, móveis, SMS e ainda via rádio), sem prejuízo da sua confirmação através de Relatório, do qual conste o tipo de ocorrência, as áreas envolvidas, as consequências previsíveis, a duração e circunstâncias do fenómeno, bem como outros dados julgados convenientes para a eventual tomada de decisões a nível distrital.

A publicitação à população quanto à situação de emergência e à ativação do PMEPC é desencadeada através da utilização dos seguintes meios:

- Na página de Internet do município;
- Envio de mensagens SMS, de acordo com a lista de contactos existente na base de dados de meios e recursos do SMPC;
- Radiodifusão de comunicados e outra informação oficial através de rádios nacionais (TSF-89.5 e Antena 1-95.7), rádios locais (Rádio de Cascais-105.4 e Rádio Marginal 98.1) e TV's nacionais (canais generalistas em sinal aberto);

- Avisos sonoros e instruções difundidos pelos altifalantes dos veículos dos Agentes de Proteção Civil e outras entidades com dispositivos adequados;
- Pessoalmente através dos membros ou outros colaboradores identificados das Juntas de Freguesia;
- Sirenes localizadas nos quartéis dos corpos de bombeiros.
- O PMEPC é ativado na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe do qual se prevejam danos elevados para as populações, bens ou ambiente.

Apresenta-se alguns critérios que poderão servir de referência para ativação deste Plano:

4.1 Critérios gerais

- Declaração da situação de contingência para a totalidade ou parte da área do município;
- Efeitos significativos e diretos na população do distrito provocando mais de 50 desalojados, 50 feridos ou 10 mortos;
- Significativa interrupção da normalidade das condições de vida por mais de 12H consecutivos em pelo menos 25 % do território do município;
- Danos significativos nos bens e património ou nos edifícios indispensáveis às operações de proteção civil;
- Danos significativos nos serviços de infraestruturas (implicando suspensão do fornecimento de água, energia, comunicações ou transportes durante mais de 12 horas);

4.2 Critérios específicos

- Evento sísmico sentido no município com estimativa de intensidade máxima (obtida a partir de medidas instrumentais) igual ou superior a VII na escala de Mercalli modificada;
- Necessidade de reforço dos meios do distrito de Lisboa quando excedida a capacidade de resposta do respetivo Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e/ou Concelhos Limitrofes.
- Incêndio rural/ florestal ou conjunto de incêndios rurais/florestais que tenha excedido 12 horas de duração por dominar e/ou cuja área ardida ultrapasse 100 hectares;
- Períodos de precipitação intensa superior a 20 mm em uma hora ou superior a 40 mm em seis horas que provoquem cheia/inundação com caudal que cause isolamento ou que obrigue à evacuação de população superior a 50 habitantes em questão;
- Incêndio urbano ou conjunto de incêndios urbanos, cuja complexidade assim o aconselhe;
- Rotura ou acidente grave na barragem do Rio da Mula;
- Rotura em conduta do gasoduto com libertação de gás para atmosfera, cuja complexidade assim o aconselhe.

Este plano pode ainda ser ativado por outros critérios definidos pela CMPC e pela CMPC Reduzida, face à gravidade do acidente grave ou catástrofe em questão.

Quando consolidadas as operações de proteção civil, em conjunto com o iniciar das operações de reposição da normalidade a CMPC de Cascais desativa o PMEPC de Cascais, comunicando o ato aos mesmos destinatários e pela mesma via utilizada aquando da sua ativação.

PARTE II – EXECUÇÃO

1 Estruturas

As ações a desenvolver no âmbito do PMEPC de Cascais visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado empenhamento de todos os meios e recursos do município ou resultantes de ajuda distrital ou nacional solicitada, apoiando a direção, o comando e a conduta das operações de proteção civil e socorro a nível municipal.

Deste modo, o Diretor do Plano intenciona:

- Criar as condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos;
- Mobilizar um dispositivo de resposta, assente nas entidades integrantes do Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro (DIOPS) e por outros meios humanos e equipamentos de intervenção, reforço, apoio e assistência, considerado necessário para fazer face à situação que origine a ativação do presente plano;
- Apoiar a direção e conduta das operações de proteção civil de nível municipal, em articulação com as respetivas estruturas de direção e coordenação;
- Prever a utilização de medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação mobilizáveis no âmbito municipal.

Este tipo de ações é desenvolvido em níveis diferentes, nomeadamente através da estrutura de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional (Figura 2).



Figura 2- Estrutura municipal de direção política, coordenação política, coordenação institucional e de comando operacional

1.1 Estrutura de direção política

A direção política é assegurada pelo Presidente da Câmara, a quem compete exercer ou delegar as competências para ativar, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as necessárias ações de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso, com a coadjuvação do/a Coordenador(a) Municipal de Proteção Civil e o apoio dos agentes de proteção civil, competentes, nos termos legais.

1.2 Estrutura de coordenação política

A coordenação política é assegurada através da Comissão Municipal de Proteção Civil de Cascais, sendo da responsabilidade desta:

- Avaliar a situação (particularmente, após a declaração da situação de alerta de âmbito municipal, da situação de contingência ou da situação de calamidade válida para a totalidade ou parte do território municipal), tendo em vista o acionamento do PMEPC de Cascais;
- Determinar o acionamento do PMEPC de Cascais, quando tal se justifique;
- Desencadear as ações previstas no PMEPC de Cascais, assegurando a conduta das operações de proteção civil dele decorrente;
- Possibilitar a mobilização rápida e eficiente das organizações e pessoal indispensável, tal como dos meios disponíveis que permitam a conduta coordenada das ações a executar;
- Difundir os comunicados oficiais que se mostrem adequados.

Para os devidos efeitos, a CMPC de Cascais reúne no Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais, ou em alternativa no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Cascais.

Integram a CMPC de Cascais um representante de cada uma das seguintes Entidades:

- Presidente da Câmara de Cascais;
- Vice-Presidente da Câmara de Cascais;
- Vereadores com pelouro atribuído;
- Agrupamento dos Centros de Saúde de Cascais;
- Águas de Cascais;
- ASCENDI;
- Assembleia Municipal;
- Autoridade de Saúde do concelho;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- BRISA;
- Capitão do Porto de Cascais;
- Cascais Ambiente;
- Cascais Dinâmica / Aeródromo de Cascais;
- Cascais Envolvente;
- Cascais Próxima;
- Comando de cada CB;
- Coordenador(a) Municipal de Proteção Civil;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Departamento de Autoridade de Transportes (DAT);
- Departamento de Educação e Desporto (DED);
- Departamento de Gestão Financeira (DFP);
- Departamento de Gestão Territorial (DGT);
- Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social (DHS);

- Departamento de Inovação e Comunicação (DIC);
- Departamento de Intervenção Territorial (DIT);
- Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos (DHJ);
- Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território (DORT);
- Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG);
- Direção Municipal de Coesão e Capacitação Social (DMCC)
- Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (DMEI);
- Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial (DMGI);
- Diretor do SMPC de Cascais;
- Divisão de Gestão de Espaços Verdes (DGEV);
- Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL);
- Divisão de Marca e Comunicação (DMCO);
- Divisão de Polícia e Fiscalização (DPF);
- Eletricidade de Portugal (EDP);
- Gabinete da Presidência (GPPE);
- GNR Sub-destacamento de Sintra;
- GNR;
- Hospital de Cascais;
- INEM;
- Infraestruturas de Portugal (IP);
- Juntas de Freguesia do município de Cascais;
- PSP;
- SCOTTURB;
- Segurança Social;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- Serviço de Veterinário Municipal (SVET);
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC);
- Divisão de Transporte e Manutenção (DTMA).

O Presidente da CMPC de Cascais, quando considerar conveniente, pode convidar a participar nas reuniões da CMPC outras entidades e serviços territorialmente competentes, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características do município, contribuir para as ações de proteção civil.

Os elementos que compõem a CMPC de Cascais são informados da convocação no prazo máximo de 30 minutos após o acidente grave ou catástrofe de uma eventual convocação deste órgão. A necessidade de reunir a CMPC é confirmada pelo meio mais expedito (telefone satélite, móvel ou fixo, comunicação rádio ou correio eletrónico) e posteriormente, formalizada por escrito, através de correio eletrónico.

A lista nominal dos membros da CMPC com os seus contatos, bem como dos seus substitutos legais, é permanentemente atualizada pelos respetivos representantes, que enviam ao Diretor do Plano qualquer alteração à mesma, estando disposta na Parte III deste Plano (Capítulo 2 – Lista de contatos)

1.3 Estrutura de coordenação institucional

A Coordenação Institucional é realizada pela CMPC de Cascais, este órgão assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistências previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. A CMPC de Cascais garante uma avaliação municipal em articulação com as entidades políticas e administrativas de âmbito municipal.

As atribuições da CMPC encontram-se definidas na Lei de Bases de Proteção Civil.

Compete especificamente à CMPC:

- Integrar, monitorizar e avaliar toda a atividade operacional quando em situação de acidente grave ou catástrofe;
- Assegurar a ligação operacional e a articulação municipal com os agentes de proteção civil e outras estruturas operacionais no âmbito do planeamento, assistência, intervenção e apoio técnico ou científico nas áreas do socorro e emergência;
- Garantir que as entidades e instituições integrantes da CMPC de Cascais acionam, no âmbito da sua estrutura hierárquica e ao nível do escalão municipal os meios necessários ao desenvolvimento das ações;
- Elaborar e disseminar, a cada 6 horas, pontos de situação global;
- Difundir comunicados e avisos à população e às entidades e instituições incluindo os órgãos de comunicação social;
- Avaliar a situação e propor ao Comandante Distrital de Operações de Socorro de Lisboa (CDOS-LX) as medidas no âmbito da solicitação de ajuda distrital.

Além do SMPC de Cascais ou em Alternativa o Quartel do Bombeiros Voluntários de Cascais para reuniões da CMPC, esta poderá também reunir no Veículo de Comando e Comunicações (VCO), deslocado para o Teatro de Operações (TO) em que todos os recursos humanos e materiais necessários são assegurados pelo SMPC de Cascais.

1.4 Estrutura de comando operacional

Em qualquer circunstância em que uma força de qualquer Agente de Proteção Civil ou instituição com especial dever de cooperação, seja ativada para uma ocorrência, o chefe da primeira equipa que chegue ao local, assume diretamente o comando da operação.

Após a chegada de um dos corpos de bombeiros, o elemento mais graduado presente no local, assume a função de Comandante das Operações de Socorro (COS), sendo da sua competência garantir de imediato a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo, adequado à situação em curso.

Na orla costeira do concelho de Cascais sob jurisdição da Autoridade Marítima Nacional, o Capitão do Porto de Cascais assume a função de COS, em estreita articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais, sem prejuízo das competências distritais e nacionais da proteção civil e do Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.

No TO existe um Posto de Comando Operacional (PCO), sendo este o órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o COS na tomada de decisões e articulação dos meios.

O PCO tem como principais missões:

- A recolha e tratamento operacional das informações;
- A preparação das ações a desenvolver;
- A formulação e transmissão de ordens, diretrizes e pedidos;
- O controlo da execução das ordens;
- A manutenção da capacidade operacional dos meios empregues;
- A gestão dos meios de reserva;
- A preparação, elaboração e difusão de informação pública.

É da responsabilidade do COS a gestão da informação existente no TO, devendo esta ser transmitida ao PCO do respetivo nível territorial os pontos de situação necessários e solicitar meios de reforço, quando tal seja necessário.

O PCO está organizado em 3 células:

- Célula de Planeamento;
- Célula de Operações;
- Célula Logística.

Deste modo o PCO possui um funcionamento mais ajustado e direcionado a cada situação em concreto. Cada uma destas células tem um responsável nomeado pelo COS, que assume a designação de Oficial de Planeamento, Oficial de Operações e Oficial de Logística. O COS é assessorado diretamente por 3 oficiais: Oficial para a Segurança, Oficial para as Relações Públicas e Oficial para a Ligação com outras entidades (Figura 3).

Independentemente da dimensão da estrutura base que exista ao longo da ocorrência, as células do PCO possuem as seguintes funções:

- **Célula Logística (CELOG)** – Gere a sustentabilidade logística do TO, respondendo a todas as necessidades de suporte, imprescindíveis à operacionalização dos diversos meios e recursos envolvidos na operação;
- **Célula de Operações (CELOP)** – Garante a conduta das operações respeitando o Plano Estratégico de Ação (PEA) que o COS estabelece, implementa e implanta;
- **Célula de Planeamento (CEPLAN)** – Garante a recolha, avaliação, processamento das informações e difusão da informação necessária ao processo de tomada de decisão, sendo também responsável pela antecipação, elaborando os cenários previsíveis.

As diversas entidades intervenientes, devem assegurar a presença de um oficial de ligação, quando solicitado pelo COS, de modo a assegurar a articulação e o apoio especializado na recolha, avaliação, processamento e difusão das informações necessárias ao processo de decisão do COS.

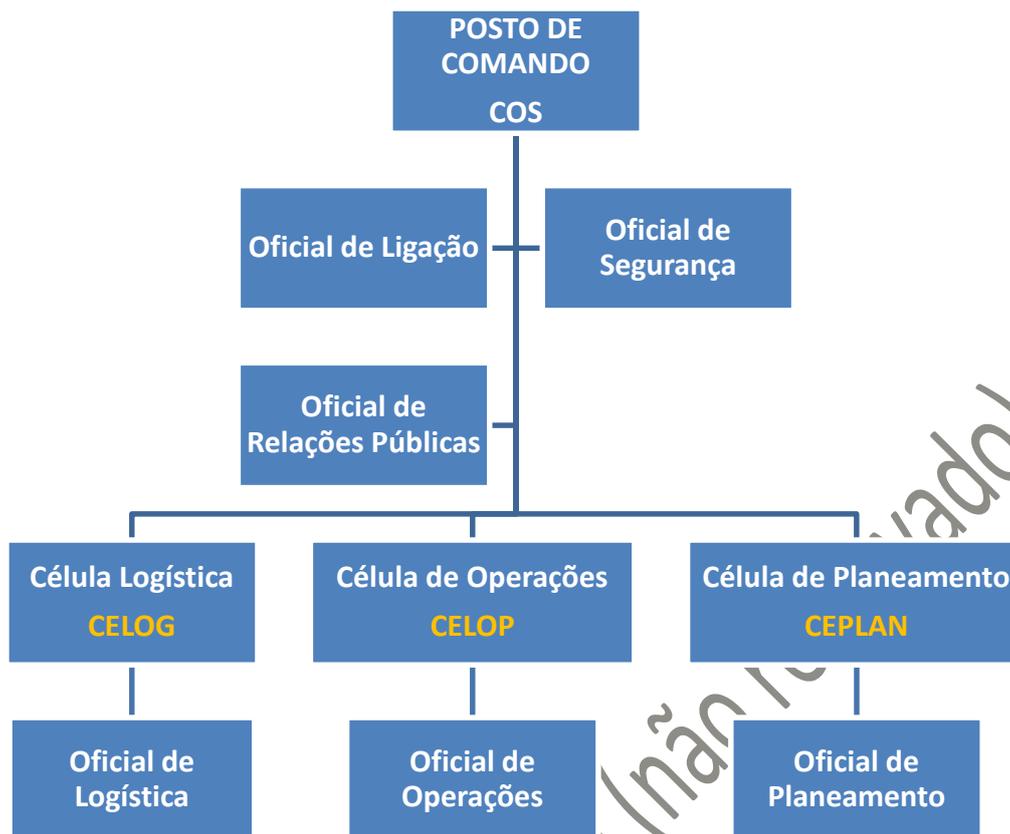


Figura 3 - Organização do posto de comando operacional (PCO).

1.4.1 Posto de Comando Operacional Municipal

O município de Cascais quando afetado por acidente grave ou catástrofe que determina a ativação do plano, é constituído um Posto de Comando Operacional, que garante exclusivamente a gestão da resposta municipal ao evento, sendo responsável pela gestão de todos os meios disponíveis na área do município e pelos meios de reforço que lhe vierem a ser enviados pelo escalão distrital. Este PCO é montado e assegurado pelo SMPC de Cascais.

As principais missões do Posto de Comando Municipal são:

- Atuar como órgão diretor das operações, garantindo o funcionamento e a articulação no terreno dos diversos agentes e entidades intervenientes;
- Assegurar o comando, o controlo, as comunicações e as informações em toda a Zona de Intervenção (ZI), em coordenação com as demais entidades envolvidas;
- Assegurar a minimização de perdas de vidas, através da coordenação das ações decorrentes do acidente grave ou catástrofe;
- Garantir em permanência a segurança nas operações de todas as forças envolvidas, bem como dos cidadãos;
- Assegurar a recolha e o tratamento operacional das informações, bem como as ligações ao PCMun ativado, ao CCOD e ao patamar nacional, de forma a garantir a homogeneidade na passagem de informação;
- Assegurar a manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues e a gestão dos meios de reserva;
- Garantir, através do empenhamento das forças e serviços competentes, a manutenção da lei e ordem nas zonas afetadas, o controlo de acessos à Zona de Sinistro (ZS), a criação



de perímetros de segurança e a manutenção de corredores de circulação de emergência;

- Garantir a execução eficaz de operações de movimentação de populações, designadamente as decorrentes de evacuações, bem como a segurança nas zonas de concentração e apoio da população (ZCAP);
- Assegurar a prestação de cuidados médicos adequados, a montagem de Postos de Triagem e Postos Médicos Avançados e a evacuação primária e secundária;
- Assegurar a coordenação das ações de saúde pública, apoio psicossocial e mortuária;
- Assegurar a coordenação das atividades relacionadas com a assistência à emergência e gestão de recursos, nomeadamente através da definição das prioridades em termos de abastecimento de água, energia e comunicações, da gestão de armazéns de emergência, da coordenação dos meios de transporte necessários às operações de emergência e da organização e montagem de abrigos e campos de deslocados;
- Assegurar a coordenação da inspeção e verificação da praticabilidade das principais infraestruturas de transportes, redes básicas de suporte e edifícios;
- Assegurar a desobstrução expedita das vias de comunicação e itinerários principais de socorro e assegurar a realização de operações de demolição ou escoramento;
- Assegurar a receção, condução e integração, se necessário, de voluntários nas operações de emergência e reabilitação, para colaborar nas atividades relacionadas com a assistência social, alimentação e transporte;
- Coordenar a ação de Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS) e das Equipas de Avaliação Técnica (EAT) e tratar a informação recebida dessas equipas encaminhando-a para as restantes estruturas nos diferentes escalões;
- Dirigir e coordenar o emprego dos meios (humanos e materiais) sob a sua responsabilidade.

O PCMun recebe, processa e avalia toda a informação proveniente do TO para que deste modo, assegure que todas as entidades intervenientes mantêm níveis de prontidão e envolvimento.

O PCMun articula-se permanentemente com o CDOS-LX e em caso de catástrofe ou acidente grave passível de ultrapassar os limites municipais, articula-se a nível supramunicipal com o município de Sintra e ou Oeiras, tal como o oposto deverá acontecer.

2 Responsabilidades

O Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro (DIOPS) de âmbito municipal abrange o território do Concelho de Cascais e todas as organizações e entidades que concorrem e cooperam para a proteção e socorro, desempenhando funções de apoio à coordenação política e institucional das operações de resposta.

Neste contexto, as diversas entidades intervenientes no PMEPC (Agentes de Proteção Civil e organismos e entidades de apoio) desempenham missões de intervenção, reforço, apoio e assistência, quer durante a Fase de Emergência, quer durante a Fase de Reabilitação. As estruturas de intervenção destas entidades funcionam e são empregues sob a direção das correspondentes hierarquias, previstas nas respetivas leis orgânicas ou estatutos, sem prejuízo da necessária articulação operacional com os postos de comando, aos seus diferentes níveis.

Essa ativação não implica a perda da responsabilidade da gestão e coordenação das ações de emergência por parte do nível municipal. Essa responsabilidade só transita superiormente quando manifestamente se esgotem as capacidades e recursos locais, fazendo perigar as operações de resposta, ou tal seja determinado por acionamento dos mecanismos legais através da tomada da coordenação das operações por parte dos escalões superiores de proteção civil. Neste caso, o nível municipal continua a coadjuvar as operações de emergência.

Apresentam-se de seguida as missões dos Agentes de Proteção Civil que participam neste plano.

Versão Consulta Pública (não-reservada)



2.1 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil

Agentes de proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Agrupamento dos Centros de Saúde de Cascais-Parede	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a prestação de cuidados à população; ✓ Colaborar e reforçar as ações de prestação de cuidados de saúde e socorro nos postos de triagem e hospitais de campanha; ✓ Mobilizar e destacar para o INEM os médicos disponíveis para fins de reforço dos veículos de emergência médica, postos médicos avançados e hospitais de campanha; ✓ Prestar assistência médica às populações evacuadas; ✓ Informar a população sobre os procedimentos de saúde a adotar; ✓ Promover, em conjunto com as instituições e serviços de segurança social, a continuidade da assistência; ✓ Apoiar ações de mortuária; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas. 	

Versão Consulta Pública (não reservada)



Autoridade de Saúde do Concelho de Cascais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordenar as ações de saúde pública; ✓ Garantir as ligações com os Hospitais (públicos e privados), ACES Cascais, Unidades de retaguarda e abrigos pré-estabelecidos; ✓ Apoiar a coordenação do INEM na prestação de cuidados às vítimas; ✓ Assegurar que a assistência médica de retaguarda (não urgente), seja efetuada de acordo com as necessidades; ✓ Coordenar a mobilização de equipas de saúde para as unidades de saúde de retaguarda; ✓ Assegurar a adequação dos abrigos específicos para populações vulneráveis; ✓ Assegurar a mobilização das equipas de saúde e prestação de cuidados nos abrigos; ✓ Coordenar as ações de mortuária e organizar o registo de evacuados, feridos e mortos; ✓ Dinamizar a identificação de população cujas incapacidades levam à necessidade de apoio e estruturar as respostas adequadas em articulação com entidades locais; ✓ Colaborar na avaliação e quantificação dos danos; ✓ Efetuar a comunicação de risco (Forma como passar a informação aos media); ✓ Garantir que os Hospitais disponham de uma reserva estratégica de camas garantidas; ✓ Garantir um reforço adequado de profissionais de saúde em todas as unidades de saúde que se encontrem na zona de intervenção; ✓ Garantir a articulação com o Ministério Público, IMI e outros na mortuária; ✓ Atualizar os procedimentos em estreita colaboração com o SMPC; ✓ Coordenar a área de intervenção respetiva (Saúde).
---	---

Versão Consulta Pública (Não Reservado)



Capitania do Porto de Cascais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desencadear ações de busca e salvamento, apoio e socorro nos espaços sob a sua jurisdição; ✓ Coordenar eventuais operações de combate à poluição marítima por hidrocarbonetos ou outras substâncias perigosas, conforme previsto no Plano Mar Limpo; ✓ Coordenar as Administrações e instalações portuárias na resposta à emergência de acordo com as necessidades; ✓ Estabelecer o assinalamento marítimo de recurso; ✓ Efetuar levantamentos hidrográficos de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Organizar equipas de reconhecimento e avaliação de danos e prejuízos nas instalações; ✓ Colaborar nas ações de informação e sensibilização da área de segurança marítima, no que se refere ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana no mar; ✓ Coordenar a receção de ajuda externa através de meios navais; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, apoio logístico; ✓ Efetuar reconhecimento subaquático; ✓ Efetuar a ligação entre o Sistema de Proteção Civil e as Administrações Portuárias tendo em vista as capacidades logísticas disponíveis do Porto de Cascais.
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Intervir na área de segurança marítima, no que se refere ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana no mar; ✓ Controlar e gerir o tráfego marítimo; ✓ Prestar em tempo real, informação relacionada com a movimentação de navios e mercadorias transportadas; ✓ Efetuar a ligação com as empresas de transporte marítimo conforme as necessidades; ✓ Promulgar avisos à navegação; ✓ Executar reconhecimentos marítimos; ✓ Prestar apoio em comunicações. 	



Corpos de Bombeiros (CB)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Extinguir ou conter todos os incêndios, com prioridade para aqueles que coloquem em perigo a vida humana; ✓ Executar operações de salvamento, em situações de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; ✓ Socorrer náufragos e efetuar buscas subaquáticas, dentro da sua área de atuação, e fora dela quando solicitados; ✓ Providenciar assistência nos incidentes com matérias perigosas que ameacem a vida, bens materiais ou o ambiente; ✓ Colaborar na avaliação da segurança das estruturas edificadas a fim de permitir a atuação das diversas equipas de socorro; ✓ Auxiliar na remoção dos mortos das estruturas colapsadas; ✓ Supervisionar a atuação das equipas de contenção e recuperação, quer de empresas contratadas, quer de equipas de voluntários; ✓ Superintender a ação das equipas voluntárias de busca e salvamento; ✓ Providenciar a realização de medidas de controlo dos possíveis danos ambientais e atividades subsequentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colaborar nas ações de mortuária, nas suas áreas de atuação ou em reforço; ✓ Dar assistência às equipas de restauro, no domínio da segurança; ✓ Participar na reabilitação das infraestruturas; ✓ Colaborar na desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro; ✓ Colaborar na determinação dos danos; ✓ Auxiliar e colaborar nas inspeções de segurança dos edifícios, para reocupação, dando prioridade ao perigo de incêndio.
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a emergência pré-hospitalar, no âmbito do Sistema Integrado de Emergência Médica; ✓ Disponibilizar apoio logístico à população; ✓ Executar ações de distribuição de água potável às populações; ✓ Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; ✓ Prestar apoio em comunicações; ✓ Apoiar o movimento e evacuação das populações. 	



<p>Guarda Nacional Republicana (GNR)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Executar as ações necessárias ao salvamento de vidas e ao isolamento da área do sinistro e controlo dos acessos, nas respetivas áreas de jurisdição territorial; ✓ Empenhar o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) no cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos; ✓ Empenhar equipas cinotécnicas na busca e resgate de vítimas; ✓ Organizar em articulação com a PSP um “Centro de Pesquisa de Desaparecidos”, coordenando na suas áreas de jurisdição, as ações de pesquisa de desaparecidos, e a guarda dos espólios das vítimas; ✓ Constituir, a pedido, um serviço de estafetas em apoio à CMPC; ✓ Apoiar a CMPC na sua atuação, providenciando inclusivamente o serviço de comunicações urgentes, se necessário e consoante as suas disponibilidades e capacidades; ✓ Garantir a proteção da propriedade abandonada ou em situação de risco, pública ou privada, que possa atrair curiosos e tentar ações criminosas; ✓ Aumentar ou reforçar, quando solicitado, o pessoal das penitenciárias e prisões, a fim de manter uma situação pacífica no seu interior. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar na área da mortuária, dar apoio à Polícia Judiciária, Instituto de Medicina Legal, Delegado de Saúde quando solicitado, colaborando na investigação das causas das mortes e na identificação dos corpos e providenciando a segurança dos mesmos e dos respetivos objetos pessoais; ✓ Auxiliar no processo de avaliação dos danos viários, a fim de permitir a identificação dos corredores de emergência utilizáveis; ✓ Colaborar no recenseamento da população envolvida na ocorrência e coordenar os inquéritos de pesquisa de pessoas desaparecidas, em articulação com a PSP; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, apoio logístico.
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a ordem e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens nas suas áreas de intervenção, salvaguardando a atuação de organismos operacionais e de outras entidades; ✓ Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas; ✓ Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; 	



<p>Guarda Nacional Republicana (GNR)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar o movimento e evacuação das populações; ✓ Controlar os acessos à área do sinistro, através do sistema de credenciação e controlo em vigor; ✓ Apoiar, sob a coordenação do Comandante das Operações de Socorro (COS) a organização de visitas às Zonas de Intervenção, quer das entidades governamentais, quer da comunicação social; ✓ Manter o controlo e fiscalização do tráfego, com prioridade para os serviços de emergência; ✓ Apoiar os transportes de emergência; ✓ Assegurar a segurança dos locais de concentração das populações evacuadas.
<p>Hospital Dr. José de Almeida</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acionar o Plano de Catástrofe Externa; ✓ Colaborar nas ações de cuidados de saúde diferenciados à população; ✓ Prestar assistência médica às populações afetadas; ✓ Garantir que se encontrem operativas na zona de intervenção, uma reserva estratégica de camas disponíveis para encaminhamento de vítimas; ✓ Apoiar ações de mortuária; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
<p>Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordenar todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de Postos Médicos Avançados (PMA); ✓ Coordenar e realizar a triagem e o apoio psicológico de emergência a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as unidades adequadas; ✓ Garantir a articulação com todos os outros serviços e organismos do Ministério da Saúde, bem como com os serviços prestadores de cuidados de saúde, ainda que não integrados no Sistema Nacional de Saúde; ✓ Assegurar a presença de um Oficial de Ligação no CCOM, para articulação e apoio especializado ao nível municipal na gestão de meios e recursos envolvidos; ✓ Assegurar um sistema de registo de vítimas desde o teatro de operações até às unidades de saúde de destino.



<p>Polícia Marítima</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Executar as ações necessárias ao salvamento de vidas e ao isolamento da área do sinistro e controlo dos acessos, nas respetivas áreas de jurisdição territorial; ✓ Organizar em articulação com a PSP, GNR e Divisão de Polícia (DPOL) um “Centro de Pesquisa de Desaparecidos”, coordenando na suas áreas de jurisdição, as ações de pesquisa de desaparecidos, e a guarda dos espólios das vítimas; ✓ Constituir, a pedido, um serviço de estafetas em apoio à CMPC; ✓ Apoiar a CMPC na sua atuação, providenciando inclusivamente o serviço de comunicações urgentes, se necessário e consoante as suas disponibilidades e capacidades; ✓ Garantir a proteção da propriedade abandonada ou em situação de risco, pública ou privada, que possa atrair curiosos e tentar ações criminosas; ✓ Aumentar ou reforçar, quando solicitado, o pessoal das penitenciárias e prisões, a fim de manter uma situação pacífica no seu interior. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar na área da mortuária, dar apoio à Polícia Judiciária, Instituto de Medicina Legal e Delegado de Saúde quando solicitado, colaborando na investigação das causas das mortes e na identificação dos corpos e providenciando a segurança dos mesmos e dos respetivos objetos pessoais; ✓ Auxiliar no processo de avaliação dos danos marítimos, a fim de permitir a identificação dos corredores de emergência utilizáveis; ✓ Colaborar no recenseamento da população envolvida na ocorrência e coordenar os inquéritos de pesquisa de pessoas desaparecidas em articulação com a PSP a GNR e Divisão de Polícia (DPOL); ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, apoio logístico; ✓ Colaborar nas ações de informação e sensibilização da área de segurança marítima, no que se refere ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana no mar; ✓ Colaborar nas ações de mortuária.
--------------------------------	---	--

Versão Consulta Pública (não reservado)



<p>Polícia Marítima</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desempenhar funções nos domínios do alerta e do aviso, nos espaços sob sua jurisdição; ✓ Coordenar a segurança das instalações portuárias críticas, mercadorias perigosas e poluentes; ✓ Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; ✓ Prestar apoio em comunicações; ✓ Garantir a ordem, segurança e a proteção das pessoas e dos bens nas suas áreas de intervenção, salvaguardo a atuação de organismos operacionais e de outras entidades; ✓ Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas portuárias e piscatórias, edifícios públicos e outras instalações críticas; ✓ Apoiar o movimento e evacuação das populações; ✓ Controlar os acessos à área do sinistro, através dos sistema de credenciação e controlo em vigor; ✓ Apoiar, sob a coordenação do Comandante das Operações de Socorro (COS) a organização de visitas às Zonas de Intervenção, quer das entidades governamentais, quer da comunicação social; ✓ Manter o controlo e policiamento do tráfego, com prioridade para os serviços de emergência; ✓ Apoiar os transportes de emergência; ✓ Assegurar a segurança dos locais de concentração das populações evacuadas. 	
<p>Polícia de Segurança Pública (PSP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Executar as ações necessárias ao salvamento de vidas e ao isolamento da área do sinistro e controlo dos acessos, nas respetivas áreas de jurisdição territorial; ✓ Empenhar equipas cinotécnicas na busca e resgate de vítimas; ✓ Organizar em articulação com a GNR um “Centro de Pesquisa de Desaparecidos”, coordenando na suas áreas de jurisdição, as ações de pesquisa de desaparecidos, e a guarda dos espólios das vítimas; ✓ Constituir, a pedido, um serviço de estafetas em apoio à CMPC; ✓ Apoiar a CMPC na sua atuação, providenciando inclusivamente o serviço de comunicações urgentes, se necessário e consoante as suas disponibilidades e capacidades; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar na área da mortuária, dar apoio à Polícia Judiciária, Instituto de Medicina Legal, Delegado de Saúde quando solicitado, colaborando na investigação das causas das mortes e na identificação dos corpos e providenciando a segurança dos mesmos e dos respetivos objetos pessoais; ✓ Auxiliar no processo de avaliação dos danos viários, a fim de permitir a identificação dos corredores de emergência utilizáveis; ✓ Colaborar no recenseamento da população envolvida na ocorrência e coordenar os inquéritos de pesquisa de pessoas desaparecidas, em articulação com a GNR;



<p>Polícia de Segurança Pública (PSP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a proteção da propriedade abandonada ou em situação de risco, pública ou privada, que possa atrair curiosos e tentar ações criminosas; ✓ Aumentar ou reforçar, quando solicitado, o pessoal das penitenciárias e prisões, a fim de manter uma situação pacífica no seu interior; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, apoio logístico.
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a ordem e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens nas suas áreas de intervenção, salvaguardando a atuação de organismos operacionais e de outras entidades; ✓ Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas; ✓ Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; ✓ Apoiar o movimento e evacuação das populações; ✓ Controlar os acessos à área do sinistro, através do sistema de credenciação e controlo em vigor; ✓ Apoiar, sob a coordenação do Comandante das Operações de Socorro (COS) a organização de visitas às Zonas de Intervenção, quer das entidades governamentais, quer da comunicação social; ✓ Manter o controlo e fiscalização do tráfego, com prioridade para os serviços de emergência; ✓ Apoiar os transportes de emergência; ✓ Assegurar a segurança dos locais de concentração das populações evacuadas. 	
<p>Sapadores Florestais (SF)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Proceder à abertura e desobstrução de caminhos; ✓ Executar ações de vigilância, ataque inicial e apoio ao ataque ampliado aos incêndios florestais, sempre que solicitado; ✓ Apoiar no rescaldo dos incêndios florestais; ✓ Apoiar, a pedido, no transporte de pessoas e bens; ✓ Apoiar, a pedido, o abastecimento de água. 	

2.2 Responsabilidades das entidades com dever especial de cooperação

Organismos e Entidades de Apoio	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Águas de Cascais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acionar o Plano de Emergência de Abastecimento Alternativo de Água ao concelho; ✓ Assegurar os cortes de abastecimento de água; ✓ Garantir a operacionalidade de piquetes, para eventuais necessidades extraordinárias de intervenção nas redes e nas estações de tratamento; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a avaliação de danos e intervenções prioritárias para o rápido restabelecimento do abastecimento de água potável a serviços e unidades estratégicas, bem como dos pontos essenciais ao consumo das populações afetadas.
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir o abastecimento de água potável ao concelho; ✓ Garantir o funcionamento da rede de águas residuais domésticas em baixa, promovendo a execução dos trabalhos de normalização da situação; ✓ Assegurar o controlo da qualidade da água na rede; ✓ Colaborar com a Autoridade de Saúde na análise de águas propondo os locais alternativos de abastecimento; ✓ Assegurar os reforços de caudal; ✓ Garantir reservas estratégicas e capacidades para a manutenção da prestação de serviço; ✓ Garantir a articulação com o Departamento de Qualificação Ambiental e o SMPC da CMC no âmbito da sustentabilidade ambiental; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	
Associações dos Bombeiros do Concelho de Cascais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar logisticamente a sustentação das operações, na área de atuação própria do seu CB, com o apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil; ✓ Disponibilizar edifícios e outras infraestruturas para apoio às operações de emergência; ✓ Disponibilizar instalações para funcionamento da CMPC em caso de ativação do plano (AHBVA); ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	
Instituições Sociais (IPSS)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colaborar nas ações de apoio social às populações, em articulação com os vários setores intervenientes; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	



Organismos e Entidades de Apoio	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Circuito Estoril	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colaborar nas operações de logística geral; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	
Clube de Golf do Estoril	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colaborar nas operações de logística geral; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	
Concessionários de Autoestradas (BRISA-A5, ASCENDI-A16)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a reposição das condições de circulação e a sua funcionalidade, dentro da sua área de responsabilidade; ✓ Contribuir para a disponibilização da rede rodoviária para utilização de outros meios de transporte (aterragens de emergência); ✓ Assegurar as comunicações internas via telefone, SOS, e operar os equipamentos de telemática; ✓ Disponibilizar informações sobre a manutenção e recuperação de vias e da operacionalidade dos meios de que dispõe, sempre que solicitado; ✓ Disponibilizar os painéis digitais informativos existentes nas autoestradas para a divulgação de informação pública relevante de operações de emergência de proteção civil; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	

Versão Consulta Pública Não Reservada

<p>Corpo Nacional de Escutas (CNE), Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP) e Associação Guias de Portugal (AGP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar as operações da Proteção Civil em coordenação com Departamento de Educação, Desporto e Juventude e Promoção Cultural da CMC; ✓ Auxiliar as ações de Intervenção social; ✓ Apoiar a instalação e organização dos centros de acolhimento da população deslocada; ✓ Prestar apoio domiciliário à população desprotegida em situações de emergência; ✓ Organizar recolhas e distribuição de alimentos, roupas e outros bens; ✓ Auxiliar em ações de proteção ambiental; ✓ Colaborar na limpeza costeira da poluição de hidrocarbonetos resultantes de derrames; ✓ Apoiar no salvamento de animais afetados pela contaminação do meio ambiente; ✓ Colaborar com outras entidades no sentido de apoiar pessoas e animais no regresso ao local de origem; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	
<p>CP</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar os meios ferroviários considerados necessários à constituição de comboios, tendo em vista a evacuação de pessoas; ✓ Garantir, na medida do possível, a organização de comboios sanitários; ✓ Disponibilizar oficial de ligação à CMPC. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar a disponibilidade de meios humanos para integrar Equipas de Avaliação Reconhecimento e Recuperação;
<p>Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) Del. Do Estoril</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgar ao SMPC o plano de emergência vigente para a Linha de Cascais; ✓ Exercer assessoria técnica especializada à direção do Plano, no âmbito das suas competências e atividade desenvolvida; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participar nas ações de intervenção, apoio e assistência sanitária; ✓ Apoiar a Divisão de Cidadania e Participação da CMC, na receção, registo e encaminhamento de voluntários; ✓ Colaborar com Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos da CMC, na organização e gestão do Centro Municipal de Recolha de Dádivas; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	



<p>EDP Distribuição,</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Suspender o abastecimento de eletricidade aos locais acidentados para diminuir o risco de incêndio e explosões; ✓ Apoiar logisticamente as forças de intervenção (iluminação, eletricidade, etc.); ✓ Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de energia elétrica, tendo em conta as prioridades definidas; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar a disponibilidade de técnicos operacionais, para avaliação das infraestruturas e redes elétricas; ✓ Efetuar o levantamento dos prejuízos causados; ✓ Recuperar os danos sofridos pelas redes, subestações e postos de transformação.
<p>Entidades gestoras de sistemas de distribuição de gás/combustíveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Suspender o abastecimento de gás aos locais acidentados para diminuir o risco de incêndio e explosões; ✓ Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de gás e combustíveis, tendo em conta as prioridades definidas; ✓ Manter reservas de combustível (litros ou %) para os veículos dos Agentes de Proteção Civil bem como para as entidades com dever especial de cooperação; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar a disponibilidade de técnicos operacionais, para avaliação das infraestruturas de redes de gás; ✓ Efetuar o levantamento dos prejuízos causados.
<p>Infraestruturas de Portugal – Rede Rodoviária</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a habilitação das forças de segurança com a informação técnica necessária para cortes ou aberturas ao tráfego; ✓ Disponibilizar informação sobre os itinerários alternativos nos casos de corte de vias; ✓ Manter o registo atualizado das vias; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a reposição das condições de circulação e segurança nas infraestruturas rodoviárias na jurisdição da EP; ✓ Programar as intervenções necessárias à reposição das condições de circulação e segurança; ✓ Disponibilizar informação sobre os planos de reabilitação, beneficiação e de segurança rodoviária.

Infraestruturas de Portugal – Rede Ferroviária	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gerir a circulação dos comboios dos operadores em tempo real, com padrões de segurança, eficiência e qualidade; ✓ Disponibilizar a informação constante nos vários Planos de Emergência das linhas existentes, para a evacuação de sinistrados e prestação de socorro; ✓ Manter um registo atualizado dos meios disponíveis; ✓ Garantir meios materiais e humanos para manutenção corretiva da rede ferroviária; ✓ Desencadear a mobilização de meios ferroviários possíveis, para a organização de comboios, tendo em vista a movimentação de populações ou o transporte de mercadorias; <p>Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência;</p>
ICNF	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegura apoio técnico especializado nos incêndios em áreas sob gestão ou influência do ICNF (PNSC); ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência.
Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar as ações de apoio social às populações, no âmbito da ação social, acolhimento/realojamento de emergência, em articulação com os vários setores intervenientes; ✓ Assegurar o apoio psicológico às vítimas; ✓ Prestar apoio domiciliário à população desprotegida em situações de emergência; ✓ Assegurar a constituição de equipas técnicas, em articulação com os vários setores intervenientes, para receção, atendimento e encaminhamento da população; ✓ Participar nas ações de pesquisa e reunião de desaparecidos; ✓ Participar na instalação da Zona de Concentração e Apoio da População (ZCAP), assegurando o fornecimento de bens e serviços essenciais; ✓ Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento; <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar as ações de regresso das populações; ✓ Participar nas ações de identificação dos aglomerados familiares carenciados e propor a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual;



	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colaborar com Unidade de Manutenção e Serviços Logísticos da CMC, na organização e gestão do Centro Municipal de Recolha de Dádivas; ✓ Colaborar nas ações de movimentação das populações; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	
<p>Juntas Freguesia</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a identificação dos munícipes com incapacidades ou que devido ao local de residência, necessitem de atenção especial; ✓ Apoiar a evacuação das populações; ✓ Auxiliar as ações de instalação e gestão dos centros de acolhimento provisório; ✓ Apoiar a Divisão de Cidadania e Participação da CMC, na receção, registo e encaminhamento de voluntários; ✓ Participar localmente na difusão de avisos e informação pública às populações; ✓ Colaborar com Unidade de Manutenção e Serviços Logísticos da CMC, na organização e gestão do Centro Municipal de Recolha de Dádivas; ✓ Assegurar a gestão dos cemitérios à sua responsabilidade, nomeadamente de Alcabideche, Galiza (Estoril) e de S.D. Rana; ✓ Colaborar com a Unidade de Manutenção e Serviços Logísticos da CMC na definição de locais alternativos para sepulturas; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	
<p>MotoClube da Vila de Cascais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Constituir, quando solicitado, grupo de estafetas e mensageiros para apoio às operações de emergência; ✓ Auxiliar o transporte de indivíduos, na eventualidade da inexistência de alternativas ou por motivos de constrangimentos acentuados de tráfego rodoviário que, pelas suas funções e competências, sejam necessários às operações de emergência; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	

Operadoras de redes móveis: Altice, Vodafone e NOS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Difundir avisos relativos à segurança das populações por SMS; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Proceder às obras de reparação para garantir o rápido restabelecimento do sistema de comunicações.
Associação de Radioamadores de cascais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cooperar com as entidades oficiais de forma a reforçar o sistema de comunicações via rádio, ou substituí-lo em caso de inoperabilidade; ✓ Estabelecer e garantir, a pedido, comunicações autónomas, integrando outros meios e dispositivos de comunicação; ✓ Colaborar na reabilitação de equipamentos e meios técnicos colapsados; ✓ Funcionar como observadores que reportam através dos meios de rádio, para o Posto de Comando Operacional Conjunto, informação útil ao acionamento de meios de socorro e salvamento; ✓ Assegurar a difusão de informação útil às populações; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	
Altice	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliar a situação e efetuar as intervenções técnicas imediatas para restabelecer as comunicações telefónicas; ✓ Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes a serviços e entidades essenciais; ✓ Colaborar na redução ou eliminação do tráfego de comunicações existente na zona de sinistro; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar o restabelecimento e o reforço das comunicações telefónicas.
Rádios locais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colaborar na divulgação de avisos às populações; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência; 	



<p>Infraestruturas de Portugal – Rede Ferroviária</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gerir a circulação dos comboios dos operadores em tempo real, com padrões de segurança, eficiência e qualidade; ✓ Disponibilizar a informação constante nos vários Planos de Emergência das linhas existentes, para a evacuação de sinistrados e prestação de socorro; ✓ Manter um registo atualizado dos meios disponíveis; ✓ Garantir meios materiais e humanos para manutenção corretiva da rede ferroviária; ✓ Desencadear a mobilização de meios ferroviários possíveis, para a organização de comboios, tendo em vista a movimentação de populações ou o transporte de mercadorias; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência; 	
<p>Águas do Tejo Atlântico</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Eliminar as situações anómalas referentes às redes de saneamento, em ordem a evitar casos de insalubridade, de inundações e de insegurança. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prever a constituição de equipas para avaliação de eventuais prejuízos na rede de saneamento.
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assegurar a recolha, transporte, tratamento e rejeição dos efluentes canalizados pelo Município de Cascais; ✓ Garantir o funcionamento da rede de águas residuais domésticas em alta, desde o ponto de entrega do sistema de saneamento em baixa (Águas de Cascais) até à ETAR; ✓ Participar no levantamento e permanente atualização das zonas do concelho mais suscetíveis de serem afetadas por inundações; ✓ Garantir a articulação com o Departamento e Qualificação Ambiental e o SMPC da CMC no âmbito da sustentabilidade ambiental; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência. 	

<p>Santa Casa da Misericórdia de Cascais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acolher temporariamente população desalojada; ✓ Assegurar o apoio psicológico às vítimas; ✓ Colaborar na definição de critérios de apoio social à população; ✓ Prestar apoio domiciliário à população desprotegida em situações de emergência; ✓ Assegurar a constituição de equipas técnicas, em articulação com os vários setores intervenientes, para receção, atendimento e encaminhamento da população; ✓ Participar na instalação da Zona de Concentração e Apoio da População (ZCAP), assegurando o fornecimento de bens e serviços essenciais; ✓ Apoiar as ações de gestão de abrigos, de campos de desalojados e distribuição de bens, roupas, agasalhos e refeições; ✓ Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento; ✓ Colaborar nas ações de movimentação das populações; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência.
<p>Operador de transporte público rodoviário do município de Cascais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar o transporte de emergência de populações; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência.
<p>Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cooperar com as forças e outros serviços de segurança em matéria de circulação de pessoas e de controlo de estrangeiros; ✓ Autorizar e verificar a entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves; ✓ Orientar os cidadãos estrangeiros presentes na área sinistrada sobre procedimentos a adotar; ✓ Estabelecer os contactos eventualmente necessários com os diferentes Consulados e Embaixadas; ✓ Controlar o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações e aeronaves que provenham de portos ou aeroportos de risco sanitário, em coordenação com a autoridade de saúde; ✓ Auxiliar nas ações de identificação de cadáveres de cidadãos estrangeiros; ✓ Disponibilizar, dentro das suas capacidades, meios e equipamento para operações de emergência.

2.2.1 Responsabilidades das unidades orgânicas da CMC e empresas municipais

Unidades orgânicas da CMC e Empresas Municipais	Fase de emergência	Fase de reabilitação
Cascais Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Executar ações de limpeza das vias, espaços públicos e recolha de resíduos sólidos urbanos; ✓ Promover a fiscalização das áreas afetadas, tendo em atenção a determinação das respetivas condições de salubridade; ✓ Gerir os espaços públicos verdes urbanos, de jogos e de recreio; ✓ Disponibilizar meios e equipamentos para operações de emergência; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas. 	
Cascais Dinâmica	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colaborar nas operações de emergência em que seja necessário a utilização dos espaços e edifícios sob a sua gestão, nomeadamente o Aeródromo; ✓ Disponibilizar a estrutura aeroportuária de forma a garantir os voos humanitários, de Emergência médica e de Busca e Salvamento nos períodos de encerramento do aeródromo; ✓ Disponibilizar meios e equipamentos para operações de emergência; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas. 	
Cascais Envolvente	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir o Diagnóstico, Promoção Habitacional e Gestão do Parque Habitacional do Município de Cascais, tendo em conta a sua conservação e as condições económicas e sociais dos seus inquilinos; ✓ Reforçar o papel de intervenção psicossocial nas famílias, privilegiando o conhecimento e a monitorização com vista à criação de respostas alternativas e à identificação de novas soluções (reajuntamento, procura de habitação etc.); ✓ Executar obras de reabilitação dos edifícios afetados; ✓ Em articulação com o DHS da CMC, integrar as equipas de apoio psicossocial às populações vítimas das situações de emergência; ✓ Disponibilizar meios e equipamentos para operações de emergência; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas. 	

Unidades orgânicas da CMC e Empresas Municipais	Fase de emergência	Fase de reabilitação
Cascais Próxima	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir o funcionamento da rede de águas pluviais, promovendo a execução dos trabalhos de normalização da situação; ✓ Assegurar a manutenção das funções do sistema viário e do sistema pedonal, garantindo as desobstruções e reparações necessárias dos pavimentos, das vias de circulação e das vias pedonais; ✓ Assegurar a constituição de equipas para escoramento de muros e taludes; ✓ Prever a constituição de equipas para avaliação de eventuais prejuízos na rede de rede de águas pluviais; ✓ Disponibilizar meios e equipamentos para operações de emergência; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas. 	
Departamento de Educação, Desporto, (DED)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover o acionamento de meios humanos para apoio às ações de emergência levadas a cabo dentro da Área de Intervenção e no levantamento de espaços suscetíveis de utilização como locais de reunião de emergência; ✓ Assegurar a disponibilização e a utilização das instalações desportivas, ensino e culturais, existentes no concelho, com indicação das suas capacidades e características, tendo em vista ações de realojamento provisório; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas. 	
Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DFP)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a gestão de recursos financeiros; ✓ Controlar as requisições de meios humanos e materiais; ✓ Coordenar a receção de ajuda humana e financeira que venha eventualmente a registar-se através da população em geral, ONG's, instituições nacionais e organizações internacionais e de países estrangeiros; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas. 	

<p>Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social (DHS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Colaborar com a proteção Civil no apoio aos munícipes, em situação de emergência psicossocial; ✓ Coordenar eventuais ações de realojamento e apoio social de populações sinistradas, designadamente; ✓ Na triagem das famílias a realojar e no respetivo levantamento socioeconómico; ✓ Na deteção de necessidades imediatas; ✓ Prever, em articulação com as instituições existentes, formas de resposta à problemática dos grupos de risco, decorrente de situações de emergência; ✓ Ativar o Plano Setorial de Intervenção Psicossocial e Apoio às Populações; ✓ Implementar e coordenar as ações de apoio psicossocial às populações vítimas das situações de emergência; ✓ Colaborar na evacuação de populações; ✓ Apoiar a Unidade de Manutenção e Serviços Logísticos da CMC, na organização e gestão do Centro Municipal de Recolha de Dádivas; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
<p>Departamento de Inovação e Comunicação (DIC)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garante as relações com os Órgãos de Comunicação Social; ✓ Elabora as normas para a realização e difusão de Conferências de Imprensa, através dos Órgãos de Comunicação Social; ✓ Prepara e difunde, de acordo com a orientação superior, avisos, informações e instruções às populações; ✓ Prepara, com periodicidade determinada, comunicados a distribuir; ✓ Credencia os Órgãos de Comunicação Social junto da CMPC; ✓ Distribui "livres trânsito" a jornalistas para circulação nas áreas afetadas, em conformidade com as normas de segurança existentes; ✓ Promove, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
<p>Departamento de Intervenção Territorial (DIT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar técnicos para a constituição de equipas multidisciplinares com a finalidade de avaliação de danos em edifícios e nas infraestruturas; ✓ Assegurar, no âmbito das suas competências, a salvaguarda do património natural e cultural, suscetível de perda e degradação, propondo ações e medidas relativas à prevenção e mitigação dos respetivos riscos; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.

Departamento de Ambiente e Cidadania (DAC)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acompanhar e participar na fiscalização da gestão operacional quanto ao cumprimento dos acordos e contratos celebrados com as empresas gestoras dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, nomeadamente Águas de Cascais e SANEST; ✓ Estabelece sistemas de controlo dos níveis de poluição atmosférica e sonora; ✓ Garante uma articulação permanente com o Parque Natural de Sintra-Cascais, as Empresas Municipais, Concessionárias e as unidades orgânicas municipais, no âmbito da sustentabilidade ambiental, e propor medidas com vista à adequada valorização do Parque Natural Sintra-Cascais; ✓ Coordenar a gestão do litoral do município, articulando as ações com as demais unidades orgânicas e as entidades exteriores tutelares da orla costeira e das praias; ✓ Promove, no âmbito das suas competências, outras ações que lhe forem cometidas.
Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos (DHJ)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assessorar e apoiar o Presidente, sempre que solicitado, nas decisões e ações tomadas, de modo a permitir uma melhor operacionalização e a garantia de exequibilidade jurídico-administrativa;
Departamento de Gestão Territorial (DGT)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar técnicos para a constituição de equipas multidisciplinares com a finalidade de avaliação de danos em edifícios e nas infraestruturas; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordenar a área de intervenção respetiva (Administração e Logística); ✓ Integrar o Núcleo de Assessoria Política do Gabinete de Assessoria Política e Técnica; ✓ Prestar assessoria ao Presidente no que lhe for solicitado.
Direção Municipal de Coesão e Capacitação Social (DMCC)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordenar a área de intervenção respetiva (Apoio às Populações); ✓ Integrar o Núcleo de Assessoria Política do Gabinete de Assessoria Política e Técnica; ✓ Prestar assessoria ao Presidente no que lhe for solicitado.
Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (DMEI)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integrar o Núcleo de Assessoria Política do Gabinete de Assessoria Política e Técnica; ✓ Prestar assessoria ao Presidente no que lhe for solicitado.

Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial (DMGI)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordenar a área de intervenção respetiva (Serviços Técnicos); ✓ Integrar o Núcleo de Assessoria Política do Gabinete de Assessoria Política e Técnica; ✓ Prestar assessoria ao Presidente no que lhe for solicitado.
Divisão de Cidadania e Participação (DCIP)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover e apoiar a conceção e implementação de políticas, estratégias e iniciativas que contribuam para o voluntariado dos munícipes; ✓ Coordenar toda a receção e gestão de voluntários; ✓ Manter atualizada a Base de Dados de voluntários com os respetivos perfis de competências de modo a poderem ser convocados para operações de emergência de proteção civil; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
Divisão de Fiscalização, Obras e Infraestruturas (DFEI)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a realização das vistorias e das ações inerentes às construções que ameacem ruir ou constituam perigo para a saúde e segurança de pessoas e bens; ✓ Disponibilizar técnicos para a constituição de equipas multidisciplinares com a finalidade de avaliação de danos em edifícios e nas infraestruturas; ✓ Realizar as vistorias para postos de abastecimento de combustíveis, áreas de serviços instaladas na rede viária e instalações de armazenamento de produtos de gás e petróleo; ✓ Assegurar, no âmbito das suas competências, a articulação entre o município e as instituições públicas e os operadores de serviços públicos; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
Divisão de Gestão de Estrutura Verde (DGEV)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Intervir e atuar nos domínios do apoio e assistência a operações de proteção e socorro, de acordo com as suas disponibilidades e em articulação com os APC; ✓ Proceder ao levantamento e emissão de pareceres sobre espécies arbóreas em risco ou potencial risco; ✓ Assegurar a gestão, manutenção e funcionalidade dos parques, espaços verdes urbanos, património arbóreo e viveiros municipais em operações de emergência; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas (DOVI)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acionar e coordenar os empreiteiros que trabalham para a CMC, bem como os respetivos equipamentos; ✓ Disponibilizar técnicos para a constituição de equipas multidisciplinares com a finalidade de avaliação de danos em edifícios e nas infraestruturas; ✓ Prever a constituição de equipas, nomeadamente através da articulação com os operadores de sistemas de energia e telecomunicações, em ordem à reparação de instalações elétricas afetadas, na sua área de responsabilidade; ✓ Garantir o funcionamento da rede de águas pluviais, promovendo a execução dos trabalhos de normalização da situação; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.

Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DABP)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Identifica e propõe, no âmbito das suas competências, as ações indispensáveis à salvaguarda e preservação do património histórico, cultural e arquitetónico em colaboração com o IGESPAR; ✓ Manter atualizado o inventário das peças patrimoniais de referência para poderem ser transportadas em operações de emergência de proteção civil; ✓ Promove, no âmbito das suas competências, outras ações que lhe forem cometidas.
Divisão de Polícia (DPOL)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar os meios próprios necessários à colaboração com a GNR e PSP nas atividades de manutenção de ordem pública; ✓ Colaborar com as forças de segurança presentes no município – PSP e GNR – na definição de percursos alternativos, nomeadamente de corredores de emergência e à movimentação e evacuação das populações; ✓ Assegurar a vigilância e a segurança dos edifícios, instalações municipais; ✓ Promover ações de polícia ambiental; ✓ Promover ações de polícia mortuária; ✓ Prestar apoio nas ações de aviso à população; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas; ✓ Organizar um serviço de estafetas, a funcionar junto da CMPC.
Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir o levantamento e registo de organismos públicos e privados, com capacidade para confeção e distribuição de refeições e respetivo acionamento; ✓ Promover ações de inspeção higienossanitária e vistorias nas áreas da sua responsabilidade; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
Divisão de Gestão de Recursos Humanos (DGRH)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Manter atualizada a lista de pessoal da CMC e do Setor Empresarial Municipal com os respetivos perfis de competências com vista a operações de emergência de proteção civil; ✓ Proceder à requisição dos funcionários municipais necessários ao desempenho de missões específicas de proteção civil; ✓ Promover a contratação de recursos humanos necessários às ações de socorro em situação de emergência; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
Gabinete do Presidente (GPPE)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assessorar e apoiar o Presidente, sempre que solicitado, nas decisões e ações tomadas, de modo a permitir uma melhor operacionalização e a garantia de exequibilidade jurídico-administrativa; ✓ Coordenar a área de intervenção respetiva (Gestão de Informação).
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, nomeadamente convocando reuniões da Assembleia Municipal para ratificação das decisões tomadas.



<p>Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordenar o CCOM garantido a articulação com todos os APC, Organismos e Entidades de Apoio na gestão da emergência; ✓ Coordenar os mecanismos de articulação com todas as entidades integrantes da CMPC; ✓ Integrar o Núcleo de Apoio Técnico e Secretariado; ✓ Garantir as instalações e meios de funcionamento da CMPC, no âmbito do planeamento e coordenação operacional; ✓ Garantir um sistema de autenticação a utilizar nos procedimentos para ativação da CMPC; ✓ Assegurar o apoio técnico ao Presidente da CMPC; ✓ Coordenar a realização de pontos de situação e respetiva evolução, das operações de emergência; ✓ Coordenar as ações de recolha e tratamento de informação respeitante às operações de emergência; ✓ Coordenar a preparação de mensagens a transmitir, interna e externamente, ao Sistema Municipal de Proteção Civil; ✓ Coordenar a receção de informação complementar, necessária à gestão de emergência e de apoio às operações no terreno (ex. dados de caracterização meteorológica); ✓ Colaborar com o Departamento de Inovação e Comunicação na preparação e elaboração de comunicados à população; ✓ Manter o CCOM informado do evoluir da situação (ações desencadeadas, meios utilizados, resultados obtidos, carência de meios, etc.); ✓ Coordenar, com o apoio e colaboração das Juntas de Freguesia, as equipas das Brigadas Autárquicas de voluntários que se encontrem constituídas; ✓ Coordenar as ações de reposição da normalidade.
--	---

Versão Consulta Pública (não reservado)

<p>Serviço Veterinário Municipal (SVET)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prestar apoio, nas áreas da sua especialidade, designadamente ao nível da higiene pública veterinária, sanidade animal, inspeção, controlo e fiscalização higienossanitária, profilaxia e vigilância epidemiológica; ✓ Assegurar em estreita colaboração com a Associação São Francisco de Assis a captura, recolha, receção, tratamento e alojamento de animais domésticos; ✓ Garantir a triagem de campo, triagem médica e a triagem médica veterinária móvel; ✓ Assegurar, aos diferentes níveis, a manutenção dos serviços de urgência veterinária; ✓ Proceder à avaliação, autorização, controlo e utilização dos medicamentos veterinários, farmacológicos, imunológicos, pré-misturas medicamentosas, homeopáticos e outros, bem como as suas matérias-primas e os produtos de uso veterinário; ✓ Assegurar, em articulação com o Laboratório Nacional Investigação Veterinária, as ações no domínio da higio-sanidade animal e noutras matérias relativas ao diagnóstico das doenças animais e à pesquisa de resíduos; ✓ Gestão do(s) alojamento(s) temporário(s) para animais; ✓ Gestão da mortuária animal; ✓ Propor ações de vacinação de emergência, se aplicável; ✓ Adotar medidas de saúde animal nas áreas atingidas;
<p>Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Constituir e coordenar o Centro Municipal de Recolha de Dádivas; ✓ Assegurar a manutenção das funções do sistema viário e do sistema pedonal, garantindo as desobstruções e reparações necessárias dos pavimentos, das vias de circulação e das vias pedonais; ✓ Assegurar a constituição de equipas para escoramento de muros e taludes; ✓ Prever a constituição de equipas para avaliação de eventuais prejuízos na rede de saneamento; ✓ Coordenar os meios humanos municipais indispensáveis às ações de transporte de populações deslocadas e respetivos haveres; ✓ Assegurar a articulação e coordenação funcional e operacional com as diversas entidades, públicas e privadas, com atividade de infraestruturacão e equipamento do Município; ✓ Assegurar a gestão dos cemitérios, garantindo a satisfação da demanda mortuária nos seus aspetos técnico, económico e legislativo. Colabora na definição de locais alternativos para sepulturas; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.

<p>Divisão de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSTI)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a gestão, manutenção e exploração das redes de comunicações de voz e dados e do equipamento a estas associadas, que suportam os sistemas informáticos corporativos da câmara de Cascais, no âmbito das suas competências e de acordo com os níveis de serviço das equipas internas e prestadores de serviço externos em vigor; ✓ Assegurar a gestão, instalação, manutenção e exploração dos sistemas informáticos, assegurando o cumprimento das políticas de segurança e de controlo que se encontrem estabelecidas, no âmbito das suas competências e de acordo com os níveis de serviço das equipas internas e prestadores de serviço externos em vigor; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
<p>Unidade de Transporte e Manutenção Auto (UTMA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordenar os meios de transportes municipais necessários às operações de emergência; ✓ Coordenar as ações relativas à gestão dos meios de transportes dos Organismos e Entidades de Apoio; ✓ Assegurar a manutenção e abastecimento de combustível das viaturas necessárias às operações de emergência; ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas.
<p>Vereadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assessorar o Presidente da CMC, no sentido das políticas e estratégias a prosseguir, como forma de preservar a efetividade da governação e da gestão, mantendo a confiança das populações na capacidade municipal de resolução da emergência e no retorno à normalidade.
<p>Departamento de Autoridade de Transportes (DAT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar a Autoridade de Transportes do Município de Cascais nas suas atribuições e competências, designadamente no que respeita à organização, à operação, à atribuição, à fiscalização e ao desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados. ✓ Promover, no âmbito das suas competências, outras funções que lhe forem cometidas. ✓ Em caso de emergência, se forem requisitados meios ao operador de transporte público rodoviário, deve essa requisição ser divulgada em simultâneo ao DAT, de modo a que este departamento possa dar continuidade à operação de controlo e fiscalização do serviço de TP.

3 Organização

3.1 Infraestruturas de relevância operacional

A caracterização das infraestruturas prende-se com a análise das estruturas que pela sua importância numa operação de proteção civil, poderão ser consideradas vitais para a prevenção, planeamento, socorro e emergência. Como exemplo podem-se considerar a rede viária (rodo e ferroviária), telecomunicações, abastecimento de água, eletricidade, combustíveis, portos, aeroportos, património, instalações dos agentes de proteção civil, hospitais, entre outras.

3.1.1 Infraestruturas ferroviárias, Marítimas e Aéreas

Em relação às infraestruturas ferroviárias, o concelho de Cascais dispõe de uma linha férrea que se estende junto ao litoral com cerca de 21,5 Km, incluindo 7 estações ferroviárias (Tabela 3).

As infraestruturas marítimas localizam-se na costa sul do concelho, destacando-se a Marina de Cascais e o pontão da Praia da Ribeira.

Segundo o ofício do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) de 9/Fev/2015, o Aeródromo Municipal de Cascais situado na freguesia de São Domingos de Rana e o Heliporto Hospitalar de Cascais, em Alcabideche, são as únicas infraestruturas aéreas licenciadas no concelho (ver Parte III, Anexo I Mapa 16).

Tipo de Infraestrutura	Equipamento
Aérea	Aeródromo Municipal de Cascais
Ferrovíaria	(1) Estação de Cascais
	(2) Estação Monte Estoril
	(3) Estação do Estoril
	(4) Estação de São João do Estoril
	(5) Estação de São Pedro do Estoril
	(6) Estação da Parede
	(7) Estação de Carcavelos
	Linha Férrea (21,5 Km)
Marítima	Marina de Cascais
	3 Pontões

Tabela 3 - Infraestruturas Rodoviárias, Ferroviárias e Aérea

3.1.2 Redes de Telecomunicações

Em termos de comunicações de emergência, existem no Concelho de Cascais 296 antenas sob gestão de diferentes operadores. Destacam-se 99 antenas da MEO, 97 da Vodafone e 80 antenas da NOS. (ver Parte III, Anexo I Mapa 17):

Existem também os seguintes sistemas de telecomunicações de proteção civil:

- COS-CDOS-Rede SIRESP-Canal de coordenação distrital;
- SICOMEC (Sistema de Comunicações de Emergência do Concelho de Cascais) - Canal Tático (com repetidores em Alcabideche, Janes, Monte Estoril, Matos Cheirinhos);
- Rede VPN (telemóveis).

3.1.3 Abastecimento de Água

A água aduzida ao sistema tem três tipos de origens:

- Água adquirida à EPAL (87% do total);
- Água captada no concelho (12,4%);
- Água adquirida a outros concelhos (0,6%).

As origens no Concelho de Cascais repartem-se pelas galerias de minas na Malveira da Serra e Vale de Cavalos, pelos furos da Biscaia, Cobre, Pisão, Atrozela, Pau Gordo, Cardosas, Quinta da Marinha, Murches e pela Albufeira do Rio da Mula.

A água adquirida à EPAL é aduzida ao sistema pela Conduta Alta, com traçado semelhante ao da autoestrada, e no período de verão pela Conduta Superior (Vila Fria – Concelho de Sintra).

Toda a adução é dirigida para 24 reservatórios com capacidade global de 90.146 m³ (Tabela 4). A esta capacidade de reserva, podemos ainda acrescentar os cerca de 340.000 m³ de capacidade máxima da Albufeira do Rio da Mula (ver Parte III, Anexo I Mapa 18).

A Barragem do Rio da Mula é a única barragem existente no concelho, tendo sido construída pela Câmara Municipal de Cascais em 1969, com o objetivo de abastecimento de água ao Concelho. Localiza-se na vertente sul da Serra de Sintra, tendo como linha de água o Rio da Mula compreendido na Bacia da Ribeira das Vinhas e que desagua na Baía de Cascais. Apresenta um muro de suporte de 18m de altura e 192m de largura, tem uma área inundada de 45000m² e capacidade útil de 230000m³ de água.

Nome do reservatório	Cota de Soleira (m)	Capacidade (m ³)
Abano	79	1.000
Abuxarda	97,5	5.000
Alcoitão	153	6.000
Alto do Estoril	47,5	1.000
Atrozela	85,8	146
Caparide	103	9.000
Cardosas	137	5.500
Cobre	95	13.600
Goulão	117	5.000
Janes	182	450
Malveira da Serra	219	300
Moinhos de Rana	92	12.600

Nome do reservatório	Cota de Soleira (m)	Capacidade (m ³)
Monte Estoril	74,5	2.000
Murches	115	2.070
Outeiro de Polima	112	10.000
Pampilheira	64	4.000
Parede (Novo)	51	1.500
Parede (Velho)	65	990
Pau Gordo	93,5	6.000
Pisão	59,7	150
Quinta da Marinha (Booster)	64	100
Quinta da Marinha	63	1.600
Rio da Mula	132	500
São Domingos de Rana	55	2.500

Tabela 4 - Reservatórios do Concelho de Cascais (Águas de Cascais, S.A., e ZMC/DPT/DPIE - 2011)

3.1.4 Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis

3.1.4.1 Rede Elétrica

A maior parte da rede elétrica de alta tensão passa nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana enquanto a rede elétrica de média tensão tem distribuição globalmente uniforme no concelho de Cascais com exceção da zona noroeste da freguesia de Alcabideche que possui menor densidade populacional. A localização das redes de média e alta tensão, dos postes de média e alta tensão e das sub-estações encontra-se em formato digital (ver Parte III, Anexo I Mapa 21).

3.1.4.2 Rede de Gás

A extensão da rede de distribuição de gás natural em serviço no final de Dezembro de 2014 no concelho de Cascais pode ser observada no mapa (ver Parte III, Anexo I Mapa 22) onde identificam-se as tubagens, os ramais, as válvulas e os postos de regulação de pressão. No mesmo mapa identifica-se ainda dois depósitos de garrafas de gás na freguesia de Alcabideche e na União das Freguesias de Cascais e Estoril.

Segundo a Galp Energia, o comprimento total da rede de gás natural é de 581,944 km, sendo composta pelas seguintes parcelas:

Gasoduto do 2º escalão – 5,028 m implantados em terrenos privados com constituição de servidão;

Rede de distribuição secundária c/ $\varnothing \leq 200$ mm – 547,366 m;

Rede de distribuição secundária c/ $\varnothing > 200$ mm – 29,550 m.

3.1.4.3 Postos de Abastecimento Combustíveis

De acordo com a informação recolhida, existem no concelho 37 Postos de Abastecimento de Combustíveis (PAC) (ver Parte III, Anexo I Mapa 23) dos quais identificam-se os PAC com venda e sem venda de gás, concluindo que dos 37 PAC apenas 4 não dispõem de venda de gás.

3.1.5 Infraestruturas Industriais

As freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana, concentram as maiores zonas/parques industriais. Destacam-se pelo tipo de atividade e substâncias movimentadas:

EMPRESA	ENDEREÇO
Kenitex Química SA (Tintas)	Estrada de Manique 936, 2645-475 Alcabideche Cascais
Fábrica de Plásticos Técnica e Precisão Tep Lda	Estrada Octávio Pato 632, São Domingos de Rana
Fluidra (produtos para tratamento de piscinas e águas).	Rua Alfredo Silva n.º 41 Trajouce 2785-656 S. D. Rana
Rotasu-Tratamento de Superfícies Lda	Rua da Estrada Velha 2786, São Domingos de Rana
Tratolixo (tratamento de resíduos sólidos)	Estrada 5 de Junho Trajouce, 2785-155 São Domingos de Rana

De acordo com a informação existente relativa aos armazéns, estabelecimentos industriais, verificavam-se em maior número (em 2009), os estabelecimentos relacionados com o comércio e reparação de automóveis, mobiliário e materiais de construção.

3.1.6 Elementos estratégicos, vitais / sensíveis para operações de prot. e socorro

No âmbito da segurança e da proteção civil assume particular acuidade a caracterização dos designados Pontos Sensíveis, enquanto infraestruturas fundamentais de suporte às operações de emergência.

A nível dos agentes de proteção civil, o concelho dispõe de cinco corporações de bombeiros voluntários: Cascais, Alcabideche, Estoril, Parede e Carcavelos – S. D. Rana.

O SMPC está situado no edifício dos Bombeiros de Alcabideche, enquanto a Unidade Técnica Florestal (UTEF) encontra-se localizado em Vale de Cavalos. Regista-se ainda a existência de um Campo de Treinos de Proteção Civil, em Trajouce.

As forças de segurança presentes no concelho são a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), Polícia Marítima e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), todas elas com áreas de intervenção delimitadas.

No caso da GNR, a área de intervenção corresponde à freguesia de Alcabideche e abrange 40% do território do concelho. Além do Quartel de Alcabideche, e a cargo desta força de segurança, existe o Destacamento de Trânsito de Carcavelos da GNR.

A PSP tem a seu cargo, praticamente a restante área do concelho (56% do território), excetuando a linha de costa que pertence à área de intervenção da Polícia Marítima.

Relativamente à Polícia Marítima, está fundeada na Marina de Cascais a Lancha da Marinha que dá apoio ao patrulhamento dos 23km de costa entre Carcavelos e Norte da Praia do Abano.

No caso da Polícia Municipal, a sua área de intervenção é a totalidade do concelho, estando sedeada num único edifício na freguesia de Cascais e partilhando com a PSP o parque municipal de viaturas apreendidas.

O S.E.F. tem como missão dar execução à política de imigração e asilo de Portugal, de acordo com as disposições da Constituição e da Lei e as orientações do Governo.

Segue – se a lista da localização das infraestruturas respetivas.

Corpos de Bombeiros	
Designação	Morada
Bombeiros Voluntários de Alcabideche	Rua dos Bombeiros Voluntários, N.º 159, 2645-030 Alcabideche
Bombeiros Voluntários de Cascais	Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa, N.º 911, 2750 Cascais
Bombeiros Voluntários de Carcavelos e São Domingos de Rana	Rua dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos N.º 2775-694 CARCAVELOS
Bombeiros Voluntários do Estoril	Av. dos Bombeiros Voluntários Nº. 3, 2675-202 Estoril
Bombeiros Voluntários da Parede	Av. dos Bombeiros Voluntários Nº.142, 2775-168 PAREDE
PSP	
Designação	Morada
Divisão Policial	Rua Afonso Sanches, N.º 26 2750-281 Cascais
Esquadra de Turismo	Largo Mestre Henrique Anjos, s/n 2750 Cascais
Esquadra de Trânsito	Rua Fernando Lopes Graça, N.º 504 A/B - Urbanização Checlos 2775-570 Carcavelos
Esquadra de Investigação Criminal	Av. Piemonte, N.º 150 - Monte Estoril 2645-550 Cascais
Esquadra de Intervenção e Fiscalização	Rua Afonso Sanches, N.º 26, 2750-281 Cascais
50ª Esquadra LX	Largo Mestre Henrique Anjos, s/n 2750 Cascais
51ª Esquadra LX	Av. Portugal, N.º 423, 2765-272 Estoril
52ª Esquadra LX	Rua de Timor N.º 40 2775-291 Parede
54ª Esquadra LX	Rua João da Silva, lote 2 - R/C 2775-586 Carcavelos
56ª Esquadra LX	Rua dos Bons Amigos, n.º 106 - D 2785-172 São Domingos de Rana (Trajouce)

GNR	
Designação	Morada
Posto Territorial da GNR de Alcabideche	Estrada das Tojas, 2645-091 Alcabideche
Destacamento de Trânsito de Carcavelos da GNR	Quinta Torre da Aguilha - Edifício Brisa, 2785-599 São Domingos de Rana
Capitania do Porto de Cascais e Polícia Marítima	
Designação	Morada
Capitania do Porto de Cascais	Rua Fernandes Thomaz N.º 2, 2750-342 Cascais
Polícia Marítima	Largo Mestre Henrique Anjos - 2750-331 Cascais
Polícia Municipal	
Designação	Morada
Divisão de Polícia Municipal (Cascais)	Rua António Andrade Júnior 2750 Cascais
Parque Municipal de Viaturas (Trajouce)	Rua Cabeço de Cação, Trajouce
Parque de Reboques (Bairro do Rosário)	Avenida Pedro Álvares Cabral, Cascais
Serviço Estrangeiros e Fronteiras	
Designação	Morada
Instalações SEF	Rua da Misericórdia, N.º 1 2750-642 CASCAIS

Tabela 5 - Localização de infraestruturas de agentes de proteção civil

3.2 Zonas de Intervenção

A resposta operacional desenvolve-se na área do concelho de Cascais, que é designada por Zona de Intervenção (ZI).

Nos termos do SIOPS, e em relação à resposta operacional municipal, a ZI divide-se em Zona de Sinistro (ZS), Zona de Apoio (ZA), Zona de Concentração e Reserva (ZCR). Não é considerada a Zona de Receção de Reforços (ZRR) dado ser, conforme a legislação em vigor, da responsabilidade nacional e distrital.



Ilustração 1 - Diagramas de Zonas de Intervenção

Neste Plano, torna-se imperativo a caracterização das denominadas Zonas de Concentração e Reserva e as Zonas de Receção de Reforços, tendo em conta que estas, irão receber e gerir os reforços essenciais à emergência.

Um teatro de operações (TO) organiza-se em setores a que correspondem zonas geográficas ou funcionais conforme o tipo de ocorrência e as opções estratégicas consideradas.

Cada setor do TO tem um responsável que assume a definição de comandante de setor.

3.2.1 Zonas de Concentração e Reserva

As ZCR são zonas junto ao TO, de configuração e amplitude variáveis e adaptada às circunstâncias e condições do tipo de ocorrência, onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata atribuída e nas quais se mantém um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar às forças de intervenção, sob gestão da Célula de Logística do PCO.

Os responsáveis pelas áreas da ZCR reportam diretamente ao Oficial de Logística.

Nas ZCR podem ser consideradas diferentes áreas de acordo com o tipo e dimensão da ocorrência, nomeadamente:

Constituição da ZCR	
Áreas	Definição
Área de reserva	Local ou locais onde se localizam os meios e recursos sem missão imediata atribuída e que constituem a reserva estratégica sob a gestão da CELOG.
Área de reabastecimento	Local ou locais onde se realizam as operações de reabastecimento de combustíveis, água, equipamentos, consumíveis e outros considerados necessários ao suporte da ocorrência.
Área de alimentação	Local ou locais onde se procede à alimentação das forças e/ou preparação das refeições para distribuição aos meios em intervenção na ZS.
Área de descanso e higiene	Local ou locais onde se asseguram as condições de descanso e higiene aos operacionais.
Área de apoio sanitário	Local ou locais onde é instalado o apoio sanitário aos operacionais envolvidos na ocorrência.
Área de manutenção	Local ou locais onde se providencia a manutenção dos equipamentos.
Área médica	Local ou locais para instalação do Posto Médico Avançado (PMA) e/ou outras estruturas de assistência pré hospitalar no TO.

Tabela 6 - Constituição da ZCR

3.2.2 Zona de Receção e Reforços

As ZRR são zonas de controlo e apoio logístico, atribuídas pelo patamar nacional sem determinação de um Teatro de Operações (TO) específico, sob a responsabilidade do COS, para onde se dirigem os meios de reforço e apoio logístico atribuídos pelo patamar distrital.

É nas ZRR que terá lugar a concentração dos recursos solicitados pelo COS ao CDOS, despachados para uma ZCR específica, e onde são transmitidas as orientações táticas necessárias.

3.3 Mobilização e Coordenação de Meios

A mobilização de meios será prioritariamente efetuada com recurso a meios públicos e ou privados existentes no município quando afetado por acidente grave ou catástrofe, os quais atuarão de acordo com as prioridades identificadas nas várias Áreas de Intervenção.

Desta forma, aquando da ativação do Plano é fundamental a mobilização rápida, eficiente e ponderada de meios e recursos, de acordo com os seguintes critérios:

- Utilizar os meios e recursos adequados ao objetivo, não excedendo o estritamente necessário;
- Dar preferência à utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Dar preferência à utilização de meios e recursos detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização, sobre a utilização de meios e recursos privados;

- Obedecer a critérios de proximidade e de disponibilidade na utilização de meios e recursos, privilegiando os meios existentes nos municípios do distrito menos afetados pelo acidente grave ou catástrofe.

Os meios e recursos pertencentes aos agentes de proteção civil e aos organismos e entidades com dever de cooperação serão colocados à disposição dos Postos de Comando que os afetarão de acordo com as necessidades. O inventário dos meios e recursos encontra-se na Parte III deste Plano (Capítulo 1 – Inventário de Meios e Recursos).

Os pedidos de reforço de meios só são considerados válidos quando apresentados pela cadeia de comando municipal ou distrital. Neste contexto, caberá à ANPC a atribuição de meios de reforço distritais e nacionais, tendo em conta critérios de proximidade, prontidão e disponibilidade para fazer face às necessidades operacionais decorrentes do evento.

A mobilização e requisição de recursos e equipamentos, deverá ser feita através do modelo de requisição constante na Parte III (Capítulo 3.2 – Modelos de Requisições).

Sempre que for ativado um estado de alerta especial para o SIOPS observa-se o incremento do grau de prontidão das organizações integrantes do SIOPS com vista a intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências, de acordo com a tabela seguinte.

Nível	Grau de prontidão	Grau de mobilização (%)
Vermelho	Até doze horas	100
Laranja	Até seis horas	50
Amarelo	Até duas horas	25
Azul	Imediato	10

Tabela 7 - Graus de prontidão e mobilização.

3.4 Notificação Operacional

O SMPC tem acesso a um conjunto de sistemas de monitorização, quer de modo direto, quer através de informação proveniente do patamar Distrital e Nacional.

Aquando da receção de informação acerca da iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o SMPC desencadeia um conjunto de notificações operacionais, com o objetivo de intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências. São objeto de notificação as ocorrências que se encontrem em curso, com situação confirmada e em desenvolvimento no local.

De igual modo, com a prévia autorização por parte do Presidente da Câmara são difundidas as necessárias informações a:

- CDOS;
- Serviços e agentes de proteção civil;
- Organismos e entidades de apoio julgados pertinentes face à tipologia da ocorrência.

No caso da ativação deste Plano, a informação pertinente será disseminada periodicamente a todas as entidades intervenientes pelos meios considerados mais apropriados (comunicados, rede telefónica fixa ou móvel, correio eletrónico, mensagem escrita) face à natureza da ocorrência. De acordo com a tipologia de risco os mecanismos de notificação operacional são os constantes na tabela seguinte.

Mecanismos Risco	Comunicados	Telemóvel ou telefone fixo	E-mail	Notificação SMS
Incêndios Florestais	X	X	X	X
Cheias e Inundações	X	X	X	X
Secas	X			
Rutura de Barragens	X	X	X	X
Sismos	X	X	X	X
Mecanismos Risco	Comunicados	Telemóvel ou telefone fixo	E-mail	Notificação SMS
Movimentos de Massa em Vertentes	X	X	X	X
Ondas de Calor e Vagas de Frio	X			
Emergências Radiológicas	X	X	X	X
Substâncias Perigosas (Acidentes Industriais)	X	X	X	X
Acidentes		X		X
Incêndios Urbanos		X		X
Colapso de Infraestruturas e Edifícios		X		X

Tabela 8 - Mecanismos de notificação operacional.

Versão Consultar

4 Áreas de Intervenção

4.1 Gestão Administrativa e Financeira

Entidade Coordenadora: Direção Geral de Apoio à Gestão (DMAG).

Responsável: Diretor(a) Municipal da DMAG.

Substituto: O seu substituto legal.

- Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DFP);
- Divisão de Cidadania e Participação (DCIP);
- Divisão de Recursos Humanos (DRH)
- Juntas de Freguesia;
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Prioridades gerais de ação

- Assegurar a gestão financeira e administrativa referente à mobilização, requisição e utilização, dos meios e recursos, imprescindíveis à intervenção;
- Promover a eficiência na utilização de meios e recursos;
- Coordenar as negociações contratuais;
- Elaborar e gerir os tempos de utilização dos recursos e meios;
- Garantir o contato com fornecedores públicos ou privados, de equipamentos, serviços e bens, que sejam necessários às operações de emergência;
- Coordenar a gestão de donativos;
- Garantir a receção, registo, enquadramento e coordenação dos serviços públicos, privados e dos voluntários individuais, que colaborem na situação de emergência.
- Implementar as medidas de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro;
- Ativar em caso de necessidade os protocolos celebrados com entidades de apoio às operações de proteção civil;
- Criação de um sistema de requisição para as situações de emergência.

Instruções específicas

Gestão de Finanças:

- A Câmara Municipal de Cascais afetará os meios financeiros especiais destinados a apoiar operações de socorro através da CMPC, em situação de emergência;
- A Câmara Municipal de Cascais utilizará o Fundo de Emergência, inscrita nas Grandes Opções do Plano, para fazer face a despesas inerentes ao PMEPC;
- A Câmara Municipal de Cascais promove o controlo financeiro e orçamental das operações de emergência, coordenando quer a receção de meios financeiros de apoio e ajuda, quer o pagamento de bens e serviços efetuados;
- A Câmara Municipal de Cascais, sempre que a sua capacidade financeira for excedida, solicitará superiormente os reforços indispensáveis podendo, nomeadamente, recorrer ao Fundo de Emergência Municipal gerido pela Direção Geral das Autarquias Locais ou, através da Autoridade Nacional de Proteção Civil, socorrer-se da Conta de Emergência;

- O pessoal voluntário poderá ser abonado de alimentação, quando tal exceda a capacidade dos respetivos serviços e organismos, nos dias em que preste serviço e indemnizado pelos salários perdidos durante a situação de emergência, nos termos da legislação em vigor;
- A aquisição de bens e serviços será feita nos termos legais por requisição da CMPC, sendo a liquidação das despesas resultantes efetuada nos termos da legislação em vigor;
- As despesas realizadas em operações de proteção civil, são da responsabilidade dos Organismos e Entidades de Apoio envolvidos, podendo, eventualmente, ser comparticipadas, de acordo com as determinações que vierem a ser estabelecidas superiormente;
- Os subsídios e donativos, recebidos em dinheiro, com destino às operações de emergência, são administrados pela CMPC, através da Conta Especial de Emergência;
- No caso de o Governo declarar a Situação de Calamidade, o auxílio ao município será concedido de acordo com a legislação em vigor;
- A autorização das despesas de emergência, a nível das atividades de resposta, é da competência da CMPC, segundo as normas pré-estabelecidas.

Gestão de Pessoal:

- O pessoal integrado nos Organismos e Entidades de Apoio constantes deste Plano, mesmo que requisitados, continuam a ser remunerados por esses mesmos serviços, não podendo ser prejudicados, de qualquer forma, nos seus direitos;
- Deverá ser mantida atualizada a lista de pessoal da CMC e do Setor Empresarial Municipal com os respetivos perfis de competências com vista a operações de emergência de proteção civil;
- Poderá ser promovida a requisição de funcionários municipais necessários às operações de emergência de proteção civil;
- A Base de Dados de voluntários com os respetivos perfis de competências, deverá ser mantida atualizada. Esta medida permite a convocação destes voluntários para operações de emergência de proteção civil tendo em conta as suas aptidões;
- O pessoal voluntário, que se apresenta a título benévolo, deve ser encaminhado para os Postos de Recenseamento de Voluntários onde se incluem, entre outros, as Juntas de Freguesia, os Quartéis de Bombeiros e Núcleo do Estoril da Cruz Vermelha Portuguesa na Parede;
- Poderá ser necessário ativar as Normas de Mobilização, Receção, Condução e Integração de Benévolos, assim que elaboradas;
- Poderá ser promovida a contratação de recursos humanos necessários às ações de socorro em situação de emergência;
- O CCOM coordena a distribuição do pessoal voluntário necessário para as operações de emergência;
- Os APC, Organismos e Entidades de Apoio constantes no presente Plano devem, no decurso das operações, garantir os inerentes períodos de descanso e rotatividade dos seus elementos.

Modelo de Cartão de Segurança

Para aceder ao PCMun, será distribuído pelas diversas entidades que intervenham, um Cartão de Segurança, para a área a que tenham que aceder. Esta identificação deverá ser usada em local visível e disponibilizado, sempre que for necessário.

Este Cartão possui o símbolo gráfico do SMPC de Cascais, espaço colorido respeitante à área de acesso, número sequencial com 3 dígitos, nome (primeiro e último) e a Função/Entidade que representa.



Modelo de Ficha de Controlo Diário

 Ficha de Controlo de Acessos (A colocar a cor da área a aceder)						
Responsável					Data	
N.º do cartão	Hora de entrada	Hora de saída	Nome	Entidade	Pessoa a contactar	Área

Modelo de Cartão de Autorização de Acesso a Veículos

Este Cartão, deverá ser distribuído pelas diversas entidades intervenientes devendo conter a seguinte informação:

- Área a que tem acesso, (vermelha, amarela ou verde);
- Matrícula do veículo;
- Hora de entrada e hora de saída.

<p>CASCAIS</p>	<p><u>VEÍCULO AO SERVIÇO DO SMPC DE CASCAIS</u></p> <p>Zona de Acesso: _____</p> <p>Matrícula: _____ - _____ - _____</p> <p>Data de início: __/__/__</p> <p>Data de fim: __/__/__</p> <p>Coordenador(a) Municipal de Proteção Civil</p> <p>_____</p>
-----------------------	--

Tabela 9 - Gestão administrativa e Financeira

Versão Consulta P...

4.2 Reconhecimento e Avaliação

4.2.1 Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação

Entidade Coordenadora: Posto de Comando Municipal (PCMun).

Responsável: Diretor(a) do SPC.

Substituto: Chefe de Divisão da DAPO.

Entidades intervenientes:

- SMPC de Cascais;
- Corpos de Bombeiros do Concelho de Cascais;
- PSP;
- GNR;
- Autoridade Marítima;
- Polícia Municipal (DPOL).

Prioridades de ação:

- Percorrer a Zona de Sinistros;
- Recolher informação específica sobre as consequências do evento em causa;
- Elaboração de Relatórios que descrevam a situação.

Instruções específicas:

Enquadramento:

As Equipas de reconhecimento da Situação (ERAS) são constituídas por elementos, que fazem parte do reforço de meios municipais.

Caracterizam-se pela sua grande capacidade técnica e mobilidade, onde procedem à recolha de informações específicas relacionadas com as consequências do evento no que respeita a:

- Locais com o maior número de sinistrados;
- Locais com maiores danos nas estruturas edificadas;
- Núcleos habitacionais isolados;
- Estabilidade das vertentes;
- Estabilidade e operacionalidade das infraestruturas;
- Eixos rodoviários de penetração na (s) ZS;
- Focos de incêndio;
- Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis (escolas, hospitais, quartéis de bombeiros, instalação das forças de segurança;
- Condições meteorológicas locais.

As ERAS elaboram o relatório (de acordo com o modelo constante na Parte III-3 Capítulo 3.1) que deve ser escrito, podendo ser verbal mas sempre passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao SMPC.

Composição e equipamentos:

A ERA deve ser constituída por dois elementos do SMPC a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída.

Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, a equipa deve ser dotada de:



- Meio de transporte;
- Equipamento de comunicação rádio e móvel;
- Equipamento de proteção individual (EPI);
- Kit de alimentação e primeiros socorros;
- Equipamento informático (computador ou tablet) e fotográfico;
- Equipamento de georreferenciação;
- Cartografia.

Acionamento:

A equipa é acionada à ordem do SMPC, que trata a informação recebida pela equipa.

Tabela 10 - Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação

Versão Consulta Pública (não reservado)

4.2.2 Equipas de Avaliação Técnica

<p>Entidade Coordenadora: Departamento de Intervenção Territorial (DIT).</p> <p>Responsável: Diretor(a) de Departamento do DIT.</p> <p>Substituto: Chefe de Divisão da DOEE.</p>
<p>Entidades intervenientes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal de Cascais; • Departamento de Intervenção Territorial (DIT); • Departamento de Gestão Territorial (DGT); • SMPC de Cascais; • Entidades gestoras de redes/sistemas de comunicação de emergência, distribuição de energia, gás/combustíveis e abastecimento de água.
<p>Prioridades de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percorrer a Zona de Sinistros; • Recolher informação específica sobre a operacionalidade das estruturas; • Elaboração de relatórios, que descrevam a situação.
<p style="text-align: center;">Instruções específicas</p> <p>Enquadramento:</p> <p>As EAT são constituídas por elementos, que fazem parte do reforço de meios municipais.</p> <p>As EAT reconhecem e avaliam a estabilidade e operacionalidade de estruturas, comunicações e redes, tendo em vista o desenvolvimento das operações, a segurança pessoal dos DIOPS, da população e o restabelecimento das condições mínimas de vida.</p> <p>As EAT elaboram o relatório (de acordo com o modelo constante na Parte III-capítulo 3.1) que deve ser escrito, podendo ser verbal mas sempre passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao SMPC.</p> <p>Composição e Equipamento:</p> <p>A EAT deve ser constituída por dois elementos do SMPC a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída.</p> <p>Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, a equipa deve ser dotada de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meio de transporte; • Equipamento de comunicação rádio e móvel; • Equipamento de proteção individual (EPI); • Kit de alimentação e primeiros socorros; • Equipamento informático (computador ou tablet) e fotográfico; • Equipamento de georreferenciação; • Equipamento diverso (cordas, tinta, sprays para marcar o edifício ou a infraestrutura); • Cartografia. <p>Acionamento:</p> <p>A equipa é acionada á ordem do SMPC, que trata a informação recebida pela equipa.</p>

Tabela 11 - Equipas de Avaliação Técnica

4.3 Logística

4.3.1 Apoio logístico às forças de intervenção

Entidade Coordenadora: Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL).

Responsável: Chefe de Divisão da DMSL

Substituto: Chefe de Unidade da DTMA.

Entidades intervenientes:

- Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho de Cascais (AHB);
- Autoridade de Saúde do Concelho de Cascais;
- Autoridade Marítima (AM);
- Câmara Municipal de Cascais (CMC);
- Cascais Ambiente;
- Cascais Dinâmica;
- Cascais Envolvente;
- Cascais Próxima;
- Corpos de Bombeiros do Concelho de Cascais;
- Corpos de Escuteiros/Escolteiros do Concelho de Cascais (CNE/SCUTS);
- Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL);
- Entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações;
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Juntas de Freguesias (JF);
- Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Polícia Municipal (DPOL);
- Serviço Municipal Proteção Civil (SMPC).

Prioridades de ação:

Assegurar a satisfação das necessidades logística das forças de intervenção, nomeadamente quando a alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário, material de mortuária e outros artigos necessários durante as missões de socorro, salvamento, e assistência;

Garantir a instalação e montagem de espaços destinados à confeção de alimentos e à alimentação das forças de intervenção;

Assegurar a disponibilidade de meios e recursos para a desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro.

Promover o abastecimento, manutenção e reparação das viaturas essenciais à continuidade das operações de emergência;

Estabelecer as prioridades necessárias para o abastecimento de água e energia;

Providenciar o necessário apoio às entidades envolvidas na reabilitação de redes e serviços essenciais, tais como energia elétrica, gás, água, telefones e saneamento básico.

Instruções específicas:

As necessidades logísticas, nas primeiras 24 horas, do pessoal envolvido caso o PMEPC não seja ativado são da responsabilidade dos próprios agentes de proteção civil, organismos e

entidades de apoio, mas após a ativação, as necessidades logísticas são suportadas pela Câmara Municipal de Cascais, que contacta os fornecedores ou entidades previstas no PMEPC;

As AHB em colaboração com o SMPC, apoiam a nível logístico a sustentabilidade das operações na área de atuação do seu CB;

O CCOM avalia os meios disponíveis, realiza os contactos com as entidades e disponibiliza os meios indispensáveis à emergência;

Para a confeção e distribuição de alimentos, pelo pessoal envolvido nas operações de socorro, podem ser montados pelo CNE/SCUTS, cozinhas e refeitórios de campanha, após esgotamento da capacidade própria de abastecimento por parte das entidades intervenientes;

A manutenção e reparação de material, estão a cargo das respetivas entidades utilizadoras;

A desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro, as operações de demolição, escoramento de edifícios, drenagem e escoamento de águas, serão realizadas de preferência com recurso a maquinaria pesada da Cascais Ambiente, Cascais Próxima, bem como de empresas com que haja prévio acordo.

Os materiais sanitários, mortuários bem como os demais artigos necessários às operações são distribuídos, consoante pedido das forças de intervenção ou por determinação do SMPC;

As entidades exploradoras das redes de transporte, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações asseguraram o restabelecimento do serviço e a operacionalidade de piquetes de emergência para necessidades de reposição dos serviços.

Procedimentos e instruções de coordenação:

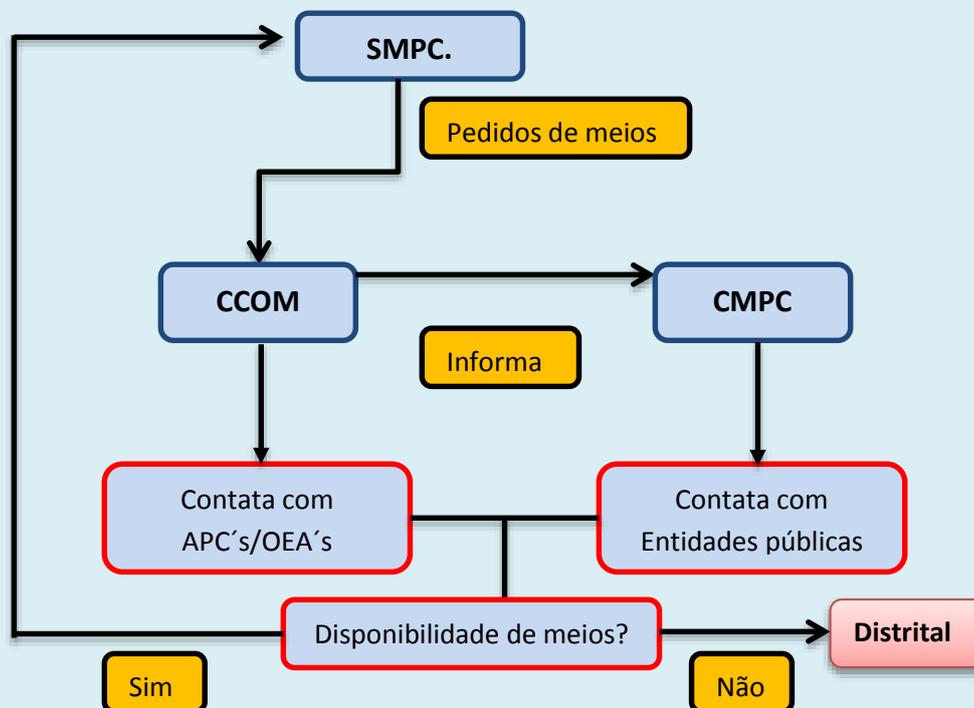


Tabela 12 - Apoio logístico às forças de intervenção

4.3.2 Apoio Logístico às populações

Entidade Coordenadora: Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social (DHS).

Responsável: Diretor(a) do DHS.

Substituto: Chefe de Divisão DIPS.

Entidades intervenientes:

- Associações Humanitárias de Bombeiros (AHB);
- Autoridade de Saúde do Concelho de Cascais (AS);
- Câmara Municipal de Cascais;
- Corpos de Bombeiros do concelho de Cascais;
- Corpos de Escuteiros/Escoteiros do concelho de Cascais (CNE/SCUTS);
- Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social (DHS);
- Entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações;
- Equipas de Apoio Psicossocial de Emergência da autarquia (EAPSE);
- Guarda Nacional Republicana (GNR).
- Juntas de Freguesia (JF);
- Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Polícia Municipal (DPOL);
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Prioridades de ação:

Garantir a prestação de apoio social de emergência;

Assegurar a ativação das Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP) e informar as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados;

Garantir a receção, registo, pesquisa, diagnóstico de necessidades e assistência individual a evacuados e vítimas assistidas e com necessidade de continuidades de acompanhamento;

Organizar um sistema de recolha de dádivas, garantindo o armazenamento, gestão e distribuição dos bens recebidos;

Mobilizar equipas de apoio social para acompanhamento dos grupos mais vulneráveis e de maior risco;

Garantir a atualização da informação, no centro de pesquisa e localização, através de listas com identificação nominal das vítimas e evacuados nas ZCAP;

Mobilizar reservas alimentares e garantir a receção e gestão de bens essenciais (alimentos, agasalhos, roupa, artigos de higiene pessoa) que sejam entregues nas ZCAP para apoio a vítimas e evacuados.

Assegurar a distribuição prioritária de água e de energias às ZCAP.

Instruções específicas:

As ZCAP definem-se como sendo os locais de acolhimento e alojamento temporário, da população deslocada, localizados em espaços abertos e fechados, tais como campos de futebol, ginásios gimnodesportivos, entre outros;

As ZCAP estão localizadas em: Pavilhão Dramático (Cascais), Refilão (Quinta do Pisão), Autódromo do Estoril (Alcoitão), Pavilhão Gimnodesportivo de Alcabideche, Club Golf do Estoril, Pavilhão Gimnodesportivo dos Lombos (Carcavelos), Pavilhão Gimnodesportivo de Massapés (São Domingos de Rana).

A estrutura de coordenação da ZCAP, executa missões de instalação (CM) e gestão global (CMPC).

Nas ZCAP possuem as seguintes valências de gestão:

- **Centro de Registo/Referenciação**, onde se recebe a população, preenche a ficha de registo e referenciação (que inclui o diagnóstico das necessidades dos indivíduos ou famílias) e procede-se ao encaminhamento para as restantes valências;
- **Centro de Pesquisa e Localização**, onde é completado o preenchimento da ficha de recenseamento, que através da sua atualização, potencia o reencontro e assegura a preservação dos núcleos familiares;
- **Centro de Cuidados Básicos de Saúde**, onde se presta assistência a situações de saúde de pouca gravidade e que deve assegurar a respetiva estabilização;
- **Centro de Apoio Psicossocial**, no qual é assegurado o apoio psicológico e detetam-se carências e necessidades particulares às pessoas deslocadas;

As ZCAP possuem as seguintes valências de apoio:

- **Logística**, que assegura o controlo e gestão dos bens em armazém e pela manutenção das estruturas móveis e imóveis;
- **Segurança**, que assegura a limitação do acesso e segurança da ZCAP;

A primeira ação a ser desenvolvida sempre que alguém dê entrada numa ZCAP, será o registo. Este pressupõe a recolha de informações, tais como: nome, idade, morada anterior, necessidades especiais e logo que seja possível, indicar o local onde fica realojado(a). Sempre que se verifique a necessidade, deve ser registado o nome de membros do agregado familiar, que estejam desaparecidos a fim de localizar os mesmos.

A CMPC assegura a constituição de equipas técnicas para receção, atendimento, e encaminhamento da população nas ZCAP;

A CMPC encaminha a listagem da população registada nas ZCAP para a GNR, PSP, SEF e DPOL;

As JF's, apoiam a constituição de equipas de recenseamento e registo de população afetada;

A DHS executa missões de assistência sanitária e social;

A segurança às ZCAP é efetuada de acordo com os procedimentos definidos para a Área de Intervenção da Manutenção da Ordem Pública, podendo haver eventuais adaptações por parte da CMPC, enquanto entidade coordenadora da Área de Intervenção.

Os Corpos de Escuteiros/Escoteiros (CNE/SCUTS) na medida das suas possibilidades, apoiam a CMC na montagem das ZCAP móveis (tais como tendas de campanha).

A distribuição de bens essenciais pela CMC e respetiva CMPC, na medida das suas disponibilidades;

A receção, catalogação, separação, lavagem, desinfeção, armazenamento e distribuição de dádivas fica a carga da CMC e DHS;

As entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água, de distribuição de eletricidade e gás asseguram o fornecimento de água, luz e gás às ZCAP;



A distribuição de água, gás, alimentos, agasalhos e artigos de higiene pessoal à população que não esteja nas ZCAP e que não tenha acesso a elas, deverá ser realizada em locais centrais, de fácil acesso e divulgados para conhecimento da população.

Versão Consulta Pública (não reservado)

Procedimentos e Instruções de Coordenação

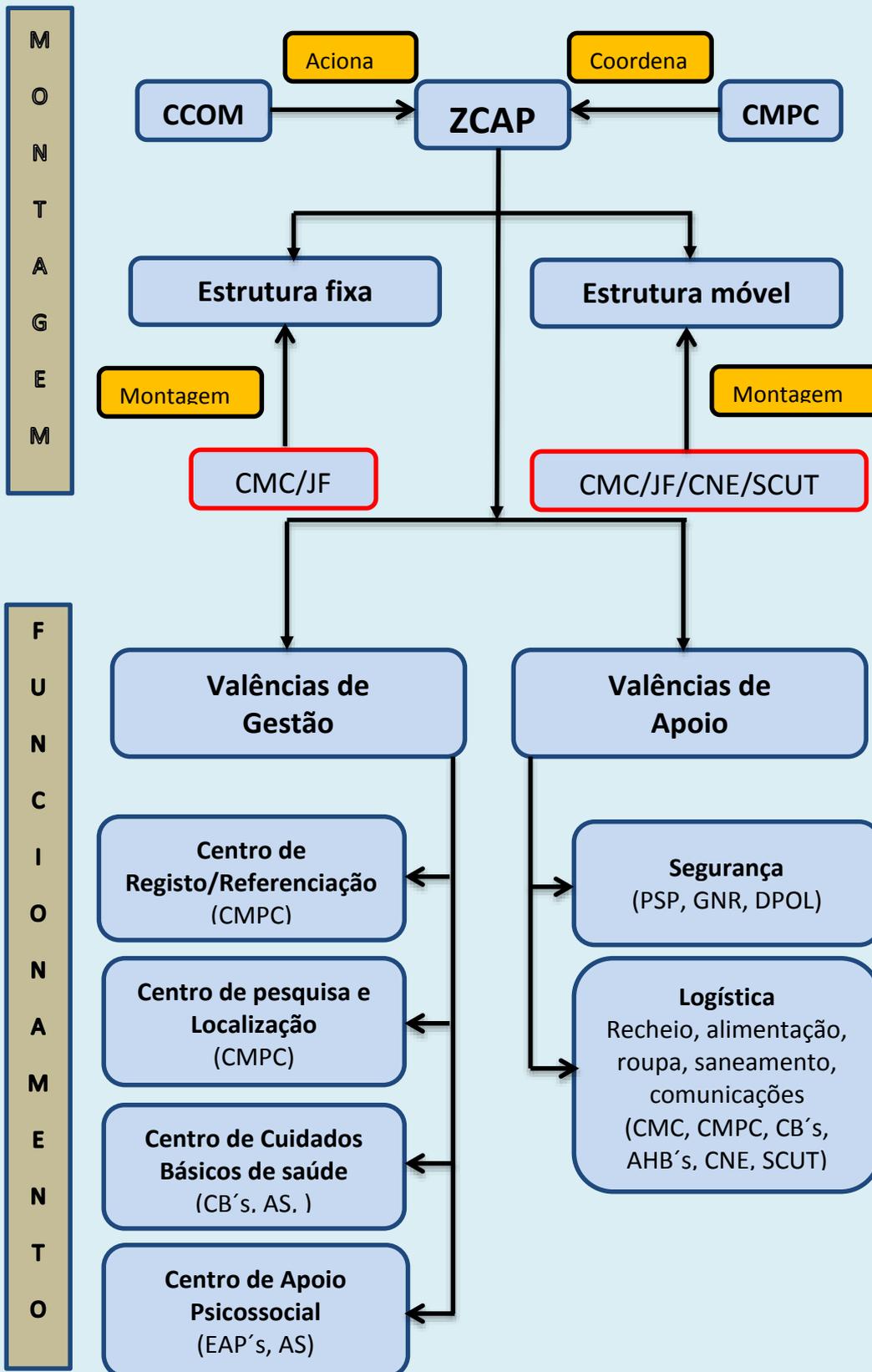


Tabela 13 - Apoio logístico às populações

4.4 Comunicações

Entidade Coordenadora: Direção Municipal Estratégica de Inovação e Qualificação (DMEI).

Responsável: Diretor(a) Municipal da DMEI.

Substituto: Chefe de Divisão da DSTI.

Entidades Intervenientes:

- Autoridade Marítima (AM);
- Câmara Municipal de Cascais;
- Corpos de Bombeiros do Concelho de Cascais (CB's);
- Direção Municipal Estratégica de Inovação e Qualificação (DMEI);
- Divisão de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSTI);
- Associação de Radioamadores do Concelho de Cascais;
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);
- Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Polícia Municipal (DPOL);
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Prioridades de ação:

Assegurar a ligação, no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, com os diferentes agentes de proteção civil e outras entidades e organismos, garantindo deste modo as comunicações de emergência;

Identificar e solucionar problemas de interoperabilidade;

Assegurar a operacionalidade dos meios de comunicação de emergência no âmbito da proteção civil, incluindo a reposição de serviços, por afetação de meios e recursos alternativos;

Coordenar e mobilizar as ações dos operadores da rede comercial fixa e móvel bem como do Grupo de Radioamadores, obtendo apoio às comunicações de emergência;

Coordenar as ações relativas à receção e difusão de mensagens e comunicados de e para os Organismos e Entidades de Apoio do Sistema Municipal de Proteção Civil;

Manter em estado de prontidão o Posto de Comando Operacional Conjunto, garantindo o seu funcionamento sustentado em ações de terreno. Este posto pode ser constituído no Veículo de Comando e Comunicações (VCOC) do SMPC;

Garantir a gestão, manutenção e exploração das redes de comunicações de voz e dados e do equipamento a este associado.

Instruções específicas:

O sistema de comunicações previstas no PMEPC utiliza infraestruturas de comunicações públicas e privadas.

As telecomunicações de uso público agrupam-se em rede do serviço telefónico fixo e móvel e rede do serviço de telefax.

As telecomunicações privadas são constituídas pela:

- REPC – Rede Estratégica de Proteção Civil;
- ROB – Rede Operacional de Bombeiros;
- SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal;

Alguns APC e algumas entidades utilizam uma rede privada de telecomunicações de emergência designada por:

- SICOME (Sistema de Comunicações de Emergência de Cascais);

Redes de radiocomunicações das forças de segurança;

Banda Marítima;

Nas redes privadas incluem-se ainda a rede de radioamadores;

As comunicações devem obedecer ao disposto e previsto no SIOPS;

Os Organismos e Entidades de Apoio que possuam meios próprios, utilizam os seus sistemas de comunicação, mantendo desocupada uma frequência de emergência com a CMPC, previamente planeada e de acordo com o plano de comunicações de emergência posto em vigor;

Os Organismos e Entidades de Apoio envolvidos neste Plano devem prever e estabelecer sistemas alternativos de comunicações, no pressuposto da eventual falha no funcionamento do sistema telefónico, e informar disso a CMPC, logo que possível;

Em caso de necessidade, poderá ser instalado um serviço de estafetas junto da CMPC, como comunicações de recurso.

Entidade	Indicativo
Coor. Mun. Prot. Civil	
Polícia Municipal	
Polícia Marítima	
Capitão Porto Cascais	
GNR	
PSP	
Hospital de Cascais	
Cascais Ambiente	
Cascais Próxima	
CB Alcabideche	
CB Carcavelos-S.D. Rana	
CB Cascais	
CB Estoril	
CB Parede	
EAPSE	

Tabela 14 - Indicativos Rádio de APC's e OEA's

SMPC	Indicativo
Base do SMPC	
VCOOC SMPC	
GTEF	
Presidente da CMC (Gabinete)	
Vereador da PC	
Diretor do SMPC	

Tabela 15 - Indicativos Rádio do SMPC de Cascais

Técnico do SMPC	Indicativo
Carlos Estibeira	
Nuno Silva	
Beatriz Santos	
Rui Rodrigues	
Cláudia Braga	
António Borges	
João Graça	
Sapadores Florestais	
Lara Sá	
António Veloso	
Tomás Silva	
António J. Carvalho	
Ana Luísa	

Tabela 16 - Indicativos Rádio dos Técnicos do SMPC de Cascais

COA'S do SMPC	Indicativo
144	
171	
145	
116	
SF – 04 171	
46	
29	

Tabela 17 - Indicativos Rádios das Viaturas do SMPC de Cascais

Concelho	Central do SMPC	VCOOC	Presidente de Câmara	Vereador do Pelouro	Diretor do SMPC	Móvel	Portátil
Cascais							
Oeiras							
Sintra							

Tabela 18 - Indicativos Rádio dos concelhos limítrofes



Procedimentos e instruções de Coordenação

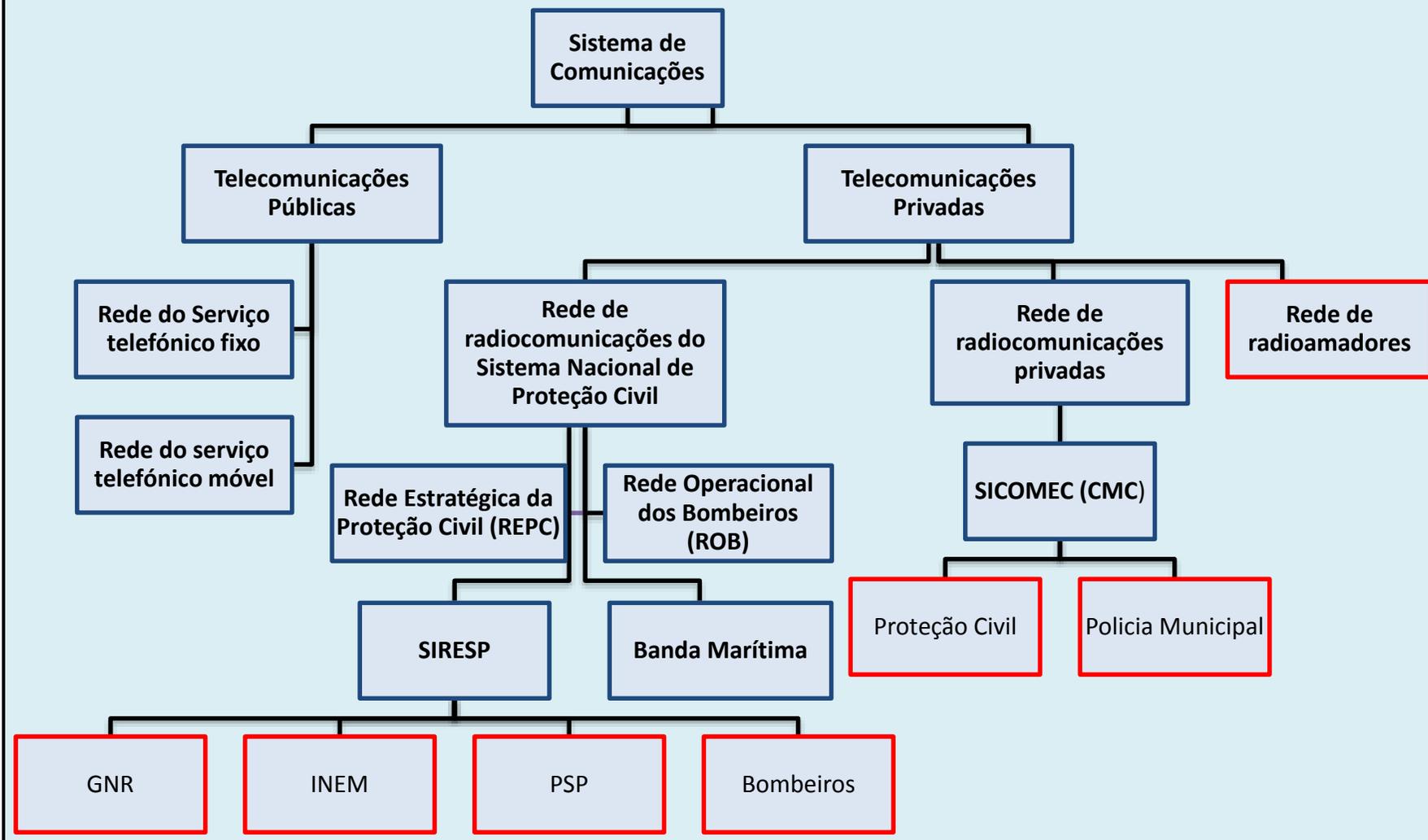


Tabela 19 – Comunicações

4.5 Informação Pública

Entidade Coordenadora: Departamento de Inovação e Comunicação (DIC).

Responsável: Diretor(a) de Departamento do DIC.

Substituto: Chefe de Divisão da DMCO.

Entidades intervenientes:

Divisão de Marca e Comunicação (DMCO);

Direção Municipal Estratégica de Inovação e Qualificação (DMEI)

Autoridade de Saúde do Concelho (AS).

Autoridade Marítima (AM);

Câmara Municipal de Cascais (CMC);

Corpos de Bombeiros do Concelho (CB's);

Guarda Nacional Republicana (GNR);

Juntas de Freguesia (JF);

Polícia de Segurança Pública (PSP);

Polícia Municipal (DPOL);

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);

Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Prioridades de ação:

Promover a avaliação e determinação dos danos relativos às capacidades de informação pública;

Preparar os comunicados e mensagens, em colaboração com a estrutura da CMPC e de acordo com as determinações do Presidente da CMC, para difusão pelas populações;

Organizar a credenciação e a acreditação dos profissionais dos OCS, junto da CMPC, definindo os âmbitos e níveis de acesso para cada um deles;

Estabelecer a respetiva coordenação de todas as ações relativas à informação pública a prestar às populações e a difundir pelos OCS locais, regionais, nacionais e internacionais;

Dar resposta às solicitações dos OCS, promovendo a recolha de informação autorizada junto das Áreas de Intervenção, através do CCOM, relativamente à situação e às ações de resposta desenvolvidas e em desenvolvimento;

Assessorar e apoiar o responsável máximo do CCOM, nas ações e decisões por ele tomadas no âmbito dos processos de informação pública, tanto internas como externas;

Colocar em execução os Programas de Informação Pública e Aviso às Populações (PIAP) e de Programa de Informação para as Entidades do Sistema (PIES), assim que elaborados.

Instruções específicas:

A função de resposta a promover nesta área de intervenção deve estruturar-se na garantia de criação de mecanismos efetivos de comunicação com as forças empenhadas nas operações de emergência e com as populações existentes nas áreas de desastre;

Os APC, os Organismos e Entidades de Apoio envolvidos no esforço de resposta devem promover informações relativas às ações esperadas, a realizar pelas comunidades, grupos e indivíduos, em ordem a reduzir os riscos e aumentar a segurança.

Em simultâneo, deverão fornecer indicações relativas à intervenção das próprias estruturas operacionais, de modo a se poder estabelecer ações concertadas e conjuntas entre as forças de socorro e as populações afetadas;

O estabelecimento de acordos e protocolos com os media é uma das ações a privilegiar para a emissão de comunicados e mensagens oficiais.

Para além dos órgãos de comunicação social, podendo funcionar como órgãos oficiais de apoio às ações da CMPC, devem também prever-se outros canais e circuitos comunicativos, nomeadamente através da JF's e de outras instituições locais para disseminação dos comunicados às populações afetadas;

A formulação de comunicados tipo deverá estar previamente preparada para mais fácil acionamento no momento desejado;

Estes comunicados, que terão de ser simples e relativamente curtos, deverão ainda utilizar uma linguagem acessível e descodificada, fornecendo muito diretamente as indicações consideradas fundamentais para a prossecução dos objetivos de resposta de emergência a prosseguir;

Deverá também estar prevista a sua tradução, em línguas estrangeiras de uso mais comum, de modo a abranger eventuais comunidades de outros países que se encontram a residir ou estejam de passagem pelo país (turismo, negócios, etc.) no momento do desastre;

A informação pública centraliza e gere a informação oficial, de modo a, por um lado, permitir despistar a potencial existência de boatos e de contra informação, na medida em que possui o cunho formal e institucional da própria estrutura coordenadora das operações de emergência e, por outro lado, mas não menos importante, porque reduz substancialmente o impacte da eventual confusão que é promovida quando existem vários tipos de emissores;

A organização de conferências de imprensa, onde se efetuem pontos de situação sobre o evoluir das operações, dando a conhecer quer os esforços desenvolvidos e os resultados alcançados, quer as perspetivas e estimativas relacionadas com a continuidade das ações, revela-se uma medida indispensável a preparar;

Para além de salientar o grau de empenhamento levado a cabo pelas estruturas de coordenação e direção das operações, trazendo ao conhecimento público os êxitos, as dificuldades e as medidas adotadas para a prossecução dos objetivos, permite ainda dar um rosto à notícia, potenciando a confiança pública das populações nas organizações intervenientes na gestão de emergência;

Deverão ser previstas conferências de âmbito global, isto é, de intervenção direta do próprio Presidente da CMPC e outras de dimensão mais específica, com participação direta dos responsáveis operacionais (bombeiros, forças de segurança, emergência médica, etc.);

A informação a prestar aos OCS é da atribuição do Diretor do Plano, ou de quem for designado para tal, com o intuito de existir um porta-voz único;

A credenciação e acreditação atempada e seletiva dos profissionais dos OCS é outra das funções a desempenhar neste âmbito;

Como forma de prevenir eventuais situações de abuso, sobreposição e até de potenciais oportunistas marginais, torna-se necessário que os elementos dos OCS estejam facilmente identificados e credenciados;

O acesso às áreas de desastre, se permitido, deverá ainda ser estabelecido com base em determinadas condicionantes que não coloquem em causa, nem os trabalhos das equipas de socorro, nem a própria individualidade e privacidade das populações vítimas dos acontecimentos;

Deverá ser equacionada a utilização de meios de recurso para divulgação de informação relevante às populações, nomeadamente os painéis digitais informativos que se encontram nas autoestradas, rádios locais, etc.;

Em caso da informação a ser emitida, seja relacionado com a evacuação de aglomerados populacionais, esta informação deve ser passada, mal que possível para o nível superior (CDOS-LX);

A passagem de informação para a população, para os OCS e para os escalões superiores, será também garantida através dos modelos de comunicados constantes na Parte III- Capítulo 3.3 do presente Plano;

Os briefings à comunicação social decorrerão a cada 6 horas, salvo indicação expressa em contrário, e conterão pontos de situação global referentes à totalidade da ZI;

O diretor de plano poderá nomear um porta-voz para as relações com os OCS;

Para acolhimento e encaminhamento de jornalistas, o CCOD poderá determinar a criação de Zonas de Concentração de Jornalistas em local a fixar mediante a avaliação dos danos.

Procedimentos e instruções de coordenação:

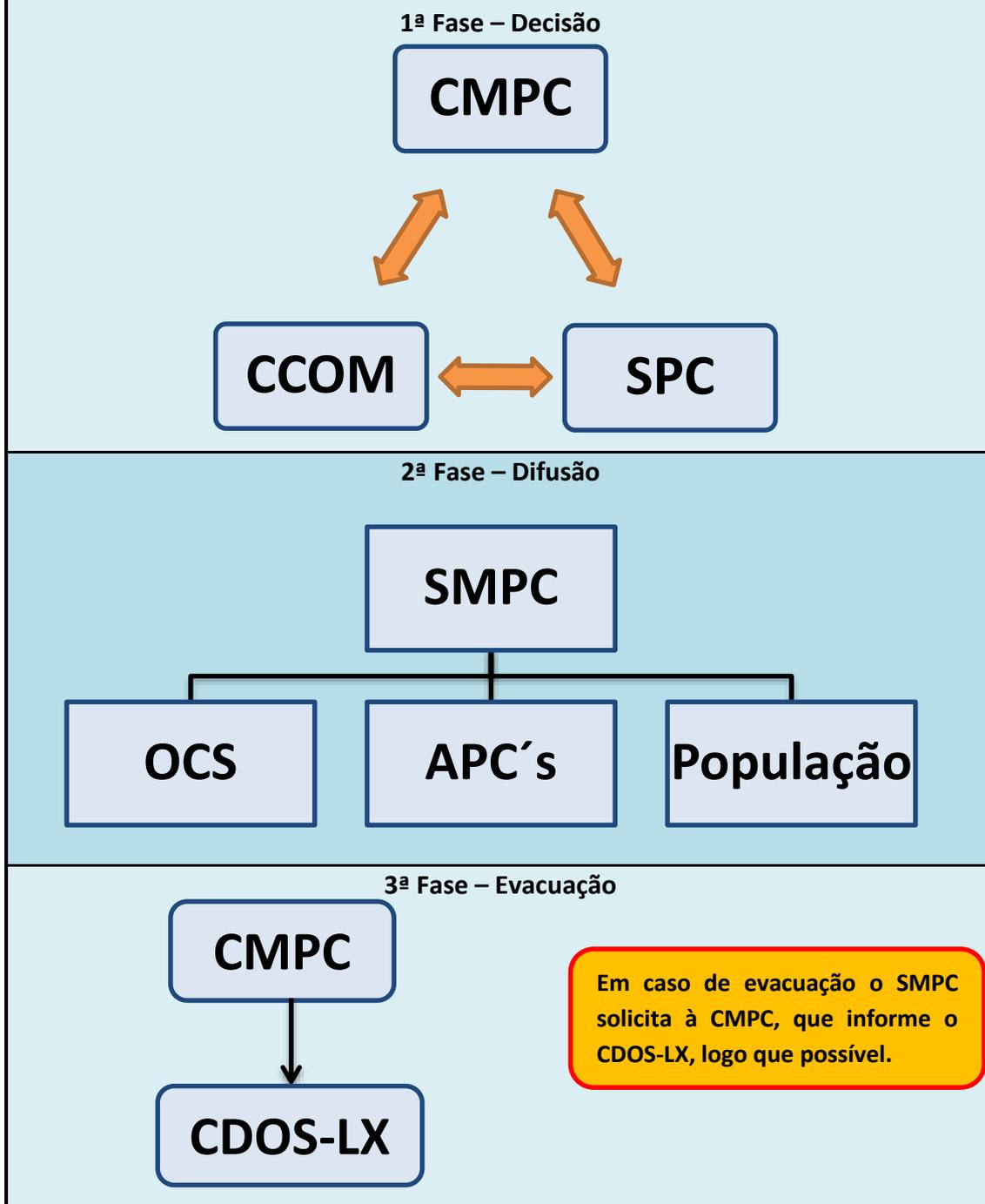


Tabela 20 - Informação pública

4.6 Confinamento e evacuação

Entidade Coordenadora: Força de Segurança territorialmente competente.

Responsável: PSP / GNR, consoante a área de atuação.

Substituto: O seu substituto legal.

Entidades intervenientes:

- Associações Humanitárias de Bombeiros (AHB);
- Autoestradas Ascendi (A16);
- Autoestradas Brisa (A5);
- Autoridade Marítima (AM);
- Câmara Municipal de Cascais (CMC);
- Cascais Ambiente;
- Cascais Dinâmica;
- Cascais Próxima;
- Comboios de Portugal (CP);
- Corpos de Bombeiros;
- Corpos de SCUT/CNE do concelho;
- Empresas públicas e privadas de transportes;
- Estradas de Portugal (EP);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);
- Órgãos de Comunicação Social;
- Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Polícia Municipal (DPOL);
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Prioridades de ação:

Orientar e coordenar as operações de movimentação e/ou confinamento das populações;

Difundir junto das populações recomendações de confinamento e/ou evacuação, diretamente ou por intermédio da Área de Intervenção da Informação Pública;

Definir Zonas de Concentração e Irradiação (ZCI), decorrentes das evacuações;

Definir itinerários de evacuação, em articulação com o COS presente no Teatro de Operações (TO) e em conformidade com o PMEPC;

Garantir o encaminhamento da população evacuada até à ZCAP;

Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção;

Estabelecer e manter abertos os corredores de emergência.

Instruções específicas:

A escolha das ações de proteção para uma determinada situação depende de uma série de fatores. Em alguns casos, a evacuação pode ser a melhor opção; em outros, o abrigo em

refúgios no local pode ser o melhor caminho, no entanto estas duas ações podem ser utilizadas em conjunto;

A evacuação e/ou o confinamento de uma área territorial em risco, coincidente ou não com zona de sinistro, deve ser proposta pelo COS ao CCOM;

A orientação e a coordenação da evacuação e/ou confinamento das populações é da responsabilidade das Forças de Segurança;

Nas operações de evacuação e/ou confinamento deve ter-se em atenção:

- Localização e número de pessoas em risco de evacuação ou confinamento;
- Tempo disponível para evacuar ou abrigar no local;
- Capacidade de controlar a evacuação ou o abrigo no local;
- Tipos de construção e de disponibilidade dos edifícios para acolhimento ou abrigo;
- Condições meteorológicas (efeitos na propagação das nuvens de vapor, previsão de alterações, efeito na evacuação ou na proteção no local);

Existem determinadas medidas que devem ser tidas em atenção para a tomada de decisão de evacuação e/ou confinamento, caso se trate de matérias perigosas: grau do perigo para a saúde, propriedades químicas e físicas, quantidade envolvida, contenção/ controlo do derrame, velocidade de propagação dos vapores.

Evacuação:

A população a evacuar deve dirigir-se para as Zonas de Concentração e Irradiação (ZCI), onde é prestada a primeira ajuda, cuja localização será determinada e divulgada pelo CCOM. As ZCI são geridas pela CMC e CMPC de Cascais;

Compete às Forças de Segurança definir os itinerários de evacuação a utilizar a partir da ZCI, atenta a natureza e extensão dos danos nas vias de comunicação, mediante avaliação/informação da Entidade gestora da rede viária. Sempre que possível, devem ser privilegiados os itinerários de evacuação fixados nos PMEPC;

Após a definição das zonas a evacuar, o tráfego rodoviário externo deve ser reencaminhado pelas Forças de Segurança, as quais podem criar barreiras de encaminhamento de tráfego;

A movimentação coletiva a partir da ZCI é garantida com meios de transporte a fornecer pelas AHB, por empresas públicas ou privadas de transportes ou por outros meios proporcionados pela Área de Intervenção de Logística;

No caso de evacuação por via ferroviária a CP disponibilizara meios ferroviários para constituição de comboios de evacuação, processo devidamente articulado com as Infraestruturas de Portugal. I.P;

A população movimentada a partir da ZCI é encaminhada para a ZCAP, cuja localização e procedimentos de funcionamento estão definidos na Área de Intervenção de Apoio Logístico às Populações;

O transporte entre a ZCI e a ZCAP é, em regra, acompanhado por pessoal do SMPC e FS. Se necessário, as Forças de Segurança podem solicitar ao CCOM a existência de acompanhamento médico, por parte do INEM;

Compete ao SEF o controlo sobre a movimentação ilícita de estrangeiros nos grupos evacuados;

O suporte logístico à evacuação em termos de água, alimentação e agasalhos é assegurado pela Área de Intervenção de Apoio Logístico às Populações;

O apoio psicológico aos grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas acamadas, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência) é efetuado de acordo com os procedimentos definidos na Área de Intervenção de Serviços Médicos e Transporte de Vítimas/Apoio psicológico;

As condições de segurança para o regresso da população a uma área territorial, deve ser proposta pelo COS ao CCOM;

O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pelas Forças de Segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego, e só quando estiverem garantidas as condições de segurança.

Confinamento:

Compete às Forças de Segurança isolar a área de perigo, mantendo afastadas todas as pessoas que não estão diretamente envolvidas nas operações. As equipas de emergência não protegidas com equipamentos de proteção individual não estão autorizadas a entrar na Zona de Isolamento;

As Forças de Segurança, juntamente com os OCS, informam a população para fechar portas e janelas, desligar todos os sistemas de ventilação, aquecimento e refrigeração;

Caso exista perigo de incêndio e/ou uma explosão, as Forças de Segurança juntamente com os OCS, informam a população para se manterem longe de portas e janelas devido, ao perigo de projeção de fragmentos de vidro e de metal;

Caso exista alteração das condições da ocorrência, compete ao SMPC em conjunto com as Forças de Segurança comunicar à população a necessidade de evacuação ou avisar do final da situação de perigo.

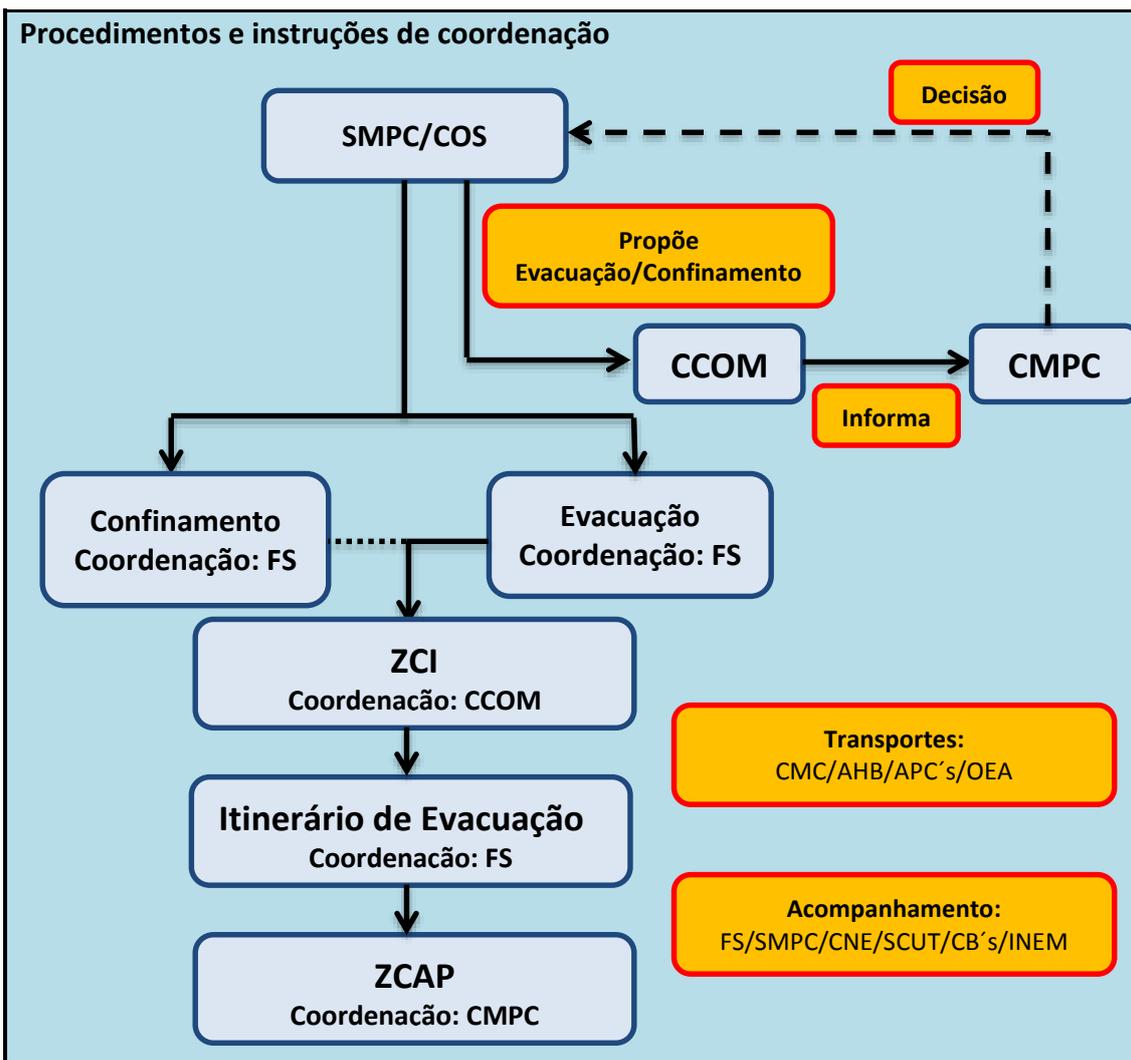


Tabela 21 - Confinamento/Evacuação

4.7 Manutenção da Ordem Pública

Entidade Coordenadora: Forças de Segurança, de acordo com a área de incidência territorial.

Responsável: Força de segurança da área de incidência territorial.

Substituto: O seu substituto legal.

Entidades intervenientes:

- Autoridade Marítima (AM);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Polícia Municipal (DPOL);
- Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Prioridades de ação:

Garantir a manutenção da lei e da ordem;

Proteger as populações afetadas e os seus bens, impedindo roubos e pilhagens, criando perímetros de segurança;

Garantir a segurança de infraestruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de proteção civil;

Proteger propriedades públicas, as quais podem estar sujeitas a saque ou outras atividades criminosas, bem como controlar os acessos;

Garantir o condicionamento e controlo de acessos e veículos ao TO e Postos de Comando;

Garantir a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas;

Manter desimpedidos os caminhos de evacuação;

Assegurar a segurança nas ações relativas à mortuária.

Instruções específicas:

Segurança Pública

A manutenção da ordem pública é competência primária das forças de segurança;

Compete às forças de segurança patrulhar as zonas afetadas e evacuadas com vista a garantir a segurança física da população e proteger a propriedade privada e a impedir roubos ou pilhagens;

As forças de segurança garantem o tráfego rodoviário em direção às zonas de sinistro, efetuando as eventuais alterações à circulação a que houver necessidade, e garantem a manutenção de ordem pública com as suas forças de intervenção. As forças de segurança podem criar barreiras ou outros meios de controlo, bem como corredores de emergência;

Compete às forças de segurança garantir a segurança de estabelecimentos públicos ou de infraestruturas consideradas sensíveis, designadamente instalações de interesse público ou estratégico. Este controlo de segurança pode implicar o apoio de empresas privadas de segurança, a mobilizar pelo detentor da instalação;

Compete também às forças de segurança distribuir junto das diversas entidades intervenientes o Cartão de Segurança, de forma a controlar e garantir a segurança no Teatro de Operações;

As forças de segurança garantem a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas (por exemplo: hospitais de campanha) para apoio à prestação de cuidados médicos.

Perímetros de segurança e segurança de áreas

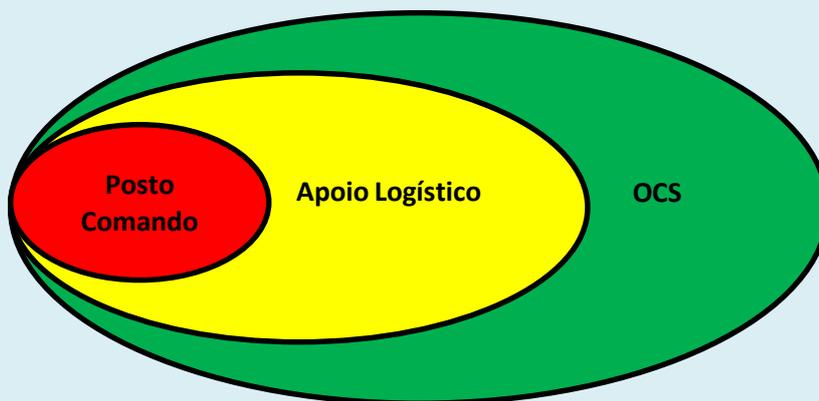
Perímetros de Segurança: Separação física de local, espaço ou zona, assegurada ou não por elementos das forças de segurança, que visa reduzir, limitar ou impedir o acesso de pessoas, veículos ou outros equipamentos a locais onde não estão autorizados a permanecer;

Segurança de Área: Missão de garantir a segurança no interior do perímetro existente, que pode ser assegurada pelas Forças de Segurança e/ou pelas Forças Armadas;

Área de Segurança Vermelha: Espaço onde está instalado a estrutura central e fulcral do PCMun ou as estruturas municipais correspondentes;

Área de Segurança Amarela: Espaço onde estão instaladas as infraestruturas de apoio logístico, nomeadamente os espaços de refeição e convívio, zonas sanitárias e locais de armazenamento de material ou equipamento não sensível;

Área de Segurança Verde: Espaço destinado aos OCS.



Execução dos Perímetros de Segurança (Postos de Comando)

Perímetro de Segurança Exterior:

O perímetro exterior é montado ao longo da infraestrutura onde se situa o PCMun. É montado um Posto de Controlo à entrada do perímetro exterior, que faz o controlo de acessos ao PCMun;

O controlo de acessos de pessoas ao PCMun é feito através de:

- Identificação da pessoa através de documento de identificação válido;
- Cartão de Segurança para a área a ser acedida;

Por regra, as viaturas permanecem no exterior da infraestrutura onde se situa o PCMun. Viaturas ou equipamentos imprescindíveis para a missão são acompanhados até ao PCMun, sempre que necessário, por elementos designados pelo SMPC/CMPC;

O cartão de segurança com a cor amarela permite o acesso às áreas de segurança amarela e verde;

O cartão de segurança é entregue no Posto de Controlo sempre que o seu utilizador ultrapasse o Perímetro Exterior;

A Ficha de Controlo Diário depois de preenchida é entregue ao responsável operacional do SMPC/CMPC.

Perímetro de Segurança Interior:

Em termos de Segurança de Área ao PCMun (zona vermelha), o perímetro de segurança será garantido por barreiras físicas, com controlo de acessos e com segurança de área executada pela força de segurança territorialmente competente;

A Força de Segurança garante que só tem acesso à zona vermelha quem for possuidor do cartão de segurança com esta cor;

O cartão de segurança com a cor vermelha permite o acesso a todas as áreas inseridas no perímetro exterior.

Execução dos Perímetros de Segurança (TO's):

As Forças de Segurança garantem, dentro do possível, o condicionamento e controlo do acesso de pessoas e veículos à zona afetada e às zonas envolventes do sinistro (ZA, ZS, ZCR, ZRR, ZCAP e ZM);

As Forças de Segurança permitem a entrada e saída de viaturas de emergência e de proteção civil na zona afetada.

Versão Consulta Pública

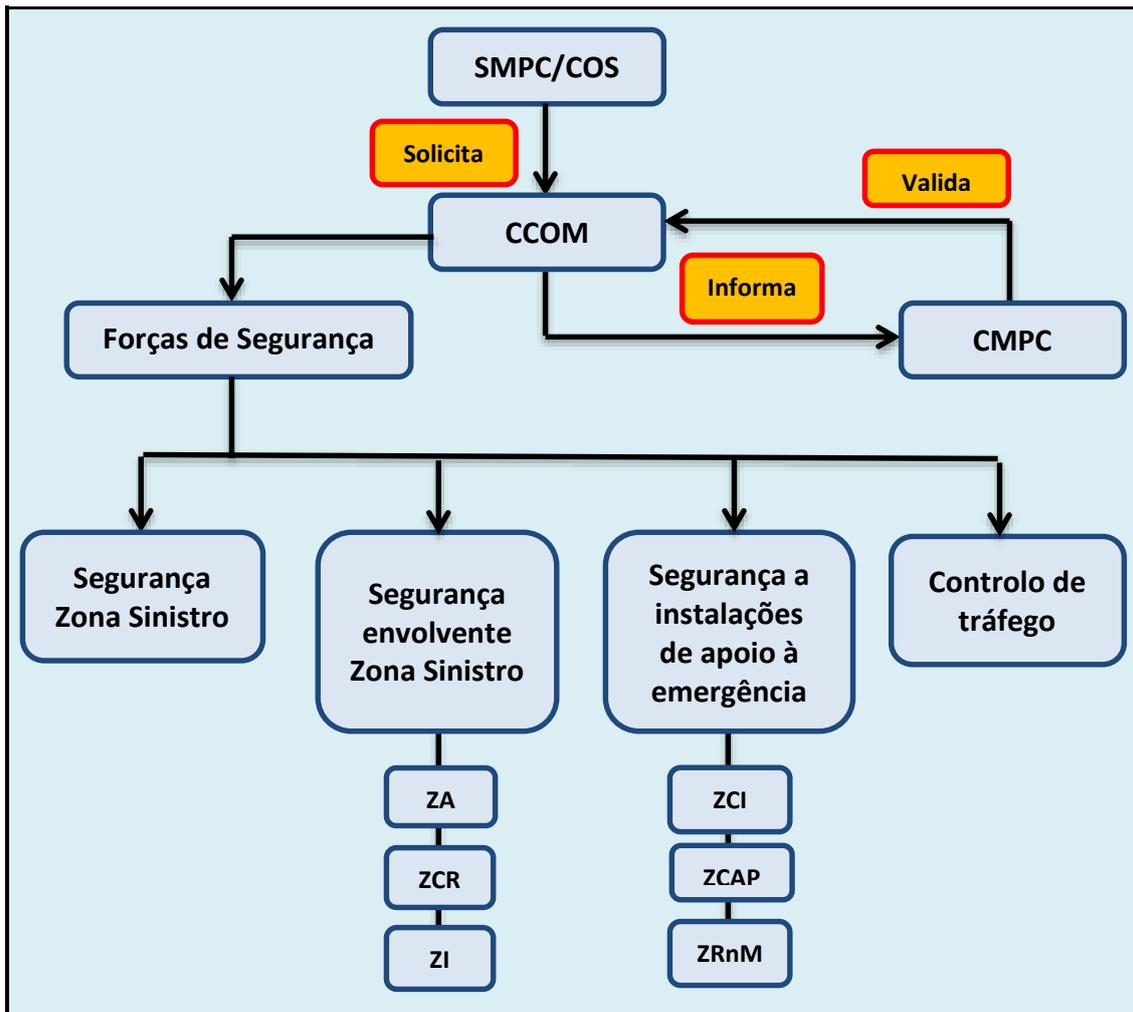


Tabela 22 - Manutenção da Ordem Pública

Versão Consultar

4.8 Serviços Médicos e transporte de Vítimas

4.8.1 Emergência Médica

Entidade Coordenadora: Autoridade de Saúde Concelhia.

Responsável: Delegada(o) de Saúde.

Substituto: Delegada(o) de Saúde substituto.

Entidades intervenientes:

- Autoridade de Saúde do concelho (AS);
- Centros de Saúde do Concelho (CS);
- Corpos de Bombeiros do Concelho; (CB´s);
- Hospital Dr. José Almeida;
- Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Prioridades de Ação:

Minimizar as perdas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano, assegurando a utilização coordenada de meios, incluindo a evacuação secundária de feridos ou doentes graves;

Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para as Unidades de Saúde;

Coordenar as ações de saúde pública, nomeadamente o controlo de doenças transmissíveis e da qualidade dos bens essenciais (alimentação, água, medicamentos e outros);

Assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos de Triagem, Postos Médicos Avançados e de Hospitais de campanha;

Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas;

Determinar os hospitais de evacuação;

Implementar um sistema de registo de vítimas desde o TO até à Unidade de Saúde de destino;

Inventariar, convocar, reunir e distribuir o pessoal dos Serviços de Saúde, nas suas diversas categorias, de forma a reforçar e/ou garantir o funcionamento de serviços temporários e/ou permanentes;

Inventariar danos e perdas nas capacidades dos serviços de saúde, bem como das que se mantêm operacionais na Zona de Sinistro;

Organizar o fornecimento de recursos médicos;

Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas.

Instruções específicas:

A triagem primária é da competência da Área de Intervenção de Socorro e Salvamento, sendo em regra realizada pelos CB do concelho de Cascais, sob coordenação do INEM;



A localização dos postos/áreas de triagem é identificada pelo COS e deverá estar tão perto quanto possível das zonas mais afetadas dentro da Zona de Sinistro, respeitando as necessárias distâncias de segurança;

O INEM monta postos de triagem e de assistência pré-hospitalar de acordo com a necessidade, promovendo a triagem das vítimas e a evacuação secundária, em articulação com os demais serviços e organismos, em particular a AS;

O transporte de vítimas até aos postos de triagem e de assistência pré-hospitalar (evacuação primária) é efetuado pelo INEM e CB's, em articulação com o PCMun. A evacuação secundária é coordenada pelo INEM, em articulação com o PCMun e efetuada em ambulâncias do INEM e CB's;

Os cadáveres identificados na triagem primária serão posteriormente encaminhados para a Zona de Transição (ZT), aplicando-se os procedimentos da Área de Intervenção dos Serviços Mortuários;

A AS do concelho assegura a articulação com a unidade hospitalar e com os Centros de Saúde da sua área de jurisdição, com vista a garantir a máxima assistência médica possível;

O Instituto Português do Sangue e Transplantação (IPST) colabora com as demais entidades através da mobilização das reservas de sangue existentes, recolha de emergência e distribuição pelas unidades hospitalares mais carenciadas;

Serão utilizadas as estruturas hospitalares públicas de Cascais, podendo ser utilizados como reforço estruturas similares.

Procedimentos e instruções de coordenação:

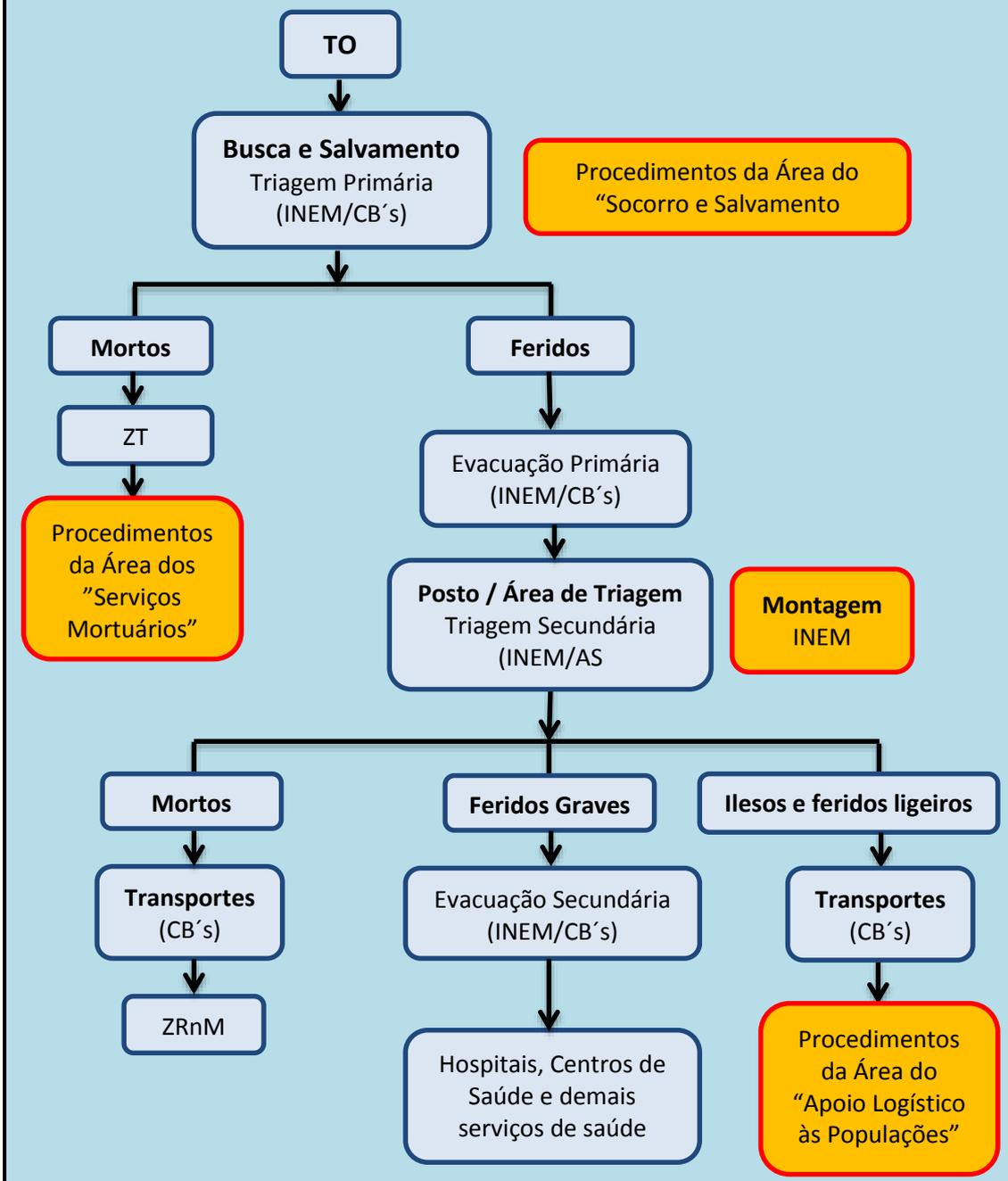


Tabela 23 - Serviços Médicos e Transporte de Vítimas

4.8.2 Apoio Psicológico

Entidade coordenadora: DHS

Responsável: Diretor(a) do DHS.

Substituto: Chefe de Divisão do DIPS.

Entidades intervenientes:

- Câmara Municipal de Cascais (CMC);
- Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);
- Corpos de Bombeiros do Concelho (CB's);
- Departamento de habitação Social (DHS);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);
- Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Polícia Municipal (DPOL);
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Prioridades de ação:

Assegurar o apoio psicológico imediato a prestar às vítimas primárias e secundárias no local da ocorrência (TO);

Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas primárias e secundárias do TO para as Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) e destas para as ZCAP;

Assegurar o apoio psicológico e psicossocial às vítimas terciárias;

Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas terciárias para locais exclusivos para esse efeito;

Assegurar o apoio psicológico de continuidade à população presente nas ZCAP.

Instruções específicas:

O apoio psicológico imediato às vítimas primárias e secundárias no TO será realizado em Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) constituídas para o efeito, que serão da responsabilidade do INEM através do seu Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC);

As ações a desenvolver nas ZAP são respeitantes à receção e estabilização de vítimas, levantamento de necessidades psicossociais, identificação e recolha de informação das mesmas;

As ZAP devem articular-se com as ZCAP quanto à comunicação de dados, e com o COS quanto à recolha de informação com relevância operacional;

Os restantes agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio que disponham de psicólogos apoiam o INEM na medida das suas disponibilidades;

O apoio psicológico às vítimas terciárias é responsabilidade primária das respetivas entidades. No caso de insuficiência ou ausência de meios de apoio, este será garantido pelas entidades disponíveis para o efeito. As vítimas terciárias são acompanhadas em locais reservados e exclusivos para esse efeito;

Os psicólogos das Equipas de Apoio Psicossocial (EAPS) da CMC serão usados prioritariamente no tratamento e acompanhamento aos CB que são da sua responsabilidade. As

disponibilidades remanescentes poderão ser utilizadas no âmbito do esforço geral de resposta;

Os psicólogos das Forças de Segurança (GNR, PSP, DPOL) serão usados prioritariamente no tratamento e acompanhamento dos seus próprios operacionais. As disponibilidades remanescentes poderão ser utilizadas no âmbito do esforço geral de resposta;

O apoio psicológico de continuidade, a realizar predominantemente nas ZCAP, é coordenado pela CMPC, que será apoiada por equipas de psicólogos da CMC;

Nas ZCAP aplicam-se os procedimentos previstos para a Área de Intervenção do Apoio Logístico à População;

O apoio psicológico às vítimas secundárias que se encontram nas ZRnM e NecPro é coordenado no PCMun.

Equipas Rápidas de Avaliação Psicossocial (ERAP)

Na necessidade de garantir uma rápida capacidade de avaliação psicossocial das vítimas perante um acidente grave ou catástrofe, o PCDis solicitará ao CNOS a mobilização de Equipas.

Rápidas de Avaliação Psicossocial (ERAP).

Conceito:

As Equipas Rápidas de Avaliação Psicossocial (ERAP) são elementos constituintes do reforço de meios distritais;

As ERAP percorrem a ZS e recolhem informação específica sobre as necessidades de apoio psicossocial às vítimas primárias, secundárias e terciárias, nomeadamente no que se refere a:

- Número total /previsto de vítimas primárias na ZS (crianças, adultos e idosos);
- Número previsto de vítimas secundárias (familiares e amigos) presentes ou em deslocação para o TO;
- Necessidades de estabilização emocional, alimentação, agasalhos e alojamento temporário para as vítimas primárias e secundárias;
- Previsão de necessidade de intervenção com possíveis vítimas terciárias (operacionais);
- Identificação dos recursos (entidades e profissionais) de apoio psicossocial em emergência, de cariz local, já presentes no TO;

As ERAP elaboram um relatório que, em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao CCOM, que trata a informação recebida.

Composição e Equipamento:

Pessoal:

Cada ERAP é constituída por um elemento das EAPS da ANPC, do CAPIC do INEM a da CMPC;

O chefe da ERAP é um elemento das EAPS da ANPC

Equipamento:

- Meios de transporte;
- Equipamento de Comunicações Rádio e Móvel;
- Equipamento de Proteção Individual (EPI);

- Kit de alimentação e primeiros socorros;
- Equipamento informático (computador ou tablet).

Acionamento:

As ERAP são acionadas à ordem do CDOS.

Procedimentos e instruções de coordenação:

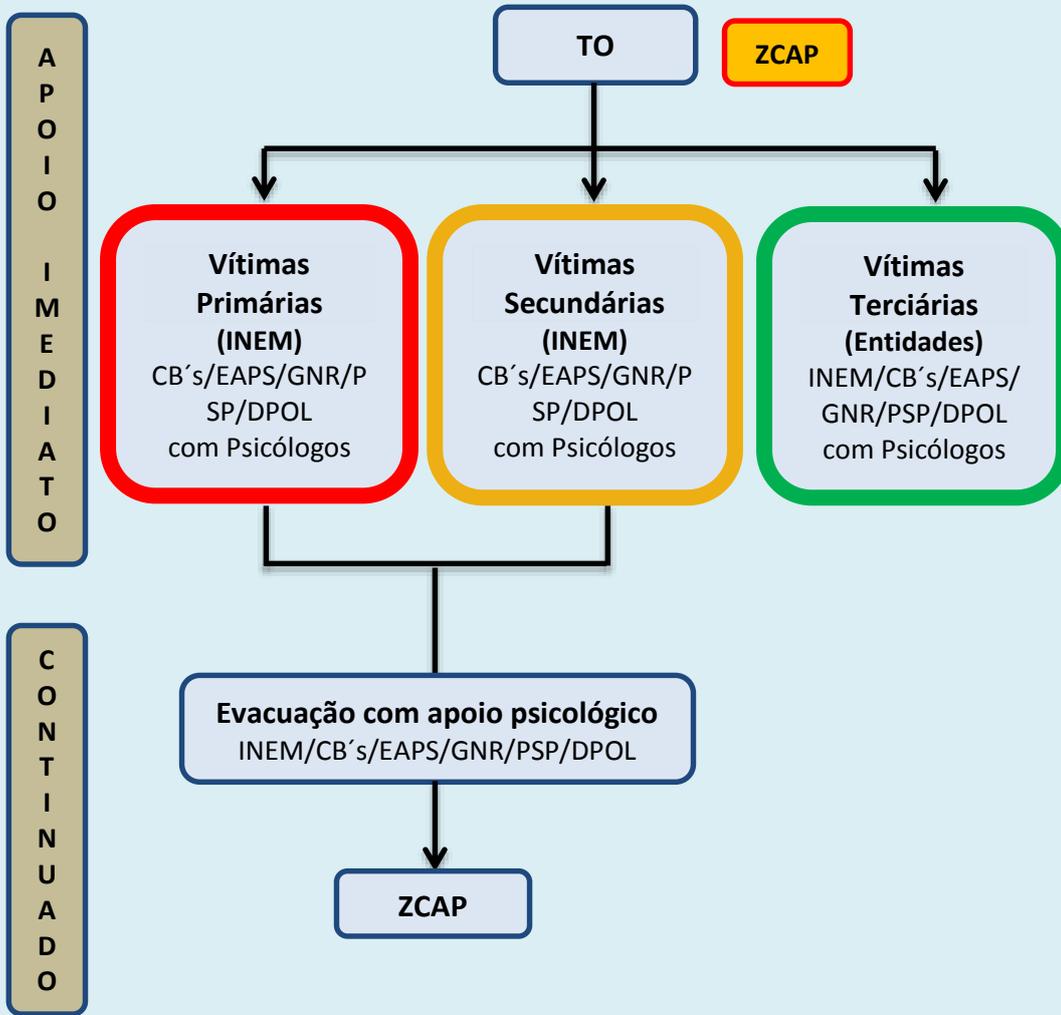


Tabela 24 - Apoio Psicológico

Versão

4.9 Socorro e Salvamento

Entidade Coordenadora: Corpo de Bombeiros territorialmente competente.

Responsável: Comandante do Corpo de Bombeiros local.

Substituto: O seu substituto legal.

Entidades intervenientes:

- Autoridade Marítima (AM);
- Câmara Municipal de Cascais (CMC);
- Corpos de Bombeiros do Concelho (CB's);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);
- Polícia Municipal (DPOL);
- Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Sapadores Florestais (SF);
- Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

Prioridades de Ação:

Assegurar a minimização de perdas de vidas, através das ações de busca e salvamento decorrentes do acidente grave ou catástrofe;

Assegurar a constituição de equipas no âmbito das valências do socorro e salvamento e garantir a sua segurança;

Avaliar as áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas ações de busca e salvamento, nomeadamente tendo em conta as informações a disponibilizar, eventualmente, pelas Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS);

Efetuar o escoramento de estruturas, eventualmente, após a avaliação da estabilidade pelas Equipas de Avaliação Técnica (EAT);

Assegurar a contenção de fugas e derrames de substâncias perigosas;

Executar o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os sinistros, incluindo o socorro a náufragos e buscas subaquáticas;

Supervisionar e enquadrar operacionalmente eventuais equipas de salvamento oriundas de organizações de voluntários;

Colaborar na determinação de danos e perdas;

Propor a definição de zonas prioritárias nas áreas afetadas pela situação de emergência.

Instruções específicas:

A intervenção inicial cabe prioritariamente às forças mais próximas do local da ocorrência ou àquelas que se verifique terem uma missão específica mais adequada;

As ações de busca, socorro e salvamento poderão ser apoiadas por meios aéreos da ANPC, de acordo com a necessidade de disponibilidade das aeronaves;

Para as ações de contenção de fugas e derrames, serão chamadas a intervir as empresas privadas responsáveis pelos produtos derramados;

Os CB asseguram primariamente as operações de busca e salvamento e de combate a incêndios;

A GNR e a PSP participam primariamente nas operações que se desenvolvam nas respetivas áreas de atuação, podendo atuar em regime de complementaridade nas restantes;

A Autoridade Marítima participa nas operações com as valências de busca e salvamento em ambiente urbano e cinotécnica, na respetiva área de jurisdição ou em regime de complementaridade nas restantes;

A PSP participa nas operações com as valências de busca e salvamento em ambiente urbano e com as equipas cinotécnicas da Unidade Especial de Polícia, na respetiva área de jurisdição ou em regime de complementaridade nas restantes;

A DPOL participa nas operações de busca e salvamento na medida das suas capacidades e disponibilidades.

Os SF participam nas ações de primeira intervenção e apoio ao combate em incêndios rurais;

A GNR, executa através dos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), ações de proteção e socorro, nas ocorrências de incêndios rurais/florestais ou de matérias perigosas;

O ICNF participa nas ações de socorro e salvamento nas áreas protegidas.

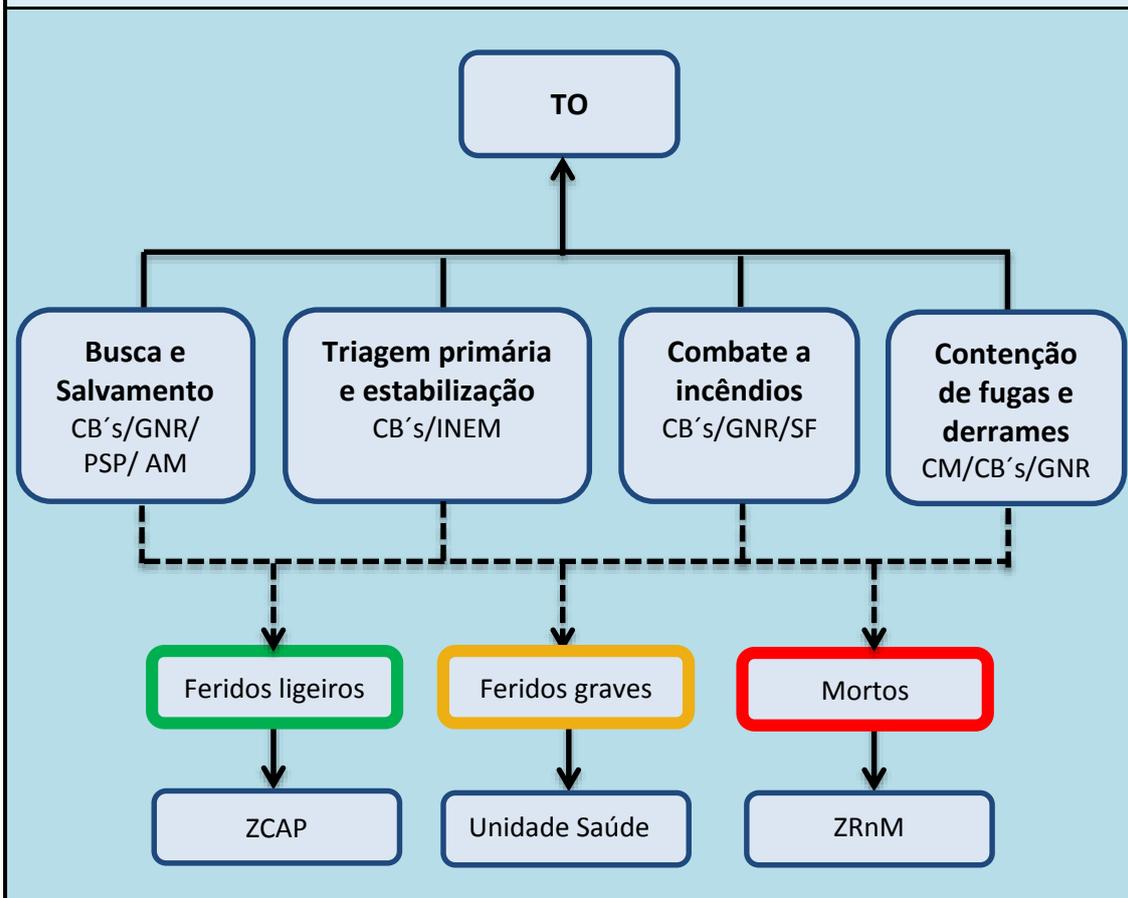


Tabela 25 - Socorro e salvamento

4.10 Serviços Mortuários

Entidade coordenadora: Autoridade de Saúde Concelhia.

Responsável: Delegada(o) de Saúde.

Substituto: Delegada(o) de Saúde substituta.

Entidades intervenientes:

- Autoridade de Saúde do concelho (AS);
- Autoridade Marítima (AM);
- Câmara Municipal de cascais (CMC);
- Corpos de Bombeiros do concelho (CB's);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF);
- Ministério Público (MP);
- Polícia de Segurança Pública (DPOL);
- Polícia judiciária (PJ);
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Prioridades de ação:

Assegurar a constituição das ZRnM e dos NecPro;

Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas;

Assegurar a presença das Forças de Segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança;

Assegurar o correto tratamento dos cadáveres, conforme os procedimentos operacionais previstos;

Fornecer à Área de Intervenção da Informação Pública e à direção do plano listas atualizadas das vítimas mortais e dos seus locais de sepultamento;

Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;

Garantir uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita à: colheita de dados Post-mortem, colheita de dados Antemortem e cruzamento de dados;

Assegurar a inventariação dos locais destinados a sepultamentos de emergência;

Providenciar, em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico às Forças de Intervenção, o fornecimento de sacos para cadáveres às forças empenhadas nas operações;

Receber e guardar os espólios dos cadáveres, informando o “Centro de Pesquisa de Desaparecidos” (em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico à População);

Garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.

Instruções específicas:

O fluxograma anterior só se aplica a cadáveres encontrados em zonas públicas, incluindo zonas de domínio público marítimo/hídrico, ou em edifícios colapsados;

Os cadáveres que se encontrem em Hospitais de Campanha ou Postos Médicos Avançados são encaminhados para ZRnM desenrolando-se, a partir daí, os procedimentos previstos no fluxograma;

Nas ZRnM e nos NecPro, procede-se aos habituais procedimentos de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver, verificação do óbito e autópsia;

Para a instalação de ZRnM e NecPro deverão ser escolhidas instalações onde haja um piso em espaço aberto, plano e fácil de limpar, com boa drenagem, ventilação natural, provido de água corrente e energia elétrica. Na seleção destes locais devem ser tidas em conta, ainda, as acessibilidades, as comunicações, a privacidade, a disponibilidade e as facilidades de condições de segurança. Em geral, as instalações mais indicadas para local de reunião de vítimas mortais são os pavilhões gimnodesportivos, armazéns e edifícios similares;

As ZRnM de âmbito municipal terão a localização prevista neste PMEPC;

Relativamente a vítimas de suposta nacionalidade estrangeira, será acionado no NecPro o SEF e a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) da PJ para obtenção de dados para a identificação da mesma;

Aquando da ativação do Plano, e tendo como missão a recolha de dados Ante-mortem, promover-se-á a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, conforme decisão do Delegado de Saúde e sob responsabilidade da PJ e do INMLCF;

A aposição de tarja negra e de etiqueta numa vítima, sob supervisão de um médico, corresponde à verificação do óbito, devendo ser feita na triagem de emergência primária, sempre que possível;

A autorização antecedente é solicitada à Autoridade de Saúde no local designado ou integrado na estrutura onde esteja presente;

Sendo localizado um corpo sem sinais de vida e sem tarja negra aposta, o médico da ERAV-m (Equipa Responsável pela Avaliação de Vítimas mortais) verificará o óbito e procederá à respetiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ. Caso sejam detetados indícios de crime, o chefe da ERAV-m poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a ZRnM;

A referenciação do cadáver ou partes de cadáveres deverá ser sempre assegurada, ainda que sumariamente, através de qualquer suporte documental disponível, nomeadamente fotografia, representação gráfica, ou simples descrição textual, ainda que manuscrita;

A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas forenses (médico-legais e policiais), registadas em formulários próprios;

A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram encontrados e inspecionados até à ZRnM, haja ou não haja suspeita de crime, cabe ao MP e é solicitada pelo chefe da ERAV-m;

A autorização do Delegado de Saúde (DS) para remoção do cadáver é transmitida mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV-m, da indicação do dia, hora e local da verificação do óbito e conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime;

Das ZRnM os cadáveres transitam posteriormente para os NecPro, para realização, nestes, de autópsia médico-legal (entendida como os procedimentos tendentes à identificação do cadáver e estabelecimento da causa de morte) e subsequente entrega do corpo ou partes de cadáveres aos familiares, com a respetiva emissão dos certificados de óbito;

Compete à GNR, PSP e AM, nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, coordenar e promover a segurança no transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;

Compete à GNR, PSP e AM, nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados (“body-bags”), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas. Os CB, a CVP e as FA, mediante as suas disponibilidades, colaborarão nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e destas para os NecPro;

As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela Área de Intervenção de Apoio Logístico às Forças de Intervenção, de acordo com os meios disponíveis; O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações será distribuído a pedido das forças de intervenção ou por determinação do CCOM;

Compete à CMC providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INMLCF, designadamente iluminação, macas com rodas, mesas, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;

Compete à entidade gestora das ZRnM e dos NecPro (ou seja, ao INMLCF) fornecer ao DS a informação sobre vítimas falecidas, que a transmitirá ao Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM), incluindo dados sobre o número de cadáveres admitidos, de corpos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios. A transmissão e divulgação desta informação serão feitas com respeito pelo segredo de justiça, pelo segredo médico, pelo dever de reserva profissional e pelo princípio da necessidade de conhecer;

Deverá ser assegurada a presença de representantes do IRN nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada;

O apoio psicológico aos familiares das vítimas será efetuado de acordo com os procedimentos definidos na Área de Intervenção de Serviços Médicos e Transporte de Vítimas – Apoio Psicológico, articulados com os Centros de Recolha de Informação (recolha de dados Antemortem);

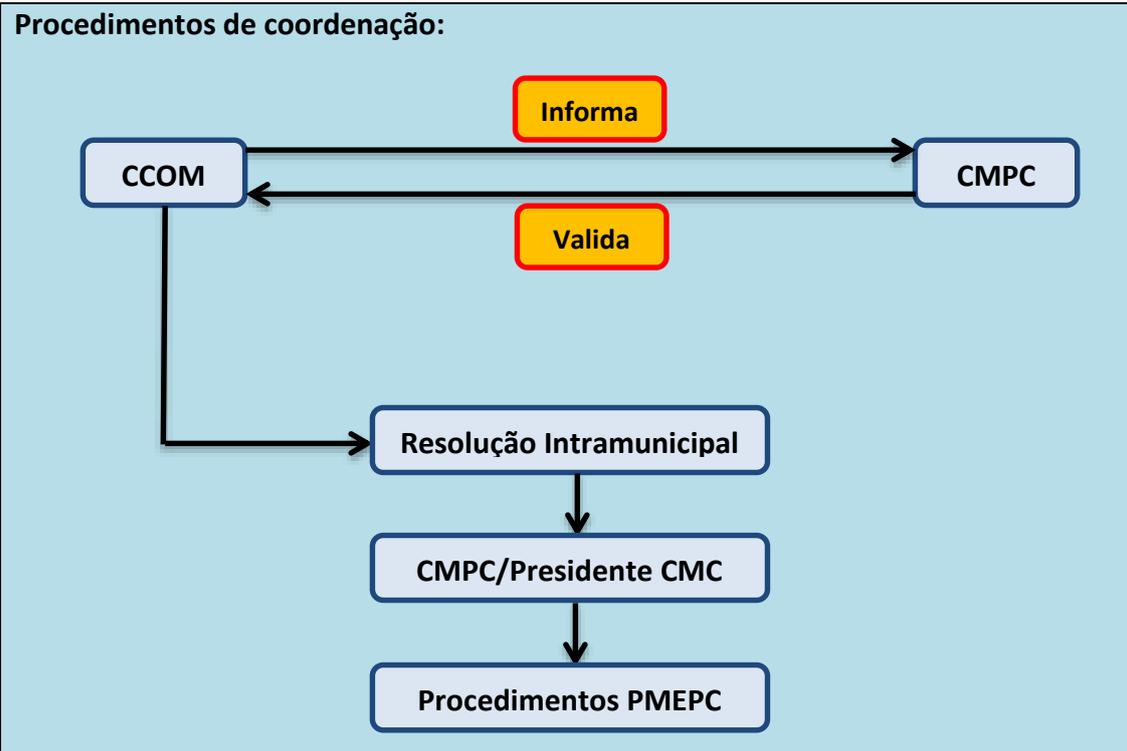
Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para o requerer, devem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário, devidamente acondicionados em sepultura comum, assegurando-se a identificabilidade dos mesmos até à posterior entrega a familiares para inumação ou cremação individual definitiva;

Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde e decorrentes do acidente grave ou catástrofe adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito.

Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após cumprimento das formalidades legais internas e autorização do DS, o cadáver será transportado para o NecPro;

Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde cuja morte decorra de patologias anteriores ao acidente grave ou catástrofe, adotam-se os procedimentos habituais de verificação do óbito e, após cumprimento das formalidades legais internas, o cadáver poderá ser libertado para entrega à família;

Para os cadáveres que se encontrem dentro de um edifício colapsado adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Após cumprimento das formalidades anteriores, o cadáver será transportado para o NecPro.



Versão Consulta Pública

Instruções de coordenação:

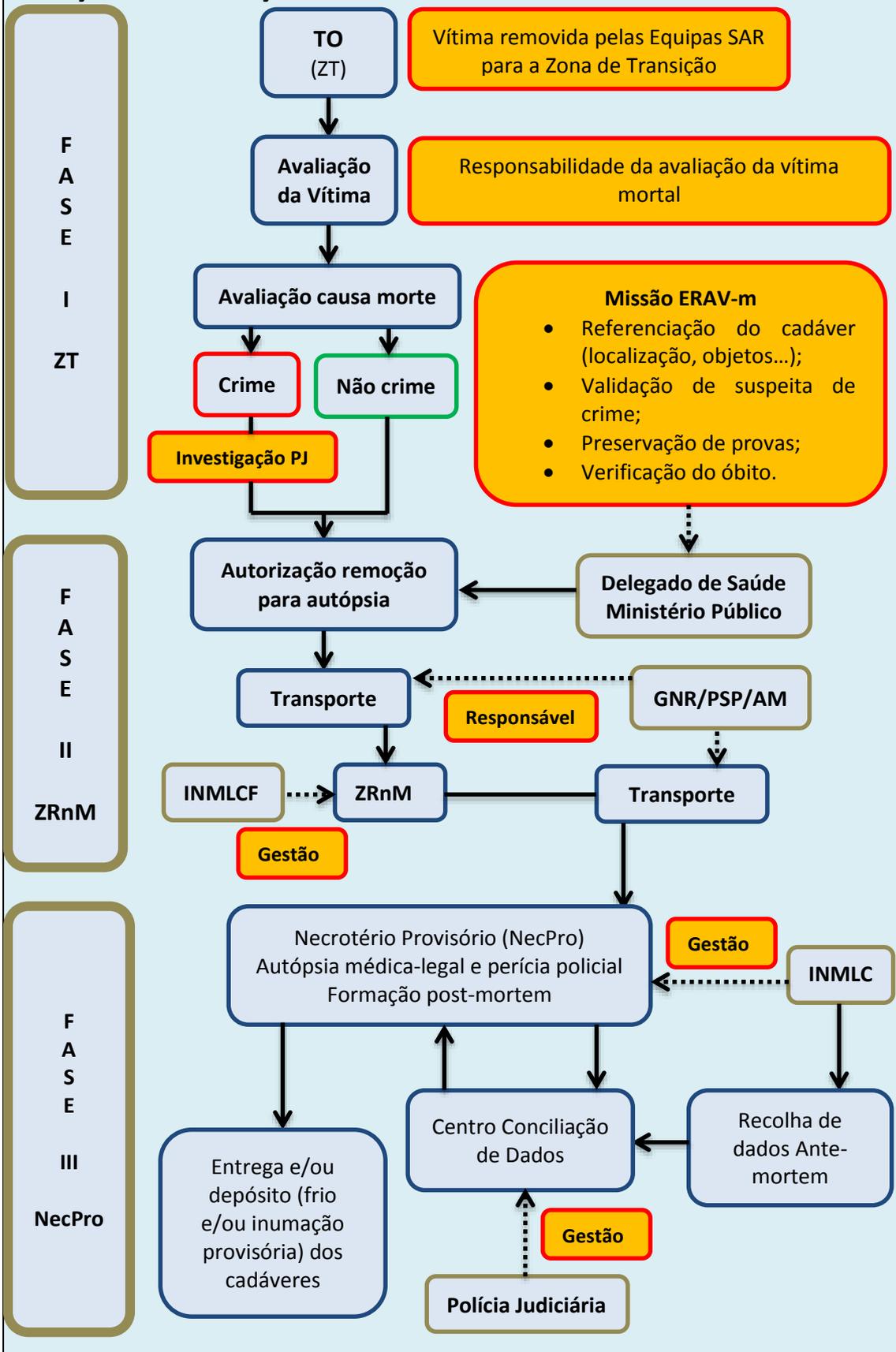


Tabela 26 - Serviços Mortuários



Parte III Inventários, Modelos e Relatórios

Versão Consulta Pública (não reservado)

5 Modelos

5.1 Declaração de Ativação/Desativação do Plano Municipal de Emergência

DECLARAÇÃO DE ATIVAÇÃO/DESATIVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGENCIA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

__/__/20__ __: __MIN

1. Natureza do evento

Na sequência da ocorrência (ou na iminência) de (indicar a situação de acidente grave ou catástrofe) causando cheias/inundações é declarada a ativação do plano municipal de emergência, pelo Presidente da Câmara Municipal de Cascais, nos termos do disposto na Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil).

2. Convocatória da Comissão Municipal de Proteção Civil

Para os efeitos do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 27/2006, foi convocada a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Cascais, para reunião extraordinária, tendo em vista, nomeadamente, proceder à coordenação política e institucional das ações a desenvolver e decidir quanto à ativação do PMEPC.

3. Medidas a adotar

Os procedimentos a utilizar para a coordenação técnica e operacional dos serviços e Agentes de Proteção Civil, bem como dos recursos a utilizar, são os previstos no PMEPC, o qual define também os procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança.

Medidas preventivas e medidas especiais de reação:

Sem prejuízo do disposto no PMEPC, adotam-se, ainda, as seguintes medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação: (Indicar quais as medidas / procedimentos a implementar, especificando, caso se entenda útil, as entidades responsáveis pelas mesmas)



Avisos à população:

(Indicar, caso se considere necessário, as principais mensagens a difundir à população)

9. Publicação

A presente declaração, bem como a sua prorrogação, alteração ou revogação, é publicada por Edital a ser afixado nos lugares de estilo. Será também assegurada a sua divulgação pública na página da internet do município (www.cm-cascais.pt).

Cascais, __ de _____ de _____

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.2 Modelos de Relatórios

1. Caracterização da Ocorrência							
Natureza da Ocorrência		N.º de Ocorrência		Data início		Hora Alerta	
Local				Freguesia			
Concelho				Distrito			
Coord. Lat.				Coord. Long.			
Descrição da ocorrência							
2. Danos Causados							
Vítimas	Feridos Leves		Feridos Graves		Mortos	Evacuados	Desaparecidos
Danos Edifícios	Hospitais	Escolas	Hotéis	Danos Vias de Comunicação	Rodoviárias	Ferrovárias	Aeródromos
Danos Infraestruturas	Redes de Água		Saneamento	Eletricidade	Combustível		
Descrição dos danos							
3. Disponibilidade de transportes							
Aeroportos	Estações Ferroviárias		Centrais de Camionagem		Rede Telefónica Pública e Móvel		
4. Disponibilidades de comunicação							
SIRESP	Internet	Telefone Satélite		ROB	SICOMECC	REPC	
Observações:							

5. Necessidades

Necessidades de Socorro:

Assistência Médica		
Evacuação Médica		
Hospital		
Posto de Socorro		
Posto de Triagem		
Alimentação		
Abrigos		
Alojamento		
Vestuário		
Meios de Transporte		
Combustíveis		
Equipamentos		
Viaturas Especiais		
Comunicações		
Outro		

Versão Consulta Pública (não reservado)



4. Forças Empenhadas	
Força	
Meios Humanos	
Veículos Ligeiros	
Veículos Pesados	
Máquina de Rastos	
Meios Aquáticos	
Aeronaves	
Outros Meios	
Comentários Finais:	
Responsável:	
Data:	

Este modelo pode ser utilizado para:

- Relatórios Imediatos de Situação (RELIM);
- Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER);

Relatórios Diários de Situação (REDIS).

FORMULÁRIO PARA O LEVANTAMENTO DE DANOS EM EDIFÍCIOS CORRENTES

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO	
N.º da ficha <input type="text"/> - <input type="text"/> - <input type="text"/> <small>(Dia - Mês - Ano) (Número da freguesia) (Número da ficha)</small>	Nome do evento: _____
RESTRIÇÃO DE ACESSO/UTILIZAÇÃO <small>(Selecionar opção no final do preenchimento do formulário. Replicar a resposta registada no Quadro 11)</small>	Data <input type="text"/> - <input type="text"/> - <input type="text"/> <small>(Dia - Mês - Ano)</small>
<input type="radio"/> Acesso e utilização permitidos. <i>(verde)</i>	Hora <input type="text"/> : <input type="text"/> <small>(24 horas)</small>
<input type="radio"/> Acesso pontual e supervisionado. Utilização proibida. <i>(amarelo)</i>	Nome C.E. _____
<input type="radio"/> Acesso e utilização proibidos. <i>(vermelho)</i>	Nome I.1 _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO	
Morada: _____	
Distrito: _____	Concelho: _____
Freguesia: _____	Localidade: _____
Para os arquipélagos:	
ID do edifício <input type="text"/>	Ilha: _____
<small>(Número indicado no mapa de levantamento disponibilizado)</small>	
Coordenadas GPS: Longitude Oeste (x) <input type="text"/>	Latitude Norte (y) <input type="text"/>
<small>(Indique os valores)</small>	
Sistema: _____ <small>(Indique o sistema de determinação de coordenadas utilizado (p. ex. Telemóvel, GPS, Google Maps, etc.))</small>	
Ano de construção <input type="text"/>	<input type="radio"/> < 1958 <input type="radio"/> 1958 - 1985 <input type="radio"/> > 1985
<small>(Indique o ano de construção OU seleccione uma opção das categorias apresentadas)</small>	
Edifício <input type="radio"/> Público <input type="radio"/> Privado	
<small>(Seleccione uma opção, quando possível)</small>	
Tipo de edifício:	<input type="checkbox"/> Habitacional <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/> Hoteleiro/Restauração
<small>(Indique E - Exclusiva, se correspondente a 100% da utilização do edifício;</small>	<input type="checkbox"/> Administrativo <input type="checkbox"/> Hospitalar <input type="checkbox"/> Industrial/Oficina
<small>P - Principal, se correspondente a entre 50% e 99% da utilização do edifício;</small>	<input type="checkbox"/> Escolar <input type="checkbox"/> Estacionamento <input type="checkbox"/> Arrecadação/Anexo/Garagem
<small>S - Secundária, se correspondente a menos de 49% da utilização do edifício.)</small>	<input type="checkbox"/> Religioso <input type="checkbox"/> Armazém <input type="checkbox"/> Outro: _____

(O preenchimento dos quadros seguintes só é necessário para edifícios de habitação, de escritórios, comércio ou com estas atividades combinadas)

3. CARACTERIZAÇÃO DA INSPEÇÃO													
Inspeção não realizada <small>(Seleccione uma opção, quando aplicável)</small>	<input type="radio"/> Não autorizada <input type="radio"/> Colapso do edifício												
<small>NOTA: Nos casos em que não é possível realizar a inspeção, passar automaticamente para o Quadro 13.</small>	<input type="radio"/> Ausência de proprietário <input type="radio"/> Outro: _____												
	<input type="radio"/> Requer inspeção detalhada												
Inspeção realizada <small>(Seleccione duas opções, quando aplicável)</small>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Zona do edifício</th> <th>Exterior <small>(Seleccione uma opção)</small></th> <th>Interior <small>(Seleccione uma opção)</small></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Totalidade</td> <td><input type="radio"/></td> <td><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>Parte</td> <td><input type="radio"/></td> <td><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td>Não observado</td> <td><input type="radio"/></td> <td><input type="radio"/></td> </tr> </tbody> </table>	Zona do edifício	Exterior <small>(Seleccione uma opção)</small>	Interior <small>(Seleccione uma opção)</small>	Totalidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Parte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Não observado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Zona do edifício	Exterior <small>(Seleccione uma opção)</small>	Interior <small>(Seleccione uma opção)</small>											
Totalidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>											
Parte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>											
Não observado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>											

4. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO	
Posição do edifício <i>(Selecione uma opção)</i>	<input type="radio"/> Isolado <input type="radio"/> Banda <input type="radio"/> Extremo de banda <input type="radio"/> Gaveto / Esquina
Terreno de implantação <i>(Selecione uma opção)</i>	<input type="radio"/> Terreno plano ou com inclinação reduzida <input type="radio"/> Base de talude <input type="radio"/> Implantado a meia encosta <input type="radio"/> Topo de talude
Total de pisos:	Existência de sótão: <i>(Selecione uma opção)</i> <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
	Acima do terreno: <i>(O rés-do-chão é contabilizado)</i> <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/> 6 <input type="radio"/> 7 <input type="radio"/> 8 <input type="radio"/> 9 <input type="radio"/> 10 <input type="radio"/> 11 <input type="radio"/> 12 <input type="radio"/> >12
	Sementerrados: <i>(Selecione uma opção)</i> <input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3
	Enterrados: <i>(Selecione uma opção)</i> <input type="radio"/> 0 <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> > 3
Média da altura dos pisos (m): <i>(Selecione uma opção, quando possível)</i>	<input type="radio"/> < 2.50 <input type="radio"/> 2.50 – 3.00 <input type="radio"/> 3.00 – 3.50 <input type="radio"/> 3.50 – 5.00 <input type="radio"/> > 5.00
Média da área dos pisos (m²): <i>(Selecione uma opção, quando possível)</i>	<input type="radio"/> < 100 <input type="radio"/> 300 – 500 <input type="radio"/> 1000 – 1500 <input type="radio"/> 100 – 200 <input type="radio"/> 500 – 750 <input type="radio"/> 1500 – 2000 <input type="radio"/> 200 – 300 <input type="radio"/> 750 – 1000 <input type="radio"/> >2000
Sistema construtivo principal da estrutura: <i>(Selecione uma opção)</i>	<input type="checkbox"/> Alvenaria <i>(preencher o Quadro 4.1)</i> <input type="checkbox"/> Betão Armado (BA) <i>(preencher o Quadro 4.2)</i> <input type="checkbox"/> Outros <i>(preencher o Quadro 4.3)</i>

4.1. SISTEMA CONSTRUTIVO PRINCIPAL EM ALVENARIA	
Estrutura vertical: <i>(Selecione uma opção)</i>	<input type="checkbox"/> Alvenaria regular de boa qualidade em pedra aparelhada com argamassa <input type="checkbox"/> Alvenaria de tijolo <input type="checkbox"/> Alvenaria regular de boa qualidade em pedra aparelhada sem argamassa <input type="checkbox"/> Alvenaria com inclusão de elementos de BA <input type="checkbox"/> Alvenaria de pedras de forma e dimensão irregulares, com argamassa <input type="checkbox"/> Alvenaria de adobe <input type="checkbox"/> Alvenaria de pedra assente por justaposição e travadas entre si, sem argamassa <input type="checkbox"/> Alvenaria confinada <input type="checkbox"/> Alvenaria com gaiola de madeira embebida (p. ex. Edifícios Pombalinos, paredes de frontal) <input type="checkbox"/> Alvenaria reforçada <input type="checkbox"/> Taipas <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> Não identificado
Estrutura horizontal: <i>(Selecione uma opção)</i>	<input type="checkbox"/> Arcos e abóbadas de tijolo/pedra sem confinamento lateral <input type="checkbox"/> Laje mista de madeira/BA <input type="checkbox"/> Arcos e abóbadas de tijolo/pedra com confinamento lateral <input type="checkbox"/> Vigamento de madeira <input type="checkbox"/> Laje com perfis metálicos e abobadilhas <input type="checkbox"/> Vigamento metálico <input type="checkbox"/> Laje de BA <input type="checkbox"/> Vigamento misto madeira/perfis metálicos <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> Não identificado
Cobertura: <i>(Selecione 1 ou mais opções)</i>	<input type="checkbox"/> Sistema com travamento de impulsos horizontais (tirantes, asnas, etc.) <input type="checkbox"/> Sistema sem travamento de impulsos horizontais <input type="checkbox"/> Não identificado <input type="checkbox"/> Estrutura de madeira <input type="checkbox"/> Laje de BA <input type="checkbox"/> Estrutura metálica <input type="checkbox"/> Vigamento de BA <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> Não identificado

4.2. SISTEMA CONSTRUTIVO PRINCIPAL EM BETÃO ARMADO

Estrutura porticada Estrutura com pilares e laje fungiforme Estrutura pré-fabricada
 Estrutura em caixão ou túnel Estrutura com pilares, parede e laje fungiforme Outro: _____
 Estrutura mista pórtico-parede Estrutura com pilares e cobertura metálica Não identificado

4.3. OUTROS SISTEMAS CONSTRUTIVOS

Estrutura metálica contraventada Estrutura mista aço-betão
 Estrutura metálica porticada simples Estrutura de madeira
 Não identificado Outro: _____

5. DANOS EM ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Elemento estrutural	Não aplicável	Dano														
		(Selecione 1 ou mais opções. A soma do dano, em cada linha, deve ser igual a 1)														
		Não observado			D0		D1		D2		D3		D4		D5	
< 1/3	1/3 - 2/3	> 2/3	< 1/3	1/3 - 2/3	< 1/3	1/3 - 2/3	< 1/3	1/3 - 2/3	< 1/3	1/3 - 2/3	< 1/3	1/3 - 2/3	< 1/3	1/3 - 2/3	> 2/3	
Pilares																
Paredes resistentes exteriores																
Paredes resistentes interiores																
Vigas e pavimentos																
Escadas																
Cobertura																

Avaliação de risco estrutural (R.E.): Risco Baixo Risco Médio Risco Elevado
 (Selecione uma opção)

(Não aplicável – quando o tipo de elemento não existe; Não observado – elementos que existem, mas que não foi possível observar; Dano D0 – sem dano, D1 – fendilhação ligeira, essencialmente no reboco; D2 – fendilhação acentuada, ligeira queda de reboco; D3 – fraturas, características de movimentos de pedras para fora do plano, queda de reboco; D4 – colapso, queda pontual de elementos estruturais; D5 – ruína, grande expressão de queda de elementos.)
 (Combinações possíveis: <1/3 D₁ + <1/3 D₂ + <1/3 D₃; <1/3 D₁ + <1/3 D₂ + 1/3-2/3 D₃; <1/3 D₁ + >2/3 D₃; 1/3-2/3 D₁ + 1/3-2/3 D₂; >2/3 D₂)

6. DANOS EM ELEMENTOS NÃO ESTRUTURAIS

Elemento não estrutural (Selecione uma opção)	Presença de dano		Não foi possível observar	Não aplicável
	Sim	Não		
Chaminés	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telhas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Varandas, parapeitos, platibandas, beirais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Paredes exteriores (revestimentos, rebocos, janelas, portas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Paredes interiores divisórias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Revestimento de tetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conteúdos (p. ex. eletrodomésticos, mobiliário)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros: _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Avaliação de risco não estrutural (R.N.E.): Risco Baixo Risco Médio Risco Elevado
 (Selecione uma opção)

7. DANOS EM REDES DE INFRAESTRUTURAS

Rede <i>(Selecione uma opção)</i>	Presença de dano		Não foi possível observar	Não aplicável
	Sim	Não		
Rede elétrica e AVAC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede de abastecimento de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede de abastecimento de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede de saneamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. AVALIAÇÃO DE DANOS EXTERNOS

Ocorrência e potencial de risco:	Elemento afetado <i>(Selecione uma opção por coluna)</i>			Classificação do risco (R.Ext.)
	Edifício	Arruamento de acesso	Logradouro	
Ocorreu, com potencial de evolução	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Elevado
Não ocorreu, com potencial de ocorrer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Elevado
Ocorreu, sem potencial de evolução	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Médio
Não ocorreu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Baixo
Não aplicável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Baixo

9. AVALIAÇÃO DE DANOS GEOTÉCNICOS

Ocorrência e potencial de risco:	Fenómeno <i>(Selecione uma opção por coluna)</i>			Classificação do risco (R.Geo.)
	Deslizamento de terras	Perda de capacidade de suporte das fundações	Queda de muro de contenção	
Ocorreu, com potencial de evolução	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Elevado
Não ocorreu, com potencial de ocorrer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Elevado
Ocorreu, sem potencial de evolução	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Médio
Não ocorreu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Baixo
Não aplicável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Baixo

10. RESUMO DA AVALIAÇÃO DE RISCO

Grau de risco	Tipo de risco <i>(Selecione uma opção por coluna)</i>			
	Estrutural (R.E.)	Não Estrutural (R.N.E.)	Externo (R.Ext.)	Geotécnico (R.Geo.)
Baixo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Médio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elevado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. RESTRIÇÃO DE ACESSO/UTILIZAÇÃO

(Selecione uma opção com apoio da matriz de correspondência de risco das folhas de apoio. Repetir a opção selecionada no Quadro 1.)

Acesso e utilização permitidos. <i>(verde)</i>	<input type="radio"/>
Acesso pontual e supervisionado. Utilização proibida. <i>(amarelo)</i>	<input type="radio"/>
Acesso e utilização proibidos. <i>(vermelho)</i>	<input type="radio"/>

12. MEDIDAS DE SEGURANÇA

(Quadro de preenchimento Obrigatório no caso de seleção da opção "Acesso e utilização proibidos" no Quadro 11. Preenchimento opcional nas restantes opções)

Medidas de segurança a aplicar <i>(Selecione 1 ou mais opções)</i>	Descrição <i>(Indicar o elemento a que se aplica)</i>
<input type="checkbox"/> Demolição de elementos	_____
<input type="checkbox"/> Contenção de paredes	_____
<input type="checkbox"/> Escoramento de vigas/ pavimentos/ cobertura	_____
<input type="checkbox"/> Delimitação de perímetro de segurança	_____
<input type="checkbox"/> Contenção de terrenos	_____
Medidas de segurança existentes: _____	

13. NECESSIDADES DE ALOJAMENTO

N.º de pessoas desalojadas <i>(Total de moradores do edifício)</i>	_ _ _	N.º de famílias desalojadas <i>(Total de famílias do edifício)</i>	_ _ _
N.º de pessoas com necessidade de alojamento temporário <i>(Total de pessoas sem alternativa de alojamento)</i>	_ _ _	N.º de famílias com necessidade de alojamento temporário <i>(Total de famílias sem alternativa de alojamento)</i>	_ _ _

14. IDENTIFICAÇÃO DE FOTOS

Numeração das fotos relativas ao edifício:

Versão



15. OBSERVAÇÕES GERAIS

16. ÁREA DE DESENHO



5.3 Modelos de Requisições

Entidade Fornecedora	Nome:	Data	
	Morada:		
	Nº Contribuinte:		
Especificação do produto/Equipamento/Serviço			QTD
Finalidade:			
Responsável:			
Data:			

5.4 Modelos de Comunicados

Comunicação à População do Concelho de Cascais

Vem por este meio o _____ comunicar aos munícipes informações importantes relativas a _____ [frase introdutória com indicação da entidade emitente e do contexto do comunicado]

Verificou-se um _____ [descrição da natureza da ocorrência], no _____ [localização espacial] pelas _____ do dia _____ [localização temporal].

Segundo informação disponível, a ocorrência deve-se a _____ [causas associadas], tendo provocado _____ [efeitos provocados pela ocorrência].

Estão neste momento a decorrer as operações de resposta à ocorrência com recurso aos seguintes meios: _____ [meios empenhados no terreno].

Recomenda-se que a população _____ [orientações à população].

Segundo informação disponível, prevê-se que a situação _____ [previsão da evolução da situação].

Prevê-se que o próximo comunicado à população seja emitido _____ [data e hora previstas do próximo comunicado].

[data e hora do comunicado]

[identificação do responsável]

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.5 Declaração da Situação de Alerta de Âmbito Municipal

DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

1. Natureza do evento

Na sequência da ocorrência (ou na iminência) de (indicar a situação de acidente grave ou catástrofe) causando (indicar as consequências), é declarada a Situação de Alerta, pelo Presidente da Câmara Municipal de Cascais, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 13.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil).

2. Âmbito territorial e temporal

A presente declaração da Situação de Alerta tem uma abrangência territorial de (ha ou km²), correspondendo à (s) freguesia (s) de (indicar a (s) freguesia (s) abrangida (s)), do Concelho de Cascais, e produz efeitos imediatos, sendo válida por um período estimado de (indicar o número de dias) dias a contar da data de assinatura, sem prejuízo de prorrogação na medida do que a evolução da situação concreta o justificar.

3. Convocatória da Comissão Municipal de Proteção Civil

Para os efeitos do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 27/2006, é/foi (indicar a opção adequada) convocada a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Cascais, para reunião extraordinária, tendo em vista, nomeadamente, proceder à coordenação política e institucional das ações a desenvolver e decidir quanto à ativação do PMEPC.

4. Estruturas de Coordenação e Controlo dos meios e recursos

A Estrutura de Coordenação e Controlo na Situação de Alerta declarada é a Comissão Municipal de Proteção Civil de Cascais, a qual recorrerá aos meios disponíveis e previstos no PMEPC.

Em cada teatro de operações, o comando operacional será assumido pelo Comandante das Operações de Socorro (COS), o qual se articulará com a CMPC através dos mecanismos previstos no PMEPC.

5. Medidas a adotar

Os procedimentos a utilizar para a coordenação técnica e operacional dos serviços e Agentes de Proteção Civil, bem como dos recursos a utilizar, são os previstos no PMEPC, o qual define também os procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança.

Medidas preventivas e medidas especiais de reação:

Sem prejuízo do disposto no PMEPC, adotam-se, ainda, as seguintes medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação: (Indicar quais as medidas / procedimentos a implementar, especificando, caso se entenda útil, as entidades responsáveis pelas mesmas)

Avisos à população:

(Indicar, caso se considere necessário, as principais mensagens a difundir à população)

Meios de divulgação dos avisos:

Os avisos à população serão efetuados seguindo os procedimentos e os meios previstos no PMEPC.

6. Elaboração de Relatórios

A Estrutura de Coordenação e Controlo deverá elaborar relatórios, sobre o grau de implementação das medidas preventivas e/ou especiais de reação, de acordo com a seguinte tipologia: (colocar uma X de acordo com os relatórios a produzir)

- Relatórios Imediatos de Situação (RELIM);
- Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER) – Periodicidade: horas;
- Relatórios Diários de Situação (REDIS) – A emitir diariamente às horas.
- Os relatórios seguem o modelo previsto no PMEPC.

7. Deveres de colaboração

7.1. No âmbito do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 27/2006, é obrigatório o cumprimento das disposições decorrentes da emissão desta declaração da Situação de Alerta por parte dos:

- Cidadãos e demais entidades privadas que têm o dever de colaborar na prossecução dos fins da proteção civil, observando as disposições preventivas das leis e regulamentos, acatando ordens, instruções e conselhos dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e pela proteção civil e satisfazendo prontamente as solicitações que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes;
- Funcionários e agentes do Estado e das pessoas coletivas de direito público, bem como dos membros dos órgãos de gestão das empresas públicas, que têm o dever especial de colaboração com os organismos de proteção civil;
- Responsáveis pela administração, direção ou chefia de empresas privadas cuja laboração, pela natureza da sua atividade, esteja sujeita a qualquer forma específica de licenciamento têm, igualmente, o dever especial de colaboração com os órgãos e Agentes de Proteção Civil.

7.2. A desobediência e resistência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas na vigência e no âmbito da Situação de Alerta declarada, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo.

7.3. A violação do previsto nas alíneas b) e c) de 7.1 implica, consoante os casos, responsabilidade criminal e disciplinar, nos termos da lei.



7.4. Nos termos do n.º 1, do artigo 11.º, da Lei n.º 27/2006, todos os cidadãos e demais entidades privadas, estão obrigados, na área abrangida pela presente declaração, a prestar às autoridades de proteção civil, a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respetivas solicitações.

8. Obrigação especial de colaboração dos órgãos de comunicação social

Nos termos do n.º 2, do artigo 15.º, da Lei n.º 27/2006, a presente declaração da Situação de Alerta determina a obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, com a Estrutura de Coordenação prevista no âmbito desta declaração, visando a divulgação de informações relevantes relativas à situação.

9. Publicação

A presente declaração, bem como a sua prorrogação, alteração ou revogação, é publicada por Edital a ser afixado nos lugares de estilo. Será também assegurada a sua divulgação pública na página da internet do município (www.cm-cascais.pt).

Cascais, __ de _____ de _____

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais

6 Lista de Distribuição

• Agrupamento dos Centros de Saúde de Cascais-Parede
• Águas de Cascais
• ANPC
• Ascendi
• Associação de Rádio Amadores de Cascais (ARLC)
• Associação dos Escoteiros de Portugal
• Associação Guias de Portugal
• Associação dos Bombeiros da Parede
• Associação dos Bombeiros de Alcabideche
• Associação dos Bombeiros de Carcavelos e S. Domingos de Rana
• Associação dos Bombeiros de Cascais
• Associação dos Bombeiros do Estoril
• Autoridade de Saúde Concelhia
• Brisa
• Capitania do Porto de Cascais
• Cascais Ambiente
• Cascais Dinâmica
• Cascais Envolvente
• Cascais Próxima
• ANPC/CDOS
• Centros Paroquiais
• Clube de Golf do Estoril
• CM OEIRAS
• Circuito Estoril
• CM SINTRA
• COM
• Corpo Bombeiros de Alcabideche
• Corpo Bombeiros de Carcavelos S. Domingos de Rana
• Corpo Bombeiros de Cascais
• Corpo Bombeiros do Estoril
• Corpo Bombeiros Parede
• Corpo Nacional de Escutas
• CP
• Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) Del. Do Estoril
• Departamento de Desenvolvimento Estratégico (DDE)
• Departamento de Educação, Desporto, Juventude e Promoção Cultural (DED)
• Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DFP)

• Departamento de Gestão Territorial (DGT)
• Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social (DHS)
• Departamento de Inovação e Comunicação (DIC)
• Departamento de Intervenção Territorial (DIT)
• Departamento de Planeamento e Qualificação Ambiental (DPQ)
• Departamento de Policia Municipal e Fiscalização (DPF)
• Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos (DHJ)
• DIGAL
• Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)
• Direção Municipal de Coesão e Capacitação Social (DMCC)
• Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (DMEI)
• Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial (DMGI)
• Divisão de Cidadania e Participação (DCIP)
• Divisão de Gestão da Estrutura Verde (DGEV)
• Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC)
• Divisão de Obra de Vias e Infraestruturas (DOVI)
• Divisão de Patrimónios Culturais (DIPC)
• Divisão de Valorização de Recursos Humanos (DVRH)
• EDP Distribuição, Energia
• Infraestruturas de Portugal
• Gabinete da Presidência (GPRE)
• GALP / Lisboa Gás
• GNR
• Hospital de Cascais
• Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
• Instituto de Segurança Social, I.P (ISS, I.P)
• União de Freguesia de Carcavelos e Parede
• Juntas de Freguesia de Alcabideche
• União de Freguesia de Cascais e Estoril
• Juntas de Freguesia de S. Domingos de Rana
• Moto Clube da Vila de Cascais
• NOS
• Associação de Radioamadores de Cascais
• Portugal Telecom (PT)
• Presidente da Assembleia Municipal
• PSP
• Rádios Locais
• Águas do Tejo Atlântico
• Santa Casa da Misericórdia de Cascais



• Sapadores Florestais (SF) UTEF
• Scotturb
• Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
• Serviço de Veterinário (SVET)
• Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)
• Altice
• Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL)
• Divisão de Sistemas de Suporte à Decisão e de Tecnologias de Informação (DSTI)
• Unidade de Transporte e Manutenção Auto (UTMA)
• Vereadores da CMC
• VODAFONE

Versão Consulta Pública (não reservada)



Anexos

Versão Consulta Pública (não reservado)



7 Anexos

Cartografia de suporte às operações de emergência de proteção civil

Versão Consulta Pública (não reservado)

1. Caracterização Geral

O município de Cascais situa-se no distrito de Lisboa e pertence à sub-região estatística da Grande Lisboa. Em conjunto com 17 municípios engloba a Área Metropolitana de Lisboa (AML), região que regista a maior concentração populacional e económica de Portugal.

Cascais é atualmente dividido em 4 freguesias, (Mapa 1) resultado da reorganização administrativa do território. O município apresenta uma área aproximada de 97,40 Km² com cerca de 206 479 habitantes. Faz fronteira com os concelhos de Sintra, a norte (integrando parte da Serra de Sintra), e Oeiras a este, sendo banhada pelo Oceano Atlântico a sul e a oeste.

A Vila de Cascais assume-se como a quinta vila mais populosa de Portugal, representando também um dos destinos turísticos mais apreciados no país, devido à qualidade das suas praias, clima ameno, gastronomia e diversificado património natural e histórico.



Mapa 1 - Enquadramento Geográfico

Entre as 4 freguesias, Alcabideche ocupa a maior área do município, com cerca de 41% da área total (Quadro 1), seguida da União das Freguesias de Cascais e Estoril (cerca de 30%). Embora tenham sido alvo da reorganização administrativa do território em 2013, as antigas freguesias de Carcavelos e da Parede revelam no seu conjunto a menor área do concelho, com cerca de 8%.

Freguesia	Área (Km ²)	Área (%)
Alcabideche	39,8	40,8
São Domingos de Rana	20,4	20,9
U.F. de Carcavelos e Parede	8,1	8,3
U.F. de Cascais e Estoril	29,2	29,9
Total do Concelho	97,4	100,0

Quadro 1 - Área territorial das freguesias (km² e %)

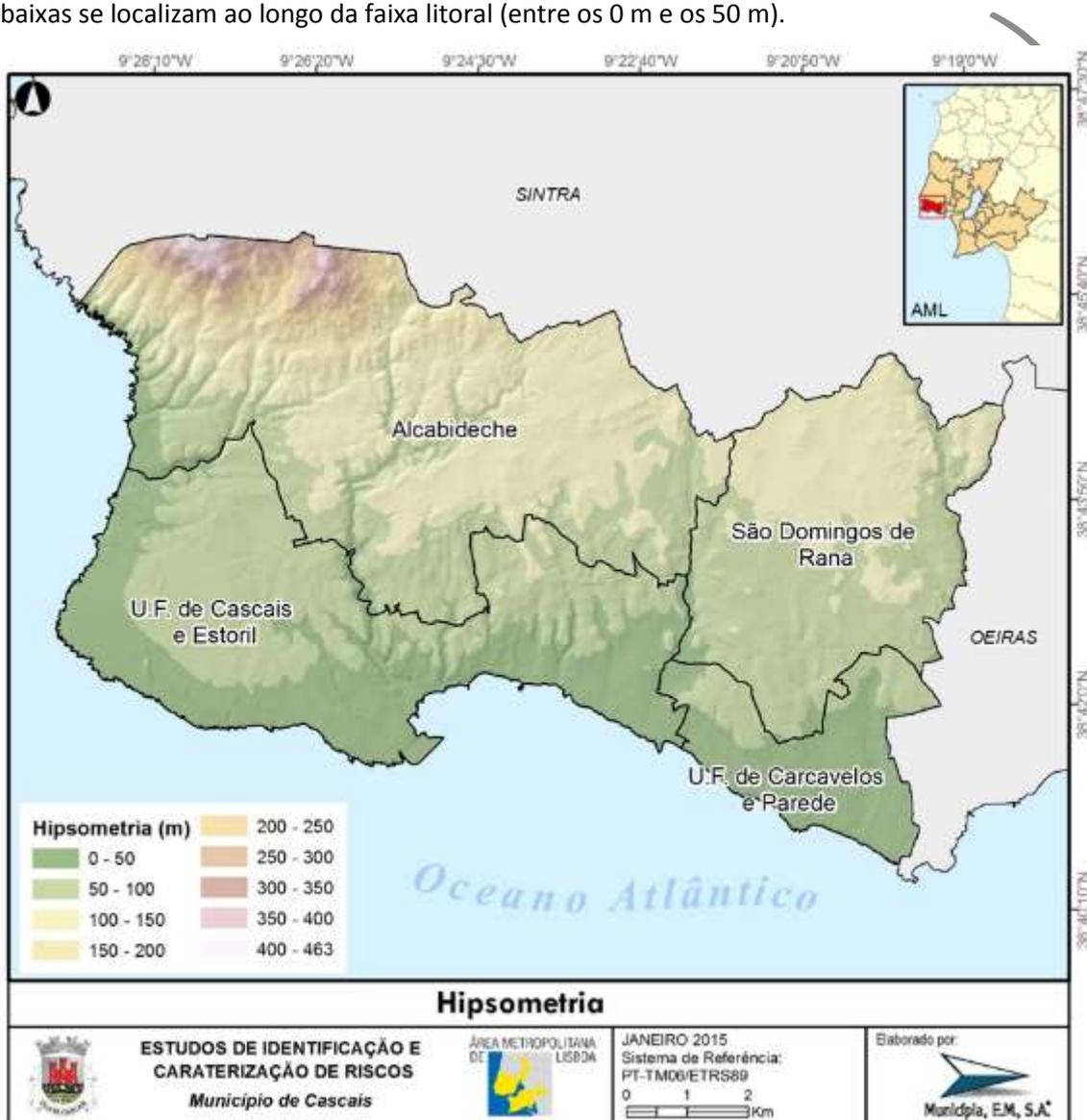
Versão Consulta Pública (não reservado)

2. Caracterização Física

2.1. Características geomorfológicas

2.1.1. Hipsometria

A hipsometria do concelho de Cascais varia entre os 0 m e os 463 m (Mapa 2), sendo influenciada pela Serra de Sintra a noroeste, onde se localizam as cotas mais elevadas. A partir da Serra a hipsometria diminui progressivamente em direção ao oceano, verificando-se que as cotas mais baixas se localizam ao longo da faixa litoral (entre os 0 m e os 50 m).



Mapa 2 - Hipsometria do concelho de Cascais

Observando o Quadro 2, verifica-se que cerca de 91% do território se encontra abaixo da cota dos 150 m, sendo que a maior parte do concelho (cerca de 40%) se localiza entre os 50 m e os 100 m.

Classes hipsométricas (m)	Área (Km ²)	Área (%)
0 - 50	22,2	22,8
50 - 100	39,4	40,5
100 - 150	27,0	27,7
150 - 200	3,8	3,9
200 - 250	1,8	1,9
250 - 300	1,4	1,5
300 - 350	1,1	1,1
350 - 400	0,5	0,5
400 - 463	0,2	0,2
Total do Concelho	97,4	100,0

Quadro 2 - Classes hipsométricas do concelho de Cascais (Km² e %)

Versão Consulta Pública (não reservado)

2.1.2. Declives

No território do concelho de Cascais os declives variam entre os 0° e os 85°, constatando-se a predominância dos declives mais elevados a noroeste do município (Serra de Sintra), a nordeste da freguesia de São Domingos de Rana (Ribeira da Laje) e ao longo da Ribeira dos Marmeleiros e Ribeira das Vinhas (Mapa 3).



Mapa 3 - Declives do município de Cascais

A partir do Quadro 3 pode-se comprovar que os declives até aos 10° predominam no concelho, ocupando cerca de 78% da área total do território, onde os declives entre os 0° e os 5° se apresentam com maior expressão (57%). Os declives mais elevados, entre os 20° e os 85° estendem-se por cerca de 6% da área do concelho.

Declives (°)	Km ²	%
0 - 5	55,6	57,1
5 - 10	20,6	21,1
10 - 15	9,2	9,5
15 - 20	5,6	5,8
20 - 85	6,4	6,5
Total do Concelho	97,4	100,0

Quadro 3 - Classe de declives (em graus) do município de Cascais (Km² e %)

2.1.3. Geologia

Segundo Ramalho et al., (2001), a geologia do concelho de Cascais (Mapa 4) caracteriza-se pelo predomínio de rochas sedimentares carbonatadas de idade mesozoica, incluindo também materiais sedimentares detríticos da mesma idade e mais recentes.

De acordo com o mesmo documento as unidades com idades desde o Jurássico Superior (Calcários de S. Pedro – ≈ 150 Ma) ao Cretácico superior (Calcários com Rudistas – ≈ 90 Ma) correspondem fundamentalmente a camadas de fácies marinha a lagunar salobra e também recifal, de calcários, calcários margosos e margas ou argilas.

O Maciço de Sintra, com idade estimada entre 74 e 95 Ma, corresponde a uma intrusão subvulcânica complexa que contém um núcleo sienítico envolvido por um anel granítico e outro gabro-diorítico, dos quais apenas os dois primeiros afloram no concelho de Cascais, junto ao seu limite norte. A intrusão do maciço de Sintra dobrou o dispositivo sedimentar encaixante e metamorfozou os calcários periféricos, dando origem aos mármore de S. Pedro e (calco) Xistos do Ramalhão (Taborda, et al., 2010).

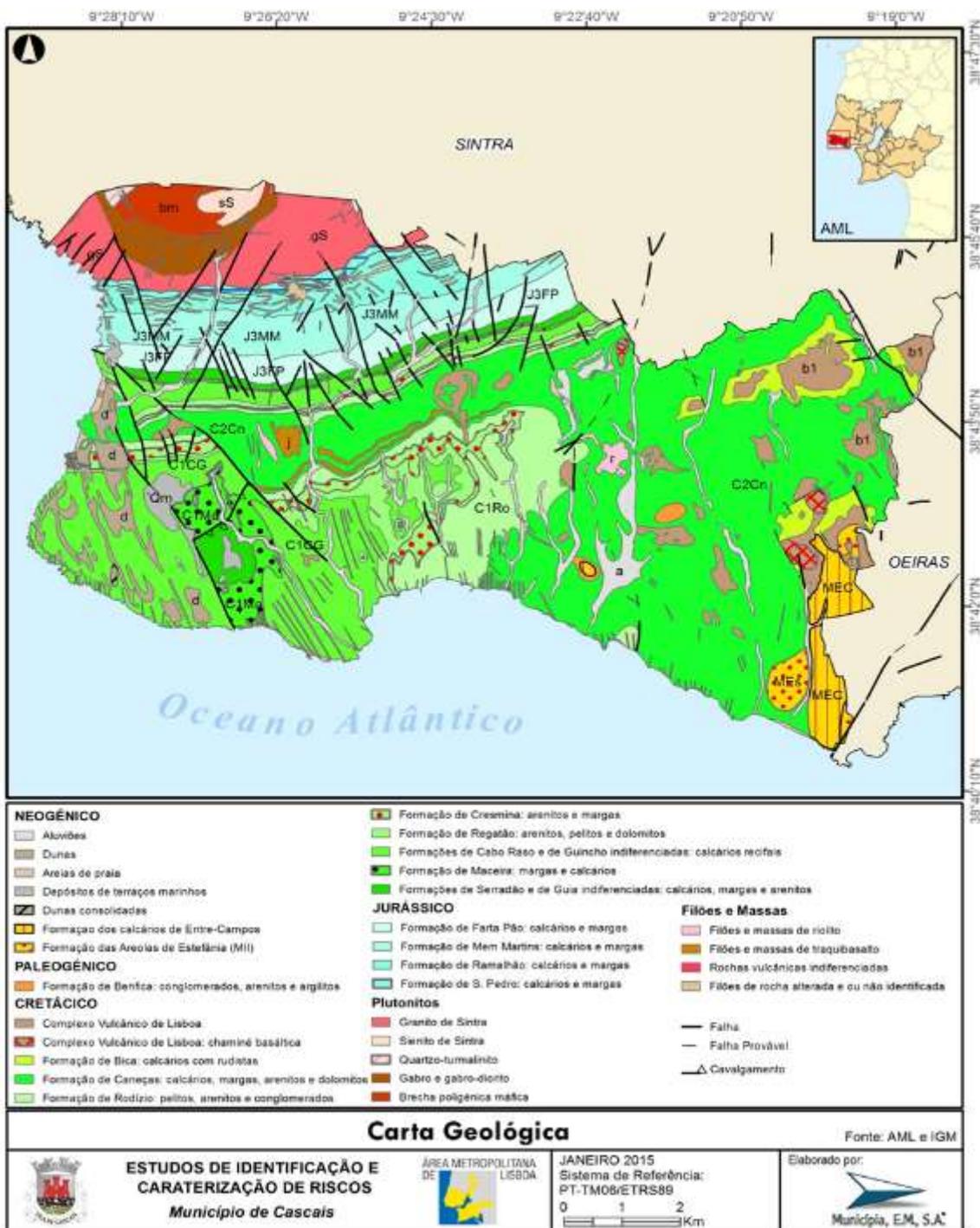
O Complexo Vulcânico Lisboa-Mafra trata-se de uma unidade vulcânica poligénica datada de aproximadamente 70 Ma, compreendendo escoadas e piroclastos subaéreos de composição essencialmente basáltica. Os afloramentos correspondentes à atividade extrusiva estão pouco representados no concelho de Cascais, em contraste com as massas filoneanas que são ali muito abundantes e bem expostas na faixa costeira, incluindo diques e soleiras, os quais condicionam frequentemente, por erosão diferencial, formas de relevo localizadas e também o traçado da linha de costa (Taborda, et al., 2010).

O Plistocénico é representado por arenitos (dunas consolidadas) e areias ou cascalheiras de antigas praias, hoje alcandoradas. As dunas consolidadas, em escassos retalhos descontínuos, subsistem em corredor de transporte eólico na região do Guincho, ainda hoje ativo e reconhecido em ventifactos e corpos dunares, móveis ou fixados por vegetação (Taborda, et al., 2010).

Segundo o mesmo documento, o Holocénico (últimos 10000 anos) é constituído por aluviões que ocorrem nas principais linhas de água, areias de praia e de duna.

Na envolvente do maciço da Serra de Sintra verifica-se a existência de numerosas falhas com diferentes direções, que criam discordâncias entre as várias camadas.

CASCAIS



Mapa 4 - Carta Geológica do município de Cascais

2.2.Sismicidade

Relativamente à carta de isossistas de intensidades máximas (Mapa 5) o concelho de Cascais abrange as classes IX (no centro e norte do concelho) e X (a sul).

Segundo a informação disponibilizada no sítio do IPMA, na Escala de Mercalli Modificada, o grau IX corresponde a um abalo sísmico desastroso que pode produzir danos consideráveis em estruturas, chegando mesmo a deslocar os edifícios das fundações. O grau X corresponde a um abalo destruidor, que pode abrir fendas no solo, produzir cortes nas canalizações e provocar torção nas vias de caminho-de-ferro. Importa referir que o grau X é o mais elevado verificado no território português, na sismicidade histórica e instrumental. Neste contexto, considera-se que o território do concelho de Cascais apresenta uma suscetibilidade sísmica muito elevada em toda a sua extensão.



Mapa 5 - Intensidade Sísmica do município de Cascais

2.3. Características Climáticas

2.3.1. Temperatura de Precipitação

O clima do concelho de Cascais é do tipo temperado mediterrânico, caracterizado por verões quentes e secos e invernos frios e chuvosos.

A análise da precipitação e da temperatura teve por base os valores registados na estação meteorológica de Sassoeiros/Oeiras, disponibilizados nas normais climatológicas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), para uma série de 30 anos (1961-1990).

A partir do gráfico termopluiométrico da Figura 1, que representa a média dos valores mensais de precipitação e de temperatura verificados entre 1961 e 1990, constata-se que a precipitação ocorreu sobretudo entre os meses de Outubro a Fevereiro, tendo-se registado os valores mais elevados em Novembro (110 mm). Por outro lado, entre os meses de Junho e Setembro registaram-se os valores mais reduzidos.

Em relação à temperatura, os valores médios mais elevados verificam-se entre Maio e Outubro, onde a média da temperatura máxima chega aos 27°C (Agosto). A média da temperatura mínima atinge o valor mais reduzido no mês de Fevereiro (7,6°C).

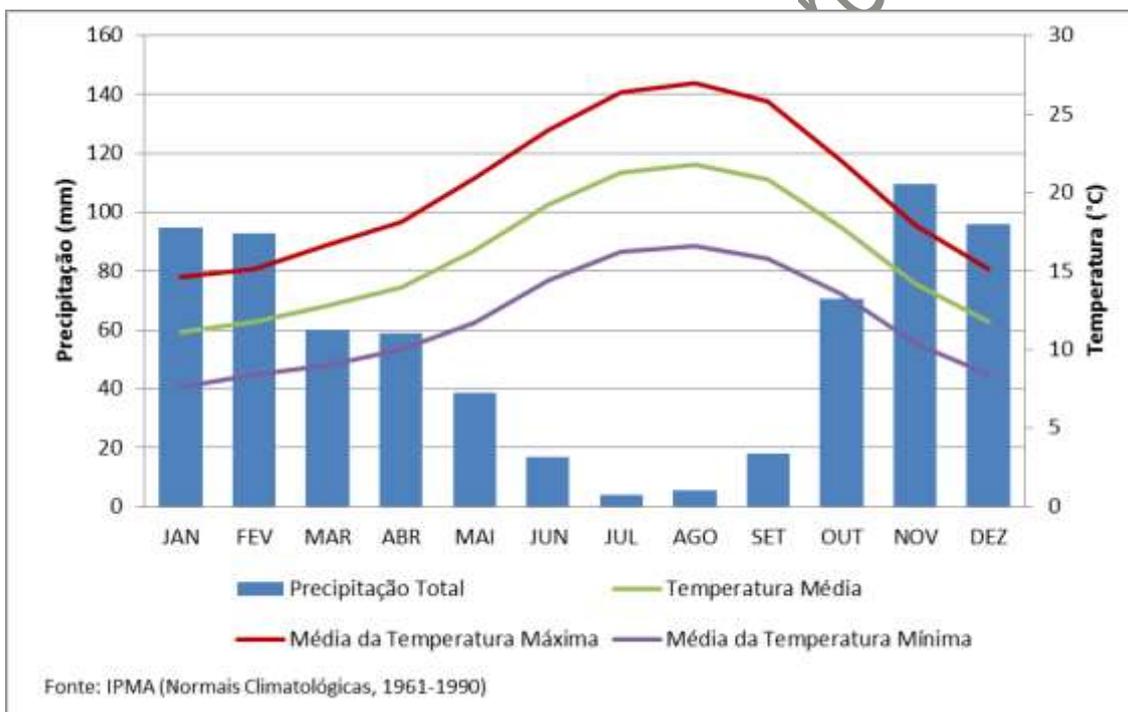


Figura 1 - Gráfico Termopluiométrico referente aos valores médios de Precipitação e Temperatura, entre 1961 e 1990 na estação meteorológica de Sassoeiros/Oeiras

De acordo com Taborda, et al. (2010), embora o Município de Cascais abranja um território bastante pequeno, pode distinguir-se no seu extremo oeste o microclima da faixa costeira atlântica, mais seco e ventoso. A encosta sul da serra de Sintra também apresenta um clima um pouco mais frio e nublado que o resto do concelho.

Em termos de precipitação, de acordo com os Estudos de Caracterização do Plano Diretor Municipal de Cascais, a precipitação vai aumentando com o afastamento da faixa ocidental do concelho. Segundo o mesmo documento e observando a Figura 2 nota-se o aumento da precipitação na parte Norte do concelho que se fica a dever à proximidade da serra de Sintra.

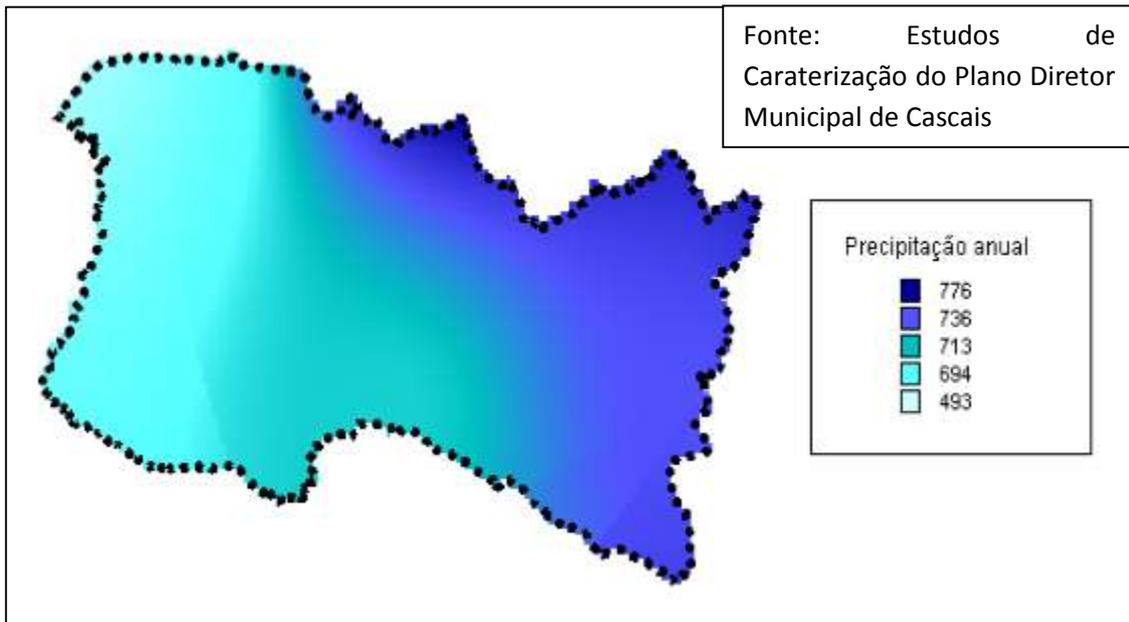


Figura 2 - Distribuição da precipitação anual no município de Cascais

Em relação à temperatura e segundo o Estudo de Caracterização do Plano Diretor Municipal de Cascais, as zonas mais quentes do concelho em termos de temperatura média são as zonas urbanizadas junto à costa sul, pertencentes à união das freguesias de Cascais e Estoril, e também as zonas de Sassoeiros e Talaíde, constatando-se que o efeito de ilha urbana é bastante acentuado no concelho (Figura 3).

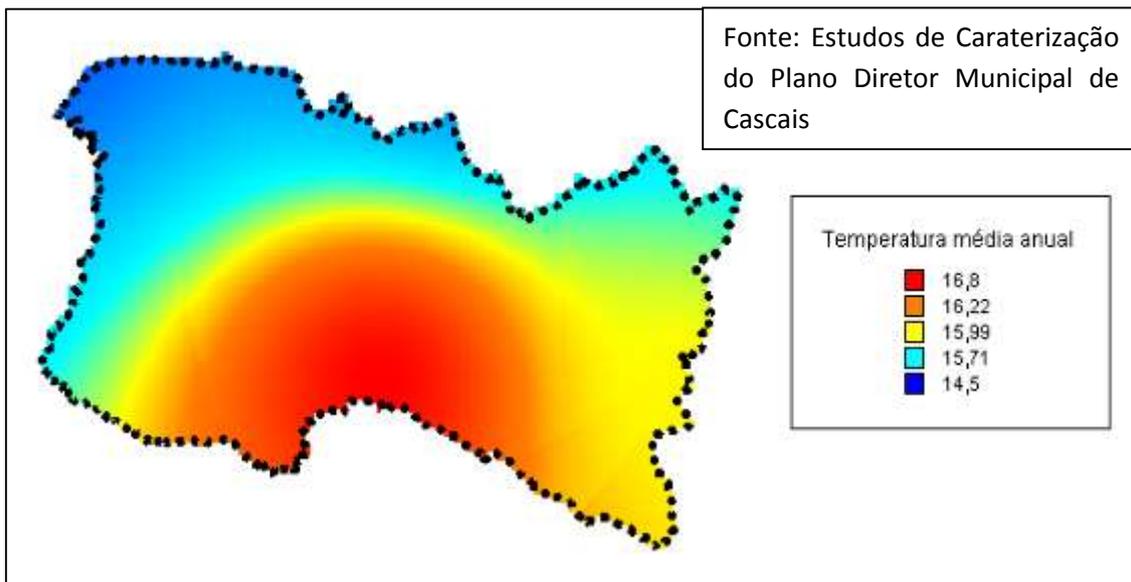


Figura 3 - Distribuição espacial da Temperatura média anual

No Quadro 4 apresentam-se os valores de temperatura extremos disponibilizados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), referentes às duas estações meteorológicas de Lisboa (Instituto Geofísico e Gago Coutinho).

Estação Meteorológica	Temperatura Mínima Absoluta (°C)	Temperatura Máxima Absoluta (°C)	N.º dias ≤ 0,0°C	N.º dias ≥ 30,0°C
Lisboa (Instituto Geofísico)	-1,2 (11-02-1956)	41,8 (01-08-2003)	0	41,8
Lisboa (Gago Coutinho)	-1 (12-01-1985)	42 (01-08-2003)	0,2	42

Quadro 4 - Valores extremos de temperatura

2.3.2. Humidade Relativa

Os valores médios de humidade relativa (às 9h e às 15h) e de insolação que se apresentam no Quadro 5 foram captados pela estação meteorológica de Sassoeiros/Oeiras entre 1961 e 1990, disponibilizados nas normais climatológicas dos IPMA. Verifica-se que a humidade relativa é naturalmente mais elevada nos meses frios e chuvosos, entre Novembro e Dezembro do que nos meses de Verão, constatando-se a situação oposta em relação à insolação, onde se observa que o número de horas é bastante superior entre Maio e Setembro do que nos meses de inverno.

Mês	Média da Humidade Relativa às 9h	Média da Humidade Relativa às 15h	Insolação (N.º Horas)	Insolação (%)
Janeiro	84	73	112,9	37
Fevereiro	82	72	140,2	46
Março	77	67	185,3	50
Abril	76	72	224	54
Maio	74	68	318,5	72
Junho	72	64	301,3	68
Julho	71	55	344,3	76
Agosto	71	55	312,7	74
Setembro	71	62	235,8	63
Outubro	77	63	193,6	56
Novembro	80	70	141,9	46
Dezembro	82	63	57,1	20
Anual	76	65	2567,6	55

Quadro 5 - Valores médios de Humidade Relativa (às 09h e 15h) e Insolação (horas e %)

2.3.3. Vento

Para a análise da velocidade e direção do vento utilizaram-se os registos horários da estação meteorológica de Cascais, disponibilizados pelo SNIRH (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos), para o período entre 2001 e 2009.

A partir da Figura 4, verifica-se que o vento incide no concelho de Cascais com predominância de Norte, atingindo velocidades entre os 2,4 e os 3,8 m/s.

Segundo M. J. Alcoforado (1993) “a intensidade do vento vai diminuindo à medida que se avança para o interior e nos afastamos da costa ocidental do concelho. Os ventos mais fortes ocorrem junto às praias do Guincho e na Guia, seguidos das localidades da Biscaia, Figueira do Guincho, Malveira da Serra, Charneca, Areia e Quinta da Marinha. Os ventos mais fracos ocorrem nas localidades de Trajouce e Tires.”

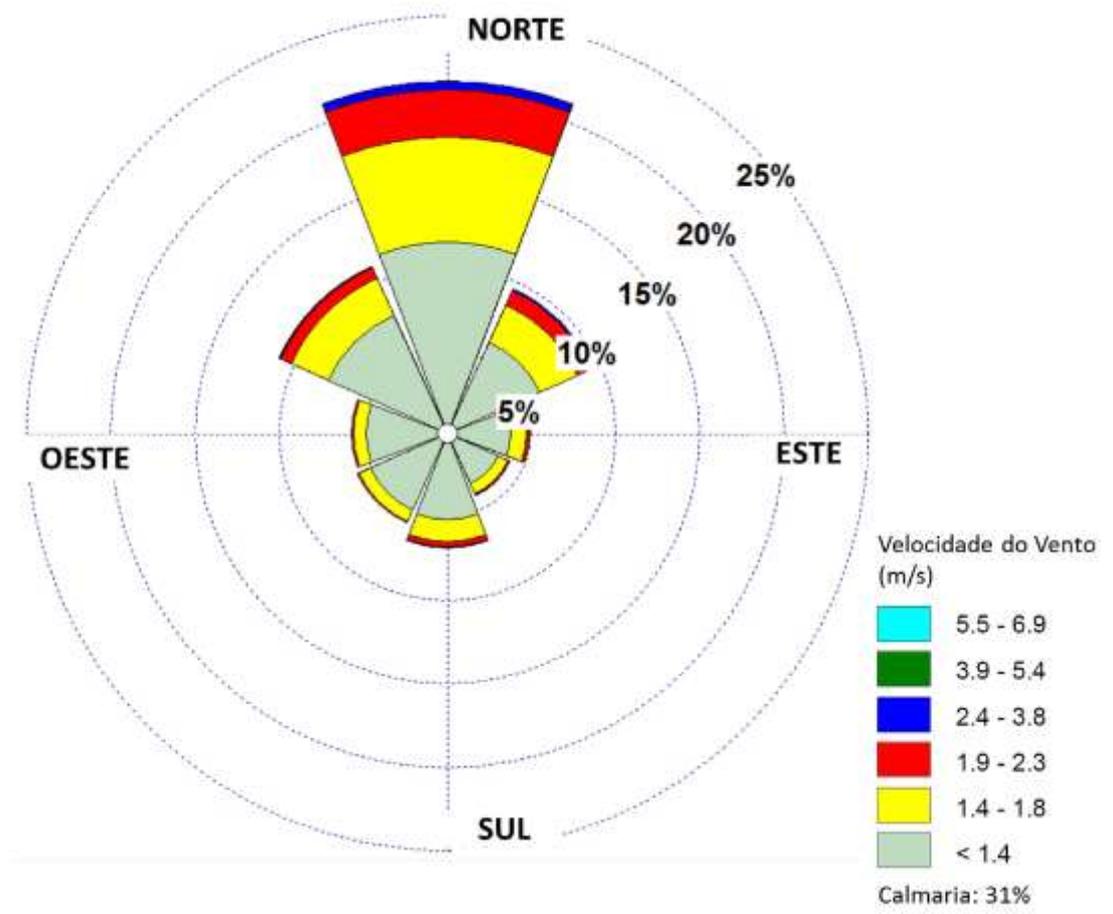


Figura 4 - Rosa anemoscópica de Cascais (2001 - 2009)

2.3.4. Frequência de fenómenos adversos

Relativamente à frequência de fenómenos adversos, de acordo com os boletins climatológicos disponibilizados pelo IPMA, referentes ao período entre os anos de 2005 e 2014, encontram-se referenciados dois episódios:

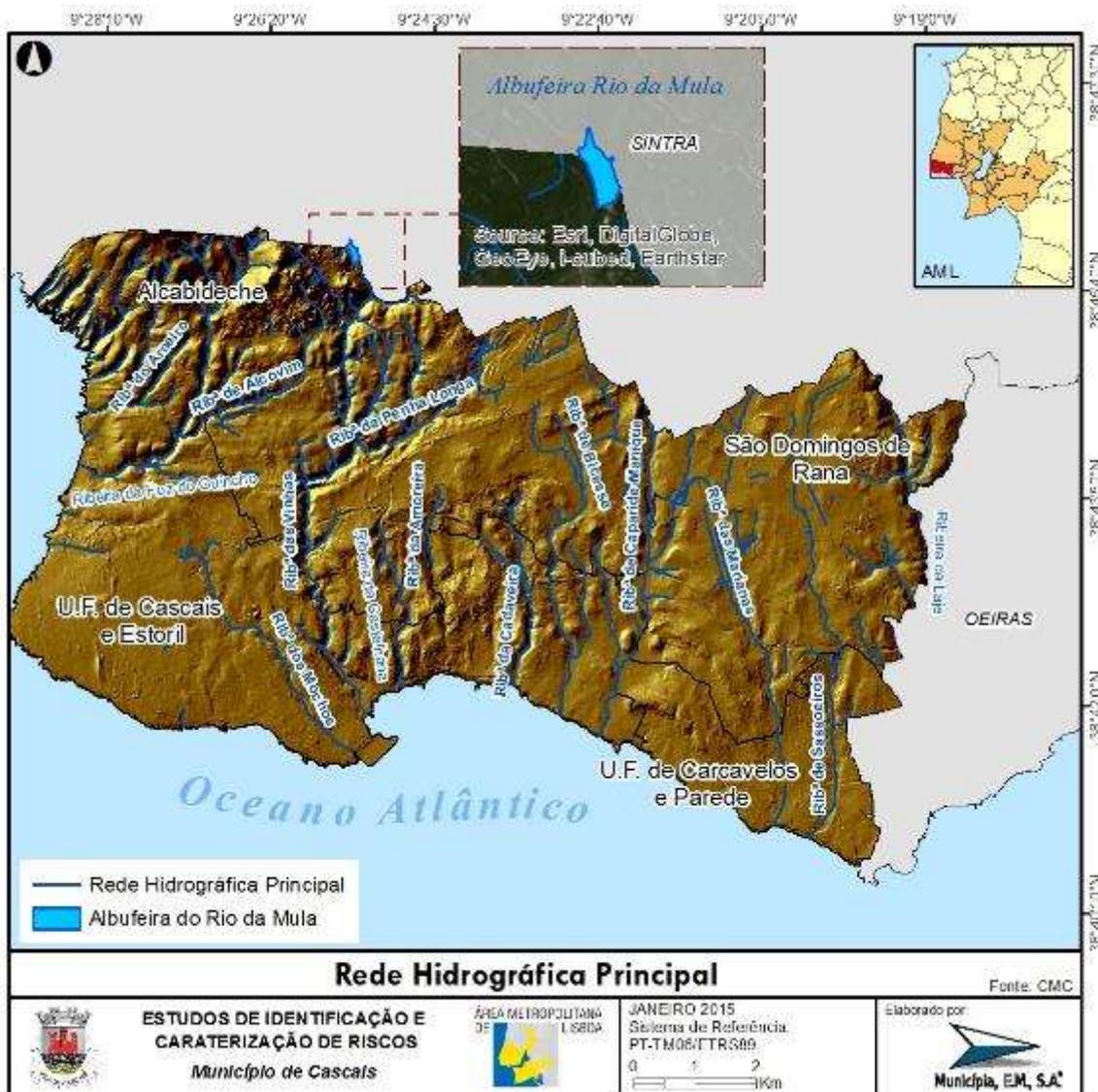
- Dia 19 de Novembro de 2011 ocorreram períodos de precipitação muito intensa, provocando inundações na Parede em mais de 30 residências;
- Dia 5 de dezembro de 2014 existem relatos da ocorrência de um tornado na zona de Cascais.

Para além destas referências importa referir, com base no site <http://gerotempo.blogspot.pt/>, os eventos onde se registaram danos:

- No dia 22 de novembro de 2011 o vento forte que se fez sentir, em Cascais, levou à queda mais de uma dezena de árvores, o que provocou estragos em carros e habitações;
- No dia 29 de dezembro de 2009 o mau tempo da madrugada de hoje provocou no concelho de Cascais algumas inundações nas vias públicas e habitações particulares nas localidades do Estoril, Trajouce e Bicesse;
- No dia 18 de fevereiro de 2008 foram registadas várias ocorrências em S. Domingos de Rana, relacionadas com inundações e infiltrações em habitações e nas vias rodoviárias.

2.4. Hidrografia

A rede hidrográfica do concelho de cascais é composta por várias ribeiras distribuídas por com regularidade por todo o concelho (Mapa 6). Os cursos de água nascem maioritariamente no concelho de Sintra apresentando uma irregularidade de escoamento significativa, fortemente influenciada pela variabilidade da precipitação. O escoamento ocorre sobretudo durante o Inverno, apresentando-se, em alguns casos, quase totalmente secas no Verão (Oliveira et al, 2010). O concelho apresenta também uma Albufeira/Barragem no Ribeiro da Mula, freguesia de Alcabideche.

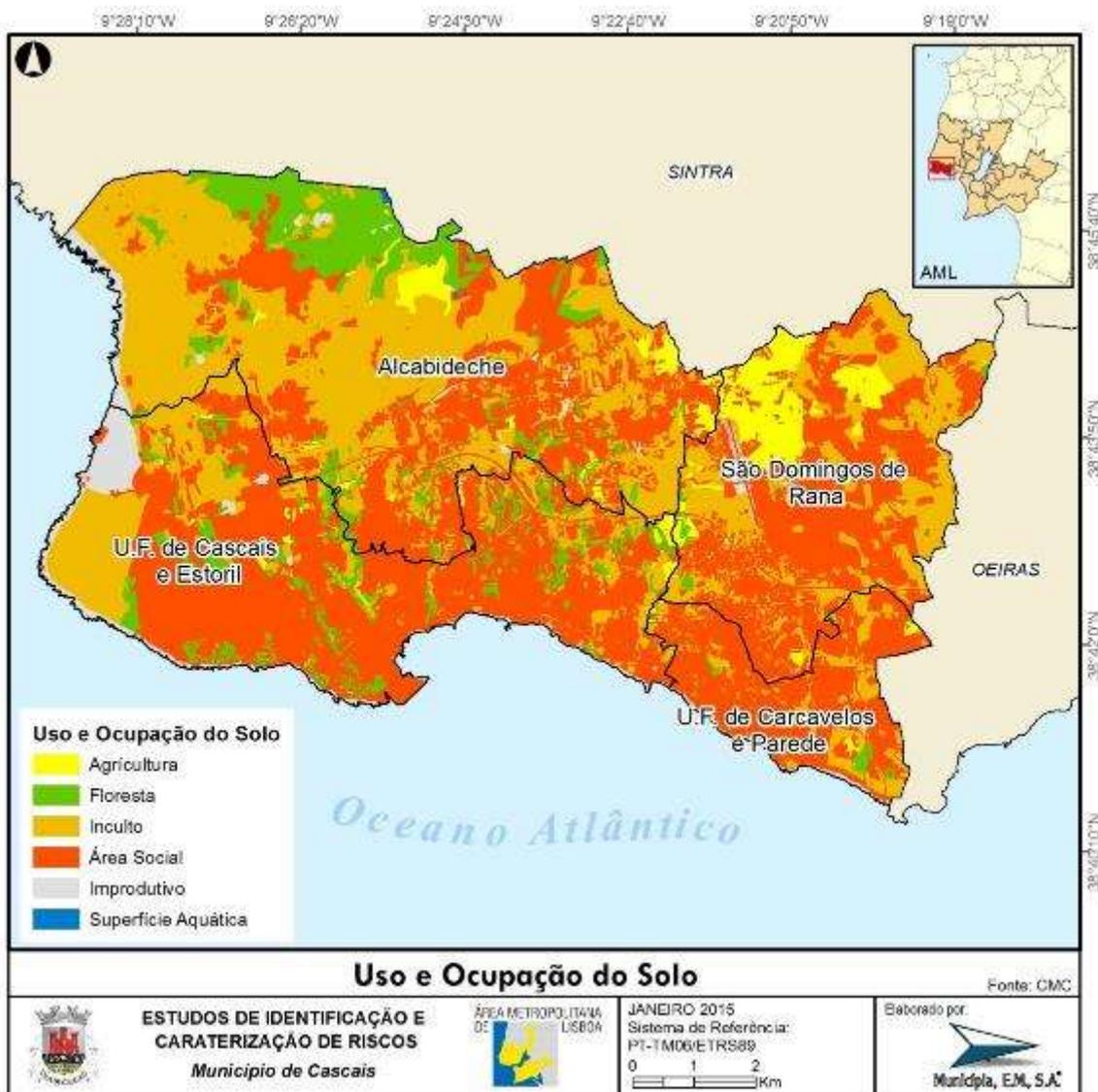


Mapa 6 - Rede hidrográfica Principal

Destacam-se entre as principais ribeiras as seguintes: Ribeira dos Mochos, Ribeira das Vinhas, Ribeira de Bicesse, Ribeira de Caparide-Manique, Ribeira da Castelhana, Ribeira da Cadaveira, Ribeira das Marianas e Ribeira de Sassoeiros.

2.5. Uso e Ocupação do Solo

No concelho de Cascais, o tipo de ocupação do solo referente à Área Social predomina em praticamente todo o território. Na freguesia de Alcabideche verifica-se uma grande parcela de incultos e a norte da mesma freguesia, uma área significativa de floresta, correspondente à Serra de Sintra. Os terrenos agrícolas apresentam-se sobretudo a noroeste da freguesia de São Domingos de Rana (Mapa 7).



Mapa 7 - Uso e Ocupação do Solo

A partir da análise do Quadro 6 verifica-se que as áreas sociais são uma das formas de ocupação do solo predominante em Cascais, abrangendo cerca de 49% do concelho, seguidas dos terrenos incultos, com cerca de 35%. As florestas (9%) surgem com maior destaque a norte da freguesia de Alcabideche, verificando-se alguns focos dispersos por todo o concelho. A agricultura representa uma parcela muito reduzida, ocupando apenas 5% da área total.

Tipo de Ocupação do Solo	Área (ha)	Área (%)
Agrícolas	450	4,6
Áreas Sociais	4728	48,6
Florestais	883	9,1
Improdutivos	283	2,9
Incultos	3389	34,8
Superfícies Aquáticas	5	0,1
Total do Concelho	9738	100

Quadro 6 - Área (ha e %) por classe de ocupação do solo

Em relação às florestas e analisando o Quadro 7 verifica-se que as áreas florestais são ocupadas predominantemente por Povoamentos mistos de Resinosas (24,5%) e Resinosas com Folhosas (24%), seguidas pelo Pinheiro Bravo (13,9%) e pelas Folhosas com Resinosas (13,9%). Com menor expressão verificam-se o Pinheiro Manso (2,6%), as Acácias (2,7%), os Eucaliptos (4,4%) e Povoamentos mistos de Folhosas (4,3%). O Sobreiro tem uma presença muito pouco significativa no município (0,05%).

Espécies Florestais	Área (ha)	Área (%)
Acácia	24,2	2,74
Eucalipto	39,4	4,46
Folhosas com Resinosas	119,7	13,55
Outras Folhosas	20,3	2,30
Outras Resinosas	13,0	1,48
Pinheiro Alepo	53,6	6,07
Pinheiro Bravo	123,0	13,92
Pinheiro Manso	23,1	2,62
Povoamento misto - Folhosas	38,0	4,30
Povoamento misto - Resinosas	216,0	24,46
Resinosas com Folhosas	212,6	24,06
Sobreiro	0,4	0,05
Total	883,4	100,00

Quadro 7 - Área (ha e %) espécies florestais no tipo de ocupação do solo de floresta

3. Caracterização Socioeconómica

O contexto socioeconómico e as características do edificado do concelho de Cascais foram definidos com base na informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística – INE (Censos de 1991, 2001 e 2011). Embora o município tenha sofrido uma reorganização administrativa do território das freguesias em 2013, a análise realizada nos pontos seguintes tem por base a organização vigente à data da realização dos últimos censos (2011), tendo sido aplicada sob a Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI), que disponibiliza dados à subsecção estatística referentes a 2011.

3.1. Caracterização Demográfica

A análise da evolução da população, entre 1991 e 2011, permite constatar que o município de Cascais registou nas últimas décadas um crescimento populacional constante e regular, embora se verifique ligeiramente mais acentuado a partir do ano 2000. Na (Figura 5) observa-se um aumento do número de indivíduos residentes de 155216 (em 1991), para 207924 (em 2011). Na mesma figura, verifica-se que o município de Cascais segue a tendência de evolução registada na região da Grande Lisboa, embora com menos expressão.

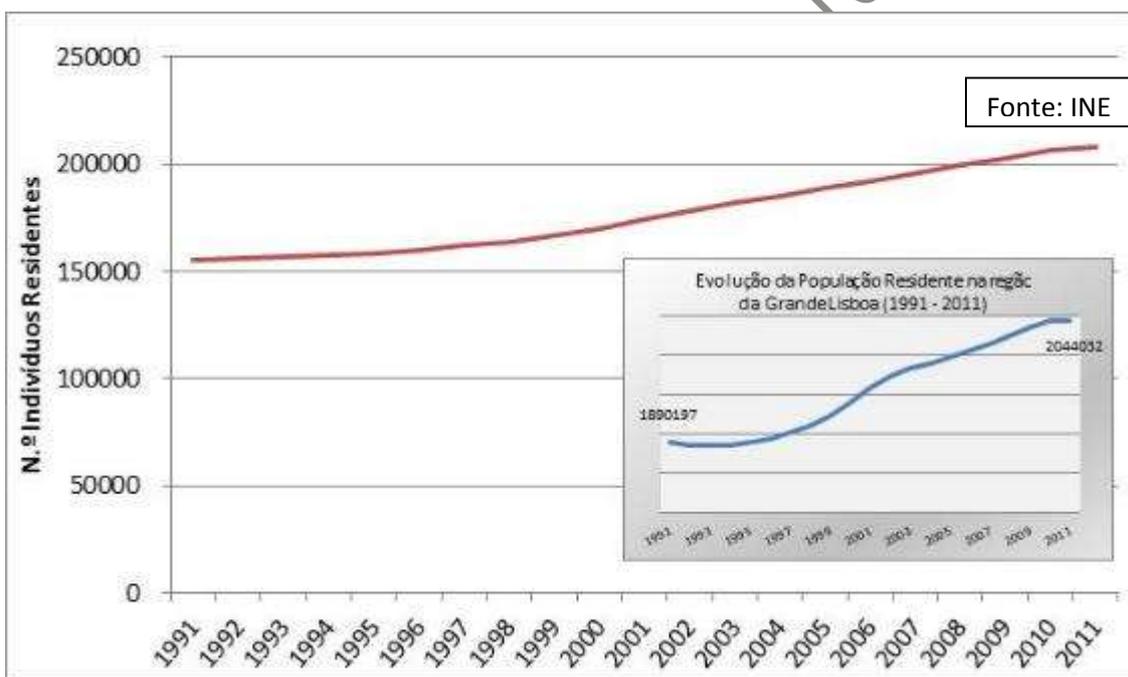


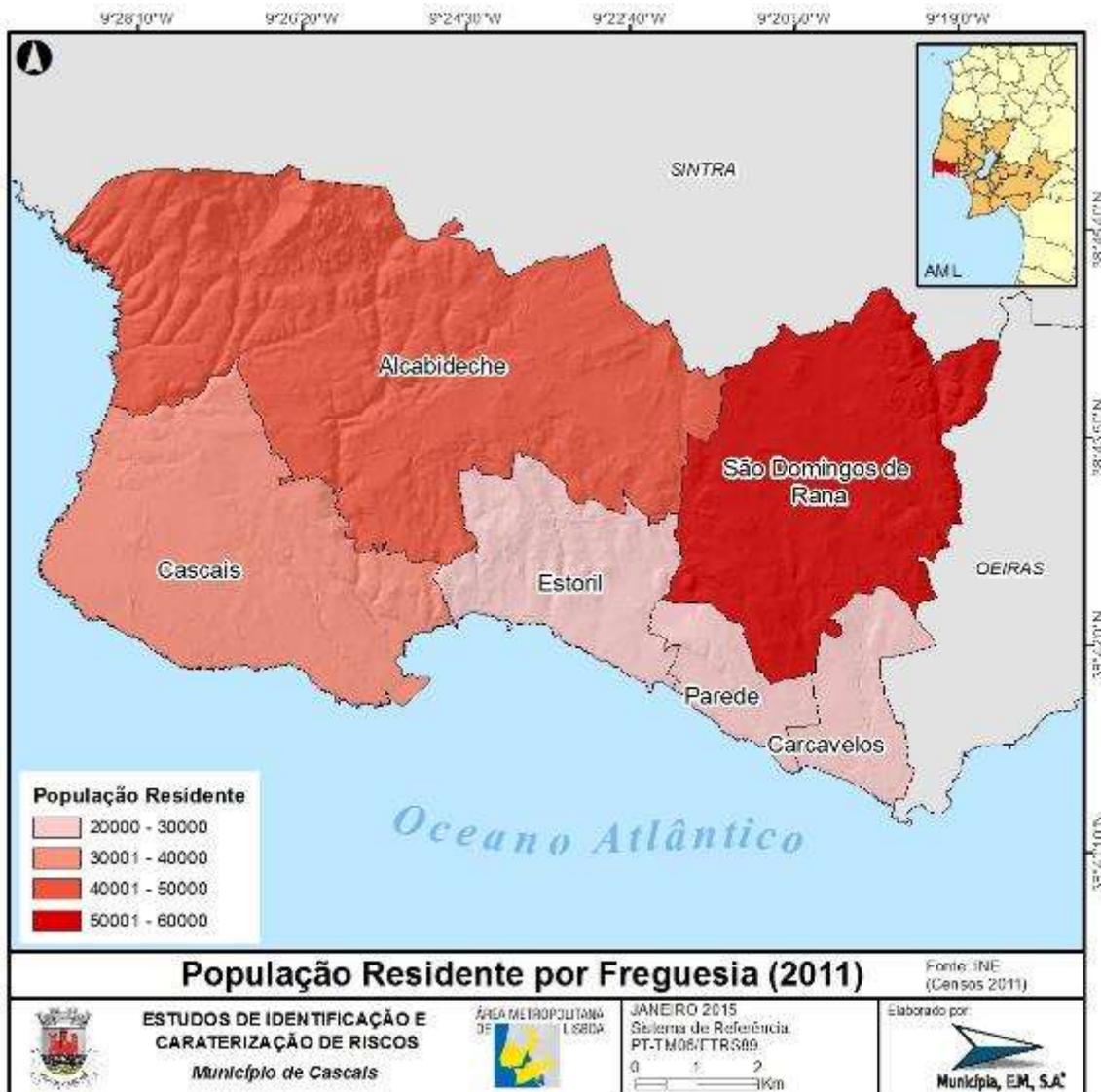
Figura 5 - Evolução anual da População Residente entre 1991 e 2011

A população do município de Cascais registou no total uma variação de 21% entre 2001 e 2011. Uma análise mais detalhada, ao nível das freguesias (Quadro 8), permite constatar que a antiga freguesia de Alcabideche apresenta a maior variação (cerca de 33%), seguida de São Domingos de Rana (cerca de 31%). Por outro lado, a antiga freguesia de Cascais apresenta o valor mais reduzido, com um aumento da população na ordem dos 6%. As antigas freguesias com o maior número de residentes em correspondem a Alcabideche e São Domingos de Rana (Mapa 8).

Antiga Freguesia	Pop. 2001	Pop. 2011	% Δ (2001-2011)
Alcabideche	31801	42162	32.6
Carcavelos	20037	23347	16.5
Cascais	33255	35409	6.5
Estoril	23769	26399	11.1
Parede	17830	21660	21.5
São Domingos de Rana	43991	57502	30.7
Total do Concelho	170683	206479	21.0

Quadro 8 - Variação da População Residente (2001-2011)

Versão Consulta Pública (não reservado)



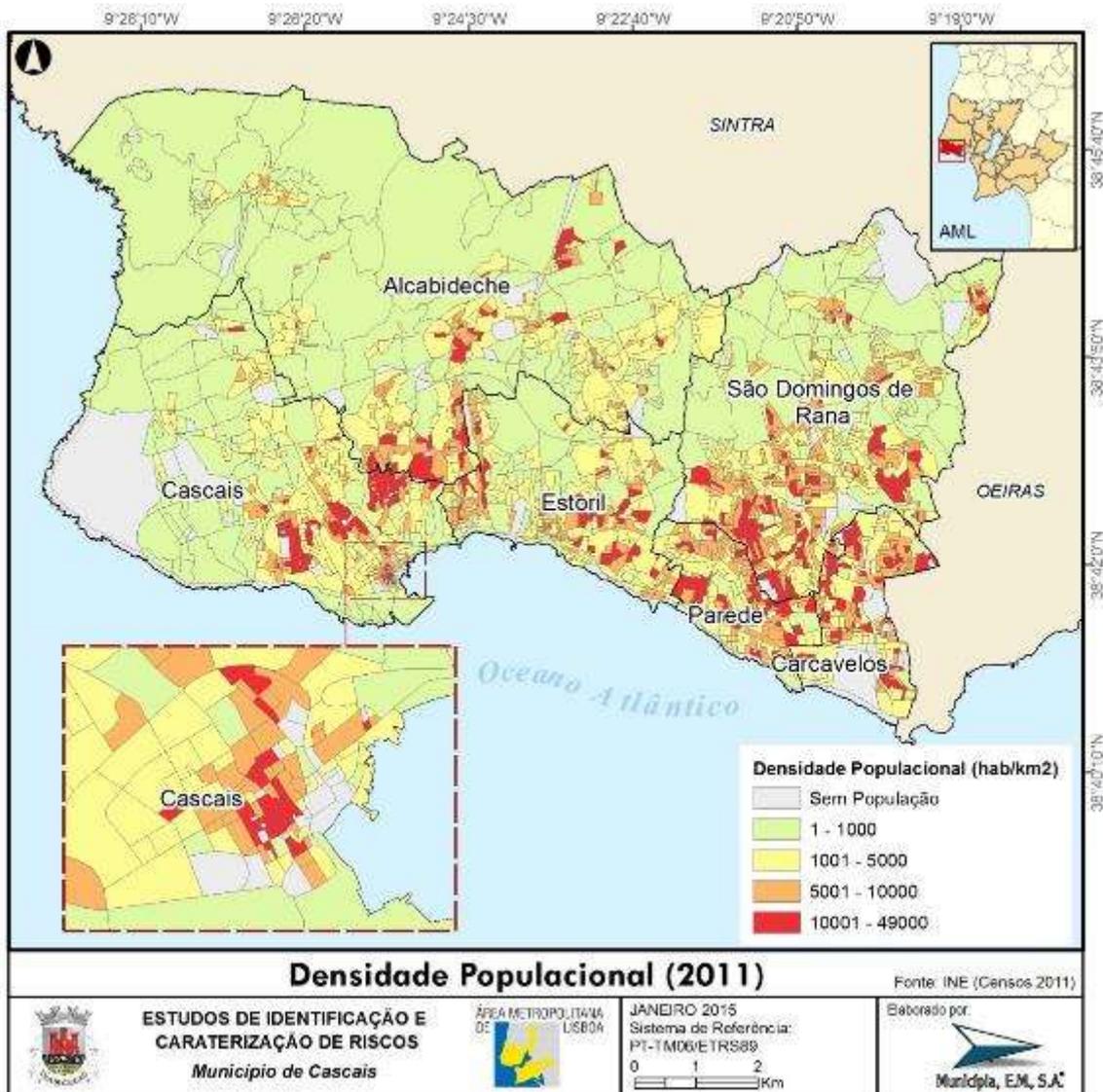
Mapa 8 - População residente por freguesia

No Mapa 9 constata-se que a tendência de crescimento populacional é mais expressiva nas freguesias do interior do concelho (Alcabideche e São Domingos de Rana), justificada em parte pelo aumento das acessibilidades e crescente ritmo de construção. Na antiga freguesia de Cascais e do Estoril, com maior ligação à atividade turística, esta tendência é menos significativa.



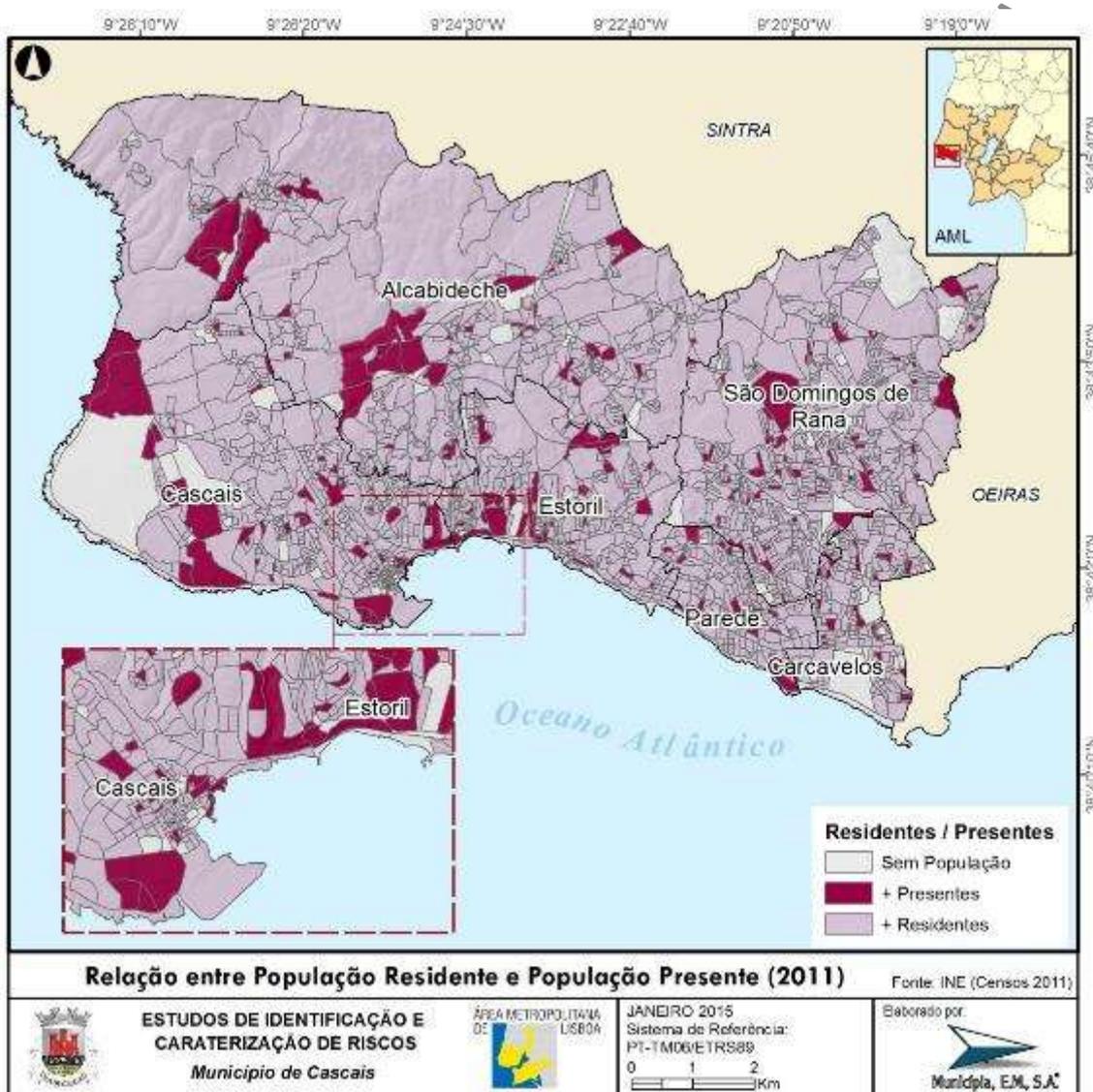
Mapa 9 - Variação da População Residente entre 2001 e 2011 no município de Cascais

Analisando o Mapa 10 verifica-se que as subsecções de São Domingos de Rana e de Carcavelos apresentam os valores mais elevados de densidade populacional, com destaque para os lugares de Matarraque e Sassoeiros, respetivamente. Por outro lado, as antigas freguesias com maior área relativa na classe de densidade mais elevada (10001 – 49000 hab/Km²) são a Parede e Carcavelos. Contrariamente, a freguesia de Alcabideche apresenta os valores mais reduzidos de densidade populacional, com exceção do lugar do Pai do Vento (cerca de 44000 hab/Km²).



Versão Con...

Observando o Mapa 11, onde se representa a relação entre número de indivíduos residentes e o número de indivíduos presentes, destacam-se várias subsecções na antiga freguesia de Cascais com maior número de indivíduos presentes (lugar de Cascais, Quinta da Marinha e Guincho), por serem zonas essencialmente turísticas. O mesmo cenário verifica-se no lugar do Estoril, justificado pela presença da Escola Técnica e Liceal de Santo António e pelo Casino do Estoril; em Alcabideche devido ao Hospital Dr. José de Almeida; e em Tires (freguesia de São Domingos de Rana) pela presença do Aeródromo Municipal. A existência de um elevado número de unidades de alojamento no concelho, de várias tipologias (ver ponto 4.6.2 referente à descrição das unidades de alojamento existentes) e número e variedade de eventos existentes originam fluxos significativos de população flutuante no concelho.



Mapa 11 - Relação entre População Residente e População Presente (2011) por subsecção estatística

A estrutura etária da população do concelho de Cascais surge representada pela pirâmide etária da Figura 6, onde se verifica o predomínio da população adulta entre os 30 e os 50 anos. O estreitamento da base representa a fraca natalidade e a percentagem significativa de indivíduos no topo da pirâmide confirma o aumento da longevidade.

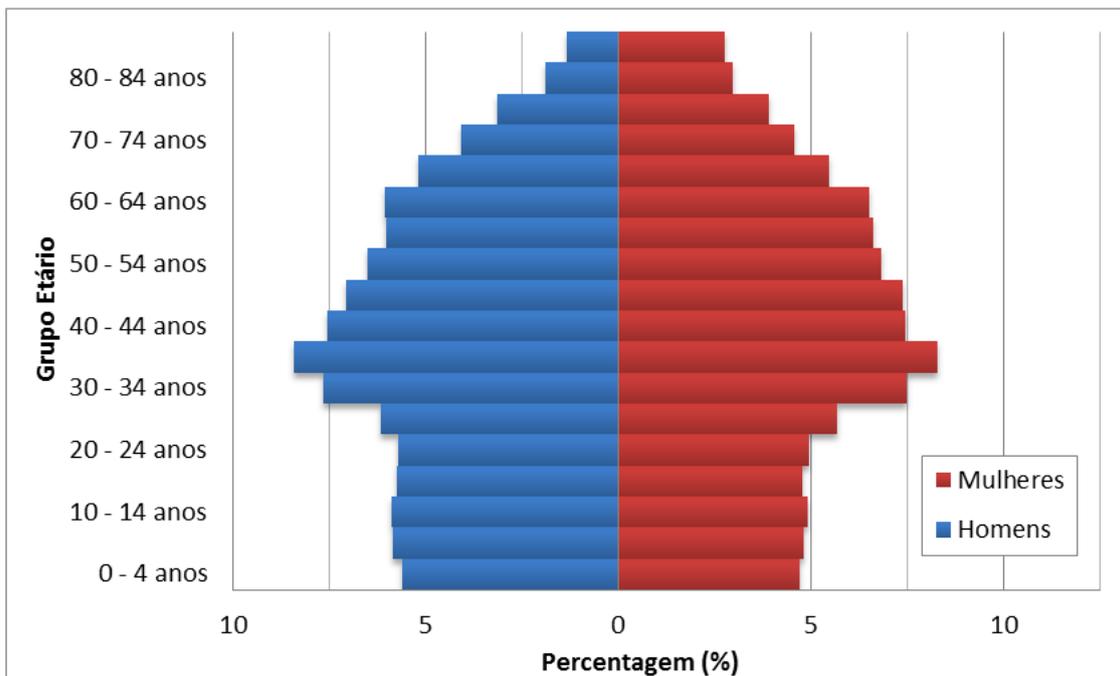


Figura 6 - Pirâmide etária do município de Cascais

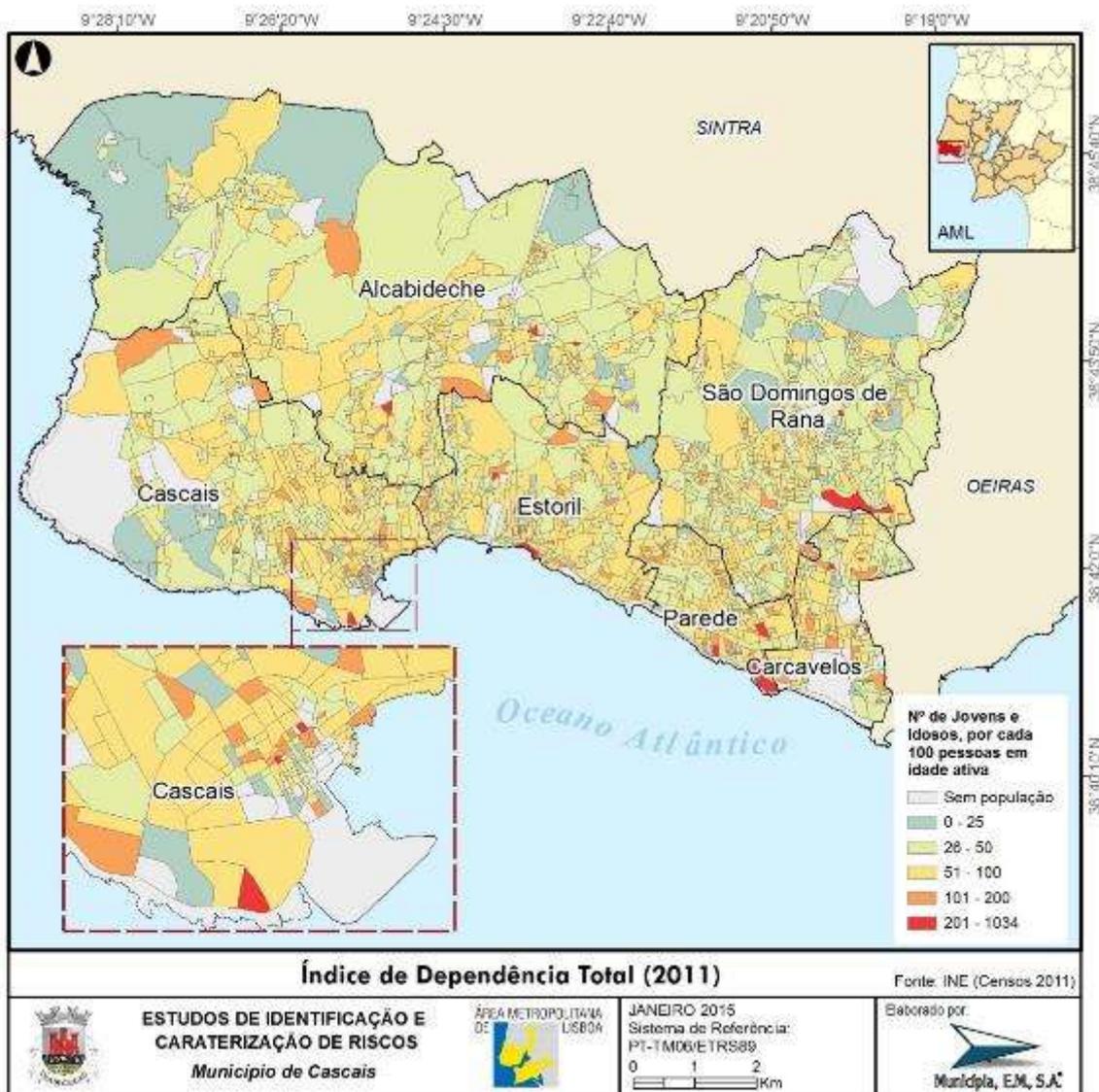
O Índice de Dependência de Jovens (IDJ) e o Índice de Dependência de Idosos (IDI), demonstram que a freguesia de São Domingos de Rana tem a população mais jovem do concelho, apresentando o valor de IDJ mais elevado (26 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa) e simultaneamente o menor valor de IDI (21 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa). Por outro lado, a antiga freguesia do Estoril apresenta a população mais envelhecida, com um IDJ de 22 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa, e um IDI de 33 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa.

Freguesias	IDJ	IDI	IDT
Alcabideche	25	23	48
Carcavelos	23	27	50
Cascais	22	31	54
Estoril	22	33	55
Parede	23	36	59
São Domingos de Rana	26	21	46
Total do Concelho	24	27	51

Quadro 9 - Índice de Dependência de Jovens, Idosos e Total (2011), por freguesia

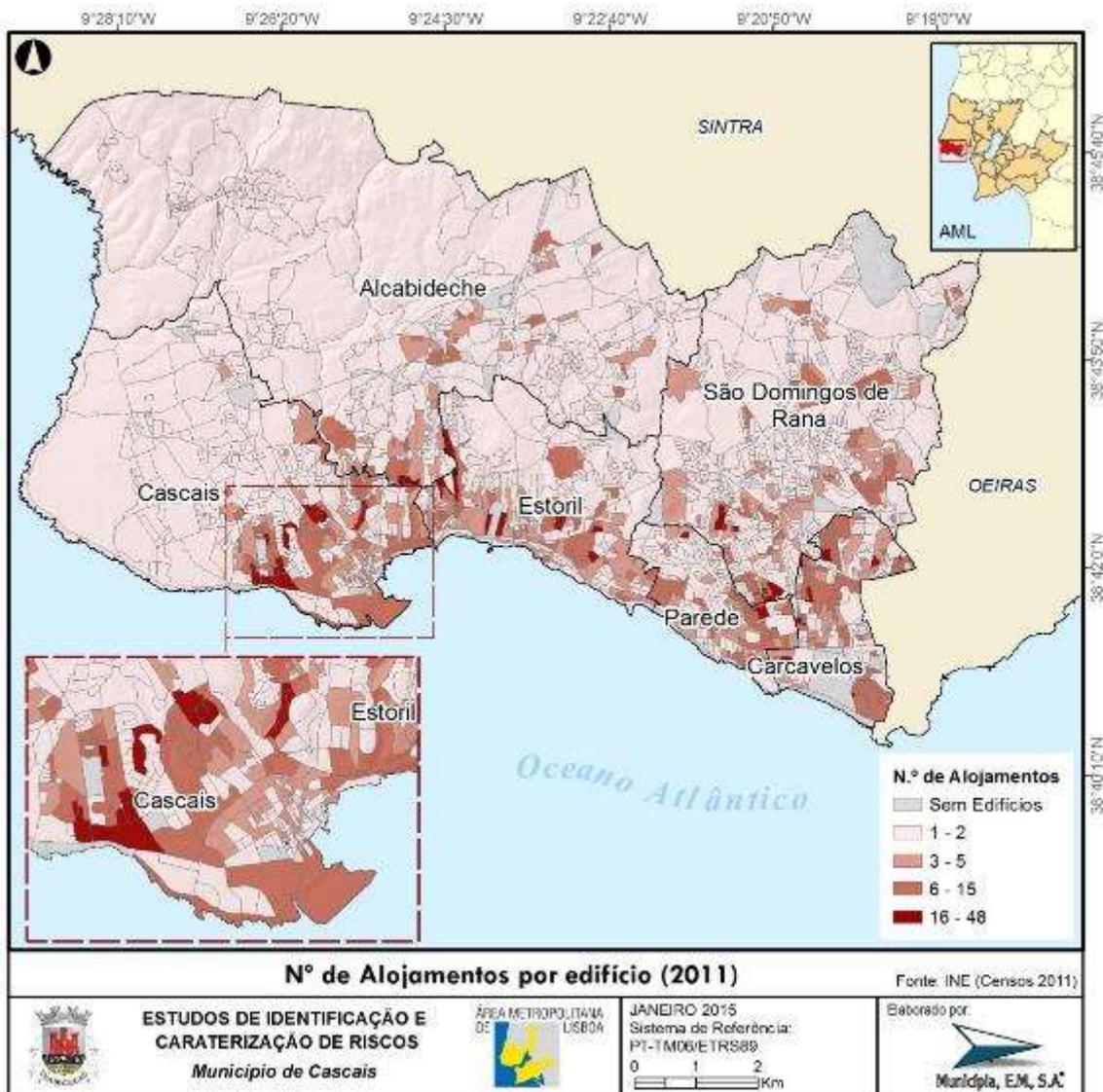
O Índice de Dependência Total (IDT), que relaciona a população jovem e idosa com a população em idade ativa, é mais elevado na freguesia da Parede e mais reduzido na freguesia de Alcabideche, com 36 e 23 jovens e idosos por cada 100 pessoas em idade ativa, respetivamente.

No Mapa 12, onde se apresenta o IDT ao nível da subsecção, os valores superiores a 100 significam que existem mais jovens e idosos do que pessoas em idade ativa. As subsecções do lugar da Parede, São Domingos de Rana, Cascais e Bicesse destacam-se com os valores mais elevados. Por outro lado, as subsecções de Alcabideche apresentam os valores de IDT mais baixos.



Mapa 12 - Índice de Dependência Total (2011), por subsecção estatística

No que respeita ao número de alojamentos, o concelho de Cascais contava, à data dos Censos de 2011, com 109171 alojamentos, correspondentes a 43624 edifícios. Observando o Mapa 13 verifica-se uma tendência para o número de alojamentos por edifício ser superior junto ao litoral sul, com destaque para os lugares de Carcavelos, Parede, São João do Estoril e Guia, que apresentarem os valores mais elevados (superiores a 35 alojamentos por edifício).



Versão Con...

3.2. Caraterização Económica

Analisando a população ativa empregada por sector de atividade em 2011 (Figura 7), verifica-se que o sector terciário predomina largamente no município de Cascais com cerca de 86%, seguido do sector secundário que emprega cerca de 13% da população ativa. O sector primário tem uma expressão muito pouco significativa no concelho com apenas 1% da população ativa a trabalhar neste sector.

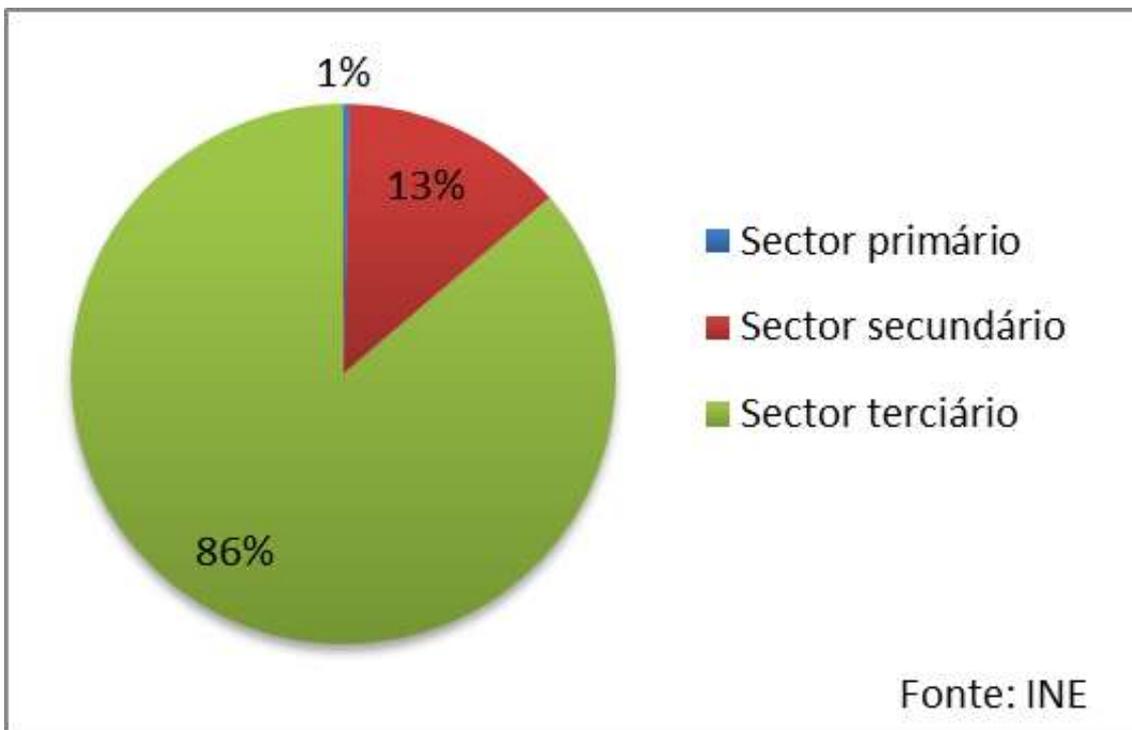


Figura 7 - Distribuição da população ativa por sector de atividade (2011)

Através da análise deste indicador ao nível da freguesia, constata-se que a tendência é idêntica à apresentada para o concelho, ou seja, prevalece o sector terciário em todas as freguesias como sector predominante, seguido do sector secundário e uma expressão muito reduzida do sector primário.

No Quadro 10 apresenta-se o número de trabalhadores por tipo de atividade económica (CAE Ver. 3). Destaca-se neste indicador o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” que emprega cerca de 22% dos trabalhadores, seguido da atividade de “Alojamento, restauração e similares” com 13%. Com uma representação muito pouco significativa no concelho, verificam-se as “Indústrias extrativas”, “Eletricidade, gás vapor, água quente e fria e ar frio” e ainda a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”.

Código CAE Nível 1	Atividade económica (CAE Rev. 3)	Trabalhadores	
		N.º	%
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	441	0,65
B	Indústrias extrativas	13	0,02
C	Indústrias transformadoras	4439	6,59
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	87	0,13
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1328	1,97
F	Construção	5982	8,88
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	14536	21,59
H	Transportes e armazenagem	3161	4,69
I	Alojamento, restauração e similares	8807	13,08
J	Atividades de informação e de comunicação	1362	2,02
L	Atividades imobiliárias	1604	2,38
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6868	10,20
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	6354	9,44
P	Educação	2794	4,15
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	4573	6,79
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2432	3,61
S	Outras atividades de serviços	2549	3,79
Total do Concelho		67330	100,0

Quadro 10 - Número e Percentagem de trabalhadores por tipo de Atividade Económica (CAE Rev. 3)

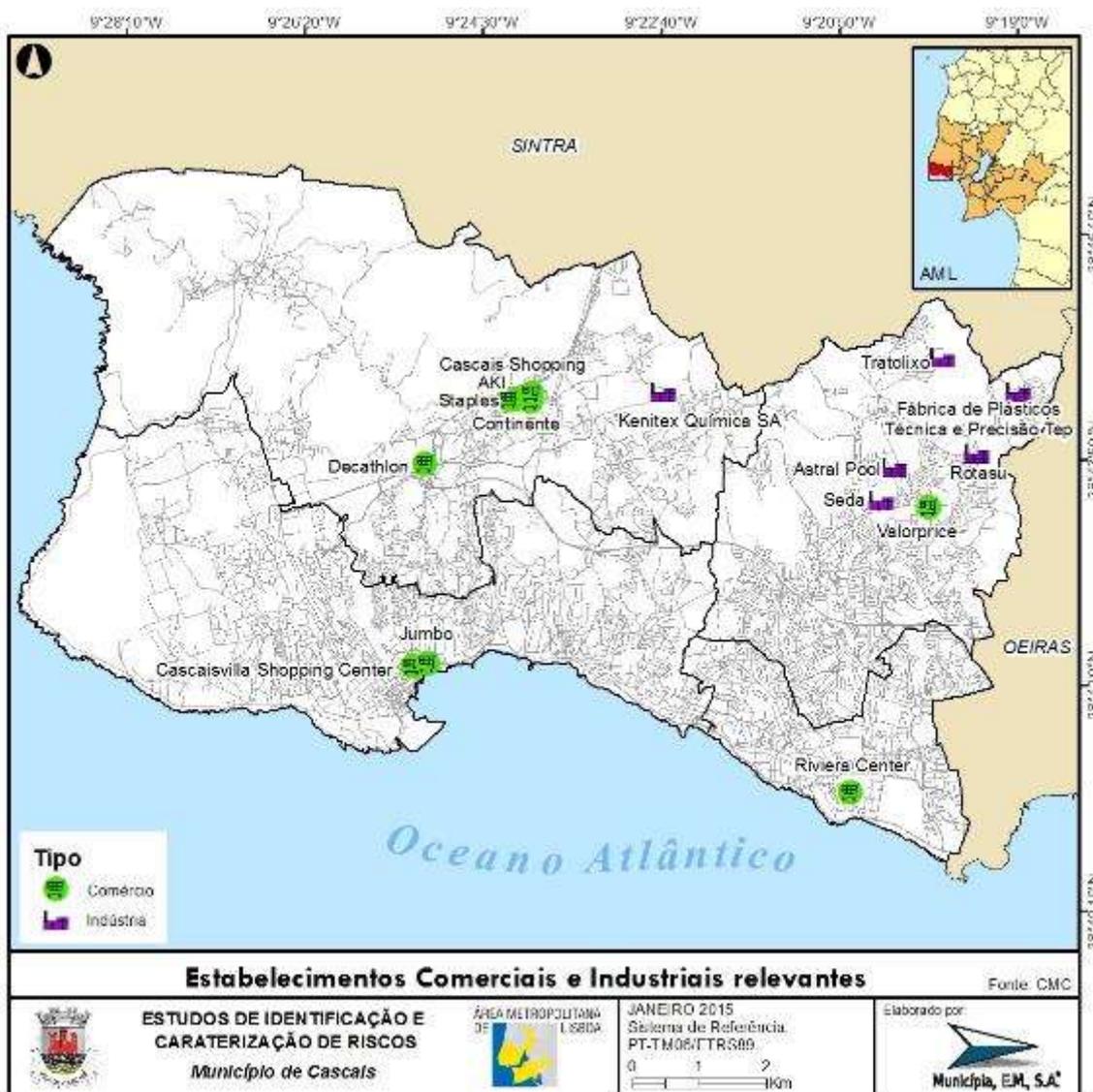
De acordo com a informação disponibilizada pela CMC relativa aos armazéns, estabelecimentos industriais e estabelecimentos comerciais, verificavam-se em maior número (em 2009), os estabelecimentos relacionados com o comércio e reparação de automóveis, mobiliário e materiais de construção. Em relação aos armazéns, encontravam-se à mesma data, 142 encerrados, 6 devolutos e apenas 27 em funcionamento (Quadro 11).

Estabelecimento	Estado	Nº de Estabelecimentos
Armazéns	Devoluto	6
	Em funcionamento	27
	Encerrado	142
Comercial	Em funcionamento	173
Industrial	Em funcionamento	50
Serviços	Em funcionamento	34
Total do Concelho		432

Quadro 11 - Número de estabelecimentos por tipo de atividade

A nível comercial salientam-se os estabelecimentos de maior dimensão, como o Cascais Shopping, o Cascaisvilla Shopping Center, o Riviera, o Continente, o Jumbo, a Staples, o AKI e a Decathlon (Mapa 14).

Em relação às indústrias, destacam-se pelo tipo de atividade e substâncias movimentadas, a Kenitex Química SA (Tintas), Fábrica de Plásticos Técnica e Precisão Tep Lda., Seda Ibérica Embalagens SA, AstralPool (Produtos Químicos), Rotasu-Tratamento de Superfícies Lda. e ainda a TratoLixo (tratamento de resíduos sólidos) e a Valor Price (valorização de recicláveis). A identificação dos estabelecimentos referidos está disponível no ponto 4.6.4 - Comércio e Indústria.



Mapa 14 - Estabelecimentos comerciais e industriais relevantes

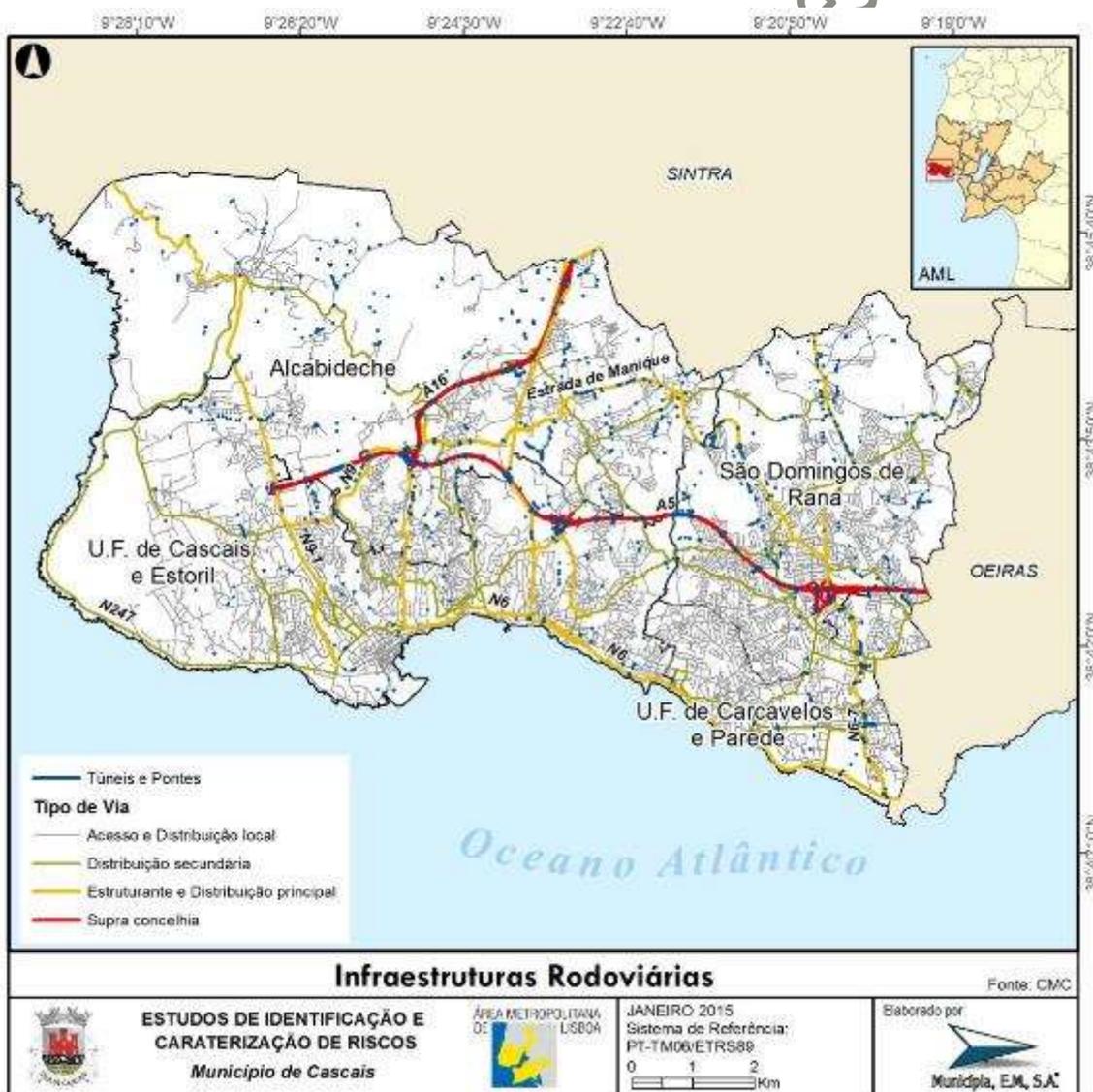
4. Caracterização das Infraestruturas

As infraestruturas que são identificadas de seguida para efeitos de avaliação de riscos, consideram-se elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis. Assim, incluem-se as infraestruturas de comunicação, infraestruturas urbanas, equipamentos de utilização coletiva, Agentes de Proteção Civil, equipamentos de defesa, infraestruturas de comunicação, rede de gás, rede elétrica e áreas comerciais, industriais e de armazenamento.

4.1. Infraestruturas de Comunicação

4.1.1. Infraestruturas Rodoviárias

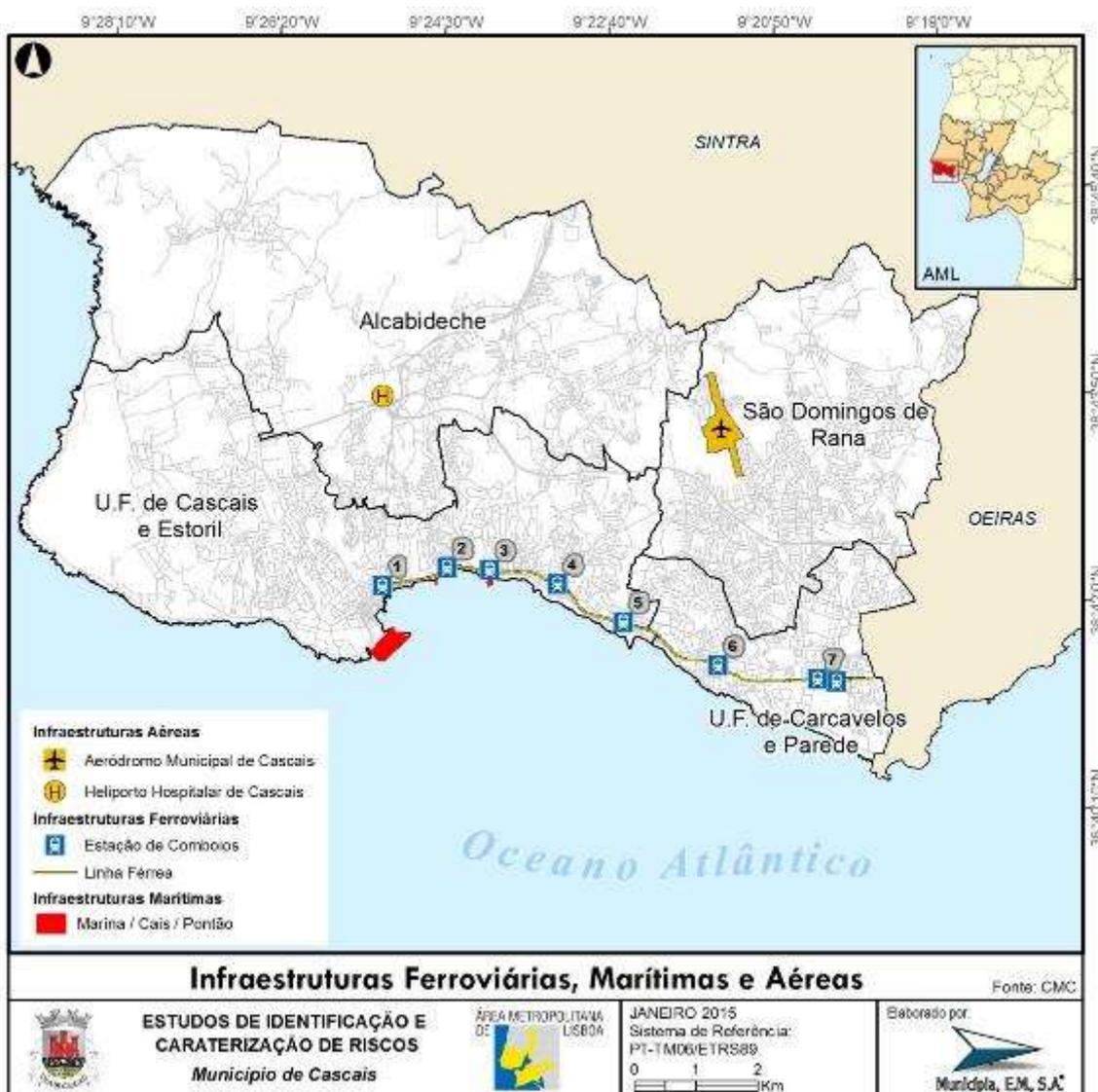
O concelho de Cascais está dotado de uma rede rodoviária bem constituída, com enúmeras vias a nível local e supraconcelhias (Mapa 15). Destacam-se pela sua dimensão e volume de tráfego a autoestrada A5 que liga Lisboa e Cascais, a A16 que faz a ligação Belas-Sintra-Cascais, e a Estrada Nacional 6 (Avenida Marginal). Representa-se ainda no mapa seguinte a localização de pontes e viadutos.



Mapa 15 - Infraestruturas Rodoviárias

4.1.2. Infraestruturas Ferroviárias, Marítimas e Aéreas

Em relação às infraestruturas ferroviárias, o concelho de Cascais dispõe de uma linha férrea que se estende junto ao litoral com cerca de 21,5 Km, incluindo 7 estações ferroviárias (Mapa 16). As infraestruturas marítimas localizam-se na costa sul do concelho, destacando-se a Marina de Cascais e o pontão da Praia da Ribeira. Segundo o ofício do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) de 9/Fev/2015, o Aeródromo Municipal de Cascais situado na freguesia de São Domingos de Rana e o Heliporto Hospitalar de Cascais, em Alcabideche, são as únicas infraestruturas aéreas licenciadas no concelho.



Mapa 16 - Infraestruturas ferroviárias, Marítimas e Aéreas

No Quadro 12 estão listadas as infraestruturas ferroviárias, marítimas e aéreas existentes no concelho de Cascais, complementando-se com as denominações dos equipamentos representados no Mapa 16.

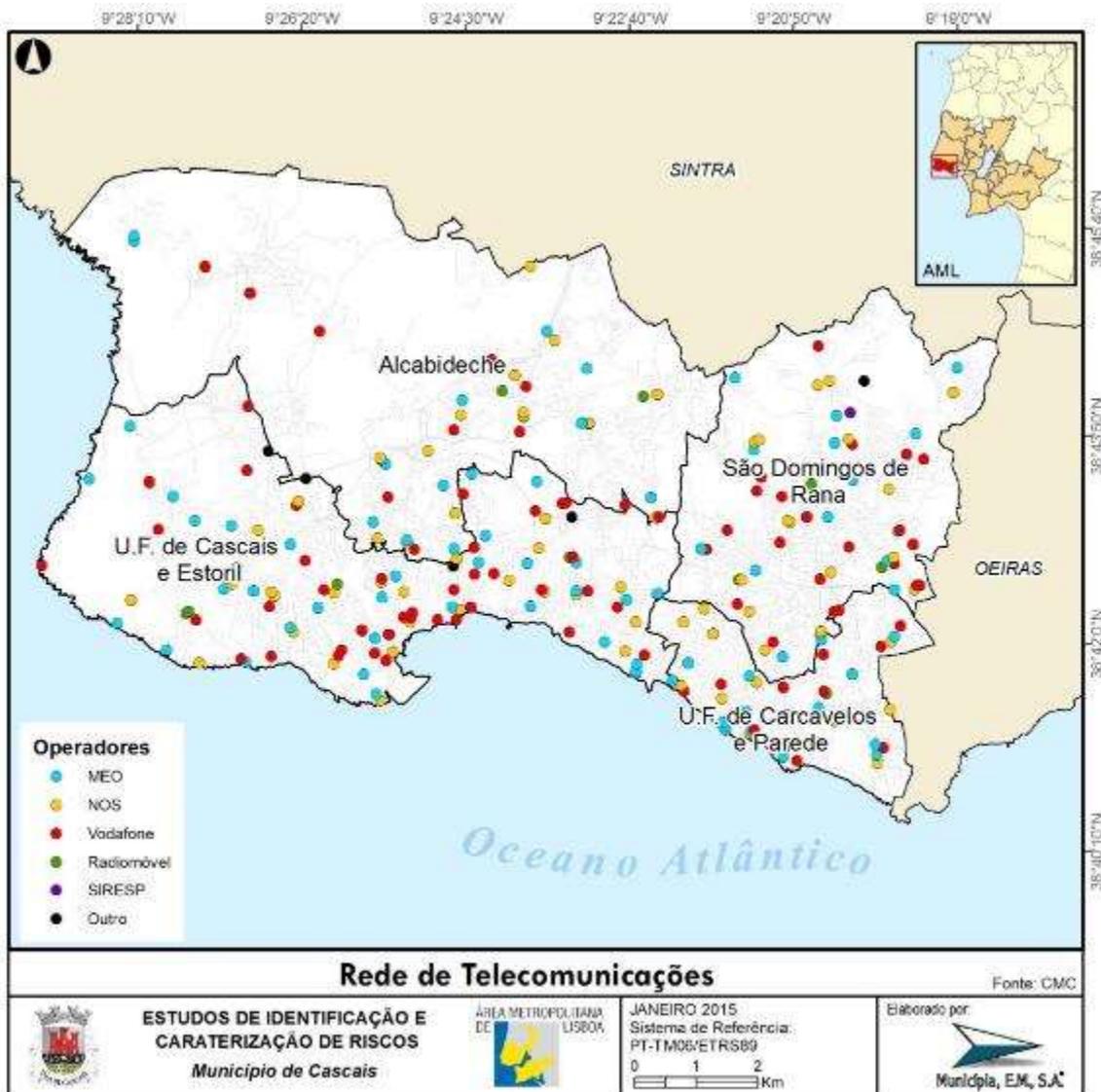
Tipo de Infraestrutura	Equipamento
Aérea	Aeródromo Municipal de Cascais
Ferroviária	(1) Estação de Cascais
	(2) Estação Monte Estoril
	(3) Estação do Estoril
	(4) Estação de São João do Estoril
	(5) Estação de São Pedro do Estoril
	(6) Estação da Parede
	(7) Estação de Carcavelos
	Linha Férrea (21,5 Km)
Marítima	Marina de Cascais
	3 Pontões

Quadro 12 - Infraestruturas Ferroviárias, Marítimas e Aéreas

Versão Consulta Pública (não reservado)

4.2. Rede de Telecomunicações

A informação referente às antenas de telecomunicações existentes no concelho de Cascais foi cedida pela CMC e representam-se no Mapa 17. A distribuição espacial das antenas abrange todo o concelho, com menos densidade junto à Serra de Sintra.



Mapa 17 - Rede de Telecomunicações

Identificam-se em Cascais 296 antenas sob gestão de diferentes operadores. Destacam-se 99 antenas da MEO, 97 da Vodafone e 80 antenas da NOS.

De acordo com o PMEPCCC , devem-se ainda salientar os sistemas de telecomunicações de proteção civil, nomeadamente antenas e repetidores de rádio, designadamente o SICOMECC-Sistema de Comunicações de Emergência de Cascais (Repetidores: Alcabideche, Janes, Monte Estoril, Matos Cheirinhos).

Operador	Nº de Antenas
MEO	99
NOS	80
Vodafone	97
Radiomóvel	13
SIRESP	1
Outro	6
Total	296

Quadro 13 - Número de antenas de telecomunicações por operador

4.3. Infraestruturas Urbanas

4.3.1. Sistema de Abastecimento de Água

De acordo com as Águas de Cascais a água aduzida ao Sistema de Abastecimento da Águas de Cascais tem três tipos de origens:

- Água adquirida à EPAL: Representa um volume superior a 88% da totalidade da água aduzida. A água é aduzida ao sistema de abastecimento por uma conduta com entrada pelo Bairro da Mina e apresenta um traçado semelhante ao da autoestrada, e a partir de Vila Fria;
- Água adquirida a Sintra: Inferior a 0,2%;
- Captações Próprias (água captada no Concelho): Corresponde atualmente a cerca de 11% do total da água aduzida.

As Captações próprias no Concelho de Cascais repartem-se da seguinte forma:

- Galerias de Minas: Malveira da Serra, Vale de Cavalos e Pisão;
- Furos: Biscaia, Cardosas, Pisão, Atrozela, Pau Gordo, Quinta da Marinha, Cobre e Murches;
- Albufeira: Albufeira do Rio da Mula.

Segundo a mesma entidade, o Sistema de Abastecimento da Águas de Cascais serve a totalidade do Concelho e tem um comprimento de cerca de 1376 Km.

Para fazer chegar a água às cotas mais elevadas, existem 22 estações elevatórias ou sobreprensoras, onde estão disponíveis, para exploração, 63 grupos de eletrobombas. Existem ainda 5 pequenas estações sobreprensoras localizadas na Adroana, Alcoitão, Cabeço de Mouro, B.º 25 de Abril e Trajouce que são usadas para pressurizar a rede de abastecimento de algumas localidades.

A adução é armazenada em 25 reservatórios com uma capacidade global para cerca de 91.000m³ de água. A esta capacidade de reserva, acresce o volume de 400.000 m³ de água armazenada na Albufeira do Rio da Mula.

A rede de abastecimento de água do concelho de Cascais encontra-se esquematizada no Mapa 18, de acordo com a informação disponibilizada pelo SMAS Cascais.



Mapa 18 - Rede de Abastecimento de água

4.3.2. Rede de Saneamento de Águas Residuais

A rede de drenagem de águas residuais, explorada pelas Águas de Cascais, transporta as águas residuais para o Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (SSCE), representado no Mapa 19.

O SSCE, gerido pela SANEST, é constituído por troços emissários que conduzem as águas residuais domésticas para o intercetor principal e deste para a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Guia. Depois de tratadas, as águas residuais são enviadas para o emissário submarino a cerca de 3 km da costa e a 45 m de profundidade (Oliveira et al, 2010). Segundo o mesmo documento o SSCE recebe diariamente águas residuais recolhidas nos municípios da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra.



Mapa 19 - Rede de Saneamento de Águas Residuais

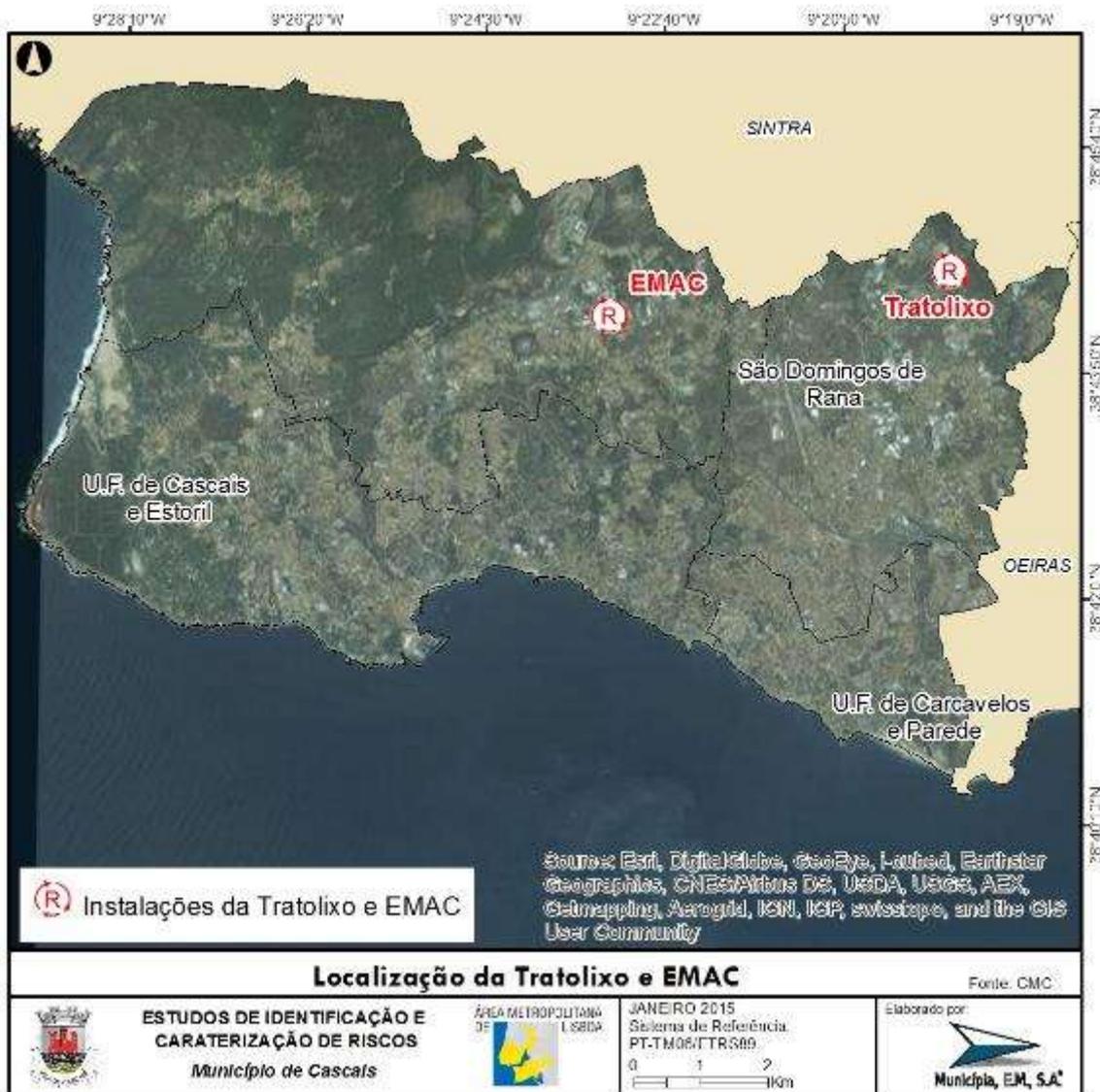
De acordo com a informação cedida pela SANEST, o SSCE é constituído por vários subsistemas (Quadro 14), englobando 5 estações elevatórias no concelho de Cascais, duas Câmaras de Injeção de Peróxido, uma Estação de Tratamento da Fase Líquida (ETFL) e uma Estação de Tratamento da Fase Sólida (ETFS).~

Subsistema	Infraestrutura	Extensão (m)
Amoreira	Troço Emissário	3819
Bicesse	Troço Emissário	4978
Cadaveira	Conduta Elevatória	175
	Estação Elevatória do Monte Estoril	-
	Troço Emissário	4890
Caparide	Conduta Elevatória	501
	Estação Elevatória de São Pedro do Estoril	-
	Troço Emissário	5815
Castelhana	Troço Emissário	3769
Emissário submarino	Exutor Emissário Submarino	4697
Intercetor	Câmara de Injeção de Peróxido da Falésia	-
	Câmara de Injeção de Peróxido de São Pedro do Estoril	-
	Descarga	205
	Descarga de Emergência Emissário Submarino Guia	-
	Estação de Tratamento da Fase Líquida	-
	Estação de Tratamento de Águas Residuais da Guia	-
	Troço Coletor	4606
	Troço Intercetor	12123
Interligação ETFL / ETFS	Conduta Elevatória	12338
Laje	Troço Emissário	2844
Marianas	Troço Emissário	4790
Mochos	Conduta Elevatória	1002
	Estação Elevatória de Hípico	-
	Troço Coletor	2105
	Troço Emissário	3782
Não conhecido	Estação de Tratamento da Fase Sólida	-
Outeiro da Vela	Troço Emissário	674
Sassoeiros	Conduta Elevatória	752
	Estação Elevatória de Carcavelos	-
	Troço Emissário	8301
Vinhas	Conduta Elevatória	180
	Estação Elevatória de Vinhas	-
	Troço Coletor	415
	Troço Emissário	2447

Quadro 14 - Infraestruturas do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril

4.3.3. Resíduos Sólidos Urbanos

No concelho de Cascais a Empresa Municipal de Ambiente de Cascais (EMAC) é responsável pela recolha dos resíduos sólidos urbanos, garantindo o seu transporte para o Ecoparque de Trajouce que assegura o seu tratamento. O Ecoparque de Trajouce, gerido pela Tratolixo (Mapa 20), tem uma área de 42,6 ha, sendo constituído pela Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos, por uma Estação de Transferência, pelo Ecocentro, pela Estação de Tratamento de Águas Lixivantes, pelo Aterro Sanitário selado e pela Central de Valorização Energética do Biogás do Aterro de Trajouce.

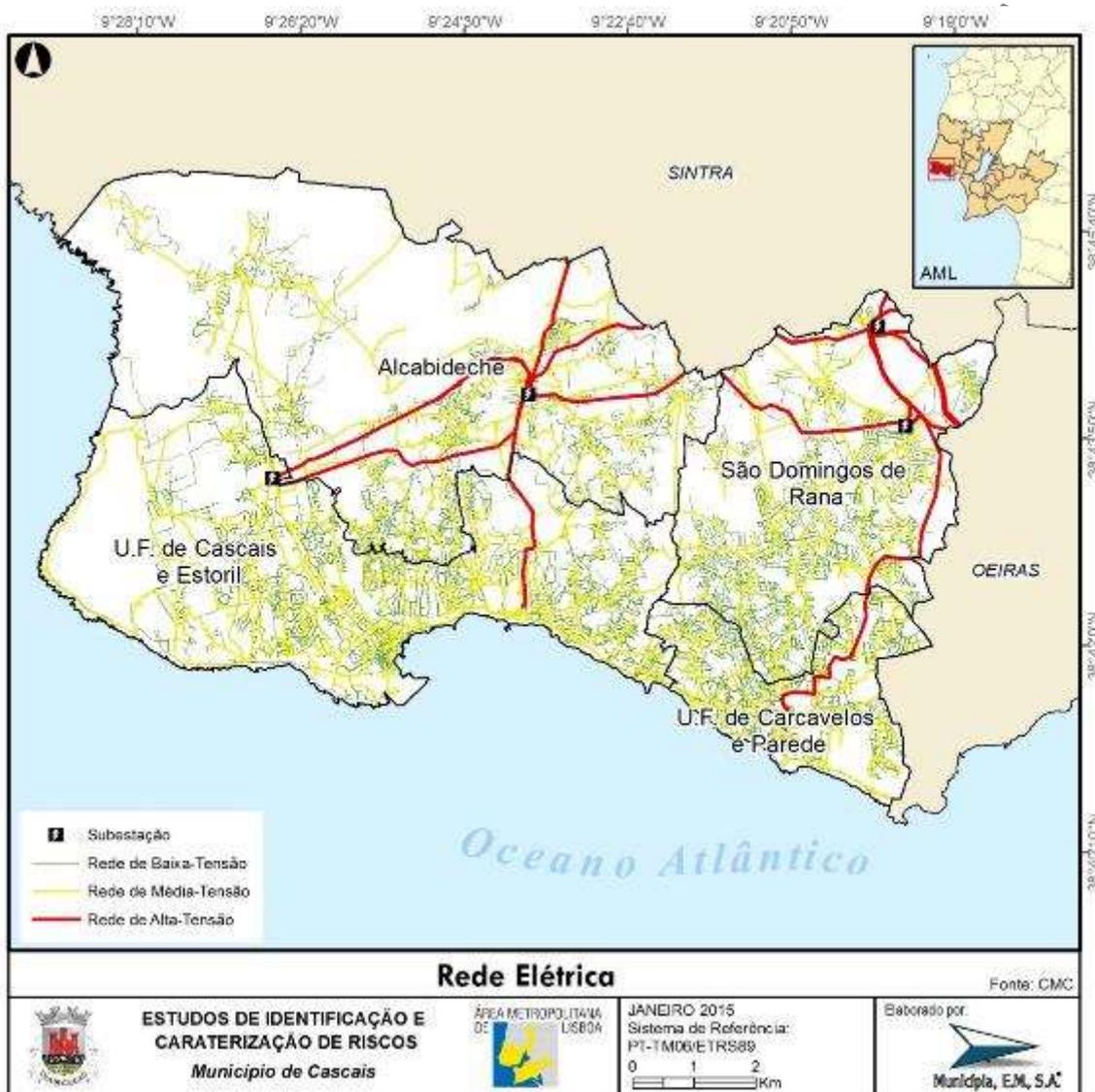


Mapa 20 - Localização das empresas Tratolixo e EMAC

4.4. Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis

4.4.1. Rede Elétrica

No mapa 21 representa-se a rede elétrica do concelho de Cascais (cedida pela CMC), onde se destacam as linhas de alta-tensão, média-tensão e baixa-tensão, que compõem uma rede uniforme por todo o concelho. A noroeste da freguesia de Alcabideche verifica-se uma menor densidade das linhas elétricas, associada também à menor densidade populacional. No mesmo mapa identificam-se ainda as subestações que compõem a rede.



Mapa 21 - Rede Elétrica

No Quadro 15 identificam-se as diferentes subestações que compõem a rede elétrica, bem como a extensão das linhas de baixa, média e alta tensão.

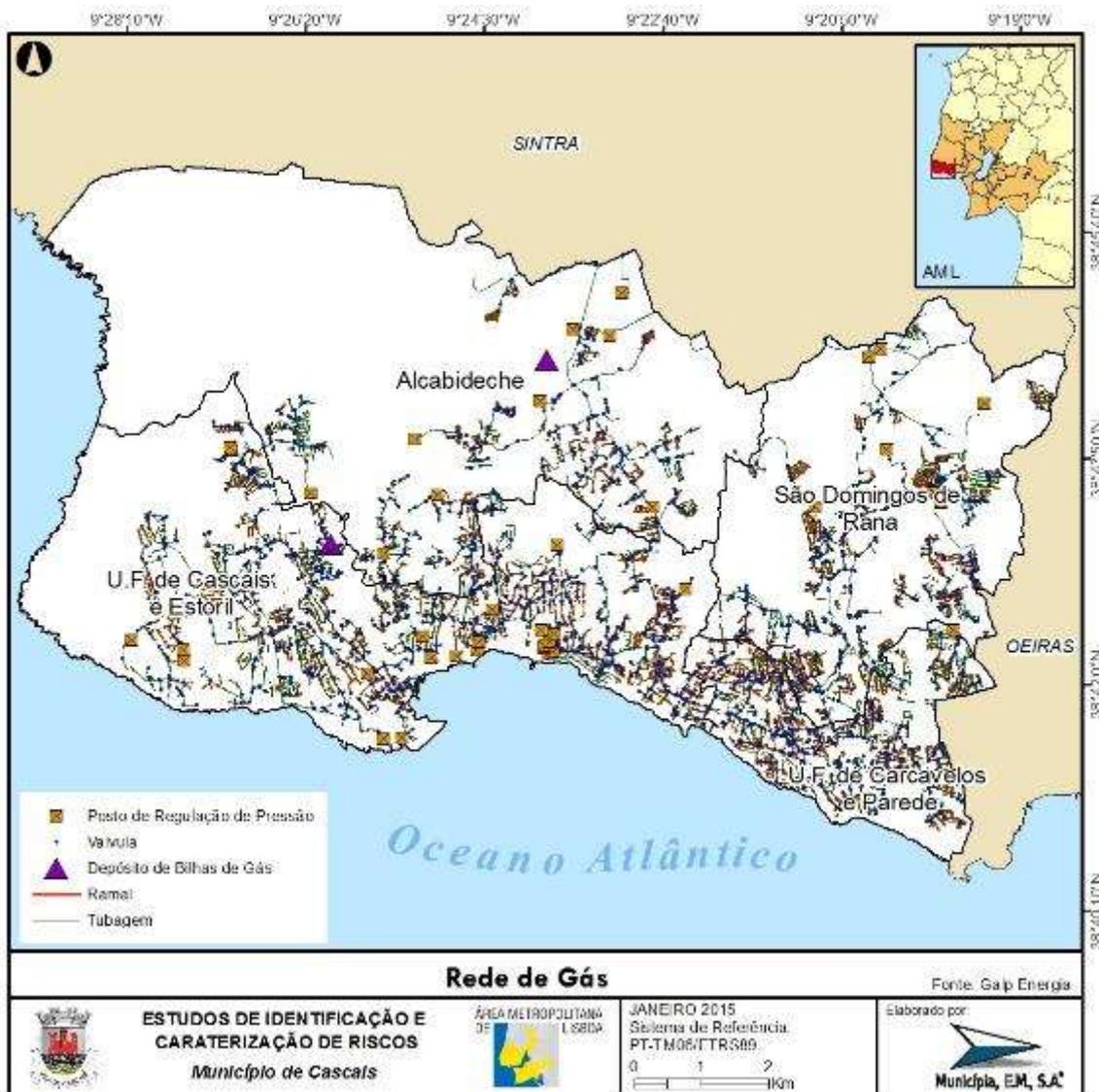
Infraestrutura	Extensão (Km)
Rede de Baixa-Tensão	1521
Rede de Média-Tensão	543
Rede de Alta-Tensão	68
Subestação de Birre	-
Subestação da Abóboda	-
Subestação de Alcoitão	-
Subestação de Trajouce	-

Quadro 15 - Síntese dos elementos que compõem a rede elétrica

Versão Consulta Pública (não reservado)

4.4.2. Rede de Gás

A extensão da rede de distribuição de gás natural em serviço no final de Dezembro de 2014 no concelho de Cascais representa-se no Mapa 22. Identificam-se as tubagens, os ramais, as válvulas e os postos de regulação de pressão. No mesmo mapa identifica-se ainda dois depósitos de botijas de gás na freguesia de Alcabideche e na União das Freguesias de Cascais e Estoril.



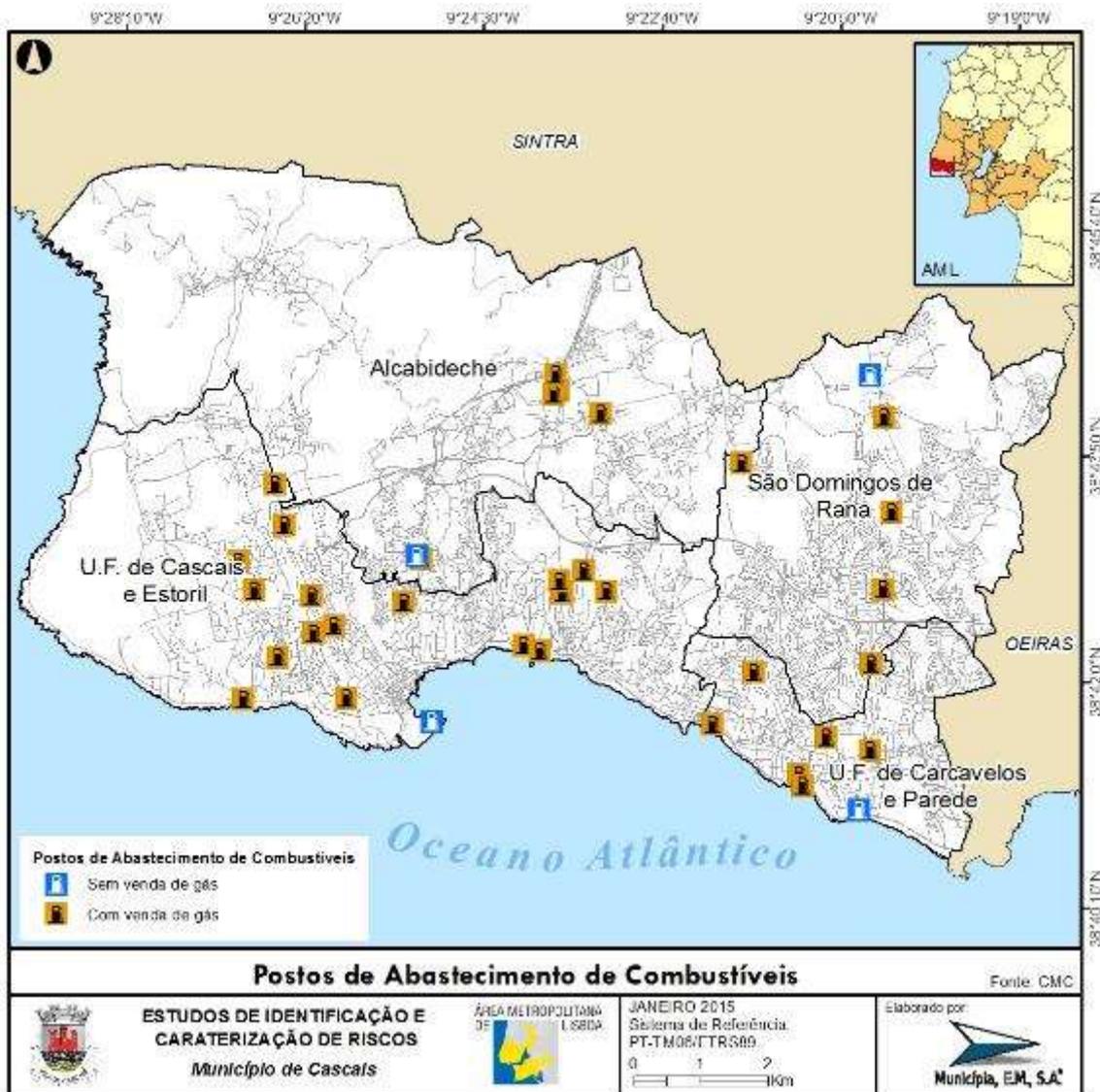
Mapa 22 - Rede de Gás

Segundo a Galp Energia, o comprimento total da rede de gás natural é de 581,944 m, sendo composta pelas seguintes parcelas:

- Gasoduto do 2º escalão – 5,028 m implantados em terrenos privados com constituição de servidão;
- Rede de distribuição secundária $c/\varnothing \leq 200$ mm – 547,366 m;
- Rede de distribuição secundária $c/\varnothing > 200$ mm – 29,550 m.

4.4.3. Postos de Abastecimento de Combustíveis

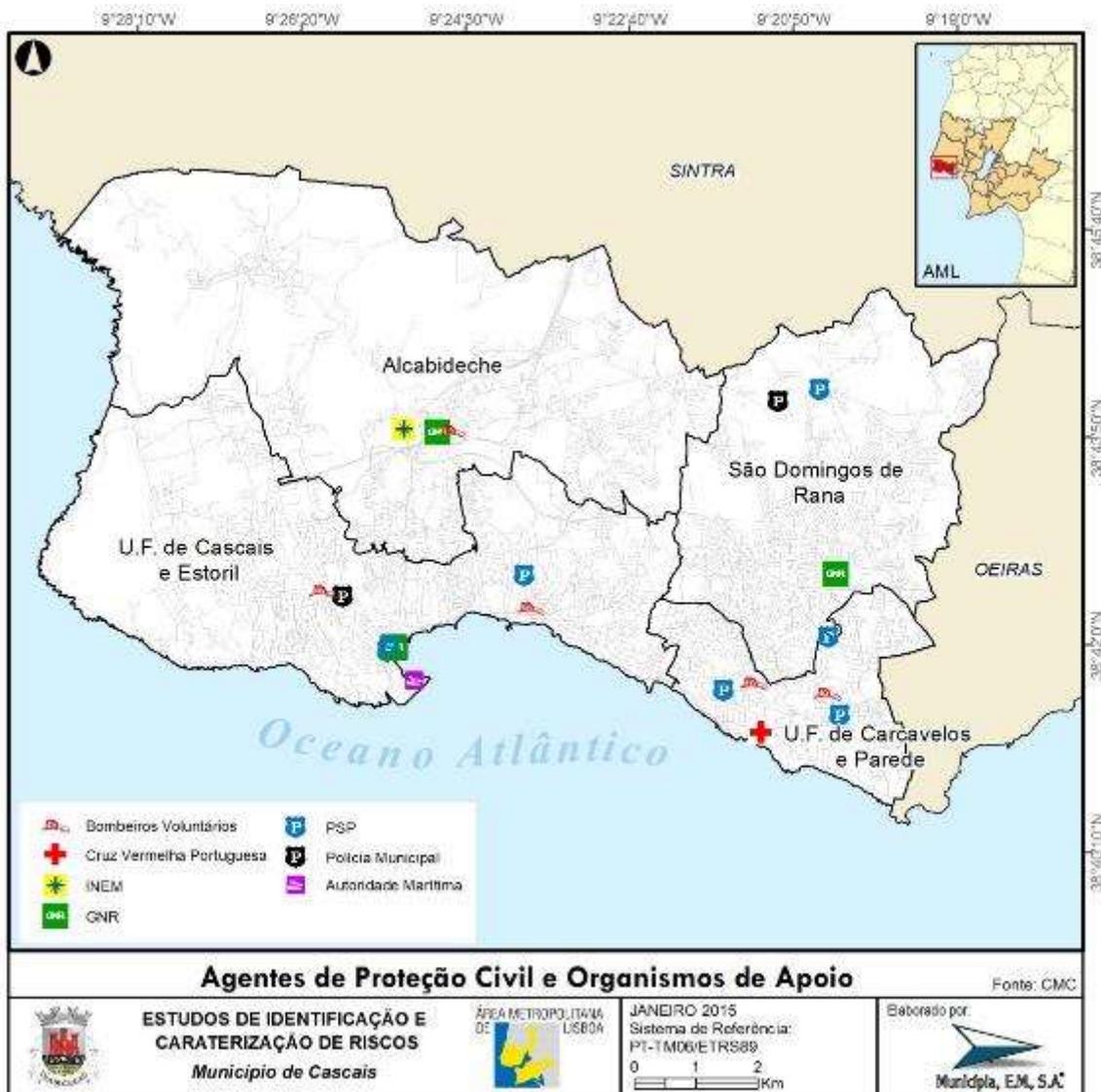
De acordo com a informação recolhida, existem no concelho 37 Postos de Abastecimento de Combustíveis (PAC). No Mapa 23 identificam-se os PAC com venda e sem venda de gás. Observa-se, assim, que dos 37 PAC apenas 4 não dispõem de venda de gás.



Mapa 23 - Postos de Abastecimento de Combustíveis

4.5. Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro

4.5.1. Agentes de Proteção Civil e Organismos de Apoio



Em relação aos Agentes de Proteção Civil (APC) reconhecem-se 6 no concelho de Cascais (Mapa 24): os Bombeiros Voluntários, a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Autoridade Marítima, a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM). Encontram-se ainda no mapa seguinte identificadas as instalações da Polícia Municipal.

No Quadro 16 estão listadas as instalações dos diferentes APC existentes no concelho de Cascais.

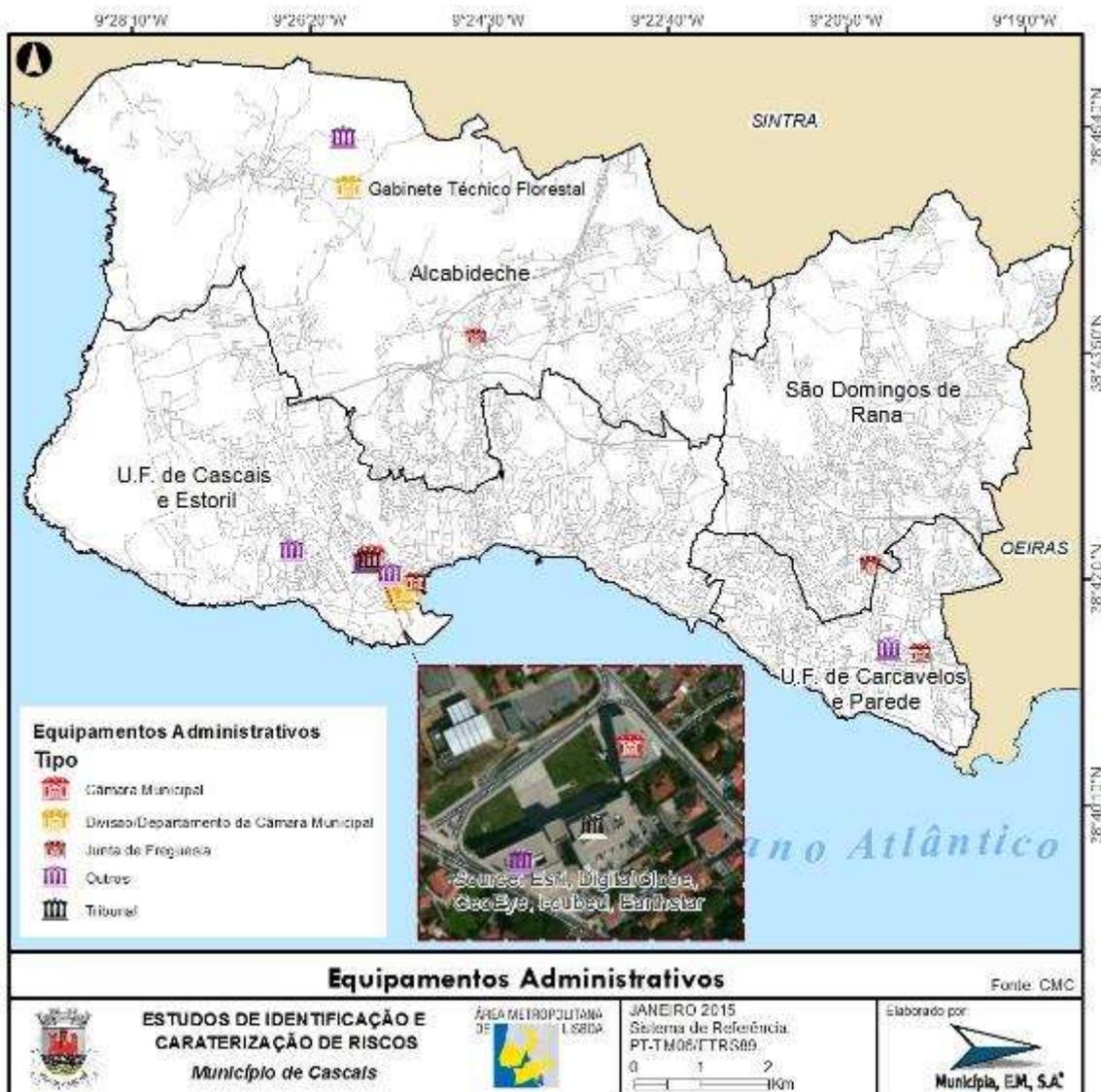
Entidade	Instalações
Bombeiros Voluntários	Associação dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos e São Domingos de Rana
	Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Parede
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais
Sapadores Florestais de Cascais	Sapadores Florestais de Cascais
Cruz Vermelha Portuguesa	Delegação Costa do Estoril
GNR	Esquadra de Alcabideche
	Posto da Brigada de Trânsito
INEM	Hospital Dr. José de Almeida (Hospital Central / INEM, instalações dos Bombeiros Voluntários de Cascais)
Autoridade Marítima	Capitania do Porto de Cascais
	Polícia Marítima
	Instituto de Socorros a Náufragos
Polícia Municipal	Parque Municipal de Viaturas
	Polícia Municipal de Cascais
PSP	50ª Esquadra (Cascais)
	51ª Esquadra (Estoril)
	52ª Esquadra (Parede)
	54ª Esquadra (Carcavelos)
	56ª Esquadra (Trajouce)
	Esquadra - Posto de Turismo
	Esquadra de Trânsito

Quadro 16 - Instalações dos Agentes de Proteção Civil e Outras Entidades de Apoio

4.5.2. Equipamentos de Utilização Coletiva

4.5.2.1. Equipamentos Administrativos

No Mapa 25 representam-se as instalações dos equipamentos administrativos existentes no concelho de Cascais. Destacam-se as instalações das 4 Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal, o Palácio da Justiça, as repartições de finanças, o registo predial entre outras.



Mapa 25 - Equipamentos Administrativos

No Quadro 17 identificam-se as instalações dos diversos equipamentos administrativos.

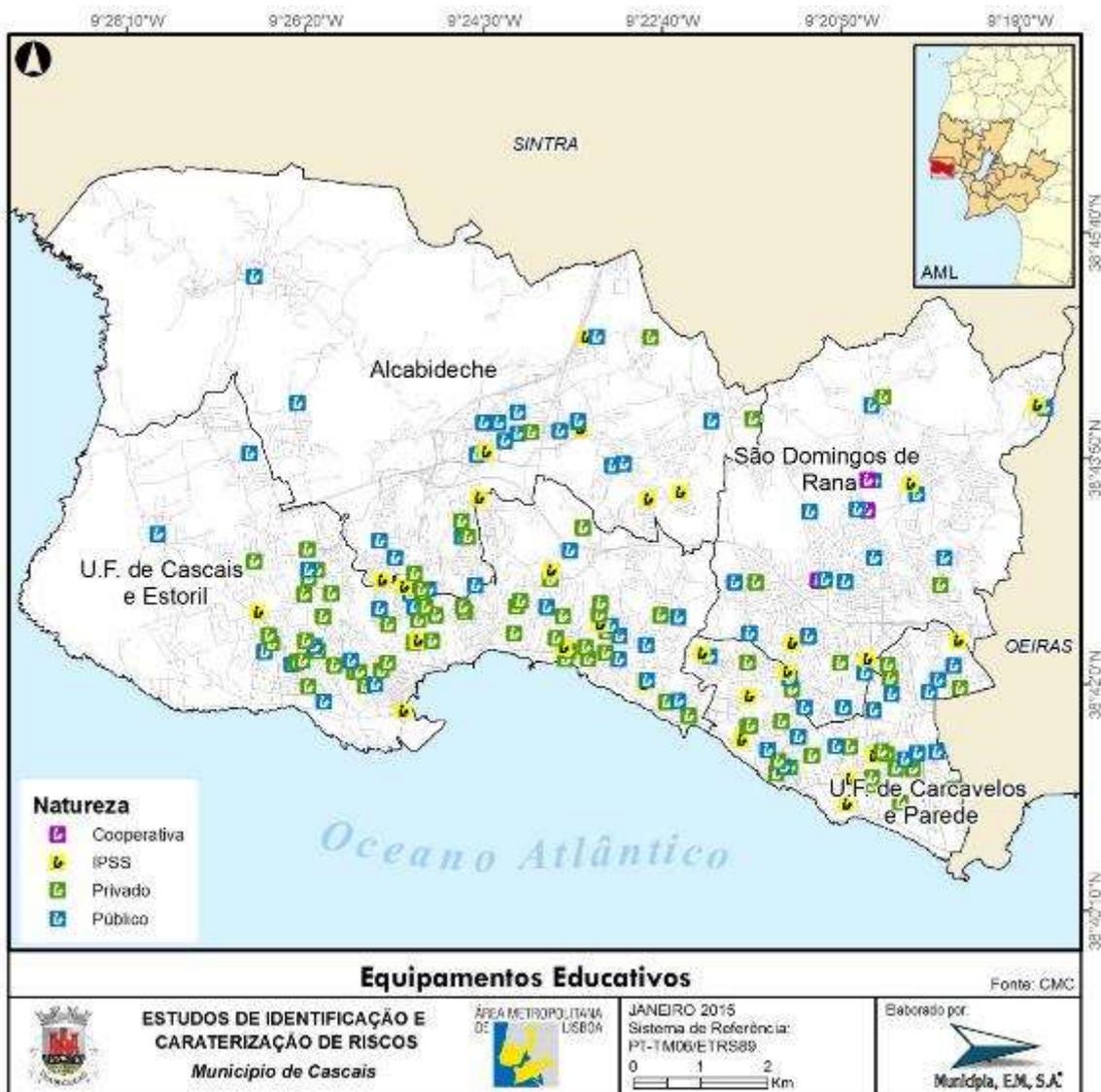
Entidade	Instalações
Câmara Municipal	Câmara Municipal de Cascais
Junta de Freguesia	Junta de Freguesia Alcabideche
	União das Freguesias de Carcavelos e Parede
	União das Freguesias de Cascais e Estoril
	Junta de Freguesia de São Domingos de Rana
Tribunal	Palácio da Justiça – Comarca de Lisboa Oeste
Outros	Instituto do Emprego e Formação Profissional Delegação Regional Vale de Tejo
	Posto de Direção Regional de Agricultura e Floresta de Cascais
	Instituto de Registos e Notariado
	Repartição de Finanças de Cascais 1 e 2

Quadro 17 - Equipamentos Administrativos

4.5.2.2. Equipamentos Educativos

A informação referente aos equipamentos educativos encontra-se representada no Mapa 26. Constatam neste mapa os diversos infantários/jardim-de-infância, escolas básicas, secundárias, profissionais, escolas de ensino superior, centros de atividades extra curricular, entre outros.

CASCAIS



Mapa 26 - Equipamentos Educativos

Dos 187 equipamentos identificados no mapa anterior, são apresentados no Quadro 18 os de equipamentos de natureza pública, subdivididos pelos 12 agrupamentos escolares existentes no concelho. Os equipamentos de natureza privada, IPSS e Cooperativas estão listados no Anexo 1.

Agrupamento	Estabelecimento
Alapraia	Escola Básica Areias
	Escola Básica Bicesse
	Escola Básica Caparide
	Escola Básica da Alapraia
	Escola Básica Manique
	Escola Básica São Pedro do Estoril
	Jardim Infância de Bicesse
Alcabideche	Escola Básica Alcoitão nº 2
	Escola Básica Alcoitão nº 3
	Escola Básica Alcoitão nº1
	Escola Básica Alto da Peça
	Escola Básica de Alcabideche
	Escola Básica Profª Maria Margarida Rodrigues
	Jardim de Infância de Alcabideche
	Jardim de Infância de Alcoitão
Alvide	Escola Básica Alvide
	Escola Básica Cascais nº 4
	Escola Básica e Secundária de Alvide
	Escola Básica Professor Manuel Gaião
Aquilino Ribeiro	Escola Básica Taláide
Carcavelos	Escola Básica Arneiro
	Escola Básica Carcavelos nº 1
	Escola Básica e Secundária de Carcavelos
	Escola Básica Lombos
	Escola Básica Rebelva
	Escola Básica Sassoeiros
	Jardim de Infância de Carcavelos
Cascais	Escola Básica Aldeia Jusó nº 1
	Escola Básica Areia-Guincho
	Escola Básica Branquinho da Fonseca
	Escola Básica de Cascais
	Escola Secundária de Cascais
Jardim de Infância da Torre	
Cidadela	Escola Básica Birre
	Escola Básica e Secundária Cidadela
	Escola Básica José Jorge Letria
	Escola Básica Malveira da Serra
	Jardim de Infância Murches
Frei Gonçalo de Azevedo	Escola Básica Abóboda
	Escola Básica Abóboda nº 2
	Escola Básica e Secundária Frei Gonçalo de Azevedo
	Escola Básica Rómulo de Carvalho
	Escola Básica Tires nº 2
Ibn Mucana	Escola Básica Trajouce
	Escola Básica e Secundária Ibn Mucana
	Escola Básica Fausto Cardoso Figueiredo



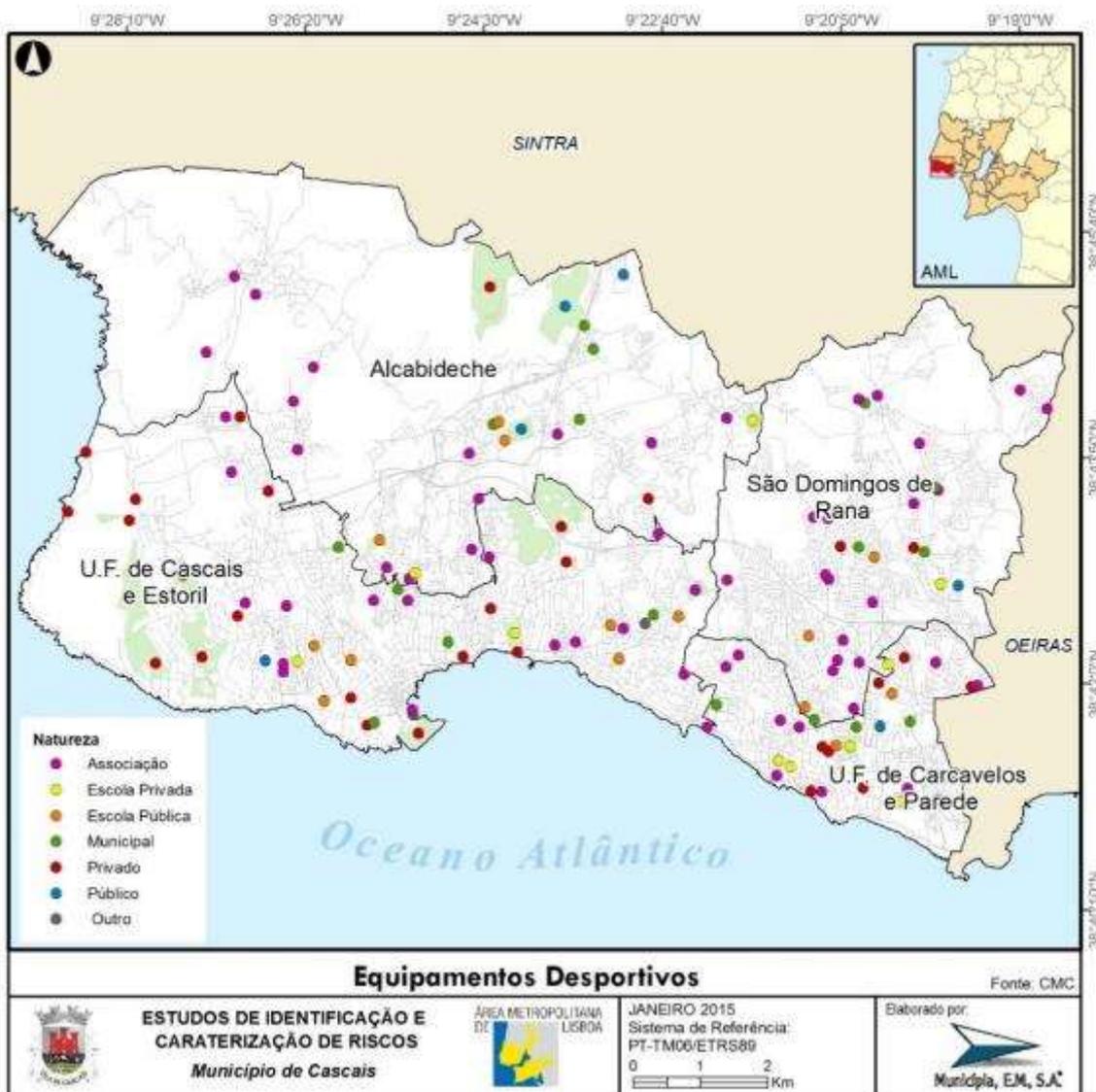
	Escola Básica Fernando José dos Santos
	Escola Básica Fernando Teixeira Lopes
	Escola Básica Raul Lino
Matilde Rosa Araújo	Escola Básica António Torrado
	Escola Básica e Secundária Matilde Rosa Araújo
	Escola Básica Murtal nº 2
	Escola Básica Padre Agostinho da Silva
	Escola Básica Parede nº 4
	Escola Básica São Domingos de Rana nº 1
	Escola Básica Tires
Parede	Escola Básica Murtal
	Escola Básica Parede nº 2
	Escola Básica Santo António
	Escola Básica São Domingos de Rana nº 2
	Escola Secundária Fernando Lopes Graça
	Jardim de Infância da Parede
São João do Estoril	Escola Básica Galiza nº 1
	Escola Básica São João do Estoril
	Escola Básica São João do Estoril nº 1
	Escola Secundária São João do Estoril

Quadro 18 - Equipamentos Educativos de Natureza Pública

Versão Consulta Pública (não reservado)

4.5.2.3. Equipamentos Desportivos

No Mapa 27 representam-se os equipamentos desportivos existentes no concelho de Cascais diferenciados pela sua natureza. De acordo com a informação disponibilizada pela CMC, identificam-se 140 equipamentos desportivos, desde academias, campos de golf, campos de ténis, autódromo, piscinas, hipódromos entre muitos outros. Pela sua dimensão e eventos que promove destaca-se o Autódromo Fernanda Pires da Silva.



Mapa 27 - Equipamentos Desportivos

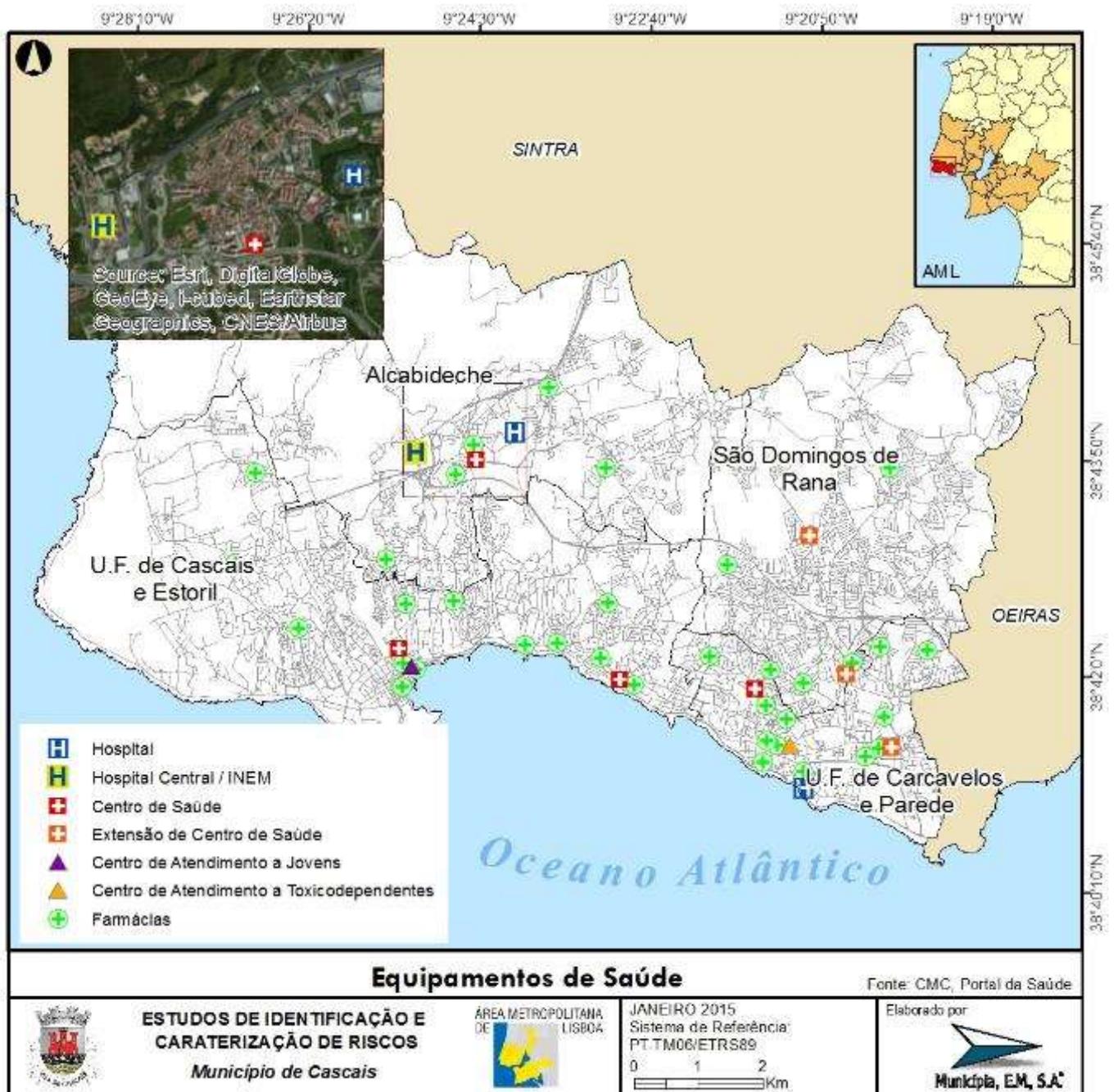
No Quadro 19 listam-se 17 equipamentos desportivos de natureza Municipal e 7 equipamentos Públicos.

Natureza	Designação
Municipal	Complexo de Piscinas da Alapraia
	Complexo Desportivo da Abóboda Piscinas Municipais
	Complexo Desportivo de Alcabideche
	Complexo Desportivo de São Domingos de Rana
	Espaço Desportivo Cabeço Mouro
	Espaço Desportivo da Encosta da Carreira
	Espaço Desportivo da Quinta do Barão
	Espaço Desportivo das Fontainhas
	Espaço Desportivo do Bairro da Cruz Vermelha-Norte
	Espaço Desportivo do Bairro da Cruz Vermelha-Sul
	Espaço Desportivo do Bairro da Quinta do Lameiro
	Espaço desportivo do Bairro de Alcoitão
	Espaço Desportivo do Bairro de Trajouce
	Espaço Desportivo do Bairro do Buzano
	Hipódromo Manuel Possolo
	Mini-golf Jardins da Parede
	Parque Palmela
Pública	Autódromo Fernanda Pires da Silva
	Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão
	Estabelecimento Prisional do Linhó
	Parque Urbano Natura Outeiro de Pólima
	Parque Verde da Guia
	Pavilhão Desportivo dos Lombos
	Quinta da Alagoa

Quadro 19 - Equipamentos Desportivos de natureza Municipal e Pública

4.5.2.4. Equipamentos de Saúde

A informação referente aos equipamentos de saúde encontra-se representada no Mapa 28. Podem observar-se as instalações dos hospitais (Hospital Dr. José de Almeida, Centro de Medicina Física e Reabilitação de Alcoitão, Hospital Ortopédico de Sant'Ana), centros de saúde, extensões de saúde, centros de atendimento a jovens e toxicodependentes e farmácias.



A listagem com a identificação dos equipamentos de saúde pode observar-se no Quadro 20. Destacam-se os 3 hospitais pertencentes à rede de cuidados diferenciados e 6 centros de saúde pertencentes à rede de cuidados primários.

Tipo de Equipamento	Designação	Morada	Respostas
Hospitais	Hospital de Cascais Dr. José de Almeida	Avenida Brigadeiro Victor Novais Gonçalves 2755-009 Alcabideche	Especialidades Médicas, Especialidades Cirúrgicas, Diagnóstico e Terapêutica, Urgência Médico-Cirúrgica Serviço de Psiquiatria
	Hospital de Sant'Ana (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)	Rua de Benguela 2779-501 Parede	Consultas Externas, Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, Bloco Operatório, Internamento
	Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)	Rua Conde Barão - Alcoitão 2649-506 Alcabideche	Internamento, Consulta, Atos Terapêuticos de Reabilitação, Ortoprotesia, Meios Complementares de Diagnóstico
Agrupamento de Centros de Saúde de Cascais	Edifício de S. João do Estoril (Sede do ACES)	Rua Egas Moniz n.º 9010 2765-618 Estoril	Unidade de Saúde Familiar Marginal, Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Estoril, Unidade de Saúde Pública, Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, Centro de Diagnóstico Pneumológico
	Edifício de Cascais	Rua Padre Moisés da Silva 2750-437 Cascais	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Cascais
	Edifício de Alcabideche	Rua Rio das Grades 2645-037 Alcabideche	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Alcabideche, Unidade de Saúde Familiar
	Edifício da Parede	Rua José Elias Garcia 1057 2775-218 Parede	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Parede, Unidade de Saúde Familiar Artemisa
	Edifício de Carcavelos	Estrada da Torre 1483-Cave 2775-688 Carcavelos	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Carcavelos
	Edifício de S. Domingos de Rana	Rua Nova Aliança 2785-289 S. Domingos de Rana	Unidade de Saúde Familiar Emergir, Unidade de Saúde Familiar S. Domingos de Gusmão

Rede de respostas não hospitalares Públicas	Centro de Respostas Integradas (CRI) – Equipa Lisboa Ocidental (inclui 3 equipas de Tratamento – Oeiras/Cascais, Amadora e Sintra) – Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT,IP)	Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 95 R/C 2775 -196 Parede	Promoção de ações de prevenção das toxicodependências e alcoolismo, prestação de cuidados integrados e globais a doentes toxicodependentes e doentes com síndrome de abuso ou dependência de álcool, em regime ambulatório.
	Centro de Dia da Fundação Portuguesa para o Estudo e Prevenção do Tratamento da Toxicodependência – FPEPTT – Cascais	Travessa Eng.º José Ulrich nº15 Cave Direita 2750-629 Cascais	Promoção de espaços terapêuticos e psicossociais a indivíduos com problemas de consumos de substâncias psicoativas e respectivos familiares. Motivação dos utentes para tratamento e/ou reinserção social.
	Apartamento de Reinserção da Fundação Portuguesa para o Estudo e Prevenção do Tratamento da Toxicodependência – FPEPTT	Rua Dr. Mira Fernandes nº 119 Murtal 2775 Parede	Promoção de competências pessoais e sociais junto dos residentes e respetivas famílias, de forma a facilitar o processo de reinserção sócio laboral.
Rede de respostas não hospitalares Não lucrativas	Comunidade Terapêutica “Casa da Barragem” – Fundação Portuguesa para o Estudo e Prevenção do Tratamento da Toxicodependência – FPEPTT	Quinta do Pisão 2645 -005 Alcabideche	Possui um total de 46 indivíduos – 37 camas protocoladas. Tratamento – Modelo Minesota.
	Cruz Vermelha Portuguesa	Rua Vasco da Gama 243 - 2775-297 PAREDE	Especialidades médicas, Estética, Massagens, Enfermagem, Análises clínicas.
	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil	Estrada da Malveira 2750 -782 Cascais Perturbações do sono, Orientação Escolar e profissional, Hiperatividade, Défice de Atenção e Outros Problemas de Comportamento, Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem	Autismo e Défices cognitivos, Intervenção socioprofissional, Apoio e intervenção Familiar, Terapia Ocupacional, Terapia da fala, Fisioterapia, Educação e intervenção em sexualidade,
	Centro de Integração e Reabilitação de Deficientes – Atividades	Rua D. Luís da Cunha nº96 Alcabideche Cascais	

Rede de respostas não hospitalares Lucrativas	ocupacionais, Reabilitação física.		
	Associação Nacional de Espondilite Anquilosante – ANEA	Rua de Platão 147 Zambujal 2785-698 São Domingos de Rana	Especialidades médicas, Fisioterapia, Atividades Piscina, Atividades Ginásio.
	Centro Psicogeriátrico de Nossa Senhora de Fátima	Rua Machado Santos 2 2775-236 Parede	
	Associação Laço (Empreendimento da Adroana)	Rua dos Encontros da Luz 27 loja Adroana 2645-628 Alcabideche	Angariação de fundos, o apoio e a promoção de quaisquer entidades e/ou projetos relacionados com a investigação, a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento, a informação e a sensibilização em geral do cancro da mama em Portugal.
	Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger Empreendimento da Adroana	largo do Amor Perfeito nº9 A Loja 1 Alcabideche	Promover o apoio e a integração social das pessoas com Síndrome de Asperger (SA), favorecendo as condições para uma vida autónoma e mais digna.
	CRETA - Clínica de Tratamento da Toxicoddependência, Alcoolismo e outros Comportamentos Aditivos	Rua Dr. Jacinto Nunes nº12 2775 – 206 Parede	Tratamento Intensivo em Regime Residencial de Internamento, Tratamento Ambulatório, Pós Tratamento, Programa de Assistência às Famílias, Metodologias técnicas (psicodrama, ferramentas motivacionais, cognitivas, didáticas, lúdicas...), prevenção da recaída, Reinserção. Comunidade terapêutica com capacidade para 14 utentes. Está licenciada pelo IDT,IP com 3 camas protocoladas. Tratamento –Modelo Minesota.
	Clínica Europa	Rua de Catembe 165 2775-561 Carcavelos	Clínica Geral, Ambulatório, Imagiologia, Cirurgia, Internamento, Outros serviços de diagnóstico e Tratamento
	Clínica do Poço Novo	Av. de Sintra 1113 A 2750-496 Cascais	Pediatria, Psicologia, Análises Clínicas, Clínica Geral, Medicina Interna, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Imunoalergologia, Nutrição, Psiquiatria e Terapia da Fala.
	Imagens Médicas Integradas de Cascais	Al. dos Combatentes da Grande Guerra Edifício S. José 2750 Cascais	TAC - Tomografia Computorizada, Ecografia, Mamografia, Raios-X, Densitometria Óssea, Ressonância Magnética e Ortopantomografi.
	Clínica Internacional de Saúde de Cascais - (CIS Cascais)	Rua João Infante, Lote 1-r/c-A 2750-384 Cascais	Cirurgia geral, Cirurgia vascular, Clínica geral, Dermatologia, Fisioterapia, Ginecologia, Medicina dentária, Obstetria, Oftalmologia, Ortopedia,

		Otorrinolaringologia, Pediatria, Psicologia, Psiquiatria, Terapia do casal e Urologia.
Clínica CUF	Rua Fernão Lopes 60 Cobre-Cascais 2750-663 Cascais	Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia geral, Cirurgia maxilo-facial, Cirurgia pediátrica, Cirurgia plástica, Cirurgia vascular, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Ginecologia obstétrica, Imagiologia, Imuno alergologia, Medicina anti-envelhecimento, Medicina dentária, Medicina física e reabilitação, Medicina geral e familiar, Medicina interna, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Nutrição oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Patologia clínica, Pediatria, Pedopsiquiatria, Pneumologia, Psicologia clínica, Psiquiatria, Reumatologia, Terapia da fala e Urologia.
Clínica Carcavelos	Praça da República Nº 4 1º Dto. 2775-624 Carcavelos	Análises Clínicas, Clínica Geral, Estomatologia, Med. Dentária, Implantes, Oftalmologia, Gastroenterologia, Urofluxometria, Urologia, Ginecologia, Obstetrícia, Cardiologia, Alergologia, Dermatologia, Otorrinolaringologia, Endocrinologia, Cirurgia vascular, Fleboestética – Varizes, Medicina estética, Psicologia, Nutrição, Terapia da fala, Psiquiatria, Ortopedia, Neurologia, Reumatologia, ECG/Mapa/Holter e Pediatria.
Futuremed - Clínica de Medicina Integrada	Estrada Nacional 249 Multi Business Center - Edifício A Abóboda 2785-035 São Domingos de Rana	Acupuntura, Cardiologia Pediátrica, Cirurgia geral/vascular, Ecografias, Estética, Estomatologia/Medicina Dentária, Exames de audiologia, Fisiatria, Fisioterapia, Gastreenterologia, Ginecologia/Obstetrícia, Hepatologia, Imuno-Alergologia, Laboratório de Análises, Medicina Familiar e Medicina Geral, Medicina do Trabalho, Neurocirurgia, Neurologia, Nutrição, Oftalmologia, Ortopedia, Osteopatia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Psicoterapia Adultos, Psicologia Infantil, Terapia da Fala (adultos/crianças), Tratamento e Enfermagem e Urologia.
Clínica Jardins da Parede Lda.	Avenida Tílias Lote 46-lj B 2775-335 Parede	Clínica geral, Dermatologia, Gastreenterologia, Ginecologia, Ortopedia, Psicologia, Psiquiatria,

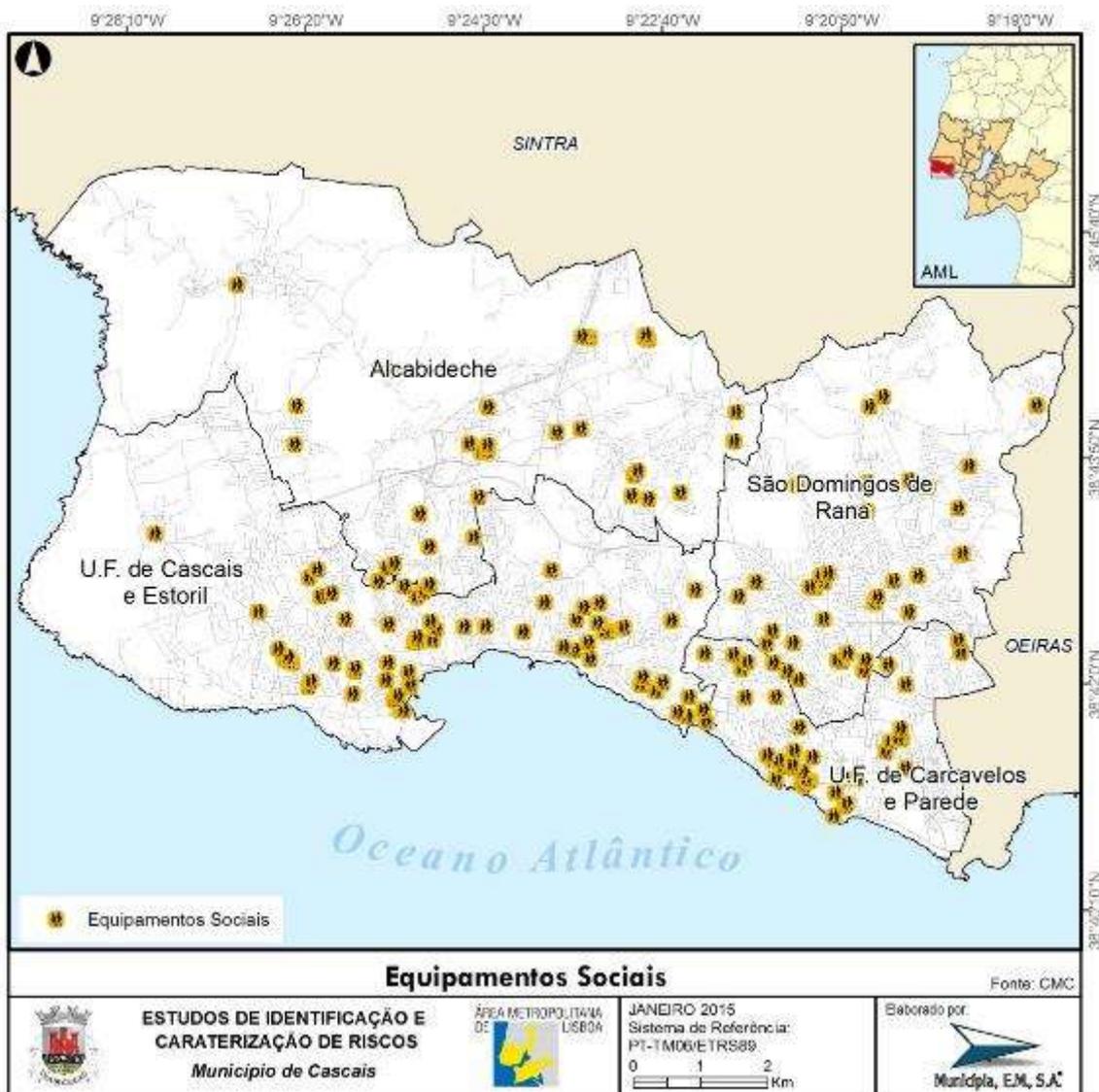
Clínica João Olías	Avenida Valbom 17 2º-G 2750-508 Cascais	Pneumologia, Alergologia, Pediatria, Preparação ao parto e Dentista. Cirurgia a laser, Cirurgia de cabeça, Cirurgia de pescoço, Cirurgia oncológica, Diagnóstico de défices auditivos, Estudo do sono, Evocados Auditivos, Exames audiométricos, Exames endoscópicos, Patologia respiratória nasal e alérgica, realização de videonistagnografia, Tratamento cirúrgico do ressonar, Tratamento de apneia do sono, Tratamento de bronquite, tratamento de otites e Tratamento de sinusite.
--------------------	---	--

Quadro 20 - Equipamentos de Saúde

Versão Consulta Pública (não reservado)

4.5.2.5. Equipamentos Sociais

No Mapa 29 identificam-se os equipamentos sociais existentes no concelho de Cascais. Entre os 178 equipamentos representados, constam diversos lares de idosos, casas de repouso, centros de convívio, associações e centros comunitários.



Mapa 29 - Equipamentos Socia

No Quadro 21 verifica-se que a União das freguesias de Cascais e Estoril apresenta o maior número de equipamentos sociais (69), seguido de São Domingos de Rana e União das freguesias de Carcavelos e Parede, com 37 equipamentos e a freguesia de Alcabideche com 35 equipamentos.

Freguesia	Designação
Alcabideche	Aldeia de Crianças S.O.S. de Bicesse e Centro Social Pôr-do-sol
	APSA - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger
	Associação de Apoio Social dos Amigos da Paz de Bicesse
	Casa de Repouso de Alcabideche
	Centro da AISA
	Centro da AISI
	Centro da AJU
	Centro de Apoio Social do Pisão - SCMC
	Centro de Bem-Estar Social Juventude e Terceira Idade de Alcabideche
	Centro de Convívio de Alvide - Soc. Musical Desportiva Alvidence
	Centro de Dia de São Miguel (ou de Alvide) - SCMC
	Centro Infantil das Fisgas - SCMC
	Centro Social dos Idosos da Amoreira
	Centro Social Nossa Senhora das Neves
	Centro Social Paroquial de S. Vicente de Alcabideche - Ext. Alvide
	Centro Social Paroquial de S. Vicente de Alcabideche - sede
	Centro Social Paroquial de S. Vicente de Alcabideche- Ext. Bairro da Cruz Vermelha
	CERCICA - Residência 2
	Conferência Vicentina do Mártir S. Vicente - Alcabideche
	Conferência Vicentina Nossa Senhora Auxiliadora - Bicesse
	Conferência Vicentina Sagrado Coração de Jesus - Bairro Cal.Gulbenkian
	Conferência Vicentina Santa Iria de São Mamede - Murches
	Creche e Jardim de Infância de Bicesse - SCMC
	Creche Familiar da Adrona
	CRID - Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes
	Delegação local de Cascais da APD



	Gabinete + Perto da Adroana
	Garatuja
	Grupo Musical Desportivo 1º de Julho
	Junta de Freguesia de Alcabideche
	Lar/Centro de Dia das Fisgas de Alcoitão - SCMC
	O Narizinho - Creche e Jardim de Infância
	Residência Sénior Prof. Drª Maria Ofélia Leite Ribeiro - SCMC
	Santa Casa da Misericórdia de Cascais
	Três Anjos - Lar de Terceira Idade
São Domingos de Rana	A Escolinha Mágica
	AMERA - Residência Assistida para Seniores
	ANEA - Associação Nacional da Espondilite Anquilosante
	Associação de Educação Popular do Zambujal
	Casa da Criança de Tires
	Casa Jubileu 2000
	Casa Zambujal - Centro Social Paroquial de S. Domingos de Rana
	Centro Comunitário de Tires
	Centro de Apoio à Família Crescer para Integrar - Coop. Horizonte
	Centro de Convívio "Os Vinhais" - SCMC
	Centro de Convívio Crescer e Viver
	Centro de Convívio de Mato Cheirinhos - SCMC
	Centro de Convívio Natael Rianço - SCMC
	Centro de Idosos e Deficientes do Penedo
	Centro Social de São José de Caparide
	Centro Social Paroquial de S. Domingos de Rana
	Colégio A Escolinha da Tita
	Colégio da Quinta do Lago
	Conferência Vicentina dos Sagrados Corações de Jesus e Maria - Talaíde
	Creche Familiar - Unidade 2 - Matoscheirinhos - Ideia
	Creche Familiar - Unidade 3 - Mata da Torre - Ideia
Creche Familiar - Unidade 1 - Tires - Ideia	

	CSP Nª Sª Conceição da Abóboda - Casa Talaíde
	Edifício da IDEIA
	Estabelecimento Infantil da Abóboda - SCMC
	Gabinete + Perto Brejos-Zambujal
	Gabinete + Perto de Mato Cheirinhos
	Grupo de Solidariedade Justiça e Paz
	Infantário A Estrelinha Bibi
	Instituto da Sagrada Família da Madorna e C. Acolhimento Temporário Francisca Lindoso
	Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana
	O Catavento
	O Cavalinho Pimpão
	O Mimo da Joaninha - Creche e Serviço de Baby-Sitter
	Olá Bebé Risonho
	Unidade Residencial do Zambujal - APPDA
	We Care - Serviços de Apoio Domiciliário
União das freguesias de Carcavelos e Parede	A Cegonha - Infantário da Parede
	Casa da Encosta
	Casa do Professor
	Centro Comunitário da Paróquia da Parede
	Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos
	Centro da ABLA
	Centro da ARIM
	Centro de Apoio ao Deficiente
	Centro de Convívio da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Parede Amadeu Duarte
	Centro de Cooperação Familiar O Botãozinho
	Centro de Educação Infantil da Parede - ISS
	CLAI - Bafureira
	Colégio As Abobrinhas
	Colégio Portugal

	Creche do Murtal - Coop. Horizonte
	Creche e Jardim de Infância do Arneiro - SCMC
	Creche Pipoca Azul
	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Costa do Estoril
	Delegação da Linha do Estoril da CNAD
	Éramos um - Cooperativa de Ensino
	Extensão do Centro Social e Paroquial de S. Domingos de Rana - Arneiro
	Externato Eduarda Maria
	FPEPTT - Casa Amarela
	Infantário Bebê Sol
	Infantário da CP
	Infantário O Berço
	Junta de Freguesia de Parede
	Lar Branco Rodrigues
	Lar da Bafureira
	Lar da Boa Vontade
	Lar de Infância e Juventude São Francisco de Assis
	Lar de Nossa Senhora da Visitação
	O Bicharoco
	Residência Montepio Parede
	Residência Sénior da Cruz Vermelha
	Residências Domus Vida
	Traquinauta
União das freguesias de Cascais e Estoril	A Chupeta - Berçário e Creche
	AMI - Centro Porta Amiga de Cascais
	Associação L.F. Novo Futuro - Casa Azul
	Bebés Patuscos
	Casa de Repouso Cantinho do Amor
	Casa de Repouso Cascais Jardim
	Casa de Repouso de Cascais
	Casa de Repouso São José em Cascais



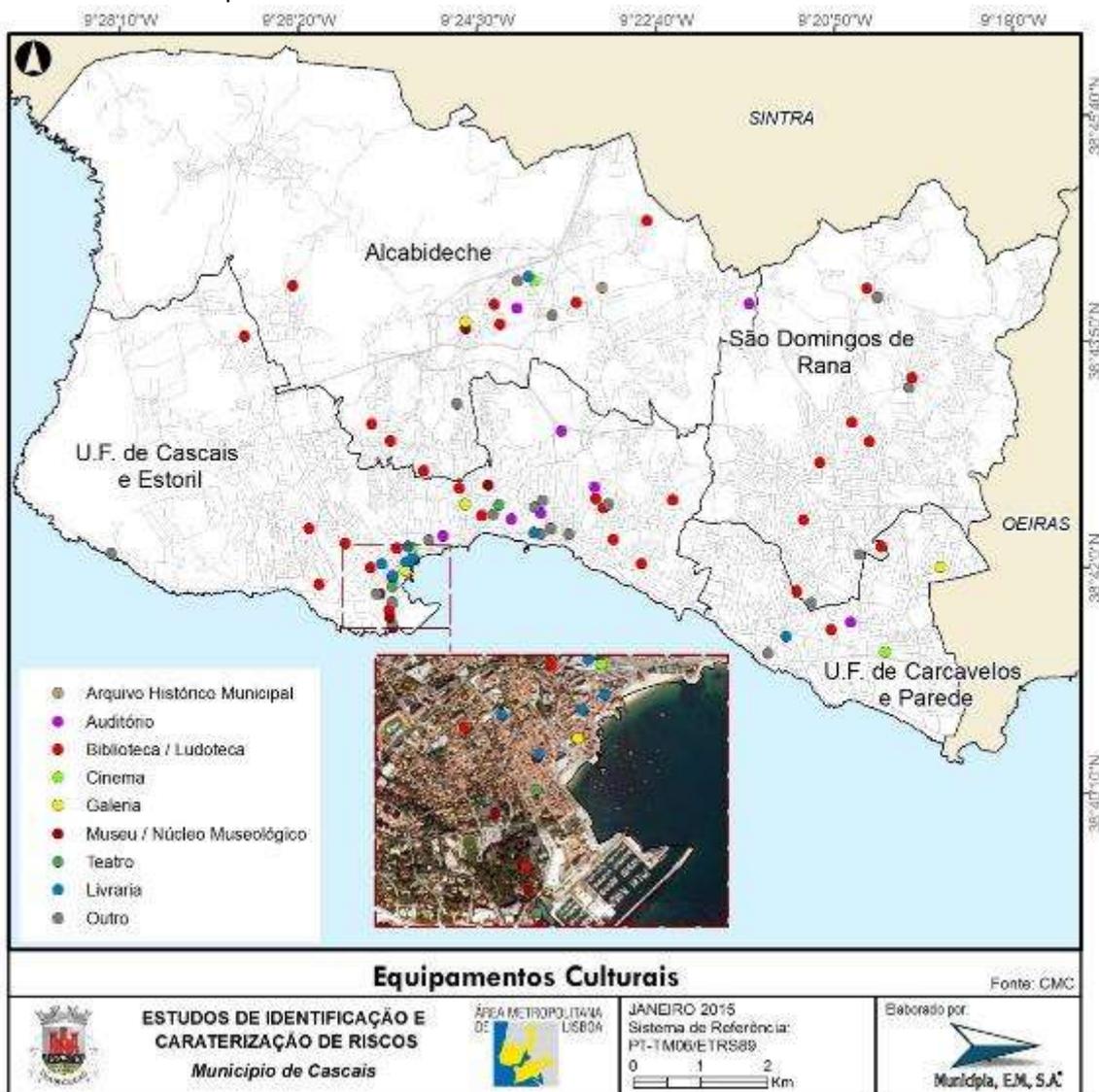
Casa de Repouso Solar do Ancião
Casa dos Nossos Pais
Casa Grande da Galiza - SCMC
Centro Alfredo Pinheiro - SCMC
Centro Comunitário da Senhora da Boa Nova
Centro de Convívio Associação Desportiva da Costa do Sol
Centro de Convívio da Areia - J. F. Cascais
Centro de Convívio do Bairro do Rosário - J. F. Cascais
Centro de Convívio do Poço Novo - J. F. Cascais
Centro de Dia e de Convívio da Torre - SCMC
Centro de Dia e de Convívio de Cascais - SCMC
Centro de Recursos Sociais da LPDM- Unidade Local do Estoril
Centro Dom Bosco
Centro Engenheiro Álvaro de Sousa
Centro Paroquial de Santo António do Estoril
Centro Social Paroquial de São Pedro e São João do Estoril
CERCICA
CERCICA - Centro de Educação Especial
CERCICA - Residência 1
CERCICA - Residência 3
CLAII - Torre
Clube Gaivotas da Torre- Associação Juvenil
Clube Sénior de Santo António
Colégio Cachabiú
Colégio do Rosário
Colégio O Mundo do Era Uma Vez
Complexo Social da Pamplheira - J. F. Cascais
Conf. Vicentina de Nossa Senhora das Graças - S. Pedro e S. J. do Estoril
Conferência Vicentina Beato Nuno Álvares Pereira - Cascais
CooperActiva - Cooperativa de Desenvolvimento Social
CPCJC - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais

Creche da Torre Guia
Creche e Jardim de Infância de São José - SMC
Creche José Luís - SMC
Creche Marcelina Teodoro dos Santos - SMC
Creche O Pinhal - SMC
Edifício Multiserviços da Torre - Gabinete + Perto da Torre
Edifício SER+
Escolinha da Ana - Creche e infantário
Espaço BIPP Cascais
Externato Florinda Leal
Fórum Sócio-Ocupacional de Cascais - ARIA
FPEPTT - Fund. Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência
Fundação O Século
Gabinete + Perto da Galiza
Gabinete da APAV
Infantário A Cor dos Sonhos
Junta de Freguesia de Cascais
Junta de Freguesia do Estoril
Lar Casa da Alapraia
Lar de Santa Rita - Casa Pia
Lar Universal
Morangos Cascais - Creche e Jardim de Infância
O Fraldinhas da Pampilheira
O Peluche, Creche de Cascais
O Xururuca
Residência Geriática Santa Inês
Saint John's School
Santa Casa da Misericórdia de Cascais
Ser Criança
Serviço Local da Segurança Social de Cascais

Quadro 21 - Equipamentos Sociais

4.5.2.6. Equipamentos Culturais

No município de Cascais existem 85 equipamentos culturais segundo a informação disponibilizada pela CMC. No Mapa 30 representam-se os diversos equipamentos culturais existentes, entre outros, destacando-se vários auditórios, museus, teatros, galerias, bibliotecas e cinemas, designadamente a Casa das Histórias Paula Rego, o Casino do Estoril ou o Centro Cultural de Cascais pela elevada afluência.



Mapa 30 - Equipamentos Culturais

No Quadro 22 estão listados os vários equipamentos culturais existentes no concelho de Cascais. Verificam-se em maior número as bibliotecas escolares (24), espaços polivalentes/multifuncionais (12), auditórios (8) e livrarias (8).

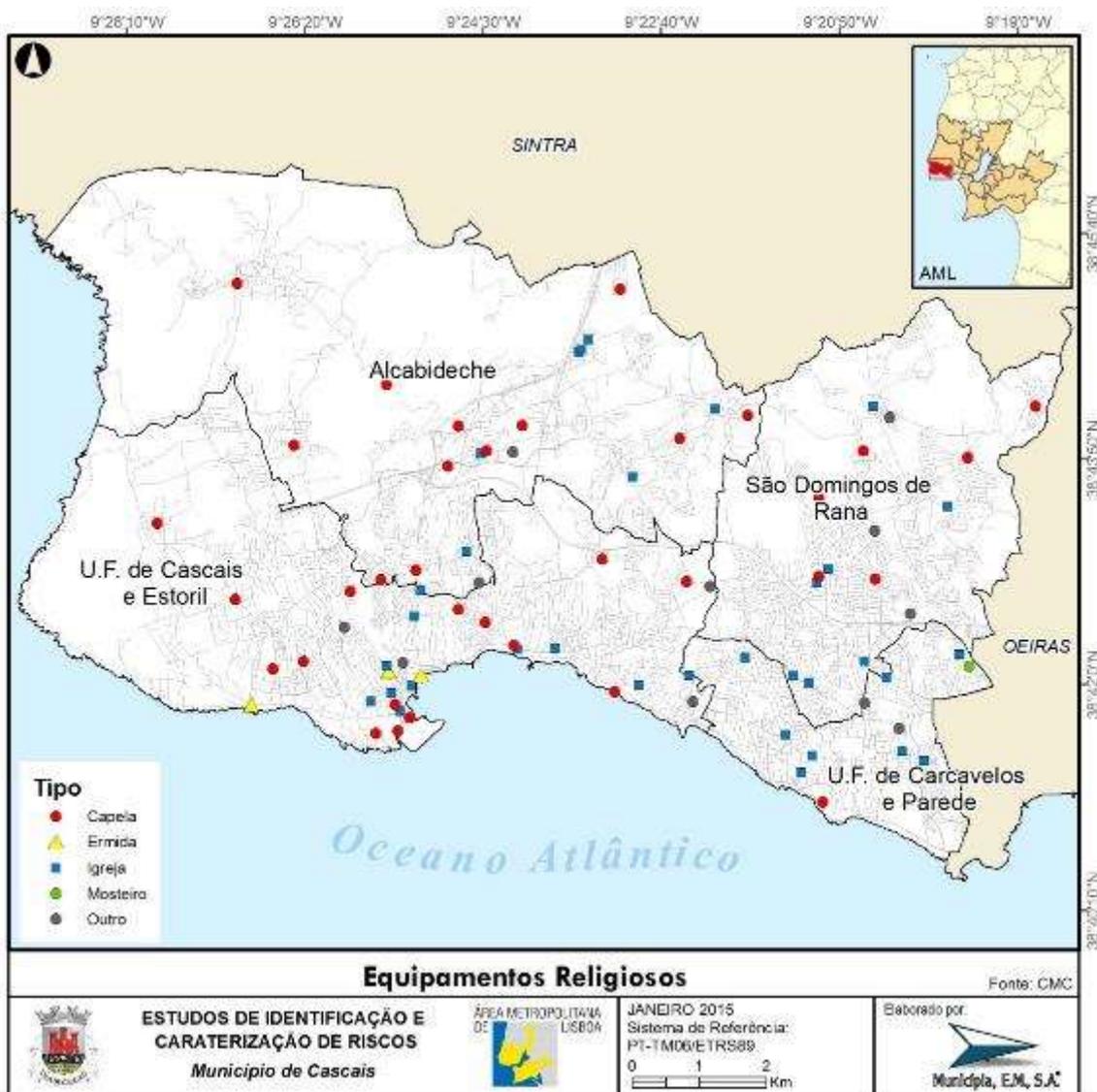
Tipologia	Designação
Arquivo Histórico Municipal	Arquivo Histórico Municipal de Cascais
Auditório	Auditório Fernando Lopes Graça
	Auditório Nossa Senhora da Boa Nova
	Centro de Congressos
	Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão
	Centro Escolar Turístico e Hoteleiro do Estoril
	Colégio Marista de Carcavelos
	Escola Salesiana de Manique
	Escola Salesiana do Estoril
	Biblioteca
Biblioteca Municipal de Cascais Casa da Horta de Santa Clara	
Biblioteca Municipal de Cascais S. Domingos de Rana	
Biblioteca Escolar	EB1 António Torrado
	Escola Básica de Alapraia
	Escola Básica de Alcabideche
	Escola Básica e Secundária de Alvide
	Escola Básica João de Deus
	Escola EB1 de Trajouce
	Escola EB1 José Jorge Letria
	Escola EB1 nº 1 de Aldeia de Juso
	Escola EB1 nº 1 de S. Domingos de Rana
	Escola EB1 nº 1 da Abóboda
	Escola EB1 nº 2 da Amoreira
	Escola EB1 nº 2 de Aldeia de Juso
	Escola EB1 S. João do Estoril
	Escola EB1/JI de Alvide
	Escola EB23 Galiza
	Escola EB23 Matilde Rosa Araújo
	Escola EB23 Prof. António Pereira Coutinho
	Escola EB23 Sto. António da Parede
	Escola Secundária da Cidadela
	Escola Secundária de Cascais
	Escola Secundária de São João do Estoril
	Escola Secundária Fernando Lopes Graça
	Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo
	Escola Secundária Ibn Mucana
Casa/Espaço Memória	Casa de Santa Maria
	Casa Reynaldo dos Santos e Irene Virote Quilhó dos Santos
	Espaço Memória do Teatro Experimental de Cascais
	Espaço Memória dos Exílios
Centro Interpretativo	Forte de São Jorge dos Oitavos
Cinema	Castello Lopes
	Cinemas Atlântida
	Warner Lusomundo
	Cinema Cascaisvilla

Escola de Formação Artística	Conservatório de Música
	Escola de Dança Ana Mangerição
	Escola Profissional de Teatro de Cascais
Espaço Polivalente/Multifuncional	Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris
	Associação Moradores do Bairro da Liberdade
	Casa das Histórias Paula Rego
	Casino do Estoril
	Centro Cultural de Cascais
	FIARTIL
	FNAC
	Grupo de Instrução Musical e Desportivo de Abóboda
	Grupo Musical 1º de Julho de Alcoitão
	Grupo Musical e Desportivo 9 de Abril de Trajouce
	Junta de Freguesia de São Domingos de Rana
Junta de Freguesia do Estoril	
Galeria	Atelier dos Artistas Plásticos de Carcavelos
	Atelier DuMonte
	Junta de Freguesia de Alcabideche - Espaço Montepio
	Junta de Freguesia de Cascais
Ludoteca	Ludoteca da Adroana
	Ludoteca da Galiza - Centro Social Nossa Senhora de Fátima
	Ludoteca de Alcoitão
	Ludoteca do Monte Estoril/Artemanhas
Museu	Farol Museu de Santa Marta
	Museu Conde Castro Guimarães
	Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades Faria
	Museu do Mar Rei D. Carlos
	Moinho de Armação Tipo Americano
Núcleo Museológico	Núcleo Museológico da Associação Portuguesa de Colecionadores de Armas
	Posto de Turismo de Cascais
Posto de Turismo	Posto de Turismo do Estoril
	Teatro Gil Vicente
Teatro	Teatro Municipal Mirita Casimiro

Quadro 22 - Equipamentos Culturais

4.5.2.7. Equipamentos Religiosos

De acordo com a informação disponibilizada pela CMC existem no concelho de Cascais 82 equipamentos religiosos, nomeadamente 34 capelas, 33 igrejas, 3 ermidas, 1 mosteiro, entre outros (Mapa 31).



Mapa 31 - Equipamentos Religiosos

A listagem referente aos equipamentos religiosos existentes em Cascais apresenta-se no Quadro 23.

Tipologia	Designação	
Capela	Capela da Escola Salesiana de Manique	
	Capela da Sagrada Família (Capela do Pisão)	
	Capela de Nossa Senhora da Assunção	
	Capela de Nossa Senhora da Conceição	
	Capela de Nossa Senhora da Graça	
	Capela de Nossa Senhora da Luz	
	Capela de Nossa Senhora da Nazaré	
	Capela de Nossa Senhora da Vitória	
	Capela de Nossa Senhora das Neves	
	Capela de Nossa Senhora de Fátima	
	Capela de Nossa Senhora do Monte da Saúde	
	Capela de Santa Ana	
	Capela de Santa Iria	
	Capela de Santo António	
	Capela de São Brás	
	Capela de São José (Capela da Quinta da Bicuda)	
	Capela de São Sebastião	
	Capela do Cemitério da Guia	
	Capela do Cemitério de Alcabideche	
	Capela do Cemitério de São Domingos de Rana	
	Capela do Cemitério de Trajouce	
	Capela do Cemitério do Estoril	
	Capela do Centro de Reabilitação de Alcoitão	
	Capela do Centro Social e Paroquial de São Vicente	
	Capela do Centro Social e Paroquial de Talaíde	
	Capela do Colégio Amor de Deus	
	Capela do Colégio Maria Auxiliadora	
	Capela do Estabelecimento Prisional de Tires	
	Capela do Estabelecimento Prisional do Linhó	
	Capela do Externato Nossa Senhora do Rosário	
	Capela do Hospital de Santana	
	Capela do Sagrado Coração de Jesus	
	Capela dos Salesianos do Estoril	
	Capelinha de Nossa Senhora da Conceição	
	Ermida	Ermida de Nossa Senhora da Conceição
		Ermida de Nossa Senhora da Guia
Ermida de Nossa Senhora de Porto Seguro		
Igreja	Igreja Anglicana de São Paulo (St. Paul's Church)	
	Igreja Cristã Evangélica Internacional	
	Igreja Cristã Manancial de Águas Vivas	
	Igreja da Misericórdia de Cascais	
	Igreja da Ressurreição	
	Igreja da Sagrada Família	
	Igreja de Cristo "Cristã" em Portugal	
	Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Bicesse	
	Igreja de Nossa Senhora da Graça	
Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima (Igreja Paroquial da Parede)		

	Igreja de Santo António do Estoril
	Igreja do Murtal
	Igreja do Sagrado Coração de Jesus do Bairro da Cruz Vermelha
	Igreja dos Adventistas do Sétimo Dia de Cascais
	Igreja dos Navegantes
	Igreja Evangélica "Nazareno"
	Igreja Evangélica Baptista da Parede
	Igreja Evangélica Baptista de Tires
	Igreja Evangélica Baptista do Murtal
	Igreja Evangélica de Manique - "Assembleia de Deus"
	Igreja Evangélica de Trajouce - "Assembleia de Deus"
	Igreja Nossa Senhora da Assunção (Igreja Paroquial de Cascais)
	Igreja Nova Apostólica
	Igreja Paroquial de São Domingos de Rana
	Igreja Paroquial de São João do Estoril
	Igreja Paroquial de São Vicente de Alcabideche
	Igreja Paroquial de Sassoeiros
	Igreja Paroquial Nossa Senhora dos Remédios (Paróquia de Carcavelos)
	Igreja Universal do Reino de Deus
Mosteiro	Mosteiro de Santa Maria do Mar
	Associação das Testemunhas de Jeová
	Carmelo do Coração de Jesus
	Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos (Extensão de Carcavelos)
	Centro Comunitário de Trajouce
Outro	Salão do Reino das Testemunhas de Jeová
	Salão do Reino das Testemunhas de Jeová - Cascais Central
	Salão do Reino das Testemunhas de Jeová - Cascais Oeste
	Seminário da Torre D'Aguilha
	Seminário Patriarcal de São José de Caparide

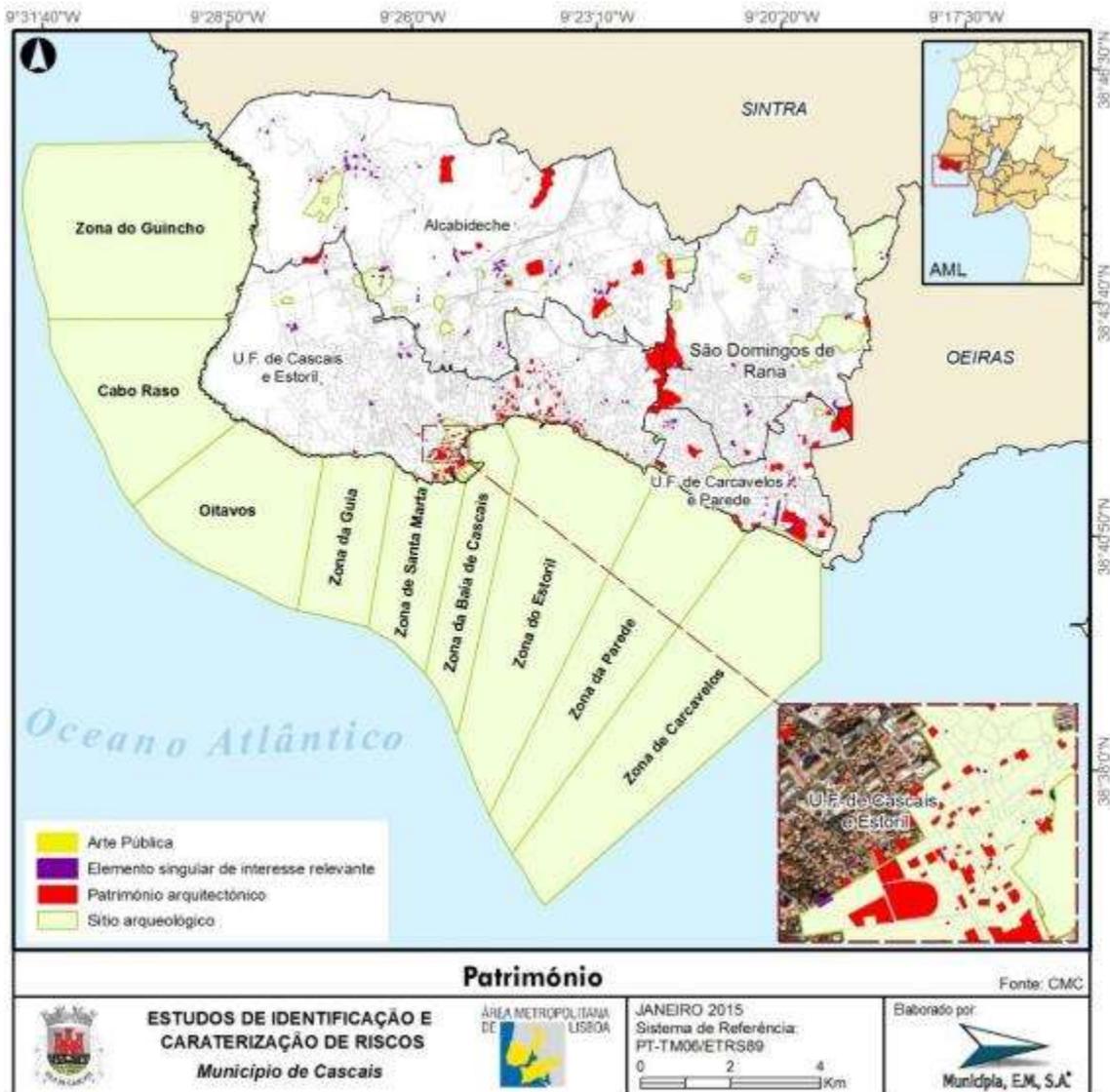
Quadro 23 - Equipamentos Religiosos

4.6. Outras Infraestruturas

4.6.1. Património

O património existente em Cascais é bastante diversificado, comprovando-se através dos 309 exemplos de património arquitetónico, 284 elementos singulares de interesse relevante e dos 71 sítios arqueológicos, identificados a partir da informação disponibilizada pela CMC (Mapa 32). Dos vários sítios arqueológicos existentes no concelho, refira-se os classificados em meio subaquático, designadamente: Zona do Guincho, Cabo Raso, Oitavos, Zona da Guia, Zona de Santa Marta, Zona da Baía de Cascais, Zona do Estoril, Zona da Parede e Zona de Carcavelos.

CASCAIS



Mapa 32 – Património

No Quadro 24 identificam-se os elementos classificados de Interesse Municipal segundo o site da Direção-Geral do Património Cultural (www.patrimoniocultural.pt). Os restantes elementos patrimoniais apresentam-se no Anexo 4.

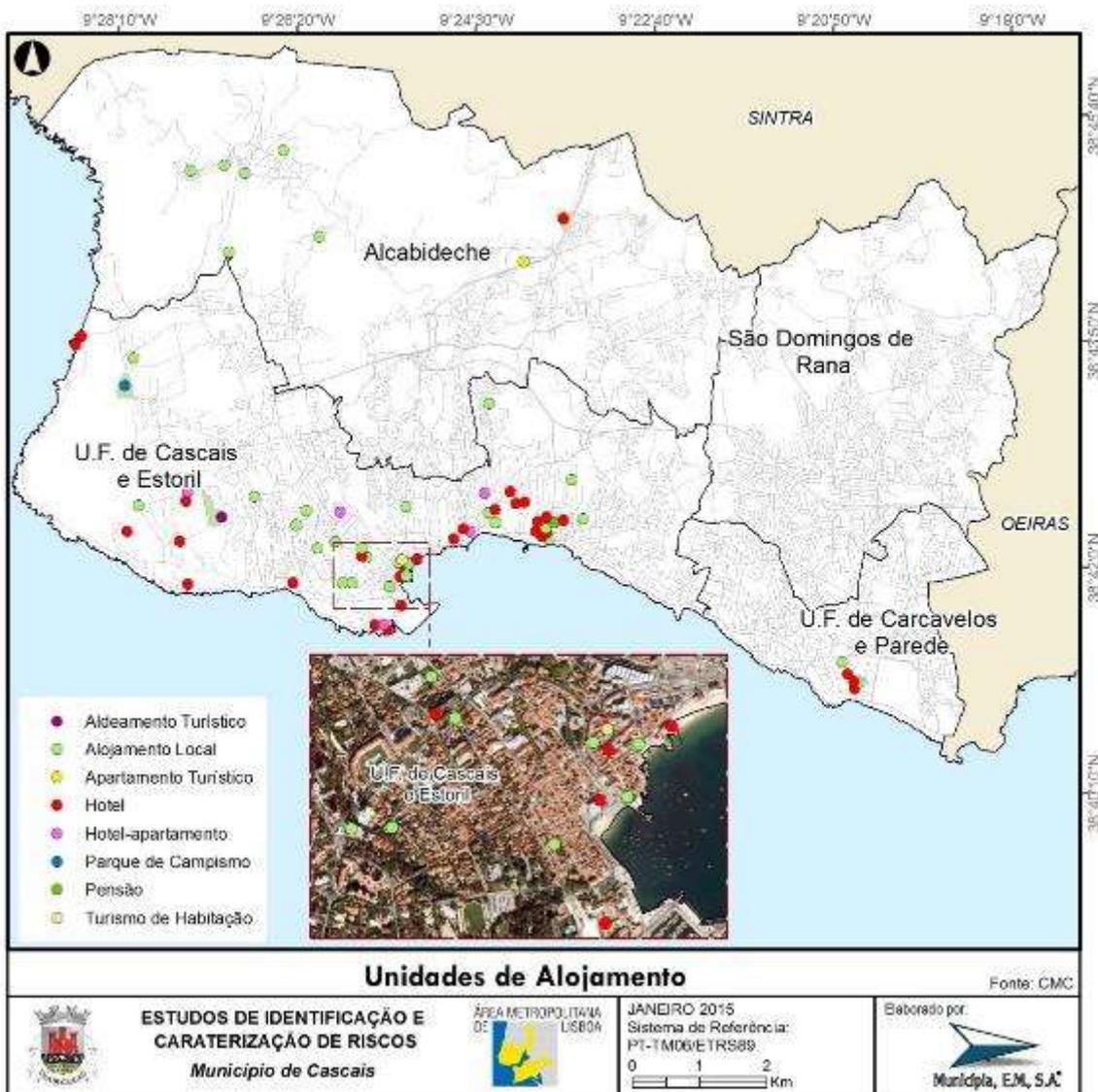
Património	Designação
Património arquitetónico	Capela de Nossa Senhora do Livramento, Fontanário e Cruzeiro
	Casa de Santa Maria
	Casa dos Almadas (Casa Dom Nuno)
	Casa Lencastre
	Casa Loulé
	Casa Sommer
	Edifício da Escola de Ensino Básico nº1
	Edifício na Av. das Acácias (Vila Ralph)
	Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia
	Moinho de armação de tipo americano
	Palácio dos Condes da Guarda (actuais Paços do Concelho)
	Ponte Filipina (século XVII)
	Solar dos Falcões
Sítio arqueológico	Villa Romana de Miroiços, Malveira

Quadro 24 - Património de interesse municipal

Versão Consulta Pública (não reservado)

4.6.2. Unidades de Alojamento

A informação referente às unidades de alojamento do concelho de Cascais, está identificada no Mapa 33, onde se contabilizam em maior número 32 estabelecimentos de alojamento local, 30 hotéis e 5 hotéis-apartamento. Destacam-se pela sua capacidade de alojamento o Hotel Quinta da Marinha, Hotel Cascais Miragem, Hotel Atlantis Sintra Estoril, Hotel Palácio do Estoril, Hotel Praia Mar, Hotel Riviera Carcavelos e Hotel Vila Galé.



Mapa 33 - Unidades de Alojamento

No Quadro 25 apresentam-se listadas as 72 unidades de alojamento existentes no concelho de Cascais.

Tipo de Alojamento	Designação
Aldeamento Turístico	Aldeamento Turístico Vila Bicuda
Alojamento Local	Acqualiving
	Agarre o Momento - Guest House
	Apartamento
	Atlantic Panorama
	Casa Avenida
	Casa Costa
	Casa da Christina
	Casa das Lanternas
	Casa Índico
	Casa Lena
	Casa Panorâmica
	Casa Vela
	Dolce Cascais Guest House
	Dolce Cascais Home
	DOLCE VITA - Guesthouse
	Enigmagarden - Presidência de Alojamento Local
	Guest House
	Guincho Wind Factory House
	Morada do Sol
	Moradia
	Pensão Residencial Baleia Mobydick
	Quinta Magnólia
	Residencial Cacos Velhos
	Shantiniketan
	Solar Dom Carlos
	The Charm of Cascais
	Toca dos Grilos
Vila Albatroz	
Villa Unika	
Apartamento Turístico	Hotel Estoril 7
Hotel	Albergaria Valbom
	Amazónia Estoril Hotel
	Cidadela Cascais Hotel
	Estalagem Muchaxo Hotel
	Farol Design Hotel
	Grande Real Villa Italia Hotel & Spa
	Hotel Albatroz
	Hotel Alvorada
	Hotel Atlantis Sintra Estoril
	Hotel Baía
	Hotel Cascais Miragem
	Hotel do Guincho
	Hotel Inglaterra
	Hotel Lido
	Hotel Londres
	Hotel Palácio do Estoril

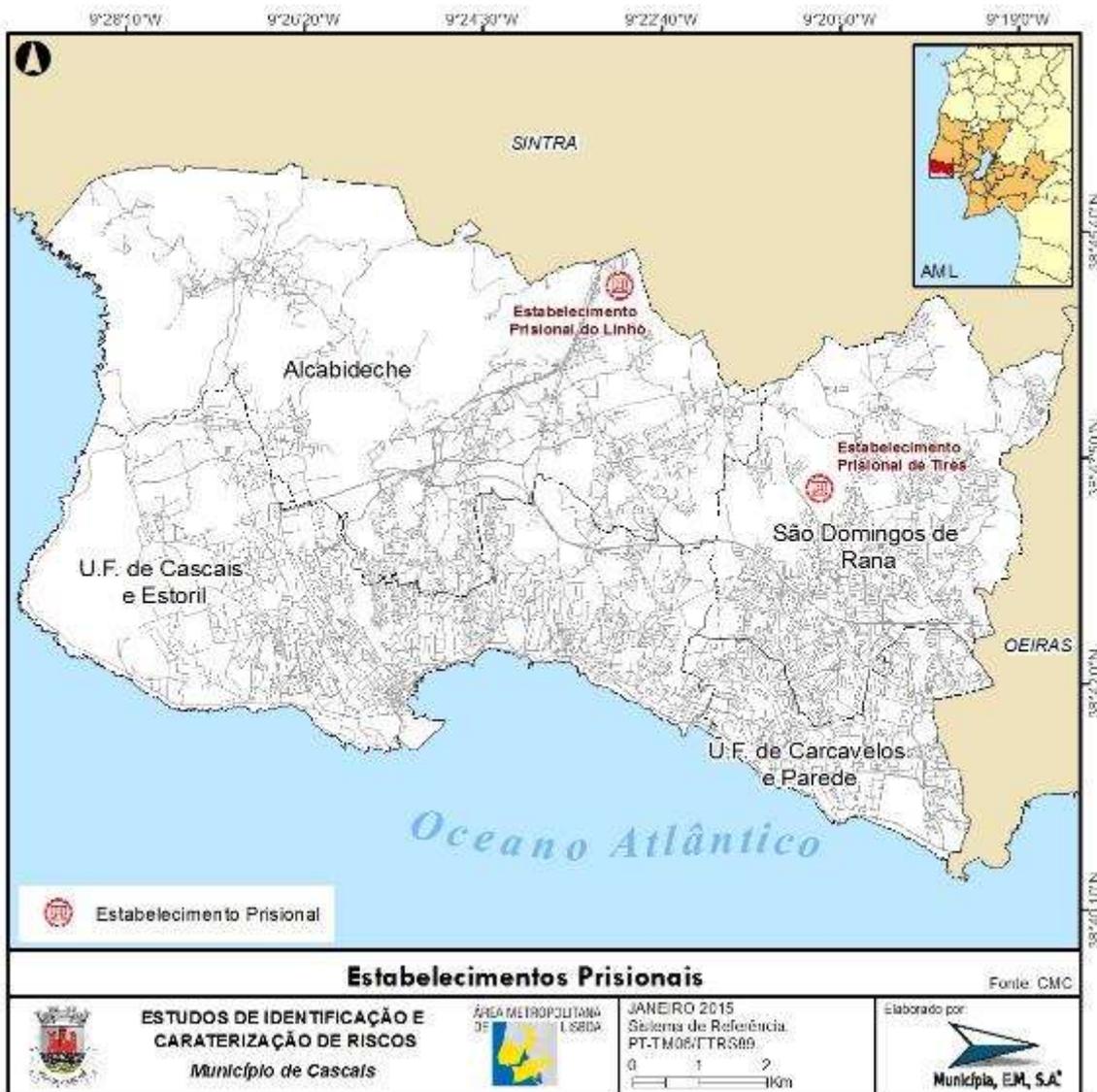
	Hotel Pestana Cascais
	Hotel Praia Mar
	Hotel Quinta da Marinha
	Hotel S. Julião
	Hotel S. Mamede
	Hotel Sabóia
	Hotel Smart
	Hotel Vila Galé Estoril
	Onyria Marinha Edition Hotel & Thalasso
	Pousada Cascais
	Riviera Hotel Carcavelos
	SANA Estoril Style Concept Hotel
	Senhora da Guia, Cascais Boutique Hotel
	The Oitavos Hotel
Hotel-apartamento	Estoril Eden Hotel Apartamentos Suite Hotel
	Hotel Apartamento Clube do Lago
	Hotel Apartamento Equador
	Hotel Apartamento Vila Galé Cascais
	Vivamarinha Hotel Apartamentos
Parque de Campismo	Parque Campismo Orbitur Guincho
Pensão	Pensão Maryluz
Turismo de Habitação	Casa da Pérgola

Quadro 25 - Unidades de Alojamento

Versão Consulta Pública (não reservado)

4.6.3. Instalações Militares e Estabelecimentos Prisionais

As antigas instalações militares da Fortaleza da Unidade Antiaérea, Zona de Treino da Armada e o Quartel Militar do Regimento de Artilharia de Costa foram reconvertidas com novas utilizações, merecendo destaque a Pousada de Cascais e o futuro Museu Militar de Artilharia de Costa. No Mapa 34 constam os dois estabelecimentos prisionais existentes no concelho, nomeadamente o Estabelecimento Prisional do Linhó, na freguesia de Alcabideche, e o Estabelecimento Prisional de Tires, localizado na freguesia de São Domingos de Rana.



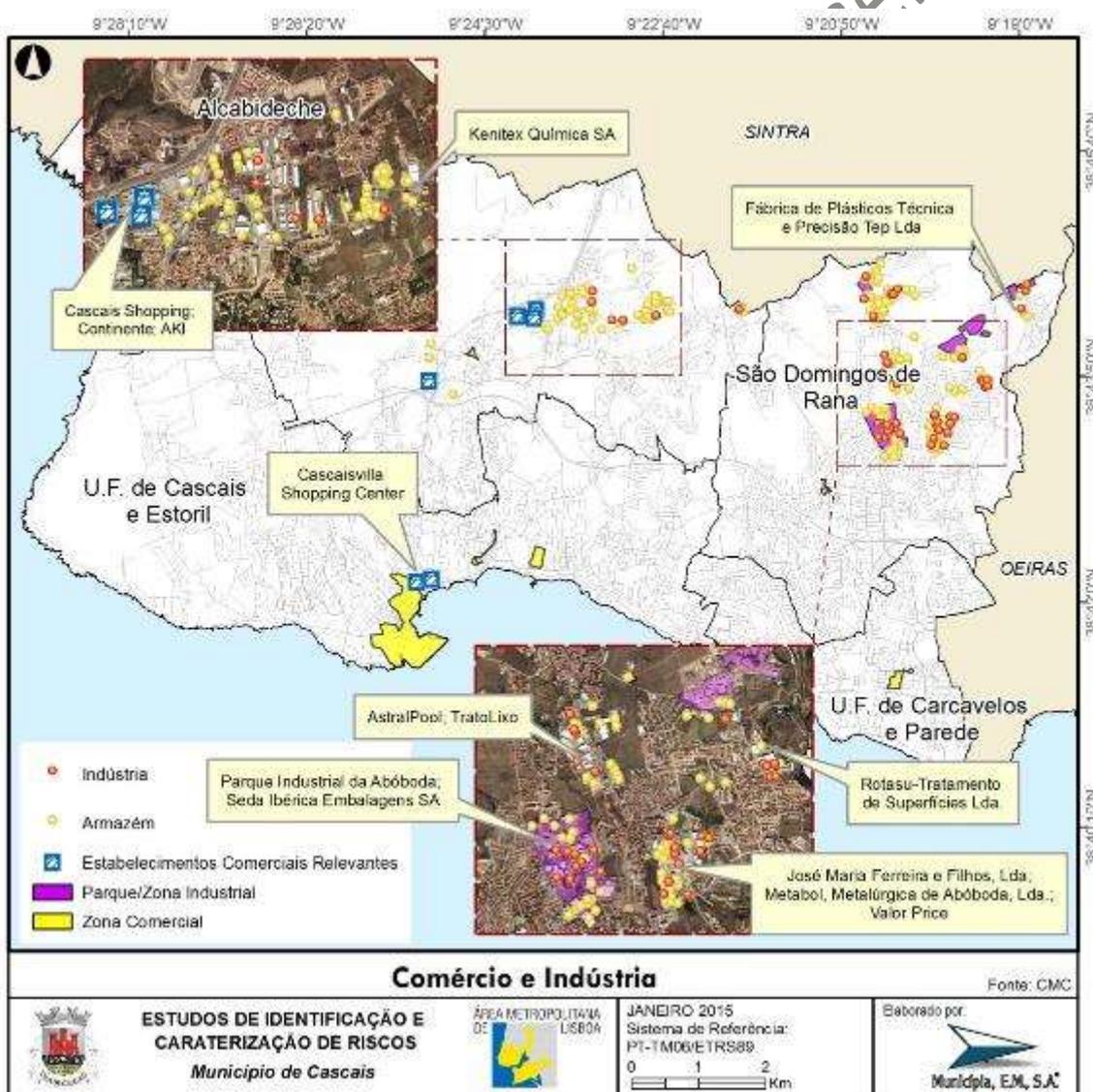
Mapa 34 - Estabelecimentos Prisionais

4.6.4. Comércio e Indústria

No Mapa 35 identificam-se os armazéns, estabelecimentos industriais e estabelecimentos comerciais. Ao nível industrial e do armazenamento salientam-se as freguesias de Alcabideche e de São Domingos de Rana, onde se concentram as maiores zonas/parques industriais. Destacam-se pelo tipo de atividade e substâncias movimentadas, a Kenitex Química SA (Tintas), Fábrica de Plásticos Técnica e Precisão Tep Lda., Seda Ibérica Embalagens SA, AstralPool (Produtos Químicos), Rotasu-Tratamento de Superfícies Lda. e ainda a TratoLixo (tratamento de resíduos sólidos) e a Valor Price (valorização de recicláveis).

De acordo com a informação disponibilizada pela CMC relativa aos armazéns, estabelecimentos industriais e comerciais, verificavam-se em maior número (em 2009), os estabelecimentos relacionados com o comércio e reparação de automóveis, mobiliário e materiais de construção.

A nível comercial salientam-se ainda pela sua dimensão e concentração populacional o Cascais Shopping, o Cascaisvilla Shopping Center, o Continente, o Jumbo, o AKI e a Decathlon.



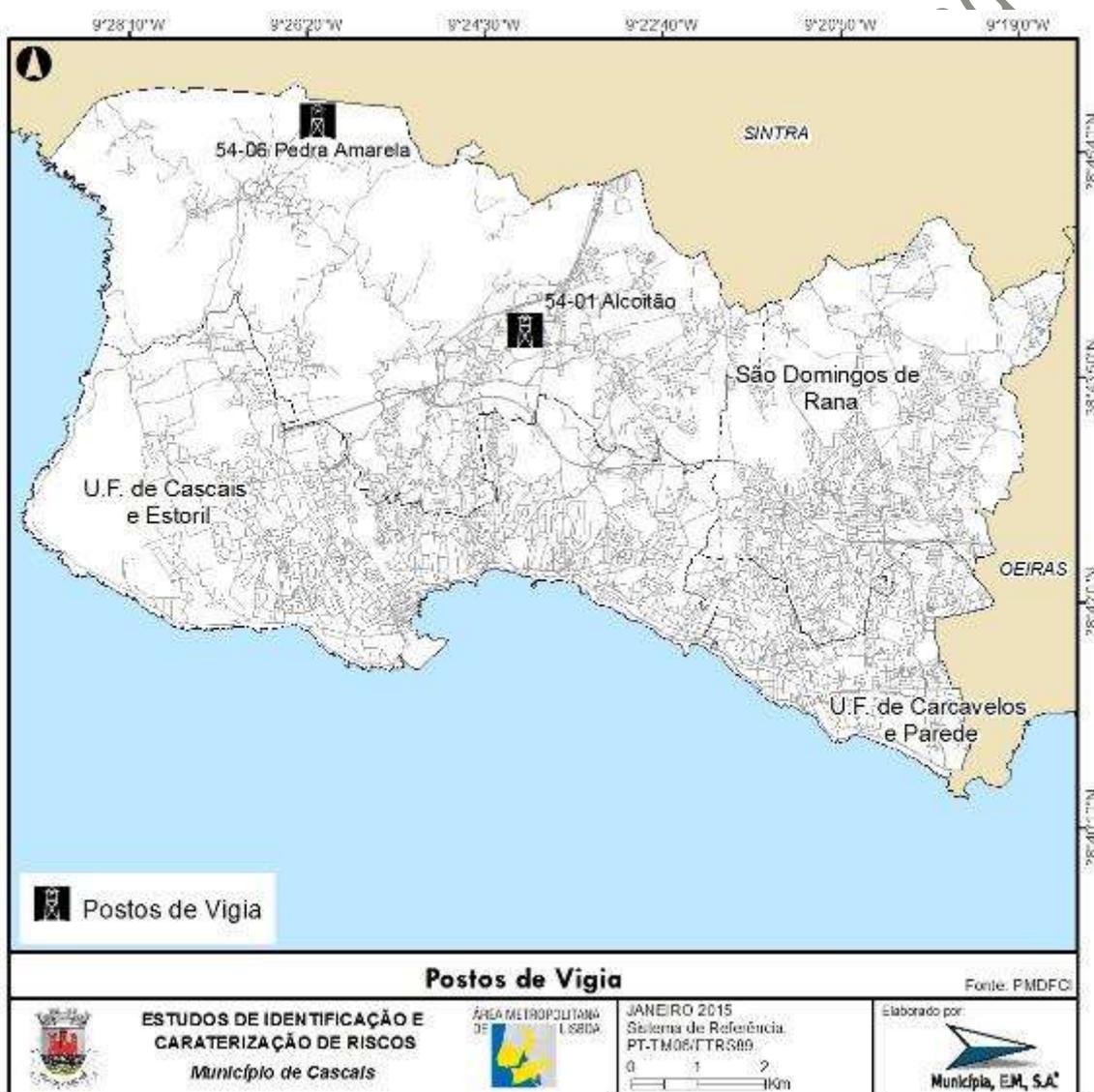
Mapa 35 - Comércio e Indústria

4.6.5. Barragens

A Barragem do Rio da Mula é única barragem existente no concelho, tendo sido construída pela Câmara Municipal de Cascais em 1969, com o objetivo de abastecimento de água ao Concelho. Localiza-se na vertente sul da Serra de Sintra (Mapa 6), tendo como linha de água o Rio da Mula compreendido na Bacia da Ribeira das Vinhas e que desagua na Baía de Cascais. Apresenta um muro de suporte de 18m de altura e 192m de largura, tem uma área inundada de 45000m² e capacidade de armazenar 230000m³ de água.

4.6.6. Postos de Vigia

No concelho de Cascais, existem dois postos de vigia: Pedra Amarela e Alcoitão. Adicionalmente, verifica-se que os postos de vigia de Mafra e Cabeço de Montachique que se encontram fora do concelho, influenciam as bacias de visão.



Mapa 36 - Postos de Vigia

4.6.7. Pontos de Água de Apoio ao Combate a Incêndios

A rede de pontos de água de apoio ao combate a incêndios florestais do concelho de Cascais é composta por 13 locais (Mapa 37).



Mapa 37 - Pontos de Água de Apoio ao Combate a Incêndios Florestais

5. Caracterização do Risco

5.1. Análise de Risco

A matriz de análise do risco foi realizada de acordo com os procedimentos metodológicos vertidos no Guia para a Caracterização de Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil (ANPC, 2009). Neste contexto, o risco é classificado pela interseção entre a probabilidade de ocorrência do evento perigoso e o grau de gravidade dos danos potenciais que o mesmo pode produzir.

O Quadro 26 e o Quadro 27 representam, respetivamente, os descritores das classes de probabilidade e de gravidade utilizadas neste Plano. A classificação do Risco, a partir do cruzamento entre a probabilidade e a gravidade, foi efetuada de acordo com a matriz proposta pela ANPC no Caderno Técnico n.º3 (2009).

Refira-se que, na construção da matriz, se considerou, para cada categoria de risco, a possibilidade de ocorrência de eventos com a máxima severidade plausível. Adicionalmente, na caracterização global da gravidade de cada risco foi atribuída uma ponderação duas vezes superior aos impactos na população, por comparação com os admitidos para o ambiente e para a socioeconómica.

Probabilidade	Descrição
Elevada	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; E/ou nível elevado de incidentes registados; E/ou fortes evidências; E/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; E/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.
Média-Alta	Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; E/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada cinco anos. Pode ocorrer uma vez em períodos de 5-10 anos.
Média	Poderá ocorrer em algum momento; E/ou com uma periodicidade incerta, aleatória e com fracas razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 20 anos. Pode ocorrer uma vez em períodos de 20-50 anos.
Média-Baixa	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; Pode ocorrer uma vez em cada 100 anos.
Baixa	Poderá ocorrer apenas em circunstâncias excecionais. Pode ocorrer uma vez em cada 500 anos ou mais.

Quadro 26 - Grau de Probabilidade

Classificação	Impacto	Descrição
Residual	População	Não há feridos nem vítimas mortais. Não há mudança/retirada de pessoas ou apenas de um número restrito, por um período curto (até 12 horas). Pouco ou nenhum pessoal de apoio necessário (não há suporte ao nível monetário nem material). Danos sem significado.
	Ambiente	Não há impacto no ambiente.

	Socioeconomia	Não há ou há um nível reduzido de constrangimentos na comunidade Não há perda financeira.
Reduzida	População	Pequeno número de feridos mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações e retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas. Algum pessoal de apoio e reforço necessário. Alguns danos.
	Ambiente	Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros.
	Socioeconomia	Disrupção (inferior a 24 horas). Alguma perda financeira.
Moderada	População	Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos.
	Ambiente	Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros.
	Socioeconomia	Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Alguma perda financeira.
Acentuada	População	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos.
	Ambiente	Alguns impactes com efeitos a longo prazo.
	Socioeconomia	Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda significativa e assistência financeira necessária.
Crítica	População	Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma duração longa. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário.
	Ambiente	Impacte ambiental significativo e ou danos permanentes.
	Socioeconomia	A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo.

Quadro 27 - Grau de Gravidade

Probabilidade elevada	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo	Risco extremo
Probabilidade média-alta	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco elevado	Risco extremo
Probabilidade média	Risco baixo	Risco moderado	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo
Probabilidade média-baixa	Risco baixo	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo
Probabilidade baixa	Risco baixo	Risco baixo	Risco moderado	Risco moderado	Risco elevado
	Gravidade residual	Gravidade reduzida	Gravidade moderada	Gravidade acentuada	Gravidade Crítica

Figura 8 - Matriz de Risco

Versão Consulta Pública (não res)

5.1.1. Nevões

Definição

De acordo com Julião et al., (2009) os nevões correspondem à “precipitação sob a forma de neve, em volume significativo, de modo a permitir a sua acumulação e permanência na superfície terrestre. Por efeito de compactação poderá originar a formação de gelo. As suas consequências, relativamente aos riscos associados, têm efeitos significativos ao nível da circulação rodoviária, atividade aeroportuária, isolamento de populações e na agricultura e pecuária”.

Dados Utilizados

Os dados utilizados para a análise dos nevões foram extraídos da publicação “O clima de Portugal” do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG), que contém as normais climatológicas datadas num período variado, entre 1961 a 1990.

Metodologia

Através da Figura 9 constata-se que a relação entre o número de dias com neve e a altitude é bastante elevada ($R^2=92\%$), significando que a altitude explica quase na totalidade a probabilidade de ocorrência de nevões, pelo que, à medida que a altitude aumenta, o número de dias com neve aumenta também.

Através do cruzamento entre o modelo de altitudes com a equação dada pela relação dos registos, obteve-se a suscetibilidade à ocorrência de nevões.

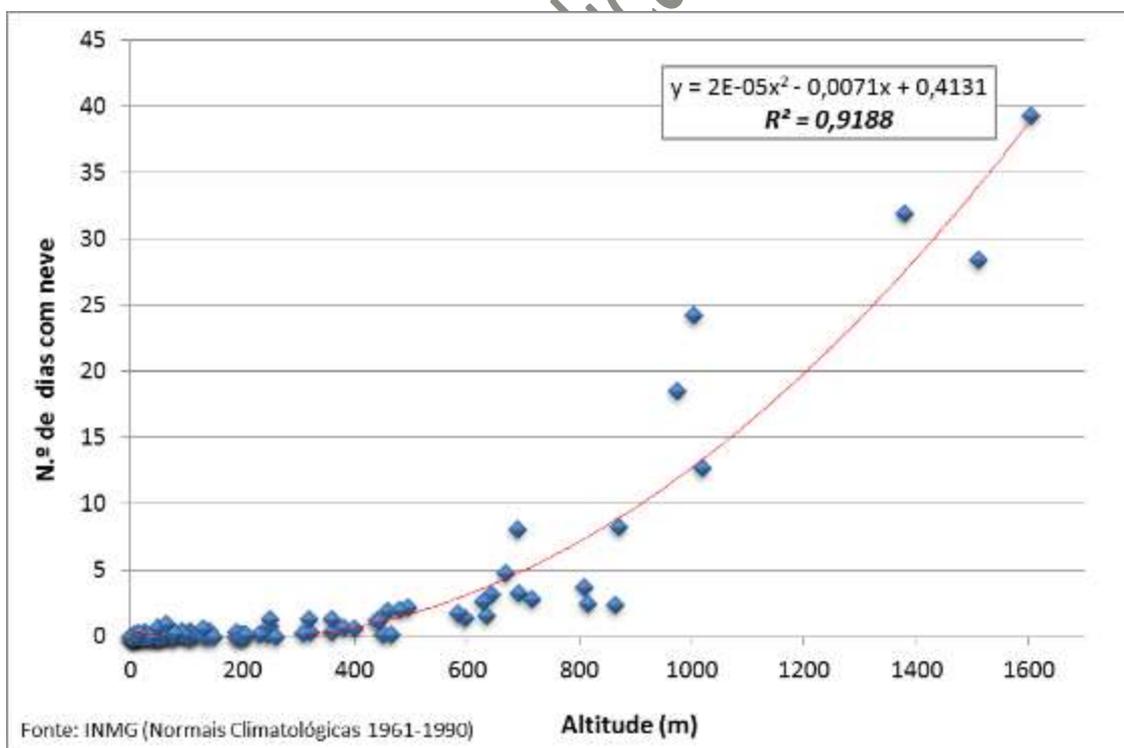


Figura 9 - Relação entre o número de dias com neve e a altitude (m)

Análise

A aplicação da metodologia descrita anteriormente permite constatar que o município de Cascais tem uma suscetibilidade à ocorrência de nevões considerada baixa em todo o seu território, como se verifica no Mapa 38.



Mapa 38 - Suscetibilidade à ocorrência de nevões

Uma vez que a partir das normais climatológicas (1961 a 1990) só se identificou uma estação no município de Cascais – a estação do Estoril – recolheram-se também os registos do número de dias com neve das estações mais próximas e com maior influência para o concelho. Utilizaram-se, então, para além da estação do Estoril, as estações climatológicas do Cabo da Roca, Colares/Sarrazola, Sassoeiros/Oeiras, Sintra/Granja/Base e Sintra/Vila.

Verifica-se no Quadro 28 que apenas a estação do Estoril registou dias com neve (0,1) reforçando a baixa suscetibilidade à ocorrência de nevões obtida para o concelho de Cascais.

Estações Climatológicas	Período	Concelho	Altitude (m)	Nº de dias com neve
Cabo da Roca	1961 - 1990	Sintra	142	0
Colares/Sarrazola	1966 - 1990	Sintra	55	0
Estoril	1979 - 1990	Cascais	20	0,1
Sassoeiros/Oeiras	1961 - 1990	Oeiras	50	0
Sintra/Granja/Base	1961 - 1990	Sintra	134	0
Sintra/Vila	1961 - 1982	Sintra	200	0

Quadro 28 - Número de dias com neve por estação climatológica

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de nevões no concelho de Cascais considera-se “média-baixa”, uma vez que se verificou apenas um episódio no período analisado.

Dados Utilizados

A gravidade associada à população, ambiente e socioeconomia é “residual” por não haver registo de feridos nem vítimas mortais, não se prever qualquer impacto no ambiente e pelos constrangimentos na comunidade serem muito reduzidos ou mesmo inexistentes, não causando perda financeira.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos nevões como “Baixo”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Nevões	Média-baixa	Residual	Residual	Residual	Residual	Baixo

5.1.2. Ondas de Calor

Definição

Segundo Julião et al., (2009) “uma onda de calor corresponde a um período de tempo de pelo menos 6 dias em que a temperatura máxima diária é superior em 5°C ao valor médio das temperaturas máximas do período de referência (OMM). Os impactos nocivos das ondas de calor relacionam-se sobretudo com o conforto e saúde das populações, revelando-se mais evidentes na população idosa e nas faixas etárias mais jovens.

Dados Utilizados

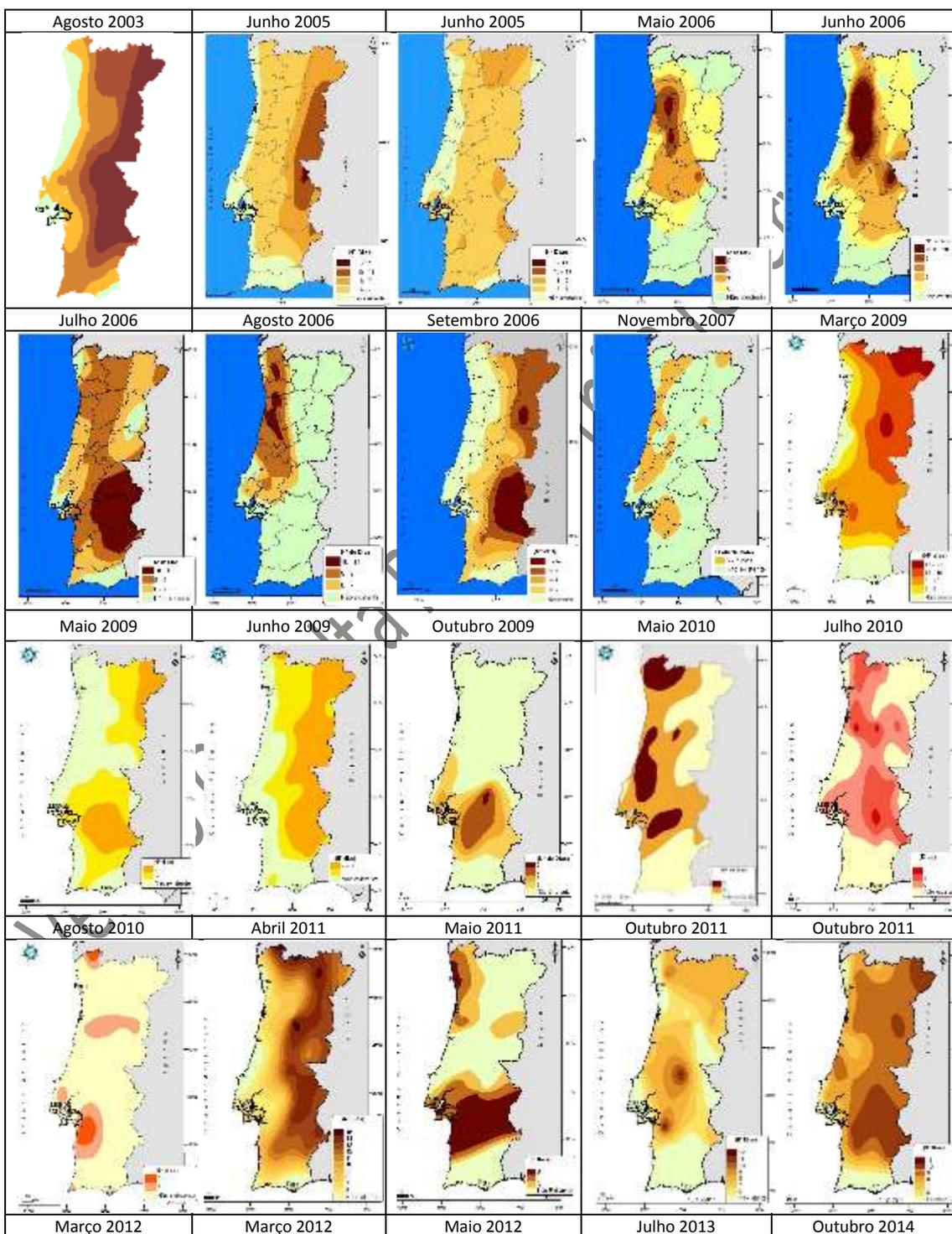
A informação utilizada para a análise das ondas de calor no concelho de Cascais encontra-se nos Boletins Climatológicos disponibilizados pelo IPMA, referentes ao período entre 2003 e 2014.

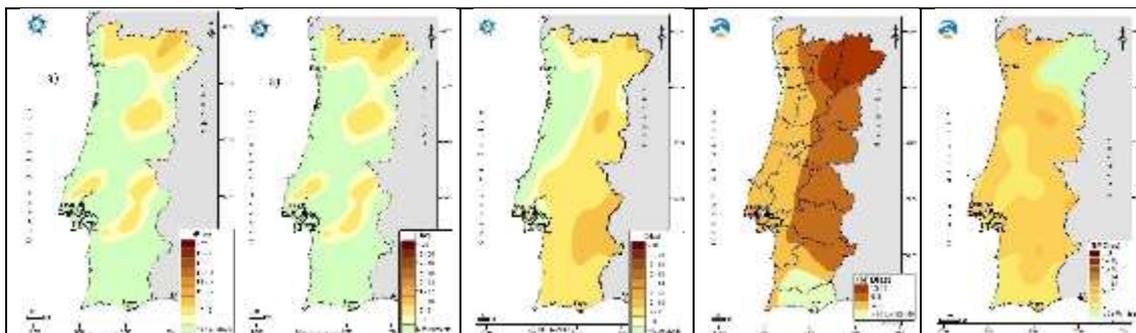
Metodologia

A análise do perigo de ondas de calor baseou-se no cruzamento dos mapas referentes ao número de dias de onda de calor disponibilizados nos Boletins Climatológicos do IPMA, com o limite do território de Cascais, elaborando-se a contabilização e frequência das mesmas.

Análise

No Quadro 29 representa-se o número de dias de onda de calor entre 2003 e 2014, de acordo com os boletins climatológicos do IPMA, sobrepostos com os limites administrativos da área de estudo.





Quadro 29 - Distribuição espacial das ondas de calor que afetaram o Continente entre 2003 e 2014

Através do Quadro 30 observa-se que quando ocorreram ondas de calor em Portugal continental, o município de Cascais não foi afetado em 60% dos casos. Por outro lado, quando foi afetado, as ondas de calor duraram maioritariamente entre 6 e 7 dias (32%) e apenas 4% das ocorrências duraram entre 8 e 12 dias.

Concelho	Número de dias (%)		
	0 a 5	6 a 7	8 a 12
Cascais	64	32	4

Quadro 30 - Percentagem do número de dias de ondas de calor que afetaram o município

Versão Consulta Pública (não revisto)

A partir da análise anterior, constata-se que a suscetibilidade à ocorrência de ondas de calor é baixa em todo o concelho de Cascais (Mapa 39), considerando-se porém que o interior do concelho apresenta maior propensão a este fenómeno, por oposição à faixa litoral que sofre uma amenização das temperaturas pela proximidade ao oceano.



Mapa 39 - Suscetibilidade à ocorrência de Ondas de Calor

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência a ondas de calor no concelho de Cascais considera-se “média-baixa”, visto que podem ocorrer em qualquer momento, com uma periodicidade incerta.

Danos

A gravidade associada à população é “moderada”, os danos no ambiente consideram-se “reduzidos” por produzirem um pequeno impacte sem efeitos duradoiros, considerando-se o mesmo grau de gravidade para a socioeconómica.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado às ondas de calor como “Baixo”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Onda de Calor	Média-baixa	Moderado	Reduzido	Reduzido	Reduzido	Baixo

5.1.3. Ondas de Frio

Definição

De acordo com Julião et al., (2009), uma vaga de frio “corresponde a um período de tempo de pelo menos 6 dias em que a temperatura mínima diária é inferior em 5°C ao valor médio das temperaturas mínimas do período de referência”.

Dados Utilizados

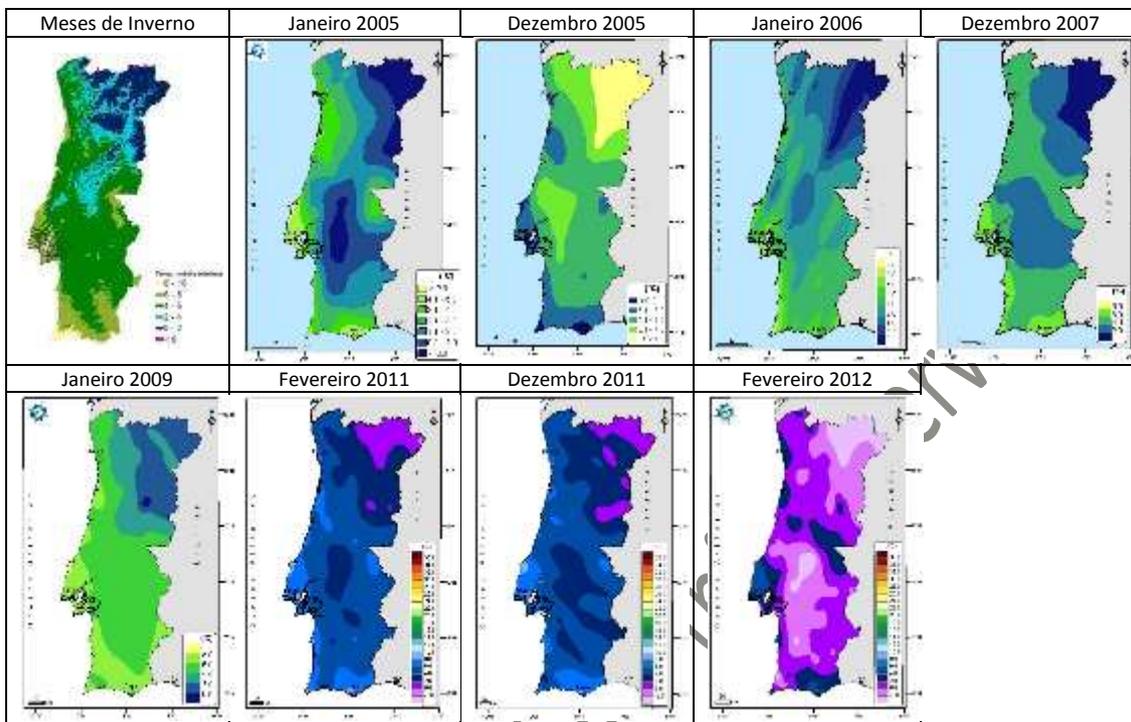
A informação utilizada para a análise das ondas de frio no concelho de Cascais consta nos Boletins Climatológicos disponibilizados pelo IPMA, referentes ao período entre 2003 e 2014.

Metodologia

A metodologia adotada baseou-se na confrontação dos mapas relativos às médias das temperaturas mínimas do ar disponibilizados nos Boletins Climatológicos do IPMA, com o limite do território de Cascais. A contabilização da frequência destes registos permitiu observar, de uma forma geral, quais as temperaturas mínimas que afetam o município nos meses em que ocorreram ondas de frio.

Análise

No Quadro 31 representam-se as médias das temperaturas mínimas registadas entre 2003 e 2014 de acordo com os Boletins Climatológicos do IPMA, sobrepostas com os limites administrativos da área de estudo.



Quadro 31 - Distribuição espacial das médias das temperaturas mínimas em meses de vagas de frio entre 2003 e 2014

Através do Quadro 32 observa-se que quando se verificaram ondas de frio em Portugal continental, o município de Cascais foi afetado principalmente com temperaturas médias mínimas superiores a 6°C (56%) e entre 4 e 6°C (33%). Registaram-se ainda temperaturas médias mínimas entre os 2 e 4°C (11%), não se tendo verificado valores médios mínimos abaixo dos 2°C.

Concelho	Frequência da temperatura média mínima do ar (%)					
	<-2	-2 a 0	0 a 2	2 a 4	4 a 6	>6
Cascais	0	0	0	11	33	56

Quadro 32 - Percentagem da frequência das classes das temperaturas mínimas que afetaram o município

A partir da análise anterior, constata-se que a suscetibilidade à ocorrência de ondas de frio é baixa em todo o concelho de Cascais (Mapa 40), considerando-se porém que na faixa litoral a suscetibilidade a este fenómeno é menor pela influência do oceano.



Mapa 40 - Suscetibilidade à ocorrência de Ondas de Frio

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência a ondas de frio no concelho de Cascais considera-se “média-baixa”, visto que podem ocorrer em qualquer momento, com uma periodicidade incerta.

Danos

A gravidade associada à população é “reduzida”, não se conhecendo com precisão o número de mortes por consequência direta da onda de frio, uma vez que as causas se confundem habitualmente com outros motivos, como gripes e doenças crónicas.

Os danos no ambiente consideram-se “reduzidos” por produzirem um pequeno impacte sem efeitos duradoiros, considerando-se que o grau de gravidade para a socioeconomia é “residual”, pelos constrangimentos na comunidade serem muito reduzidos ou mesmo inexistentes, não causando perda financeira.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado às ondas de frio como “Baixo”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Ondas de frio	Média-baixa	Reduzido	Reduzido	Residual	Reduzido	Baixo

5.1.4. Secas

Definição

Segundo Julião et al., (2009), “a seca (meteorológica) consiste num período de tempo seco anormal, suficientemente longo, devido à ausência ou escassez de precipitação, a qual causa um sério desequilíbrio hidrológico. Este desequilíbrio manifesta-se na considerável diminuição das reservas hídricas, como a redução significativa do caudal dos rios, do nível das albufeiras e lagos e da drástica diminuição da quantidade de água no solo e nos aquíferos (seca hidrológica)”.

Dados Utilizados

Para a análise dos episódios de seca foram utilizados os Boletins Climatológicos disponibilizados pelo IPMA, referentes ao período entre novembro de 2004 a outubro de 2014, nos quais se registaram episódios de seca severa e/ou extrema em Portugal Continental.

Metodologia

A metodologia utilizada teve por base o índice meteorológico de seca Palmer Drought Severity Index (PDSI), disponibilizado nos boletins climatológicos do IPMA. Este índice baseia-se no conceito do balanço da água, tendo em conta dados relativos à quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo, permitindo caracterizar e classificar os períodos de seca em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).

Análise

O cruzamento dos mapas relativos à distribuição espacial do índice de seca meteorológica (PDSI) disponibilizados nos Boletins Climatológicos, que se referem ao apuramento obtido no final de cada mês, permite concluir que no período analisado as secas são “fracas” em todo o território do concelho (Mapa 41).



Mapa 41 - Intensidade de Secas

O registo de falhas de abastecimento de água no concelho de Cascais encontra-se relacionado com intervenções programadas e não programadas na rede, não existindo dificuldades de abastecimento registadas, tendo em consideração que a água adquirida à EPAL representa 88%.

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de secas meteorológicas considera-se “média-baixa”.

Danos

A gravidade associada à população é “residual”, por não haver registo de feridos nem vítimas mortais.

Em relação ao ambiente considera-se que os danos são “reduzidos”, visto que os impactes não devem produzir efeitos duradouros.

Os danos socioeconómicos estão essencialmente associados à falta de precipitação, situação que afeta em particular os setores agrícola e pecuário, bem como as reservas hídricas, traduzindo-se em quebras de produtividade e no agravamento dos custos com operações de rega e em alguns casos do abastecimento humano, classificando-se por isso de “moderada”.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado às secas como “Baixo”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Secas	Média-baixa					Baixo
		Residual	Reduzido	Moderado	Reduzido	

5.1.5. Cheias e Inundações

Definição

De acordo com Julião et al., (2009) “as inundações são um fenómeno hidrológico extremo, de frequência variável, natural ou induzido pela ação humana, que consiste na submersão de terrenos usualmente emersos. As inundações englobam as cheias (transbordo de um curso de água relativamente ao seu leito ordinário, que podem ser rápidas ou lentas), a subida da toalha freática acima da superfície topográfica e as devidas à sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais dos aglomerados urbanos. As inundações são devidas a precipitações abundantes ao longo de vários dias ou semanas (cheias lentas e subidas da toalha freática) e a precipitações intensas durante várias horas ou minutos (cheias rápidas e sobrecarga dos sistemas de drenagem artificiais)”

O Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, considera ainda que “ «zonas ameaçadas pelas cheias» ou «zonas inundáveis» são as áreas suscetíveis de inundação por transbordo de água do leito dos cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados”.

Dados Utilizados

A informação utilizada para o cálculo da perigosidade de cheias no concelho de Cascais foi a seguinte:

- Planimetria, curvas de nível e pontos cotados da cartografia à escala 1:1000, de 2010 cedidos pela CMC;
- Caudais de ponta para o período de retorno de 100 anos nas seções necessárias ao estudo hidráulico, retirados do relatório “Elaboração da carta de áreas inundadas do concelho de Cascais para o período de retorno de 100 anos”, elaborado pela Hidroprojecto, em 25 de Janeiro de 2010;
- Esquema e localização das PHs disponíveis no anexo I do relatório “Atualização da carta de áreas inundáveis do concelho de Cascais para o período de retorno de 100 anos” de setembro de 2012 disponibilizado no site da CMC.

Metodologia

A metodologia adotada para elaboração da cartografia de perigosidade das áreas inundáveis, para o período de retorno de 100 anos, foi a seguinte:

- Caracterização hidrológica do regime de cheias usando os caudais determinados pela Hidroprojecto no relatório “Elaboração da carta de áreas inundadas do concelho de Cascais para o período de retorno de 100 anos” de 2010;
- Estimativa das áreas inundáveis, da profundidade e da velocidade das inundações, para o período de retorno de 100 anos, em cada ribeira selecionada para análise, com recurso ao software HEC-RAS e HEC-GeoRAS.
- Cálculo da Perigosidade.

Importa referir que na modelação efetuada não foi analisada a componente de material sólido (isto é, considera-se que as secções da rede hidrográfica, constante da cartografia se encontram desobstruídas) nem são consideradas possibilidades de rutura de confinamentos laterais, passagens hidráulicas, etc. (com a consequente alteração da capacidade de vazão do leito em que se inserem).

Para as zonas com ocupação edificada (dotadas de redes de drenagem pluvial, em que as bacias drenantes não coincidem com a delimitação das bacias efetuada com base na informação topográfica) e/ou em zonas em que existem infraestruturas que poderão funcionar como zonas preferenciais de escoamento (derivação e drenagem de caudais, que transbordam do curso de água, para outros locais fora da rede hidrográfica), os resultados obtidos devem ser encarados como aproximações, podendo não reproduzir o fenómeno real.

Para uma modelação mais próxima da realidade, nas ribeiras estudadas deverá ter-se em conta nos modelos hidráulicos todas as passagens hidráulicas existentes, canais artificiais, muros de contenção assim como ter a hidrografia em 3D, elementos que neste trabalho não foram considerados.

A execução dos processos anteriormente descritos produziu dois temas relativos à profundidade (m) e à velocidade do escoamento superficial (m/s) para o período de retorno de 100 anos. Para o cálculo da perigosidade de cada bacia foi utilizada uma adaptação da metodologia proposta por Wallingford et al (2006):

$$P = pT_{100} \times (vT_{100} + 0,5)$$

Onde:

p – profundidade (m)

v – velocidade do escoamento superficial (m/s)

A perigosidade foi classificada de acordo com as classes que constam no quadro seguinte:

Perigosidade	Descrição
< 0,75	Muito Baixa
0,75 - 1,25	Baixa
1,25 - 2,5	Média
2,5 - 7	Alta
> 7	Muito Alta

Análise

De acordo com o relatório da revisão do Plano Diretor de Cascais referente à Reserva Ecológica Nacional (Volume I - Delimitação) (Teixeira, 2014), Cascais tem um historial de cheias rápidas e consequentes inundações:

- A 26 de novembro de 1967 e devido a elevadas precipitações num curto espaço de tempo originaram cheias rápidas em diversas áreas do concelho;
- Em 19 de novembro de 1983, a baixa de Cascais foi fortemente afetada, com elevados danos materiais e vítimas mortais;
- Episódios semelhantes ocorreram novamente em 2008, embora com consequências menos graves.

No Quadro 33 estão indicadas algumas das características das 16 bacias hidrográficas analisadas para Cascais, estas características referem-se apenas às partes das bacias que se encontram no interior do concelho de Cascais visto haver algumas das bacias hidrográficas que tem uma parte fora do concelho.

Em termos de área, pode constatar-se que a maior bacia hidrográfica é a da Ribeira das Vinhas com 14.83 Km², segue-se a Ribeira da Foz do Guincho com 9.9 Km², a Ribeira das Marianas com 9.23 Km², a Ribeira de Manique com 8.95 Km² e a Ribeira de Sassoeiros com 6.21 Km².

A maior densidade de drenagem é de 3.05 Km/ Km² na Ribeira do "Arneiro" (afluente da Ribeira da Laje), a Ribeira das Vinhas tem o valor de 2.61 Km/ Km² e a menor densidade de drenagem regista-se na Ribeira dos Mochos com o valor de 0.81 Km/ Km².

Algumas das bacias têm a cota máxima próxima dos 500 m visto nascerem junto à Serra de Sintra e a maior parte das bacias hidrográficas desagua no mar tendo assim como cota mínima 0 m.

Bacia	Perímetro	Área	Densidade de Drenagem	Comprimento total linhas água	Cota máxima da bacia	Cota mínima da bacia	Altura média da bacia
	Km	Km ²	Km/Km ²	Km	m	m	m
Ribeira do Assobio	4.34	0.45	2.44	1.1	465	0	221.89
Ribeira de Grotá	5.69	1.06	3.02	3.2	464	0	211.62
Ribeira de Praia	3.26	0.32	3.00	0.96	189	0	98.66
Ribeira do Arneiro	8.98	2.3	2.75	6.33	456	0	146.73
Ribeira da Foz do Guincho	18.43	9.9	2.43	24.1	459	0	151.24
Ribeira dos Mochos	15.52	5.52	0.81	4.49	118	0	58.5
Ribeira das Vinhas	29.68	14.83	2.61	38.71	407	0	108.71
Ribeira de Castelhana	11.45	2.02	1.92	3.87	127	0	76.56
Ribeira de Cadaveira	14.42	2.91	1.96	5.7	154	0	85.01
Ribeira de Bicesse	21.39	5.54	1.86	10.33	156	0	89.73
Ribeira de Manique	19.18	8.95	2.15	19.27	150	0	79.74
Ribeira das Marianas	19.88	9.23	1.53	14.1	148	0	76.64
Ribeira de Sassoeiros	20.95	6.21	2.01	12.51	154	0	83.38
Ribeira da Laje	7.51	2.3	1.55	3.56	157	49	109.75
Ribeira da Polima	7.25	1.95	1.64	3.2	123	51	95.55
Ribeira do "Arneiro" (afluente laje)	3.65	0.41	3.05	1.25	120	48	83.82

Quadro 33 - Principais características fisiográficas das bacias hidrográficas

Observando o Quadro 34 verifica-se que o declive médio das bacias oscila entre os 32.8 e 5.75%. Os cursos de água mais longos são a Ribeira das Vinhas com 9.83 Km, a Ribeira de Manique com 9.57 Km, a Ribeira de Sassoeiros com 8.76 Km, a Ribeira das Marianas com 7.8km, a Ribeira de Bicesse com 6.42 Km e a Ribeira da Foz do Guincho com 6.4 Km.

A nível do caudal de ponta na foz para o período de retorno de 100 anos, a Ribeira da Laje é a que tem o maior caudal com 161.9 m³/s, seguida da Ribeira das Vinhas com 142.8 m³/s, Manique com 108.1 m³/s, Foz do Guincho com 69.8 m³/s, Marianas com 51.5 m³/s, Sassoeiros com 41.4 m³/s e Bicesse com 40.2 m³/s.

Bacia	Declive médio da bacia	Cota máxima do curso de água mais longo	Comprimento do curso de água mais longo	Caudal de Ponta na foz T=100 anos
	%	m	Km	m ³ /s
Ribeira do Assobio	32.8	217.73	1.1	2.2
Ribeira de Grotá	31.08	374.51	2.17	7.2
Ribeira de Praia	23.38	91.35	0.9	3.1
Ribeira do Arneiro	23.72	370	3.34	19.1
Ribeira da Foz do Guincho	19.52	302.97	6.4	69.8
Ribeira dos Mochos	6.9	67	5	38.8
Ribeira das Vinhas	16.91	336.17	9.83	142.8
Ribeira de Castelhana	14.37	91.11	3.09	14
Ribeira de Cadaveira	15.24	90.51	3.61	28.1
Ribeira de Bicesse	8.19	123.09	6.42	40.2
Ribeira de Manique	9.51	143.87	9.57	108.1
Ribeira das Marianas	5.75	117	7.8	51.5
Ribeira de Sassoeiros	6.04	151.26	8.76	41.4
Ribeira da Laje	17.06	66	1.49	161.9
Ribeira da Polima	8.13	96.76	1.37	16.1
Ribeira do "Arneiro" (afluente laje)	8.94	92.06	1	16.1

Quadro 34 - Características Fisiográficas adicionais das bacias hidrográficas

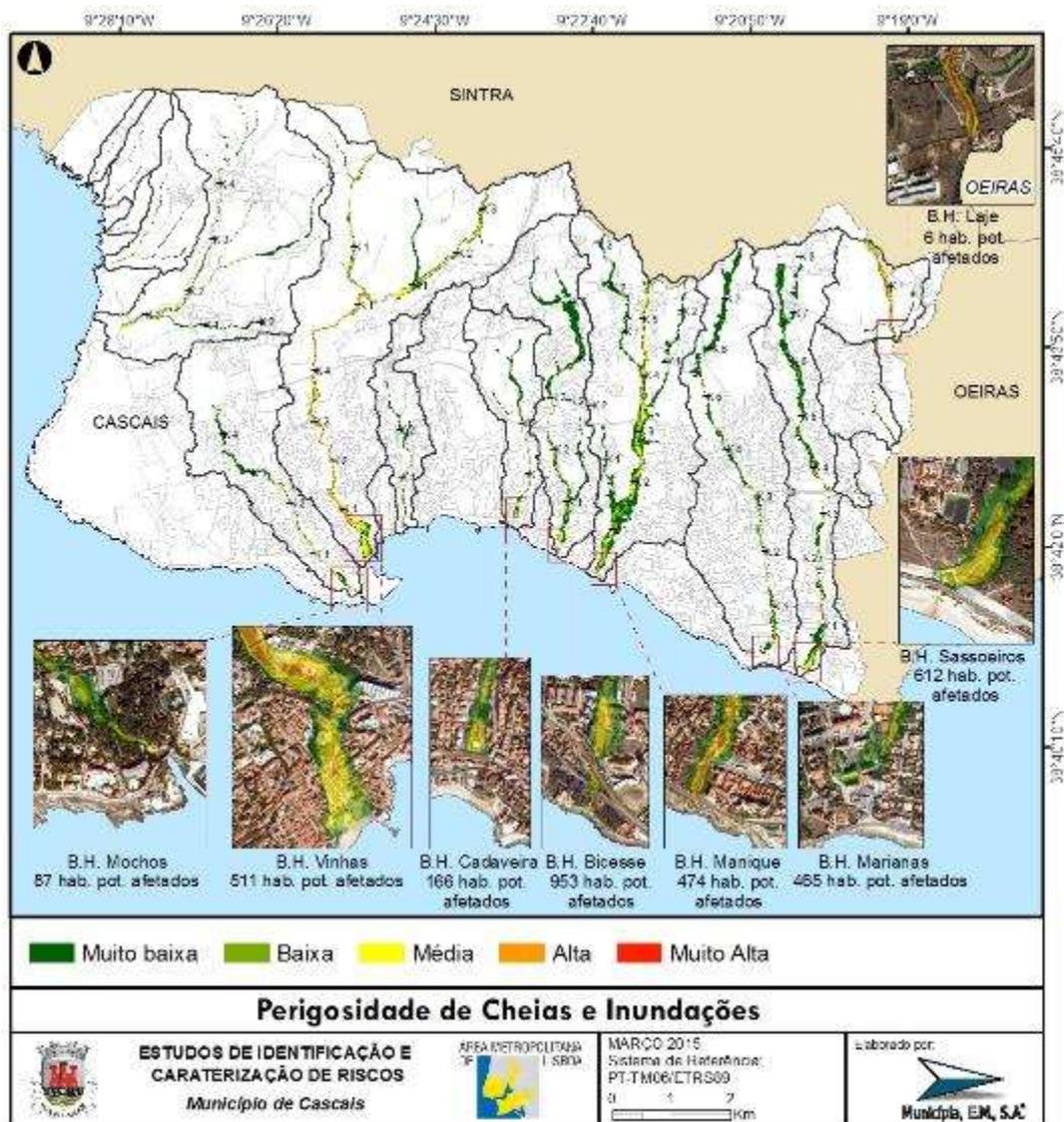
As Zonas Ameaçadas por Cheias totalizam 379.74 hectares, correspondentes a cerca de 3.90% da área total do concelho. Relativamente à perigosidade, verifica-se que para as bacias estudadas as classes de perigosidade alta e muito alta representam uma percentagem reduzida da extensão inundada com apenas 6,8%, ocupando a classe de perigosidade muito baixa a maioria da extensão inundada com cerca de 65%.

A Perigosidade Muito Alta tem o seu maior valor (0.36%) expresso na Ribeira da Laje, seguindo-se a Ribeira das Vinhas (0.09%). As restantes bacias hidrográficas têm os seus valores de perigosidade Muito Alta próximos de 0%. A Perigosidade Alta tem os valores mais elevados na bacia da Ribeira da Laje (1.51%), seguindo-se a bacia da Ribeira das Vinhas (1.28%) e a bacia da Ribeira de Manique (0.29%). A Perigosidade Média apresenta os seus valores mais elevados na bacia da Ribeira das Vinhas (1.28%) e na bacia da Ribeira de Manique (1.46%). A classe que se evidencia mais a seguir à classe de Perigosidade Nula é a Classe de Perigosidade Muito Baixa. Aqui a Bacia Hidrográfica da Ribeira de Bicesse é a que tem a maior percentagem de Classe de Perigosidade Muito Baixa (6.79%), seguida da Bacia da Ribeira de Manique (6.59%) e da Ribeira de Sassoeiros (6.53%).

Perigosidade Bacia Hidrográfica	Nula ou Não Aplicável		Muito baixa		Baixa		Média		Alta		Muito Alta	
	Área (Km ²)	%	Área (Km ²)	%	Área (Km ²)	%	Área (Km ²)	%	Área (Km ²)	%	Área (Km ²)	%
R. Arneiro	2.2499	97.85	0.0381	1.66	0.0053	0.23	0.0045	0.19	0.0016	0.07	-	-
R. Arneiro Afluente	0.4038	98.49	0.0039	0.94	0.0009	0.23	0.0011	0.28	0.0003	0.06	0.0000	0.01
R. Assobio	0.4404	98.93	0.0044	0.98	0.0003	0.07	0.0000	0.01	0.0000	0.00	-	-
R. Bicesse	5.0962	91.85	0.3765	6.79	0.0471	0.85	0.0242	0.44	0.0042	0.08	0.0000	0.00
R. Cadaveira	2.7970	96.07	0.0797	2.74	0.0186	0.64	0.0137	0.47	0.0024	0.08	0.0000	0.00
R. Castelhana	1.9502	96.75	0.0533	2.65	0.0080	0.40	0.0037	0.18	0.0005	0.02	-	-
R. Grotá	1.0489	98.84	0.0099	0.94	0.0015	0.14	0.0009	0.08	0.0000	0.00	-	-
R. Guincho	9.6150	97.13	0.1913	1.93	0.0367	0.37	0.0384	0.39	0.0173	0.18	0.0000	0.00
R. Laje	2.1881	95.00	0.0393	1.71	0.0116	0.50	0.0211	0.92	0.0347	1.51	0.0084	0.36
R. Manique	8.0420	89.87	0.5899	6.59	0.1600	1.79	0.1309	1.46	0.0256	0.29	0.0001	0.00
R. Marianas	8.8260	95.58	0.3354	3.63	0.0386	0.42	0.0276	0.30	0.0067	0.07	0.0001	0.00
R. Mochos	5.3598	97.07	0.1045	1.89	0.0258	0.47	0.0254	0.46	0.0059	0.11	-	-
R. Polima	1.9213	98.74	0.0161	0.83	0.0050	0.26	0.0035	0.18	0.0000	0.00	-	-
R. Praia	0.3193	99.06	0.0029	0.89	0.0001	0.05	0.0000	0.00	-	-	-	-
R. Sasseiros	5.6808	91.48	0.4053	6.53	0.0737	1.19	0.0410	0.66	0.0093	0.15	0.0000	0.00
R. Vinhas	14.1746	95.55	0.2151	1.45	0.1161	0.78	0.1893	1.28	0.1263	0.85	0.0135	0.09

Quadro 35 - Classe de perigosidade por bacias hidrográficas

No Mapa 42 podem-se observar as zonas ameaçadas por cheias segundo as classes de perigosidade. No mapa expressam-se também os PKs das ribeiras mais afetadas com a contagem quilométrica feita a partir da foz das mesmas.



Mapa 42 - Perigosidade de Cheias e Inundações

Na Ribeira da Foz do Guincho, começando de montante para jusante existe um troço crítico à passagem da Malveira da Serra. Outras zonas críticas situam-se nos troços que vão do Pk 3+320 ao Pk 3+230 em Alcorvim de Cima e desde o Pk 2+093 (foz da Ribeira de Alcorvim) até à foz da Ribeira da Foz do Guincho. Nesta bacia hidrográfica podem-se ainda identificar como troços críticos na Ribeira de Alcorvim a passagem por Alcorvim de Baixo e na Ribeira afluente que vem de Murches o troço do Pk 2+128 ao Pk 1+630, o troço do Pk 1+385 ao Pk 1+250, o Pk 0+360 e o Pk 0+250 junto à foz deste afluente.

Na Ribeira dos Mochos existem zonas críticas no troço entre o Pk 4+015 (Birre) e o Pk 3+000, no troço do Pk 2+675 (Pampilheira) ao Pk 2+250, na zona do Pk 1+790, na zona do Pk 1+570 e no troço entre o Pk 1+250 e o Pk 0+250 (junto ao hipódromo de Cascais).

Relativamente à bacia hidrográfica da Ribeira das Vinhas, no curso de água que vem da Quinta do Pisão há uma zona crítica desde o Pk 0+750 do curso de água até à confluência. Na Ribeira

da Penha Longa, no troço do Pk 2+085 ao Pk 1+465, na área junto ao Pk 0+960 e na confluência da Ribeira da Penha Longa com a Ribeira dos Marmeleiros e com o curso de água que vem de Pisão. Na Ribeira dos Marmeleiros identifica-se como troço crítico desde o Pk 1+110 ao Pk 0+750. Na Ribeira das Vinhas, identificam-se como troços críticos desde o Pk 4+280 ao Pk 4+122 a norte da Autoestrada A5, no Pk 3+840 na passagem por baixo da autoestrada A5, no troço do Pk 3+250 ao Pk 2+750 que passa na 3ª circular e se situa a nordeste de Cobre, na área junto ao Pk 1+750, no troço do Pk 1+500 ao Pk 1+310 e no troço desde o Pk 0+750 na zona do mercado de Cascais até à foz situada na Baía de Cascais.

Relativamente à bacia hidrográfica da Ribeira da Castelhana, identificam-se como troços críticos o Pk 2+750 (situado acima da Abuxarda e abaixo do nó da autoestrada A5), o troço desde o Pk 2+130 ao Pk 1+560, a zona do Pk 1+230 e a área próxima do Pk 0+350 na Zona do Parque de Palmela.

Na bacia hidrográfica da Ribeira da Cadaveira identificam-se as zonas críticas do Pk 2+990, no troço do Pk 2+390 ao Pk 2+250 e no troço do Pk 1+083 até ao Pk 0+160 na zona da antiga junta de freguesia do Estoril.

Na bacia hidrográfica da Ribeira de Bicesse, identifica-se como troço crítico todo o comprimento da ribeira afluyente da Ribeira de Bicesse que vem de Alcoitão. A montante da Ribeira de Bicesse, identificam-se como troços críticos o troço do Pk 5+445 ao Pk 5+100, o Pk 4+675 (Junto à Quinta de N. St.ª das Neves), o troço do Pk 4+410 (acima da estrada que liga Bicesse a Manique e também acima da interseção da Ribeira de Bicesse com um afluente) ao Pk 3+690, desde o Pk 2+940 até ao Pk 2+750, desde o Pk 2+365 (abaixo da autoestrada A5 e a este do cemitério) até ao Pk 0+790 e o troço do Pk 0+570 até à foz. O curso de água afluyente da ribeira de Bicesse que vem de Pau Gordo tem como troço crítico o troço desde o Pk 1+025 à afluência com a Ribeira de Bicesse.

Na bacia hidrográfica da Ribeira de Manique identificam-se como zonas críticas a ribeira afluyente que vem das Fontainhas no Pk 2+640 (Fontainhas), no Pk 2+250, no troço do Pk 1+345 ao Pk 1+125, na zona do Pk 0+750 e no Pk 0+250. A ribeira afluyente que vem da Cadeia do Linho apresenta zonas críticas no Pk 2+750, na zona próxima ao Pk 2+250 e no troço que vai do Pk 2+000 ao Pk 0+750. A Ribeira de Manique tem zonas críticas desde o Pk 5+683 ao Pk 5+040, no troço do Pk 3+940 ao Pk 3+640, no troço que se desenvolve do Pk 2+815 ao Pk 2+330, na zona do Pk 1+890 e do Pk 1+585 (abaixo da Quinta do Pinhal) até à foz no oceano.

Na bacia hidrográfica da Ribeira das Marianas identificam-se como zonas críticas o Pk 7+065 (Bº Cabeço Cação), a zona junto ao Pk 6+633, o troço do Pk 6+000 ao Pk 5+836, o troço do Pk 5+800 ao Pk 5+115 (aeródromo de Tires), o troço do Pk 4+425 (Tires, junto a um extremo da pista do aeródromo) ao Pk 3+380, o troço do Pk 2+985 ao Pk 2+020, na zona do Pk 1+886, no troço que vai desde o Pk 1+500 até ao Pk 0+150 na zona do Junqueiro.

Na bacia hidrográfica da Ribeira de Sassoeiros, a Ribeira de Sassoeiros tem as zonas críticas no troço do Pk 7+815 ao Pk 7+565, na zona do Pk 7+350, no troço do Pk 7+050 ao Pk 6+928, o troço do 6+750 ao Pk 6+220, no troço do Pk 5+900 ao Pk 4+600, no troço que vai do Pk 4+350 ao Pk 3+820, na zona do Pk 3+320, na zona do Pk 2+750, o troço que vai do Pk 2+420 em São Miguel das Encostas até ao Pk 2+250, no Pk 1+786 na Quinta do Barão, no troço compreendido desde o Pk 1+392 (abaixo da Quinta das Rosas) até à foz situada na praia de Carcavelos. A linha de água afluyente que vem da localidade de Cabra Figa em toda a sua extensão é crítica em termos de perigosidade de cheia.

Na bacia hidrográfica da Ribeira da Laje, identificam-se como troços críticos na Ribeira da Laje a zona junto ao ponto Pk 1+850, no troço que vai do Pk 1+095 até ao Pk 0+750, a zona do Pk 0+400 e a zona próxima ao Pk 0+080.

Na bacia hidrográfica do Arneiro (Afluente) identificam-se como zonas críticas o troço compreendido entre o ponto Pk 0+545 e o ponto Pk 0+443 e o troço entre o ponto Pk 0+250 e a saída do concelho.

Probabilidade

A probabilidade associada às cheias e inundações considera-se “média-alta”.

Danos

A gravidade associada à população é “moderada”, visto que poderá ser necessário tratamento médico, algumas hospitalizações e a retirada de pessoas por um período de 24 horas.

No que diz respeito ao ambiente, os danos consideram-se “reduzidos” por produzirem um pequeno impacte sem efeitos duradouros.

Os danos na socioeconómica são considerados “moderados”, uma vez que poderá existir alguma perda financeira e disrupção na comunidade.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado às cheias e inundações como “Elevado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Cheias e inundações	Média-alta	Moderado	Reduzido	Moderado	Moderado	Elevado

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.1.6. Sismos

Definição

A sismicidade é definida por Julião et al., (2009) como a “propagação de ondas elásticas através dos materiais terrestres, geradas por perturbações transitórias do equilíbrio elástico, geralmente associadas a movimentações repentina as de falhas ou a períodos de atividade vulcânica”.

Dados Utilizados

Para a representação do padrão geral da distribuição e respetivas magnitudes sísmicas, utilizou-se o catálogo sísmico disponibilizado pelo Instituto Dom Luís - IDL (Martins, I e Víctor, I, 2001).

O histórico dos eventos resultou da adaptação do Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS – AML - CL).

Em relação à intensidade sísmica, esta obteve-se diretamente através da informação do Atlas Digital do Ambiente (APA).

O mapa de suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica provém do “Estudo de avaliação do risco de tsunami e perigosidade sísmica no Concelho de Cascais” elaborado pelo Instituto Dom Luís e pelo Centro de Geologia da Universidade de Lisboa (Costa et al, 2014).

Metodologia

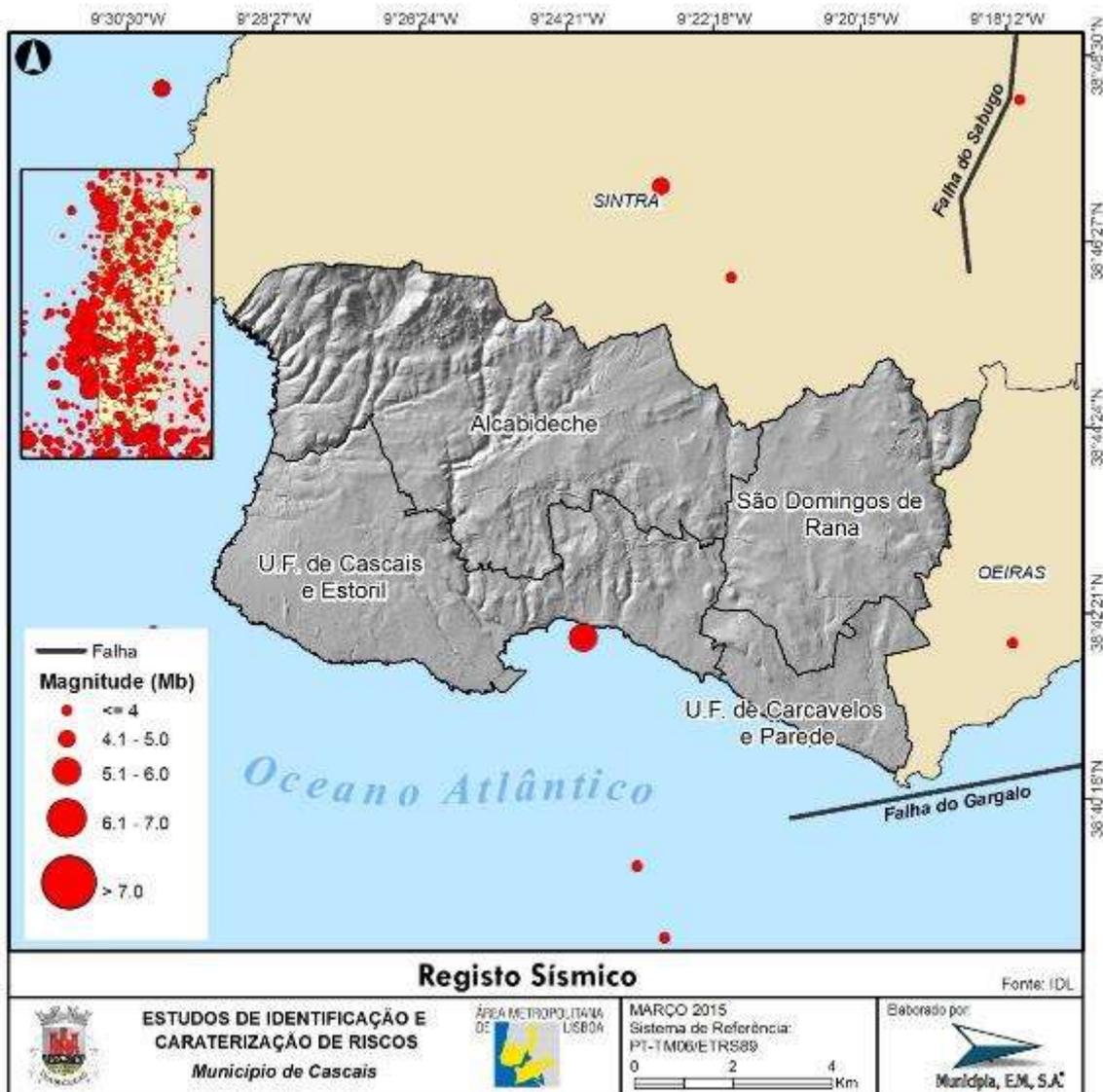
A informação obtida através do catálogo sísmico disponibilizado pelo IDL permitiu verificar o padrão da distribuição e respetivas magnitudes sísmicas em relação ao território português.

A intensidade sísmica obteve-se diretamente através da informação disponibilizada pelo Atlas Digital do Ambiente (APA), a partir da qual se verificaram as zonas de intensidade sísmica que o município integra.

Adicionalmente realizou-se uma análise do mapa de suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica, disponibilizado no “Estudo de avaliação do risco de tsunami e perigosidade sísmica no Concelho de Cascais” (Costa et al, 2014).

Análise

O território português situa-se numa zona de sismicidade importante, sendo afetado pela proximidade à fronteira entre a placa euro-asiática e a placa africana. Para além desta dinâmica, verifica-se uma atividade sísmica significativa, causada pela própria tectónica do território português. Importa destacar no contexto deste estudo, pelas características e proximidade ao território do concelho, a falha do Gargalo (a sudeste) e a falha do Sabugo (a nordeste) (Mapa 43). Todo o domínio terrestre de Portugal encontra-se afetado por uma sismicidade difusa e de pequena magnitude, destacando-se ligeiramente as regiões do interior Norte, a região de Évora e o Algarve litoral (Costa et al, 2014). Os mesmos autores referem ainda que “o Vale Inferior do Tejo, região cuja atividade sísmica é a mais próxima da vila de Cascais, não se destaca mais do que qualquer uma das outras regiões já referidas”.



Mapa 43 - Registo Sísmico

A carta de suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica elaborada no âmbito do “Estudo de avaliação do risco de tsunami e perigosidade sísmica no Concelho de Cascais” (Costa et al, 2014), permite identificar os terrenos capazes de modificar o sinal sísmico, “podendo amplificá-lo (ou atenuá-lo) em amplitude e/ou duração”. Analisando o Mapa 44 e de acordo com o referido estudo (Costa et al, 2014), “é possível constatar que o Concelho de Cascais não tem situações particularmente perigosas no que respeita ao efeito dos solos na ação sísmica”.

A classe “não aplicável” abrange a maior área no concelho, seguida da classe “baixa” que corresponde essencialmente à cobertura aluvionar. A suscetibilidade “moderada” e “elevada” encontra-se pontualmente nos locais com declives mais elevados e em áreas com maior suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, como nas arribas do litoral noroeste e nos vales da Ribeira das Vinhas, Ribeira da Cadaveira e Ribeira dos Marmeleiros.



Mapa 44 - Suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica

Probabilidade

Como se verificou anteriormente, apesar de se registarem sismos com alguma frequência nas áreas adjacentes ao concelho de Cascais, pela sua intensidade não apresentam consequências gravosas para o concelho. Deste modo, considerando apenas os sismos com magnitudes elevadas, pode-se estimar a probabilidade de ocorrência como “média-baixa”.

Danos

Considerando apenas os sismos com uma magnitude considerável, capazes de produzir danos a vários níveis no concelho, define-se a gravidade associada à população como “acentuada”, uma vez que este fenómeno pode produzir um elevado número de feridos, hospitalizações e vítimas mortais.

Considera-se a mesma classificação a nível socioeconómico pela perda significativa, indisponibilidade de serviços e necessidade de assistência financeira.

Ao nível ambiental consideram-se os danos “reduzidos”, uma vez que os impactos não deverão produzir efeitos duradouros.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos sismos como “Elevado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Sismos	Média-baixa	Acentuado	Reduzido	Acentuado	Acentuado	Elevado

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.1.7. Inundação por Tsunami

Definição

Segundo Julião et al., (2009), a inundação por tsunami pode ser definida pela invasão das águas do mar ou estuarinas das margens terrestres, causada por ondas de período longo resultantes de sismos acompanhados de rotura superficial no fundo do mar, erupções vulcânicas submarinas, instabilidades em vertentes submarinas ou ocorrência de movimentos de massa com velocidade de deslocamento elevada em vertentes e escarpas adjacentes às margens do mar.

Dados Utilizados

A informação referente à carta de suscetibilidade utilizada para a análise do risco de inundação por tsunami no concelho de Cascais provém do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais PMEPC (CMC, 2013).

Metodologia

A metodologia adotada para a caracterização deste risco, baseou-se na análise da carta de suscetibilidade de inundação por tsunami disponibilizada no PMEPC (CMC, 2013).

Análise

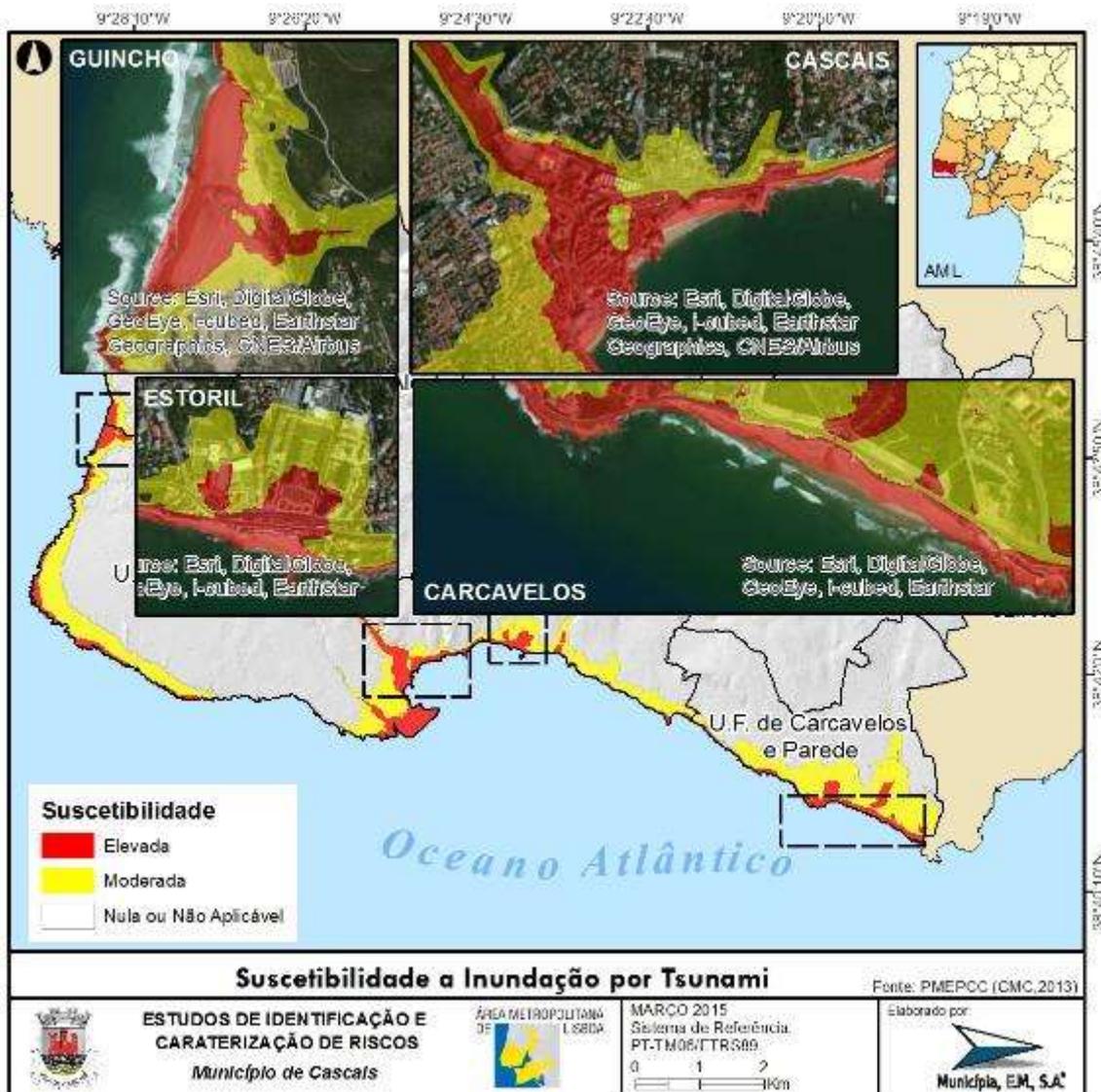
De acordo com o PMEPC (CMC, 2013), numa eventual ocorrência de um tsunami gerado por um sismo de magnitude 8,5 com origem na margem sudoeste ibérica, os valores mais elevados seriam observados em Cascais e Carcavelos, onde a altura das ondas seria superior a 8 m. “Nas restantes zonas do concelho as alturas de onda variam entre 5 a 8 metros” (CMC, 2013).

No Mapa 45 e de acordo com o PMEPC (CMC, 2013), consideram-se zonas de suscetibilidade elevada as áreas cuja elevação esteja incluída entre a cota dos 0 e dos 10 m; e suscetibilidade moderada, as áreas com elevação entre a cota dos 10 e dos 20 m.

Analisando o mapa seguinte verifica-se que todo litoral do concelho apresenta suscetibilidade elevada, com exceção da zona da Guia onde se observam arribas com declives muito acentuados. A área suscetível de inundação por tsunami representa cerca de 6,6% da área total do concelho, em que cerca de 2% diz respeito à classe elevada.

Destaca-se, deste modo, a Vila de Cascais, com especial incidência na zona do porto, bem como a foz da Ribeira das Vinhas onde a suscetibilidade elevada é mais expressiva.

Ainda nesta classe destaca-se a zona ribeirinha de Carcavelos, Parede, Estoril, Quinta da Marinha e do Guincho. No mapa seguinte pode observar-se o detalhe das zonas mais suscetíveis.



Mapa 45 - Suscetibilidade a Inundação por Tsunami

Probabilidade

Uma vez que não existem registos de eventos posteriores a 1755, ou seja, há 260 anos, não é possível justificar uma probabilidade remota para este tipo de fenómeno, pelo que a probabilidade atribuída à ocorrência de inundações por tsunami considera-se “média-baixa”.

Danos

A gravidade associada à população é “acentuada”, uma vez que este fenómeno pode produzir um elevado número de feridos, hospitalizações e vítimas mortais.

Considera-se a mesma classificação a nível socioeconómico pela perda significativa, indisponibilidade de serviços e necessidade de assistência financeira.

Ao nível ambiental consideram-se os danos “reduzidos”, uma vez que os impactes não deverão produzir efeitos duradouros.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado às inundações por tsunamis como “Elevado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Inundação por Tsunami	Média-baixa	Acentuado	Reduzido	Acentuado	Acentuado	Elevado

5.1.8. Galgamentos Costeiros

Definição

Segundo Julião et al., (2009), o risco de Inundações e Galgamentos Costeiros caracteriza-se pela inundação da faixa terrestre adjacente à linha de costa decorrente de tempestades marinhas. Corresponde às áreas de inundação pelas águas do mar durante temporais; atingidas pelo esprai das ondas de tempestade; galgamento de elementos morfológicos naturais e estruturas existentes na orla costeira.

Dados Utilizados

Para a análise do risco de galgamentos costeiros no concelho de Cascais foi utilizada a informação disponibilizada PMEPC (CMC, 2013), referente às áreas suscetíveis de inundação por este fenómeno.

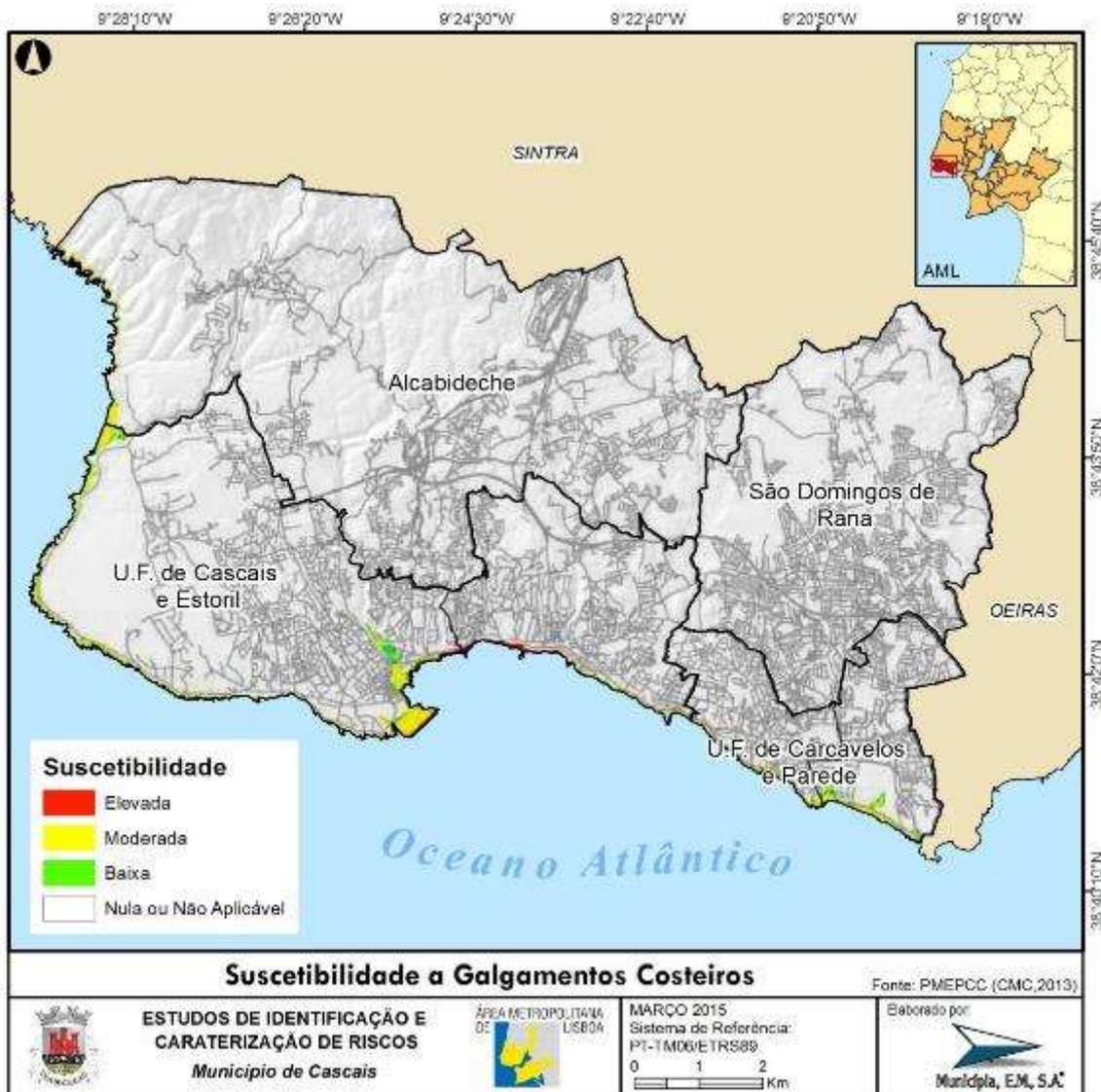
Metodologia

A metodologia utilizada para a avaliação deste risco consistiu na análise das áreas suscetíveis de inundação por galgamentos costeiros disponibilizadas no PMEPC (CMC, 2013).

Análise

De acordo com Taborda et al., (2010) as cotas de inundação nas praias do Guincho atingem os 8 m, enquanto nas praias do troço meridional variam entre 5 e 7 m.

A partir da análise do Mapa 46, verifica-se que as áreas suscetíveis à ocorrência de galgamentos costeiros abrangem praticamente toda a faixa litoral do concelho, mostrando no entanto, que a suscetibilidade elevada se restringe à frente marítima do Estoril. Na restante faixa litoral (Carcavelos, Parede, Guia e Quinta da Marinha) predomina a suscetibilidade moderada, verificando-se que a Baía de Cascais e o Guincho (junto à foz da ribeira) apresentam as áreas mais extensas nesta classe.



Mapa 46 - Suscetibilidade a Galgamentos Costeiros

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de galgamentos costeiros considera-se “média-alta” pela regularidade de ocorrência.

Danos

A gravidade associada à população é “reduzida”, podendo gerar um pequeno número de vítimas. Atribui-se a mesma classificação ao ambiente, uma vez que os impactos não deverão produzir efeitos duradouros.

Os danos socioeconómicos são considerados “moderados”, visto que poderá existir alguma perda financeira associada à destruição de infraestruturas ou suspensão temporária de atividades de apoio às praias.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos galgamentos costeiros como “Moderado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Galgamentos Costeiros	Média-alta	Reduzido	Reduzido	Moderado	Reduzido	Moderado

5.1.9. Erosão Costeira: recuo e instabilidade de arribas

Definição

De acordo com Julião et al., (2009), entende-se por erosão costeira “o movimento de descida de uma massa de rocha ou solo coerente numa arriba litoral. O centro de gravidade do material afetado progride para jusante e para o exterior da arriba. Inclui Desabamentos (Quedas), Tombamentos (Balançamentos) e Deslizamentos (Escorregamentos) planares e rotacionais. Os movimentos são predominantemente desencadeados por precipitações intensas e/ou prolongadas, sismos, temporais no mar e ações antrópicas”.

Dados Utilizados

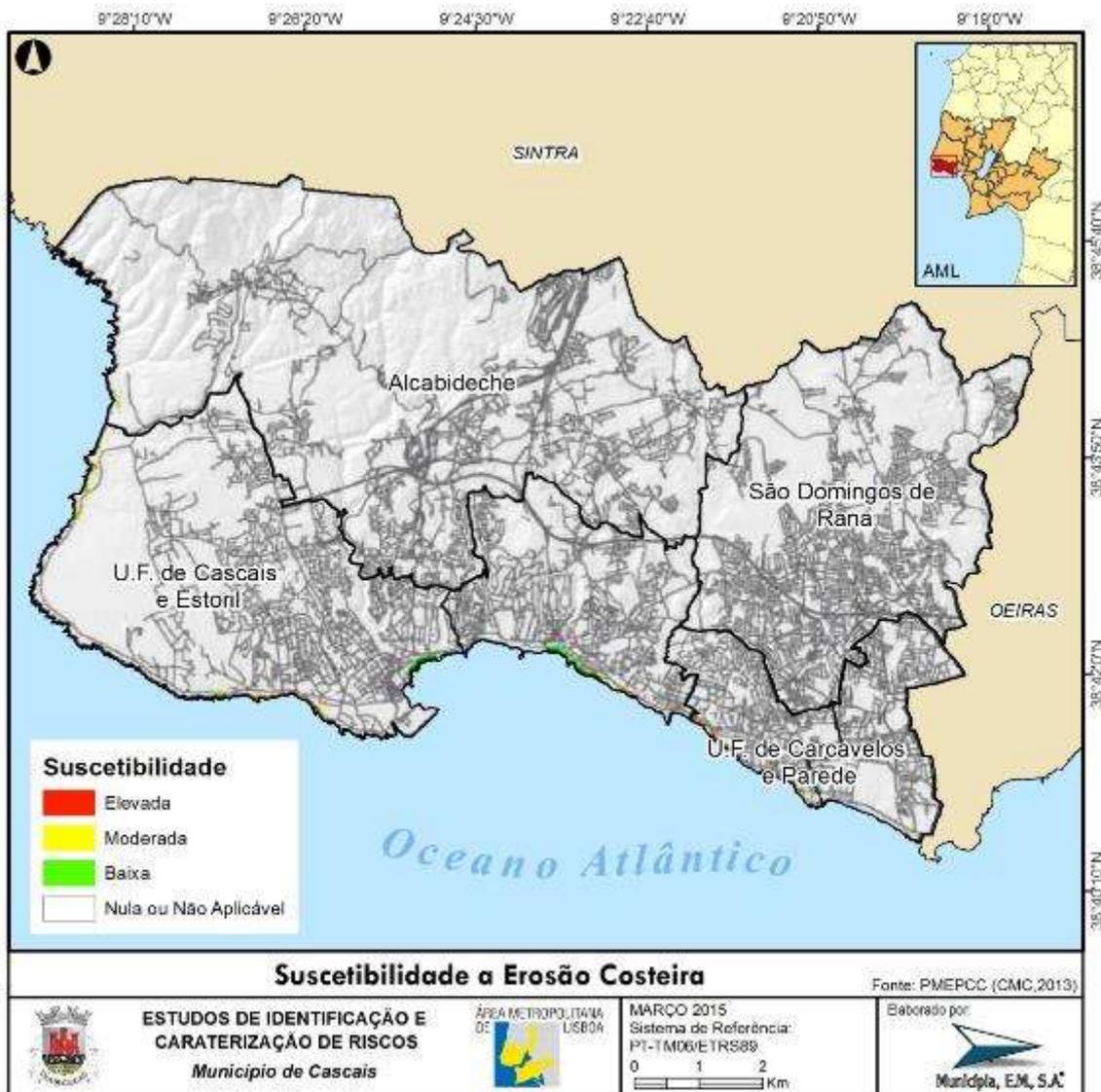
A informação referente à carta de suscetibilidade utilizada para a análise do risco erosão costeira provém do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais PMEPC (CMC, 2013).

Metodologia

A metodologia utilizada para a avaliação deste risco consistiu na análise da carta de suscetibilidade de erosão costeira disponibilizada no PMEPC (CMC, 2013).

Análise

Analisando o Mapa 47, onde se apresentam as áreas suscetíveis à erosão costeira, verificam-se alguns troços com suscetibilidade elevada em São Pedro do Estoril e na Parede, que apresentam, no entanto, uma extensão relativamente reduzida. Por outro lado, na frente marítima das localidades da Guia, Bairro do Rosário e Guincho as áreas suscetíveis são mais extensas, apresentando uma suscetibilidade moderada. Na baía de Cascais e na frente marítima de São João do Estoril observam-se alguns troços com suscetibilidade baixa.



Mapa 47 - Suscetibilidade a Erosão Costeira

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de erosão costeira considera-se “média”, podendo ocorrer em qualquer momento, com uma periodicidade incerta.

Danos

A gravidade associada à população e à socioeconomia é “reduzida”. Os danos no ambiente consideram-se “residuais” não se prevendo qualquer impacte.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado à erosão costeira como “Moderado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Erosão Costeira	Média	Reduzido	Residual	Reduzido	Reduzido	Moderado

5.1.10. Inundação por Rutura de Barragens

Definição

De acordo com Silva et al (2011), as causas que podem levar à rutura de uma barragem são muito diversas podendo um acidente resultar de causas naturais ou de causas provocadas pela ação humana. Segundo o mesmo autor e relativamente às primeiras causas, destacam-se, por exemplo, a insuficiência na capacidade de vazão dos órgãos descarregadores face a uma afluência extraordinária e o conseqüente galgamento das barragens, a alteração desfavorável da resistência do corpo da barragem, das fundações, encontros e ainda das vertentes da albufeira e, finalmente, a atuação de um sismo intenso que possa dar origem a solicitações hidrodinâmicas excessivas ou provocar o deslizamento das vertentes da albufeira. Nas segundas causas estão incluídas, entre outras, as ruturas decorrentes de atos de guerra ou sabotagem, de erros de projeto ou de construção, ações incorretas na exploração da albufeira ou de deficientes condições de manutenção ou de exploração dos órgãos de segurança.

Dados Utilizados

Para a análise do risco de inundação por rutura de barragens foi utilizada a informação disponibilizada PMEPC (CMC, 2013), referente às áreas suscetíveis de inundação por este fenómeno.

Metodologia

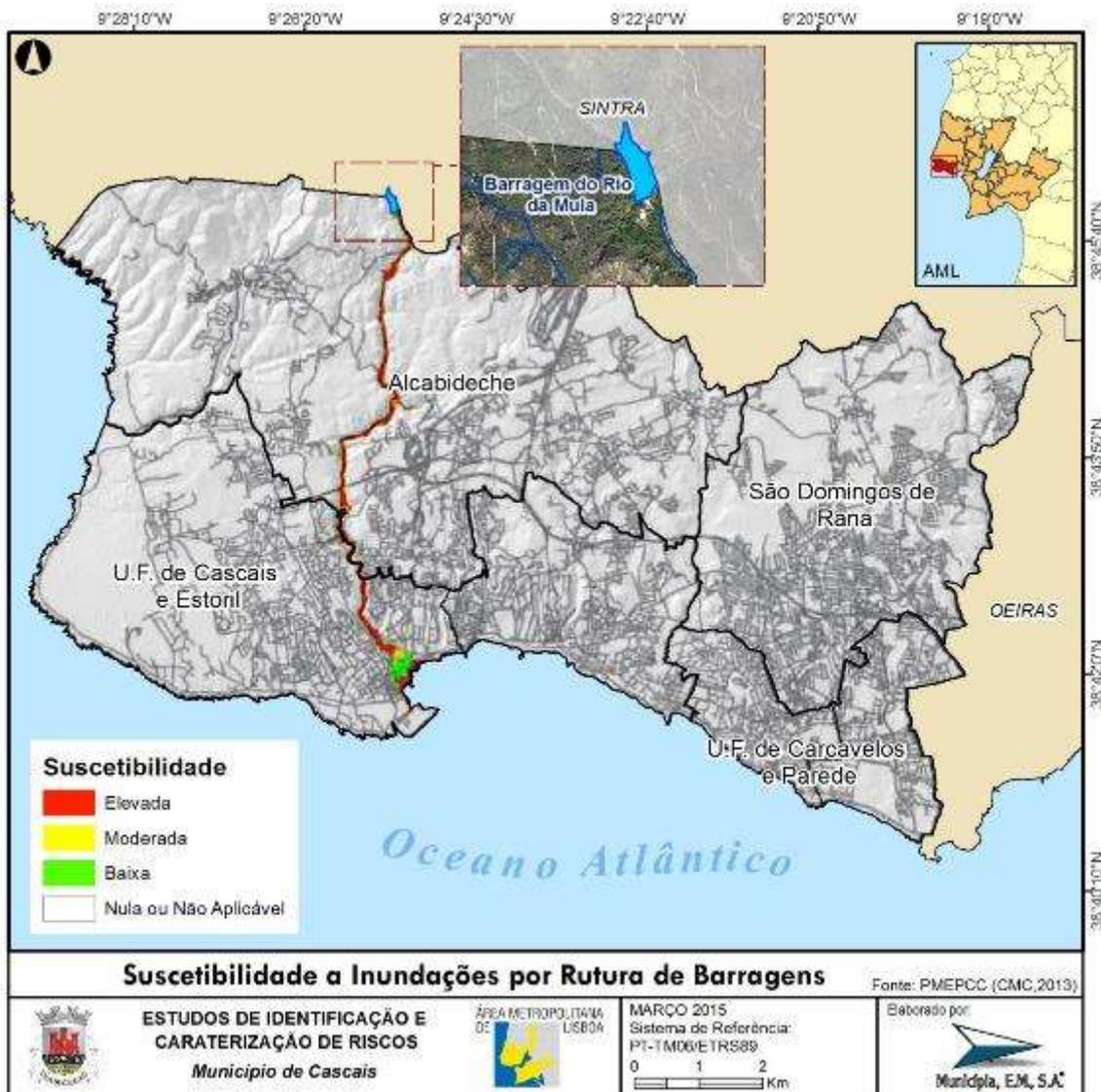
A metodologia adotada para a avaliação deste risco baseou-se na caracterização da Barragem do Rio da Mula e na análise da carta de suscetibilidade de inundação por rutura de barragens disponibilizada no PMEPC (CMS, 2013).

Análise

A rutura de uma barragem tem como consequência o aumento brusco do caudal no trecho do rio a jusante originando uma frente de onda abrupta que se propaga pelo vale a jusante com elevadas velocidades (Silva et al, 2011) pelo que é fundamental o conhecimento à priori das barragens a montante. Neste contexto, identifica-se no concelho de Cascais com potencial risco de rutura, a Barragem do Rio da Mula, situada na vertente sul da Serra de Sintra (na freguesia de Alcabideche).

Esta barragem tem uma capacidade útil de 230x1000 m³ (CMS, 2013), integrando a Bacia hidrográfica da Ribeira das Vinhas que desagua na Baía de Cascais.

No Mapa 48 apresenta-se a localização da Barragem do Rio da Mula, bem como a suscetibilidade da zona potencial de risco de inundação em caso de rutura.



Mapa 48 - Suscetibilidade a inundações por rutura de barragens

Probabilidade

Por não haver registos de rutura de barragens ou razões que levem a estimar que este evento ocorra, considera-se a probabilidade “baixa”.

Danos

A gravidade associada à população é “acentuada”.

Os impactos socioeconómicos consideram-se “acentuados”, uma vez que poderá haver uma perda significativa e assistência financeira necessária.

No que diz respeito ao ambiente, os danos classificam-se como “moderados”.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado às inundações por rutura de barragens como “Moderado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Inundação por rutura de barragens	Baixa	Acentuada	Moderado	Acentuada	Acentuado	Moderado

5.1.11. Movimentos de massa em Vertentes

Definição

Segundo Julião et al., (2009) os movimentos de massa em vertentes são “movimentos de descida, numa vertente, de uma massa de rocha ou solo. O centro de gravidade do material afetado progride para jusante e para o exterior. Incluem Desabamentos (Quedas), Tombamentos (Balançamentos), Deslizamentos (Escorregamentos), Expansões Laterais e Fluxos (Escoadas)”.

Dados Utilizados

Para a análise deste risco realizou-se um inventário dos deslizamentos, obtido com recurso a cartografia apoiada sobre ortofotomapas de 2007, disponibilizados pela AML à escala 1:10 000 (resolução de 50 cm). A unidade de terreno definida no processo de computação foi uma célula de 5m x 5m (25m²) e a entrada dos deslizamentos no modelo fez-se considerando a totalidade da área deslizada. Na avaliação da suscetibilidade foram usados 5 fatores condicionantes: declive, perfil transversal das vertentes, geologia, solos e uso e ocupação do solo. Destas variáveis, duas derivaram diretamente do modelo digital de terreno (declive e perfil transversal das vertentes) construído a partir do modelo numérico altimétrico.

Metodologia

A metodologia adotada baseou-se na ficha de suscetibilidade de movimentos de massa em vertentes segundo Julião et al., (2009), de acordo com as seguintes etapas: (i) inventário, determinação da tipologia e análise dos movimentos de vertentes já verificados no território, com recurso a análise de ortofotomapas; (ii) identificação e cartografia dos fatores de pré-disposição (condicionantes) responsáveis pelo aparecimento ou aceleração dos movimentos; e (iii) interpretação dos fatores com recurso a modelos de relação espacial.

A avaliação da suscetibilidade obteve-se através do método estatístico direto do Valor Informativo (VI) que assenta no princípio de Varnes (1984) em que os futuros movimentos de vertente ocorrerão sob as mesmas condições (geológicas e geomorfológicas) que desencadearam os movimentos passados e presentes; desta forma a predição destes fenómenos tem por base a correlação espacial entre os movimentos de vertente já ocorridos e um conjunto de variáveis independentes que representam fatores de predisposição (fatores condicionantes) para a instabilidade de vertentes (Guzzetti, 2005).

Análise

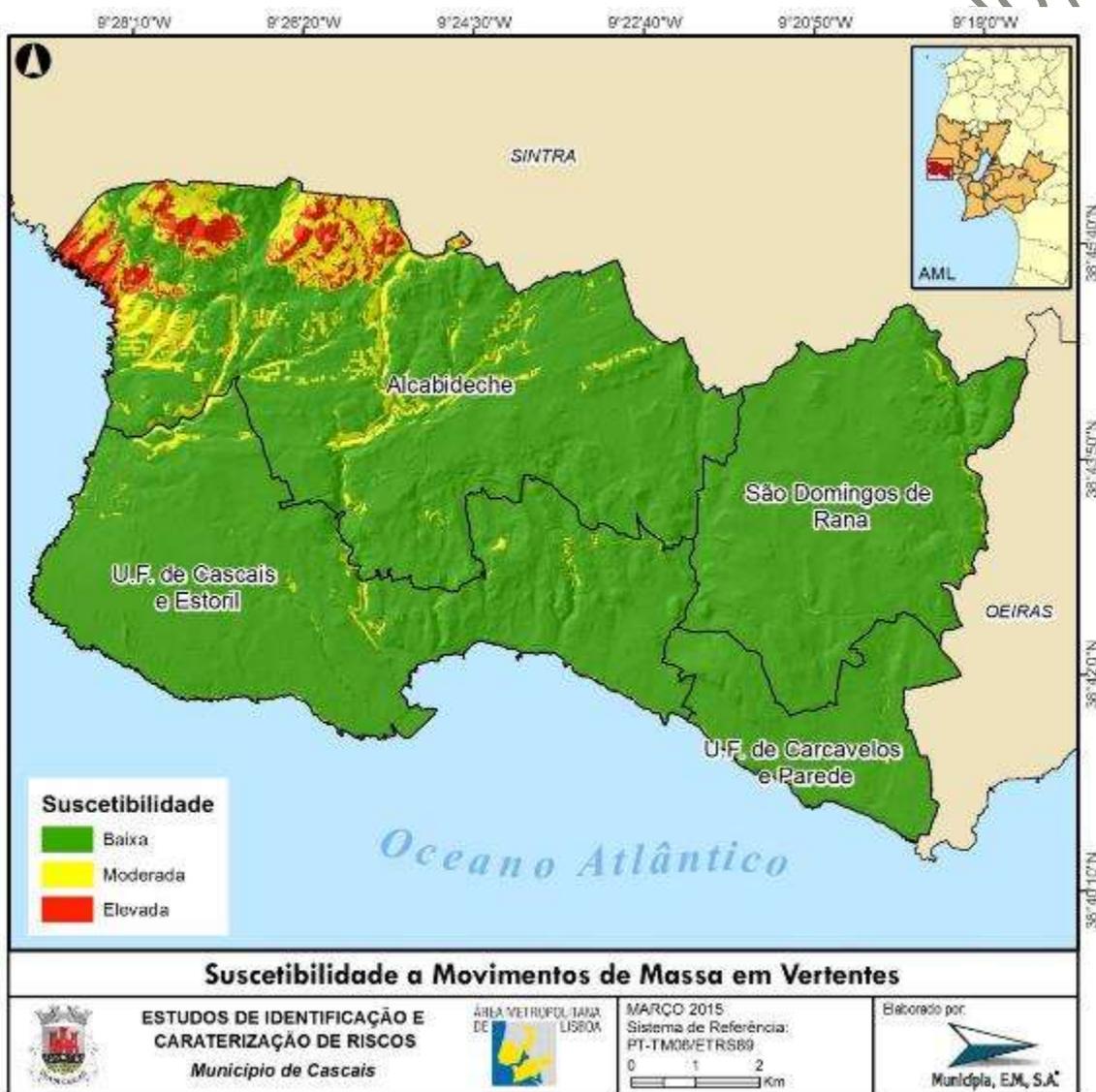
O concelho de Cascais apresenta no geral uma suscetibilidade baixa à ocorrência de movimentos de massa em vertente (90,3%), correspondendo a cerca de 87,5 Km². As áreas com

suscetibilidade moderada abrangem 7,3 % do território, enquanto a suscetibilidade elevada representa 2,4% (Quadro 36).

Suscetibilidade	Área km ²	Área %
Elevada	2,4	2,4
Moderada	7,1	7,3
Baixa	87,5	90,3

Quadro 36 - Área (Km² e %) da suscetibilidade a movimentos de massa de vertentes

Observando Mapa 49 verifica-se que a suscetibilidade é maioritariamente baixa, sendo moderada e elevada nas vertentes com maior declive, nomeadamente a noroeste do concelho, junto à Biscaia e Figueira do Guincho, em torno do Cabeço do Vento e da Pedra Amarela e nos vales mais declivosos.



Mapa 49 - Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes considera-se “média-baixa”.

Danos

A gravidade associada à população é “acentuada”, visto que se poderá registar um número elevado de feridos e de hospitalizações, com possibilidade de vítimas mortais.

Em relação ao ambiente classificam-se os danos como “reduzidos”, uma vez que os impactes não devem produzir efeitos duradouros.

A nível socioeconómico podem-se registar danos causados por exemplo em infraestruturas e habitações, gerando perda financeira e disrupção na comunidade, pelo que se atribui um grau de gravidade “moderado” a este nível.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos movimentos de massa em vertentes como “Moderado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Movimentos de Massa em Vertente	Média-baixa	Acentuado	Reduzido	Moderado	Moderado	Moderado

5.1.12. Acidentes Rodoviários, Ferroviários, Aéreos e Marítimos

5.1.12.1. Acidentes Rodoviários

Definição

Segundo o relatório de sinistralidade da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR, 2013), um acidente rodoviário corresponde a uma “ocorrência na via pública ou que nela tenha origem envolvendo pelo menos um veículo, do conhecimento das entidades fiscalizadoras (GNR, GNR/BT e PSP) e da qual resultem vítimas e/ou danos materiais”.

Dados Utilizados

O estudo dos acidentes rodoviários teve por base os dados obtidos através do Observatório de Segurança Rodoviária da ANSR, para o Distrito de Lisboa, no período de 2004 a 2013, bem como a informação referente aos acidentes rodoviários graves e pontos negros do ano de 2014, cedidos pelo Comando Metropolitano de Lisboa da PSP à AML no dia 19 de janeiro de 2015. Adicionalmente utilizou-se a carta de suscetibilidade a acidentes rodoviários do PMEPC (CMC, 2013).

Metodologia

A metodologia utilizada para a avaliação deste risco consistiu numa análise estatística dos acidentes rodoviários com mortos e feridos graves, referentes ao período entre 2004 e 2013, realizada com base nos registos do Observatório de Segurança Rodoviária da ANSR. Efetuou-se

ainda uma análise espacial dos acidentes graves e pontos negros identificados pela PSP em 2014, assim como da carta de suscetibilidade a acidentes rodoviários do PMEPC (CMC, 2013).

Análise

A partir do registo dos acidentes rodoviários com mortos ou feridos graves (Figura 10), verifica-se que entre 2004 e 2013 ocorreram no município de Cascais 334 acidentes com vítimas, dos quais resultaram 59 mortos e 329 feridos graves.

No ano de 2004 registou-se o maior número de ocorrências (54) e também o maior número de vítimas (10 mortos e 57 feridos graves), seguindo-se o ano de 2006 com 46 acidentes e 56 vítimas, das quais apenas 3 foram mortais.

Em 2008 e 2010 verificou-se o menor número de acidentes (15 e 20, respetivamente) e também o menor número de vítimas (15 e 23, respetivamente).

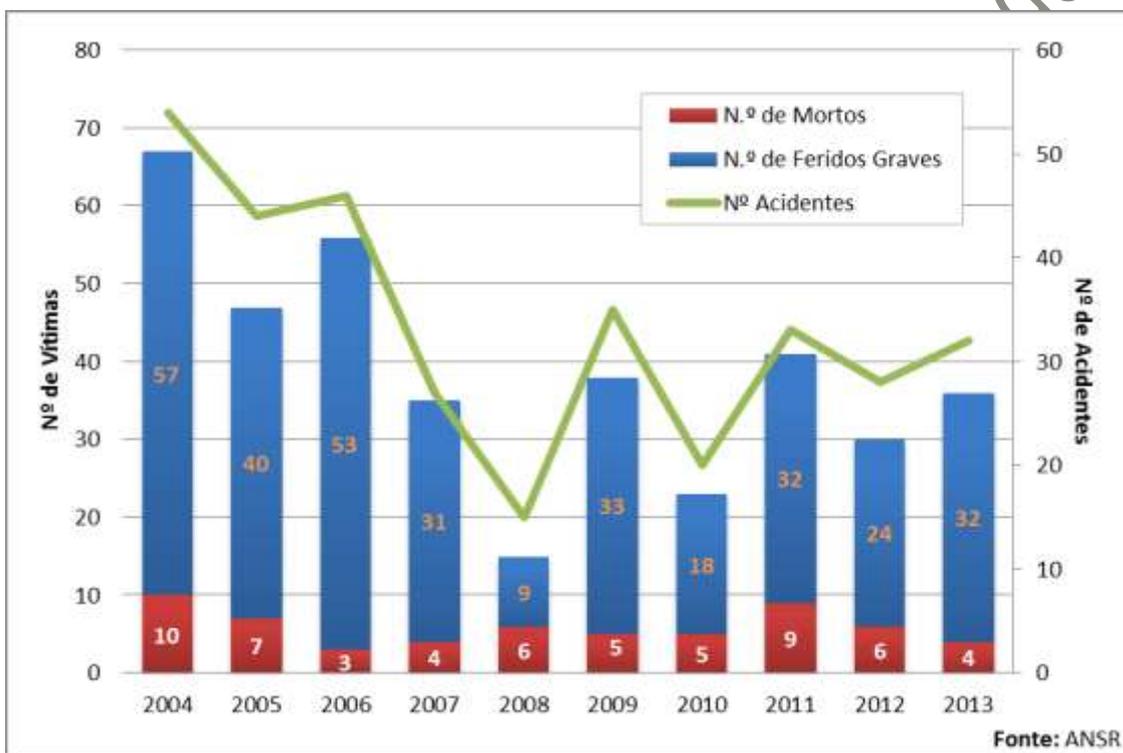


Figura 10 - Acidentes rodoviários com mortos ou feridos graves por ano de ocorrência

Analisando o registo de acidentes com vítimas por mês (Figura 11), verifica-se que entre 2004 e 2013 o mês de Junho apresenta o maior número de vítimas (49), seguido dos meses de Maio e Julho com 44 e 40 vítimas, respetivamente. Os meses com maior número de vítimas mortais foram Maio (8) e Fevereiro (7), enquanto o mês de Setembro registou o valor mais baixo, com apenas 2 mortos.

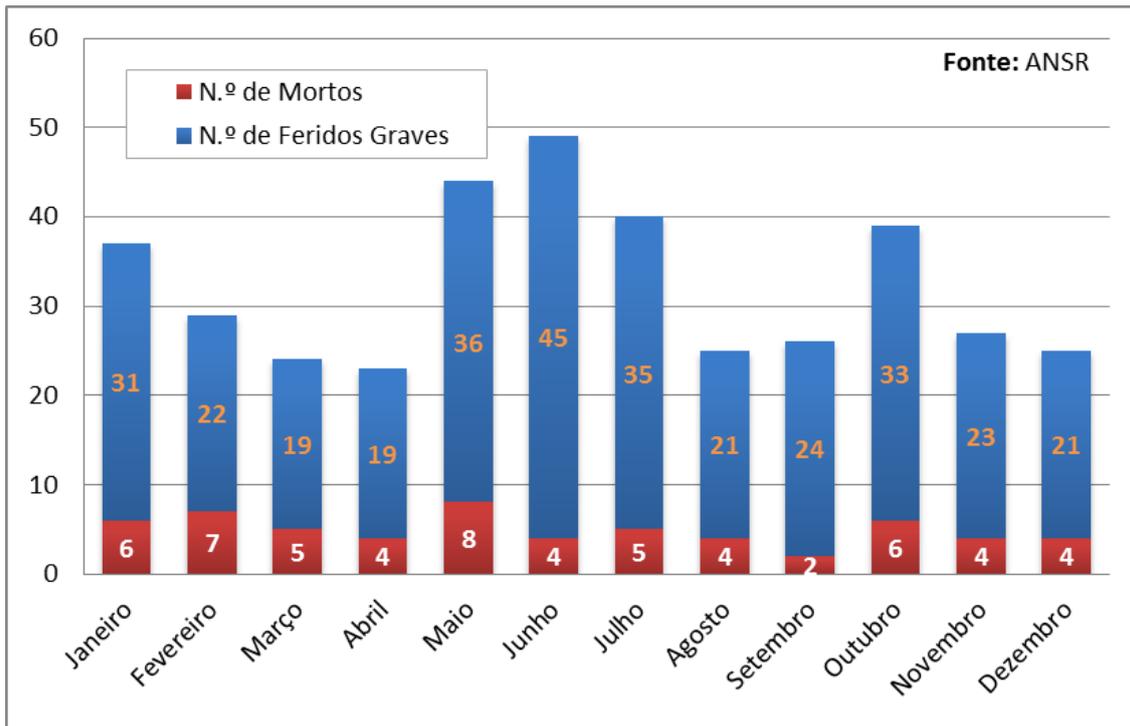
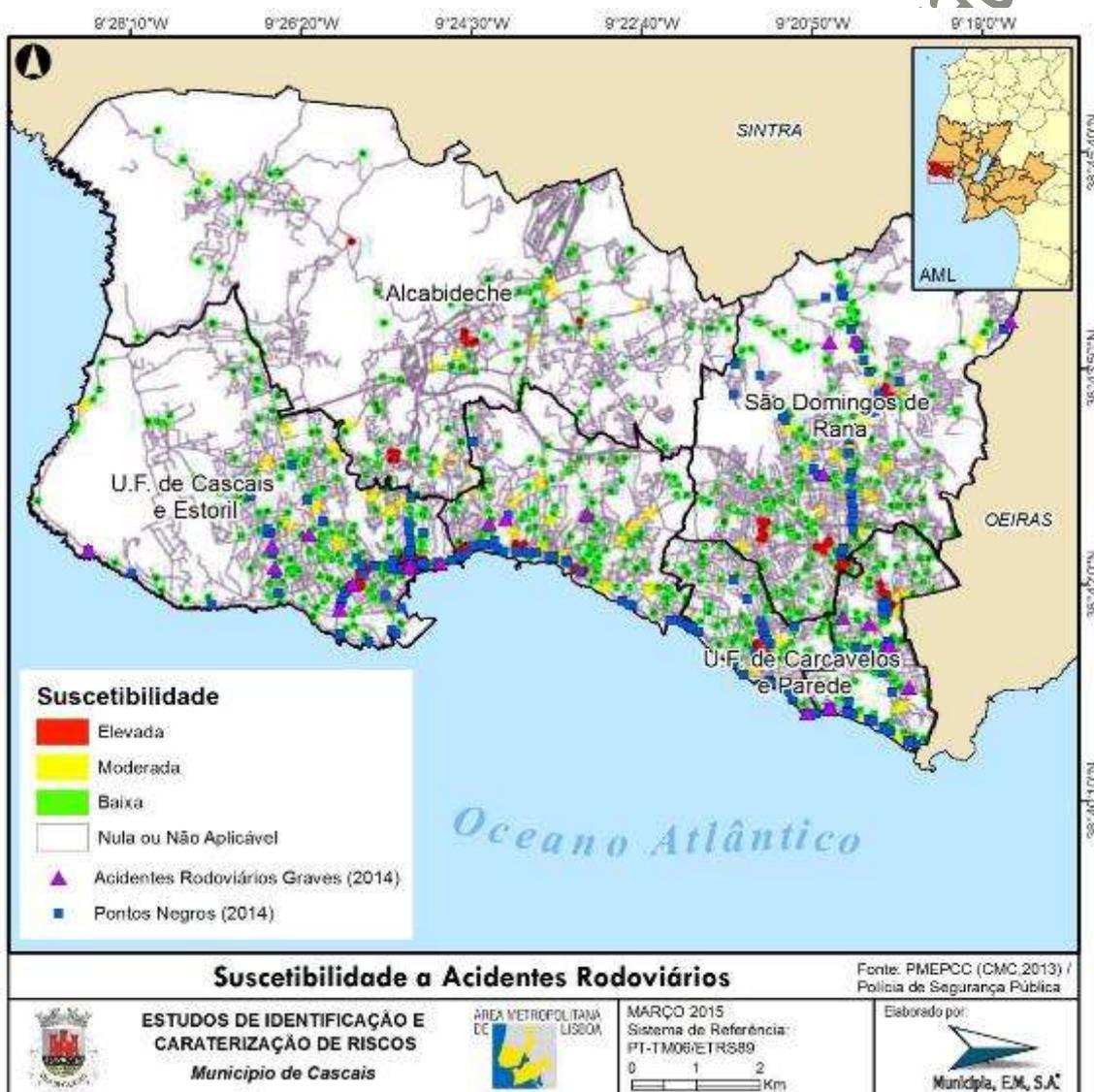


Figura 11 - Número de mortos e feridos graves por mês (2004-2013)

Versão Consulta Pública (Maio)

Observando o Mapa 50, mais concretamente para os pontos negros identificados pela PSP, verifica-se que a Avenida Marginal (EN6) e a Estrada Nacional 249-4 apresentam a maior sinistralidade rodoviária no concelho.

Analisando o mesmo mapa no que diz respeito à suscetibilidade, identificam-se vários focos com suscetibilidade elevada: Rotunda entre a Estrada de Alvide e a Rua da Escola (Alcabideche); Avenida 25 de Abril (Vila de Cascais); “Rotunda do Jumbo” (Avenida de Sintra com a Avenida Marginal); Avenida José Elias Garcia (Parede), EN6-7 (Rotunda do Barão); Largo de São Domingos (EN6-7); Rua do Zambujal (São Domingos de Rana); Avenida Francisca Lindoso (Matarraque); Largo do Chafariz (EN249-4). Identificam-se ainda com suscetibilidade elevada, vários focos ao longo da Avenida Marginal (EN6) como no Monte do Estoril, Estoril, São João do Estoril e Parede, que corroboram a análise realizada anteriormente em relação à informação disponibilizada pela PSP. De acordo com os boletins de sinistralidade rodoviária da ANSR não existem troços de via classificados como “pontos negros”.



Mapa 50 - Suscetibilidades a acidentes rodoviários

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de acidentes rodoviários considera-se “elevada”, uma vez que existe um nível considerável de acidentes registados, ocorrendo várias vezes por ano.

Danos

A gravidade associada à população é “acentuada”, visto que o número de feridos poderá ser elevado, com algumas hospitalizações e pessoal técnico necessário, podendo-se registar vítimas mortais em alguns casos.

No que diz respeito ao ambiente classificou-se como “residual”, uma vez que não deverá produzir impactes no ambiente.

Os danos socioeconómicos são considerados “reduzidos”, visto que poderá existir alguma perda financeira e disrupção (inferior a 24 horas).

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos acidentes rodoviários como “Elevado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Acidentes rodoviários	Elevada	Acentuado	Residual	Reduzido	Moderado	Elevado

5.1.12.2. Acidentes Ferroviários

Definição

De acordo com o disposto na alínea c) do Artigo 2º do Decreto-lei nº 394/2007 de 31 de Dezembro, um acidente grave no âmbito ferroviário é “qualquer colisão ou descarrilamento de comboios que tenha por consequência, no mínimo, um morto, ou cinco ou mais feridos graves, ou danos significativos no material circulante, na infraestrutura ou no ambiente e qualquer outro acidente semelhante com impacte manifesto na regulamentação de segurança ferroviária ou na gestão da segurança”.

Dados Utilizados

Os dados utilizados para a análise deste risco foram enviados pela REFER à AML em 26 de janeiro de 2015 com a informação relativa aos acidentes ferroviários significativos e planos de emergência associados ao edificado e à circulação ferroviária.

Metodologia

Para esta análise foram georreferenciados e tipificados os acidentes ferroviários significativos da Linha de Cascais.

Análise

De acordo com a informação cedida pela REFER relativa aos acidentes ferroviários significativos na Linha de Cascais, contabilizam-se no concelho, entre 2004 e 2014, 18 acidentes significativos, correspondentes a colhidas em estações e em plena via, dos quais resultaram 13 mortos e 6 feridos graves.



Nº	Data	Hora	Linha	KM	Tipo	Mortos	Feridos Graves
1	05-03-2004	10:12	Linha de Cascais	23.660	Colhidas - Plena Via	1	0
2	09-04-2004	22:01	Linha de Cascais	20.270	Colhidas - Plena Via	1	0
3	15-04-2004	19:55	Linha de Cascais	21.200	Colhidas - PN 1ª Cat	1	0
4	23-08-2004	09:59	Linha de Cascais	23.600	Colhidas - Estação	0	1
5	28-10-2004	18:28	Linha de Cascais	21.200	Colhidas - PN 1ª Cat	2	0
6	13-05-2005	09:28	Linha de Cascais	23.540	Colhidas - Estação	1	0
7	20-11-2005	11:58	Linha de Cascais	17.600	Colhidas - Estação	1	0
8	28-09-2008	21:36	Linha de Cascais	22.510	Colhidas - PN Cat. A	0	1
9	18-03-2008	06:38	Linha de Cascais	25.450	Colhidas - Estação	0	1
10	11-04-2008	21:11	Linha de Cascais	23.680	Colhidas - Estação	0	1
11	23-04-2008	17:56	Linha de Cascais	21.060	Colhidas - Estação	1	0
12	31-07-2008	23:35	Linha de Cascais	23.660	Colhidas - Estação	0	1
13	28-08-2008	18:28	Linha de Cascais	21.200	Colhidas - PN de Pedes	1	0
14	02-10-2008	17:56	Linha de Cascais	21.060	Colhidas - Estação	0	1
15	18-12-2008	17:57	Linha de Cascais	21.200	Colhidas - Estação	1	0
16	21-05-2013	00:06	Linha de Cascais	22.550	Colhidas - PN Cat. A	1	0
17	25-08-2013	05:38	Linha de Cascais	22.500	Colhidas - Plena Via	1	0
18	10-01-2014	10:50	Linha de Cascais	21.900	Colhidas - Plena Via	1	0
Total						13	6

Quadro 37 - Acidentes ferroviários na linha de cascais entre 2004 e 2013

Versão Consulta Pública (Não Reservado)

Observando o Mapa 51 verifica-se que os acidentes ferroviários significativos ocorreram maioritariamente nas proximidades das estações do Estoril, São João do Estoril e São Pedro do Estoril.



Mapa 51 - Acidentes Ferroviários

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de acidentes ferroviários considera-se “média”, uma vez que uma vez que se registaram 18 ocorrências no concelho entre 2004 e 2014.

Danos

A gravidade associada à população é “moderada”, visto que poderá ser necessário tratamento médico e algumas hospitalizações.

Em relação ao ambiente considera-se que os danos serão “residuais”, e “moderados” para a socioeconómica, uma vez que poderá existir alguma perda financeira e disrupção na comunidade.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos acidentes ferroviários como “Moderado”.

5.1.13. Acidentes no Transporte de Matérias Perigosas

Definição

Segundo o Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de Abril de 2010 (alterado pelos Decretos-Lei 206-A/2012 e 42/2014), mercadorias perigosas são “quaisquer matérias, objetos, soluções ou misturas de matérias cujo transporte é proibido ou objeto de imposição de certas condições nos anexos I e II.”

Dados Utilizados

Para a caracterização deste risco utilizaram-se os registos de acidentes no transporte de mercadorias perigosas disponibilizados nos Boletins Estatísticos de Acidentes de Viação da ANSR para o período de 2002 a 2011.

A informação referente aos trajetos utilizados neste tipo de transporte foi enviada pelo Comando Metropolitano de Lisboa da PSP à AML no dia 19 de janeiro de 2015.

Utilizaram-se ainda as vias identificadas no PMEPC (CMS, 2013), bem como os dados referentes aos postos de abastecimento de combustíveis e locais de armazenamento de gás fornecidos pela CMC.

Metodologia

A avaliação deste risco consistiu na identificação e análise dos acidentes ocorridos durante o transporte de mercadorias perigosas no concelho de Cascais e dos trajetos mais utilizados neste tipo de transporte.

Análise

Entre os anos 2002 e 2011 verificaram-se apenas 3 acidentes no transporte de mercadorias perigosas, ocorridos no ano de 2010, dos quais resultaram apenas feridos graves (Quadro 38).

Ano	Data	Freguesia	Via	Mortos	Feridos Graves	Feridos Leves	Categoria Veículos	Matéria Perigosa
2010	01/06/2010	Parede	Rua Dia Mundial da Criança	0	0	1	Automóvel ligeiro	Oxigénio Líquido - 1073
2010	30/09/2010	São Domingos de Rana	EN6-7	0	0	1	Automóvel ligeiro	Oxigénio Líquido - 1073
2010	11/11/2010	São Domingos de Rana	Avenida do Castelo de São Jorge	0	0	1	Automóvel ligeiro	Não Definido

Quadro 38 - Quadro de Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas

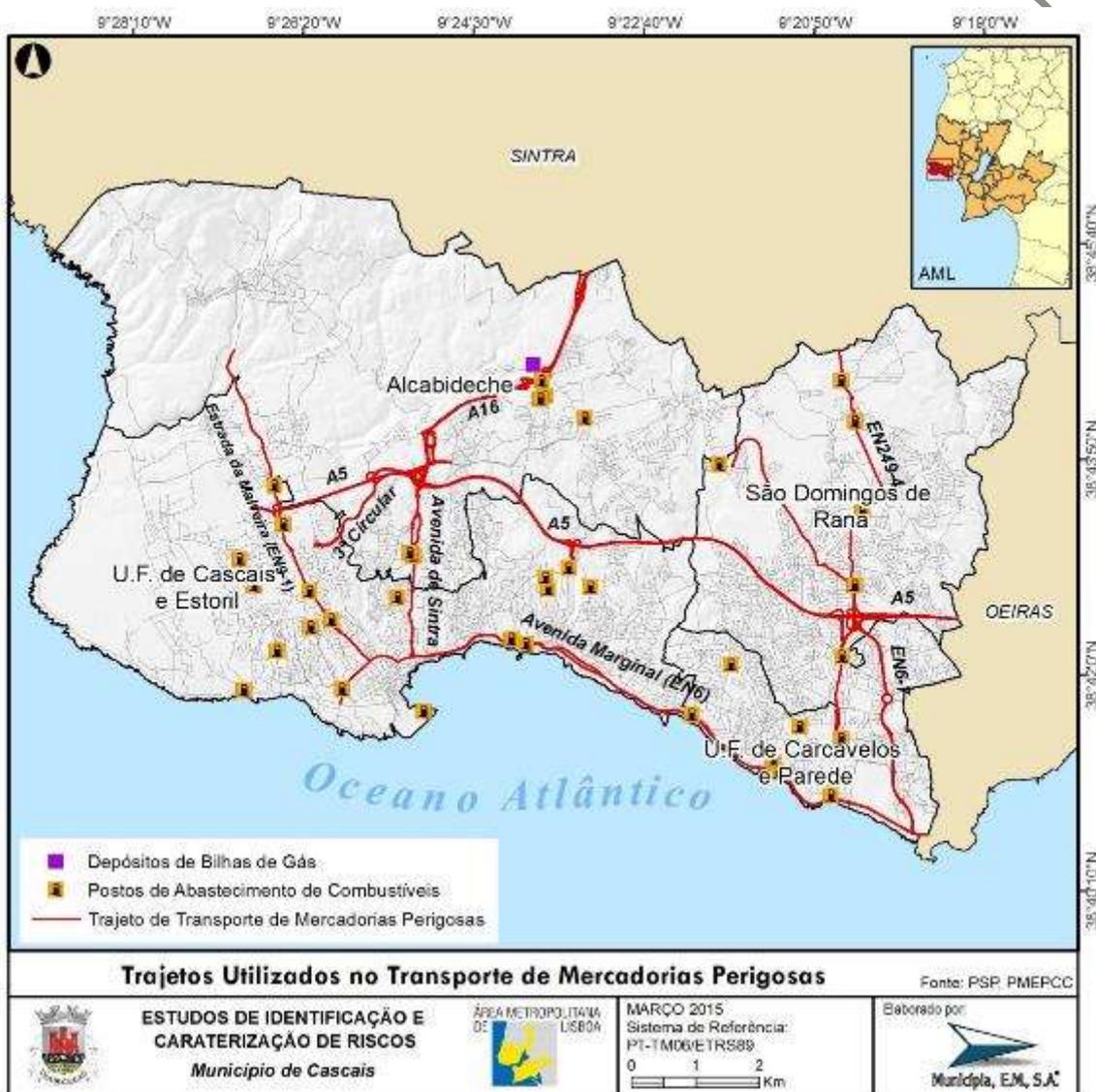
O PMEPC (CMS, 2013) refere, em relação ao Plano de Segurança Rodoviária, que “as rotas habituais (no transporte de mercadorias perigosas) são, sempre que possível, e por esta ordem de prioridade, efetuadas em: Autoestradas; Itinerários Principais; Itinerários Complementares; outras vias.”

No mesmo plano, em relação aos pareceres das empresas distribuidoras de combustíveis para automóvel e de gás, refere-se que “em função dos pontos de carga e descarga, do plano de carga, e até de condicionantes temporárias como acidentes, condições meteorológicas, cortes de vias, etc., as vias utilizadas são passíveis de alguma variabilidade, contudo, nas condições atuais, a entrada na rede viária de Cascais processa-se maioritariamente através da A5”.

Acrescenta ainda que “as principais vias são a A5, a A16, a EN6 e a EN9 e que, relativamente ao aeródromo de Cascais, o circuito de distribuição passa pela A5, a EN249 e a Avenida Amália Rodrigues”.

De acordo com a informação enviada pela PSP as vias utilizadas no transporte de mercadorias perigosas são, por norma, a EN249-4, a Variante 6-7, a EN6 (Avenida Marginal) e a EN9 (Estrada Terceira Circular). As substâncias perigosas mais significativas transportadas nas rodovias correspondem a gasolina e oxigénio líquido. A Linha Ferroviária de Cascais não consta do mapa da rede de mercadorias da CP Carga.

No Mapa 52 representam-se os trajetos utilizados no transporte de mercadorias perigosas, tendo por base as referências efetuadas anteriormente.



Mapa 52 - Trajetos Utilizados no Transporte de Mercadorias Perigosas

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas considera-se “média”, uma vez que se registaram 3 ocorrências no concelho entre 2002 e 2011.

Danos

A gravidade associada à população é “reduzida”, podendo gerar um pequeno número de vítimas e algumas hospitalizações. Considera-se a mesma classificação para a socioeconómica, uma vez que poderá causar uma interrupção (inferior a 24 horas) e alguma perda financeira.

A gravidade para o ambiente classifica-se como “moderada”, visto que os impactes não devem produzir efeitos duradouros.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos acidentes no transporte de mercadorias perigosas como “Moderado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Acidentes no transporte de mercadorias perigosas	Média	Reduzido	Moderado	Reduzido	Reduzido	Moderado

5.1.14. Acidentes Industriais que envolvam substâncias perigosas

Definição

De acordo com o Decreto-Lei n.º 254/2007 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014) um acidente grave envolvendo substâncias perigosas é um acontecimento, designadamente uma emissão, um incêndio ou uma explosão de graves proporções, resultante do desenvolvimento não controlado de processos durante o funcionamento de um estabelecimento industrial, que provoque um perigo grave, imediato ou retardado, para a saúde humana, no interior ou no exterior do estabelecimento, ou para o ambiente, que envolva uma ou mais substâncias perigosas.

Dados utilizados

A avaliação do risco de acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas teve por base o levantamento dos estabelecimentos industriais existentes no concelho, cedida pela CMC, bem como a listagem “Relação dos Estabelecimentos (Continente)” disponibilizada no portal da APA.

Metodologia

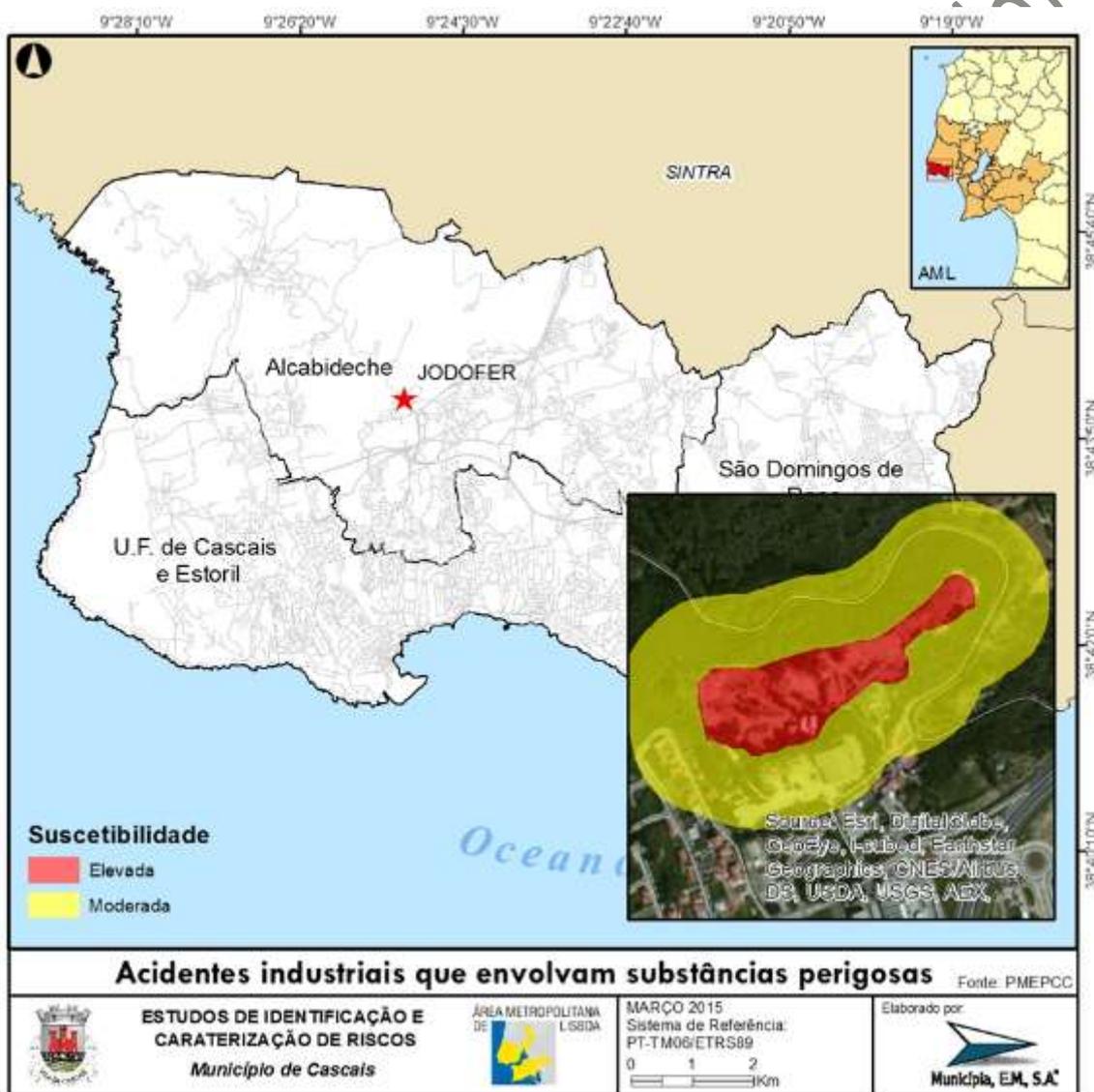
A metodologia baseou-se na identificação dos estabelecimentos existentes no concelho abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014), a partir da listagem disponibilizada pela APA. Foi também efetuado um inventário dos estabelecimentos industriais, com base no levantamento disponibilizado pela CMC, ainda que não abrangidos pelo Decreto-Lei 254/2007, manuseiem substâncias que possam constituir perigo para a população envolvente ou para o público do estabelecimento.

Análise

A Diretiva SEVESO II visa a prevenção e o controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, com o intuito de limitar as consequências desses acidentes para o homem e para o ambiente.

Segundo a listagem disponibilizada pela APA, contacta-se que no concelho de Cascais não existem estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014).

Embora não abrangida pela Diretiva SEVESO II, destaca-se a JODOFER – EMPREITEIROS, S.A., localizada nos Matos da Zaganita, Alcabideche, por proceder ao armazenamento e transporte de produtos explosivos na sua pedreira.



Mapa 53 - Suscetibilidade a acidentes industriais - Pedreira da JODOFER

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas considera-se “baixa”.

Danos

A gravidade associada à população é “reduzida”.

Considera-se a mesma classificação para a socioeconómica, uma vez que poderá causar uma interrupção (inferior a 24 horas) e alguma perda financeira.

A gravidade para o ambiente classifica-se como “moderada”, visto que os impactes não devem produzir efeitos duradouros.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas como “baixo”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas	Baixa	Reduzido	Moderado	Reduzido	Acentuada	Baixo

5.1.15. Colapso de Estruturas em Edifícios

Definição

O colapso de estruturas em edifícios é um fenómeno que, embora não ocorra com elevada frequência, merece ser alvo de análise pelas consequências gravosas que dele podem resultar. A época de construção e o estado de conservação das infraestruturas são fatores condicionantes deste fenómeno. A manutenção e a verificação regular do estado de conservação deste tipo de infraestruturas torna-se essencial no sentido de prevenir e mitigar os riscos e consequências associadas.

Dados Utilizados

Para a análise do risco de colapso de estruturas em edifícios utilizaram-se os dados dos Censos 2011 relativos à época de construção e ao estado de conservação do edificado, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e um levantamento das construções precárias identificadas na cartografia à escala 1: 1 000 disponibilizada pela CMC.

Metodologia

A metodologia utilizada para a avaliação do colapso de estruturas em edifícios consistiu na realização de uma análise do edificado quanto à época de construção e ao estado de conservação. Adicionalmente identificaram-se as construções precárias com base na cartografia disponibilizada pela CMC.

Análise

A época de construção é um indicador não apenas do carácter histórico e patrimonial do parque habitacional, mas surge também como um indicador de necessidades de revitalização e recuperação do edificado e da qualidade das infraestruturas.

As classes de edifícios anteriores a 1960 representam o edificado construído antes da existência de qualquer legislação sobre construção antissísmica, que data de 1958. As classes de edifícios datados de 1961 a 1980 representam os edifícios construídos desde o período da primeira legislação antissísmica até à altura de entrada em vigor do Regulamento de Segurança e Ações em Estruturas de Edifício e Ponte (Decreto-Lei 235/83). A partir de 1980 os edifícios são construídos com a aplicação da Regulamentação em vigor até aos Censos 2011.

Em relação ao total do concelho de Cascais, contabilizam-se 43 624 edifícios, dos quais cerca de 51,7% foram construídos entre 1981 e 2011 e apenas 13,5% são anteriores a 1960 (Quadro 39).

Em relação às freguesias e no contexto deste risco, destaca-se a União das Freguesias de Carcavelos e Parede que apresenta o edificado mais antigo, onde 19,5% dos edifícios foram construídos até 1960 e 42% são posteriores a 1980. Por outro lado, a freguesia de São Domingos de Rana apresenta o edificado mais recente, apresentando cerca de 59% dos edifícios construídos entre 1981 e 2011 e apenas 6,2% foram construídos antes 1960.

Freguesias	Até 1960		1961 a 1980		1981 a 2011		Total de Edifícios
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Alcabideche	1366	12,8	3489	32,7	5807	54,5	10662
São Domingos de Rana	734	6,2	4073	34,4	7027	59,4	11834
U. F. de Carcavelos e Parede	1317	19,5	2609	38,6	2828	41,9	6754
U. F. de Cascais e Estoril	2482	17,3	5008	34,8	6884	47,9	14374
Total do Concelho	5899	13,5	15179	34,8	22546	51,7	43624

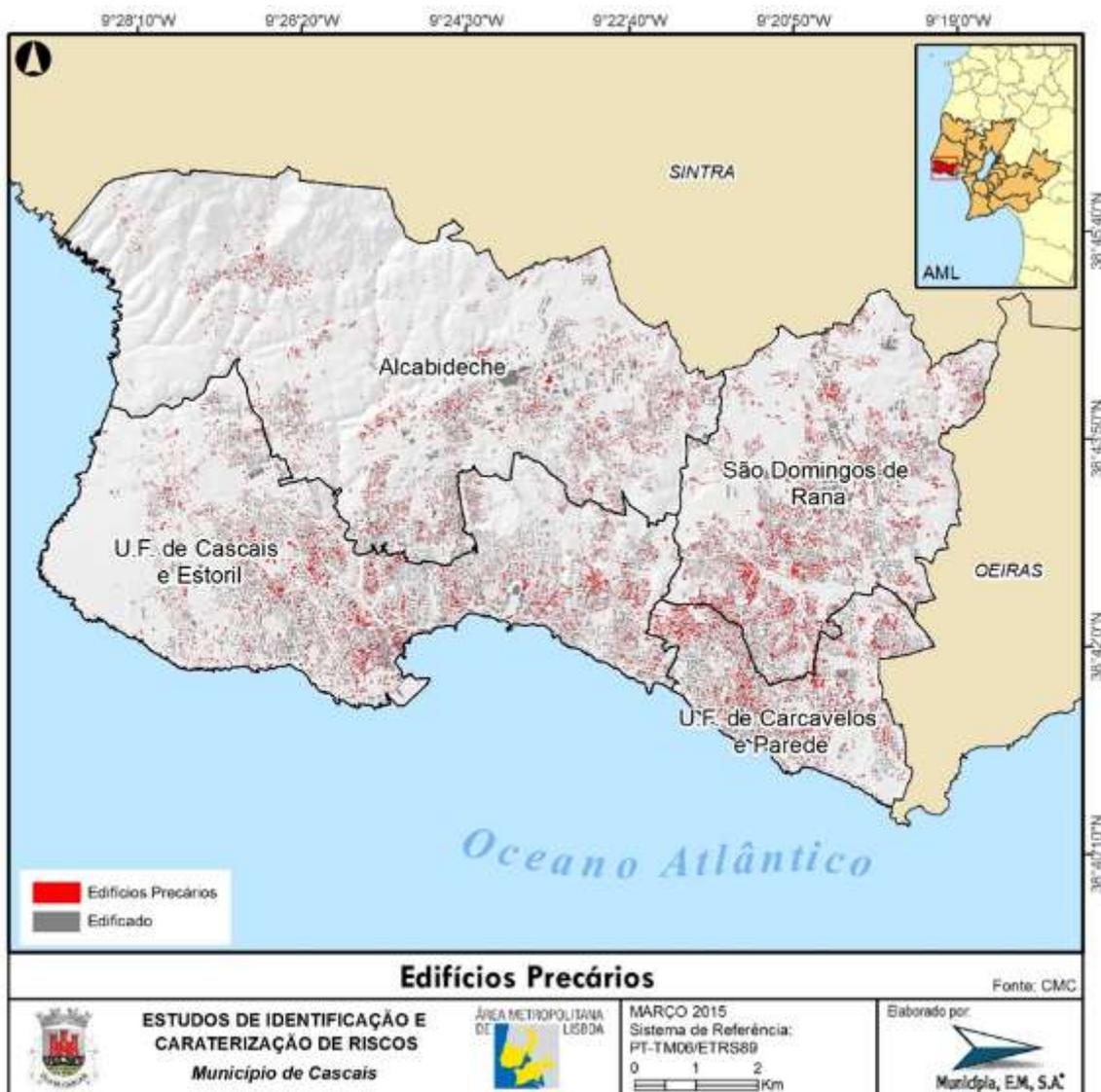
Quadro 39 - Época de Construção do Edificado

Em relação ao estado de conservação do edificado e observando o Quadro 40 verifica-se que cerca de 77% dos edifícios de Cascais não têm necessidade de reparação e apenas 0,7% se encontram muito degradados. Ao nível da freguesia, destaca-se a União das Freguesias de Carcavelos e Parede, com cerca de 1,4% do edificado em estado muito degradado e a freguesia de Alcabideche com 27% dos edifícios a apresentarem necessidade de reparação.

Freguesias	Sem necessidade de reparação		Com necessidade de reparação		Muito degradado		Total de Edifícios
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Alcabideche	7702	72,2	2873	26,9	87	0,8	10662
São Domingos de Rana	9716	82,1	2061	17,4	57	0,5	11834
U. F. de Carcavelos e Parede	5197	76,9	1461	21,6	96	1,4	6754
U. F. de Cascais e Estoril	10831	75,4	3467	24,1	76	0,5	14374
Total do Concelho	33446	76,7	9862	22,6	316	0,7	43624

Quadro 40 - Estado de conservação do edificado

A Mapa 54 mostra a distribuição espacial das construções precárias existentes no concelho de Cascais, com base na cartografia à escala 1: 1 000 disponibilizada pela CMC, a partir da qual se contabilizaram 23352 construções precárias.



Mapa 54 - Edifícios Precários

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de colapso de estruturas em edifícios considera-se “média-baixa”.

Danos

A gravidade associada à população é “moderada”, visto que poderá ser necessário tratamento médico (sem vítimas mortais), algumas hospitalizações e a retirada de pessoas por um período de 24 horas.

No que diz respeito ao ambiente classificou-se como “residual”, uma vez que não deverá produzir impactes no ambiente.

Os danos socioeconómicos são considerados “reduzidos”, podendo existir alguma perda financeira e disrupção na comunidade.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado ao colapso de estruturas em edifícios como “Baixo”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Colapso de Estruturas em Edifícios	Média-baixa	Moderado	Residual	Reduzido	Reduzido	Baixo

5.1.16. Incêndios Urbanos

Definição

De acordo com Castro e Abrantes (2005) um incêndio urbano “é a combustão, sem controlo no espaço e no tempo, dos materiais combustíveis existentes em edifícios, incluindo os constituintes dos elementos de construção e revestimentos no interior de zonas urbanas ou povoações”.

Dados Utilizados

Para a caracterização dos incêndios urbanos no concelho de Cascais utilizou-se a informação referente ao edificado, extraída da cartografia disponibilizada pela CMC à escala 1:1 000. Utilizou ainda o tema de edifícios resultante do recenseamento dos edifícios efetuado em 2011 pelo INE e a listagem de ocorrências, referente ao ano de 2014, fornecida pelo CDOS-Lisboa.

Metodologia

A caracterização do risco de incêndios urbanos teve por base uma adaptação da metodologia proposta por Lopes et al (2011) suportada por diferentes fatores que se entendeu considerar como condicionantes do risco de incêndio do (s) edifício (s), tendo como suporte o questionário de edifício do Censos 2011.

A caracterização da vulnerabilidade dos incêndios urbanos teve por base a identificação da utilização-tipo do edificado, de acordo com a tipologia definida no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro: Habitacionais; Estacionamentos; Administrativos; Escolares; Hospitalares e lares de idosos; Espetáculos e reuniões públicas; Hoteleiros e restauração; Comerciais e gares de transportes; Desportivos e de lazer; Museus e galerias de arte; Bibliotecas e arquivos; e Industriais, oficinas e armazéns, a análise das características físicas do edificado habitacional e das ocorrências de incêndios.

Análise

De acordo o mapa de ocorrência do Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa (CDOS – Lisboa (Figura 12), no período de 2010 a 2014, o ano de 2012 foi o que registou maior número de ocorrência (125) em habitações e em 2013, o menor número de incêndios em habitações (96). Por tipologia, os incêndios em habitações constituem a generalidade das ocorrências, merecendo também destaque as ocorrências de incêndios Incêndio em indústrias, oficinas e armazéns e mais recentemente os incêndios em edifícios degradados ou devolutos com uma percentagem significativa das ocorrências (7% em 2013 e 8% em 2014).

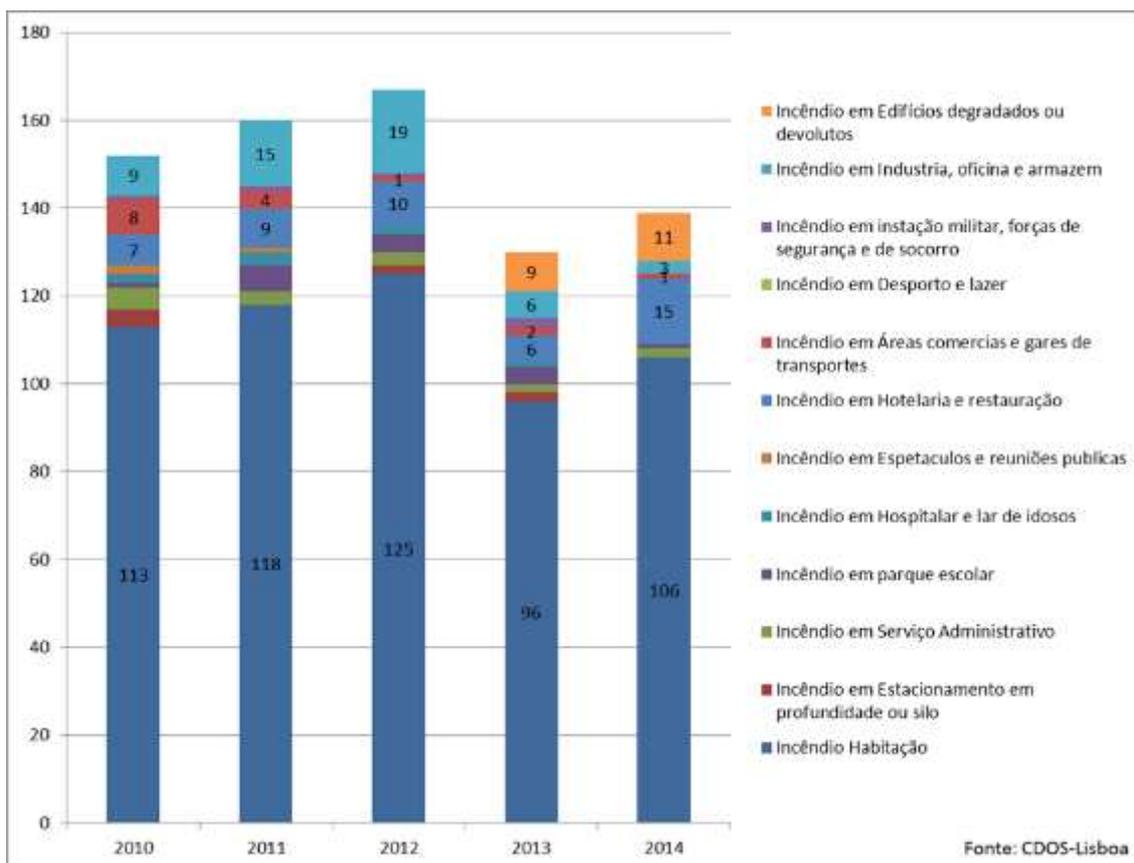
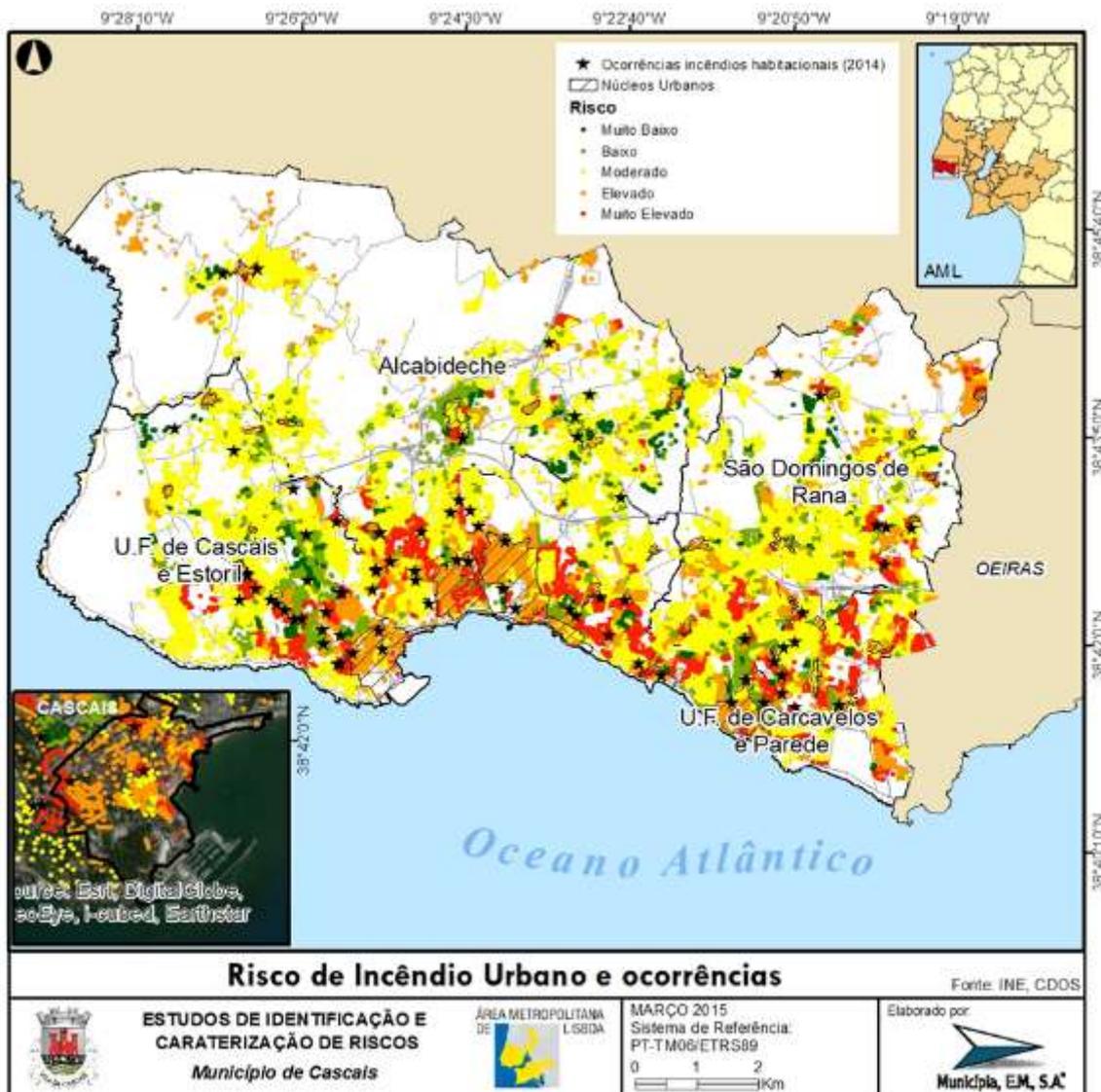


Figura 12 - Número de ocorrências de Incêndio por ano

A corporação de bombeiros que registou o maior número de ocorrências de incêndios em habitações, no ano de 2014, foi a CBV da Parede. As corporações de bombeiros com menor número de ocorrências de incêndios em habitações em 2014 são as de Alcabideche e do Estoril (55 e 57 registos). Cerca de 62% dos incêndios em habitações, para o ano de 2014, ocorreram na União das Freguesias de Cascais e Estoril, seguida de S. Domingos de Rana com 15%.

Relativamente às características do edificado, importa ressaltar o elevado número de edifícios multifamiliares, registando-se 206 edifícios com mais de 9 pisos. Adicionalmente importa referir a existência de 594 edifícios, distribuídos um pouco por todo o concelho, com necessidades muito grandes de reparação.

O risco de incêndio urbano é elevado ou muito elevado em cerca de 29%, moderado em 56% e baixo ou muito baixo em 15% em dos edifícios habitacionais. Apesar da dispersão espacial das várias classes de risco pelo concelho, importa fazer referência aos núcleos urbanos de maior dimensão, designadamente Cascais, Estoril, Monte do Estoril, Parede, S. João do Estoril, Alcabideche e Carcavelos.



Mapa 55 - Risco de Incêndio urbano e ocorrências de incêndios habitacionais (2014)

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de incêndios urbanos considera-se “elevada”, uma vez que existe um nível considerável de incidentes registados, ocorrendo várias vezes por ano.

Danos

A gravidade associada à população nos incêndios urbanos é “moderada”, visto que poderá ser necessário tratamento médico, algumas hospitalizações e a retirada de pessoas por um período de 24 horas.

Em relação ao ambiente considera-se que os danos serão “reduzidos”, e “moderados” para a socioeconomia, uma vez que poderá existir alguma perda financeira e disrupção na comunidade.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos incêndios urbanos como “Elevado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Incêndios urbanos	Elevada	Moderado	Reduzido	Moderado	Moderado	Elevado

5.1.17. Incêndios Urbanos em Centros Históricos

Definição

Para definir os incêndios em centros históricos pode ser feita uma analogia à definição apresentada por Castro e Abrantes (2005) para os incêndios urbanos, limitando, no entanto, o espaço da ocorrência aos centros históricos.

Assim, um incêndio num centro histórico pode ser definido como “a combustão, sem controlo no espaço e no tempo, dos materiais combustíveis existentes em edifícios, incluindo os constituintes dos elementos de construção e revestimentos no interior de zonas urbanas ou povoações”.

Dados utilizados

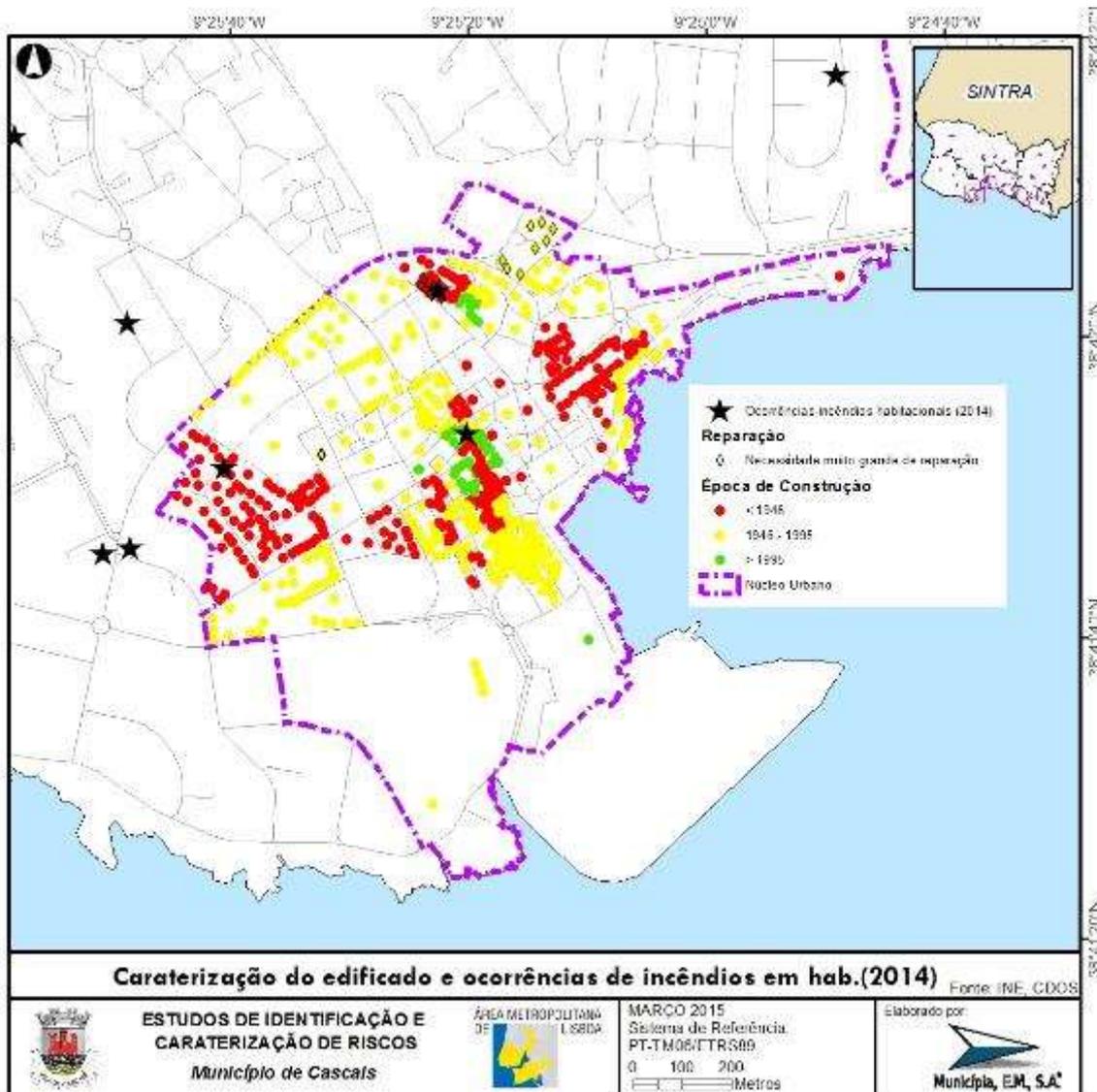
Para a caracterização dos incêndios em centros históricos utilizou-se a informação referente ao edificado proveniente do recenseamento dos edifícios, realizado em 2011 pelo INE, o limite do centro histórico de Cascais e as ocorrências do CDOS de Lisboa.

Metodologia

A avaliação do risco de incêndios em centros históricos teve por base a caracterização do edificado a partir das fichas censitárias dos edifícios e a identificação da utilização-tipo do edificado do centro urbano de Cascais, de acordo com a tipologia definida no Decreto-Lei n.º 220/2008: Habitacionais; Estacionamentos; Administrativos; Escolares; Hospitalares e lares de idosos; Espetáculos e reuniões públicas; Hoteleiros e restauração; Comerciais e gares de transportes; Desportivos e de lazer; Museus e galerias de arte; Bibliotecas e arquivos; e Industriais, oficinas e armazéns.

Análise

No Mapa 56 caracteriza-se o edificado do centro de Cascais, por época de construção, necessidade de reparações e localizam-se as ocorrências em incêndios habitacionais para o ano de 2014. Mais de 90% do edificado do núcleo urbano é anterior a 1996, verificando-se mesmo que 38% dos edifícios são de uma época de construção anterior a 1945. Relativamente à necessidade de reparação dos edifícios no núcleo urbano verifica-se que esta é reduzida (2%). Relativamente ao número de pisos, verifica-se a existência de 42 edifícios com mais de 4 pisos, caracterizando-se a maioria por ter até 3 pisos. Outra característica importante do núcleo urbano refere-se à reduzida acessibilidade de alguns arruamentos, designadamente as ruas que constituem os quarteirões entre a Rua do Poço Novo, a Rua Alexandre Herculano e a Avenida Valbom.



Mapa 56 - Caraterização da época de construção e ocorrências de Incêndios habitacionais (2014)

Relativamente às ocorrências de incêndios habitacionais, em 2014, verifica-se que em 2014 estas constituem uma pequena parte (3%) do total de ocorrências registadas no concelho.

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de incêndios em centros históricos considera-se “média”.

Danos

A gravidade associada à população é “moderada”, visto que poderá ser necessário tratamento médico (sem vítimas mortais), algumas hospitalizações e a retirada de pessoas por um período de 24 horas.

No que diz respeito ao ambiente classificou-se como “residual”, uma vez que não se prevêem impactes significativos.

Os danos socioeconómicos são considerados “reduzidos”, podendo existir alguma perda financeira e disrupção na comunidade.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos incêndios em centros históricos como “moderado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Incêndios em Centros Históricos	Média	Moderado	Residual	Reduzido	Reduzido	Moderado

5.1.18. Incêndios Florestais

Definição

Segundo Julião *et al.*, (2009) “um incêndio florestal corresponde a um fogo incontrolado em florestas, matas e outros espaços com abundante vegetação (matos, áreas de incultos e áreas agrícolas). Os incêndios florestais são habituais nas áreas de clima mediterrânico, particularmente em dias quentes e secos, sobretudo quando se associa também o vento forte. Podem ser o resultado de causas naturais (trovoadas secas), mas, em regra, são devidos a negligência humana e, muitas vezes, a atos de natureza criminosa.”

Dados Utilizados

A informação utilizada para análise do risco de incêndio florestal no concelho de Cascais corresponde ao registo de ocorrências de incêndios e respetivas áreas ardidas, disponibilizados pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) para o período de 2001 a 2013, bem como na Carta de Risco de Incêndio Florestal e na Carta de Prioridades de Defesa do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndio de Cascais, 2014-2018 (PMDFCI) disponibilizada pela CMC.

Metodologia

A caracterização do risco de incêndio florestal para o concelho de Cascais baseou-se na análise do registo de ocorrências de incêndios, na Carta de Risco de Incêndio Florestal e na Carta de Prioridades de Defesa do PMDFCI disponibilizada pela CMS.

Análise

Analisando a **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** verifica-se que entre o ano de 001 e 2013, registaram-se 1506 ocorrências (incêndios + fogachos) correspondentes a uma área florestal ardida de 634 ha. Destaca-se o ano de 2002 com os valores mais elevados de área florestal agrícola (153 ha), bastante superior ao restante período de análise, registando simultaneamente um número bastante elevado de ocorrências (159). Também nos anos de 2010 e 2013 se registaram valores significativos de área ardida com 92,4 e 85,8 ha, respetivamente.

No período entre 2004 e 2006 registou-se o maior número de ocorrências, verificando-se mais de 170 incidentes por ano nos três casos.

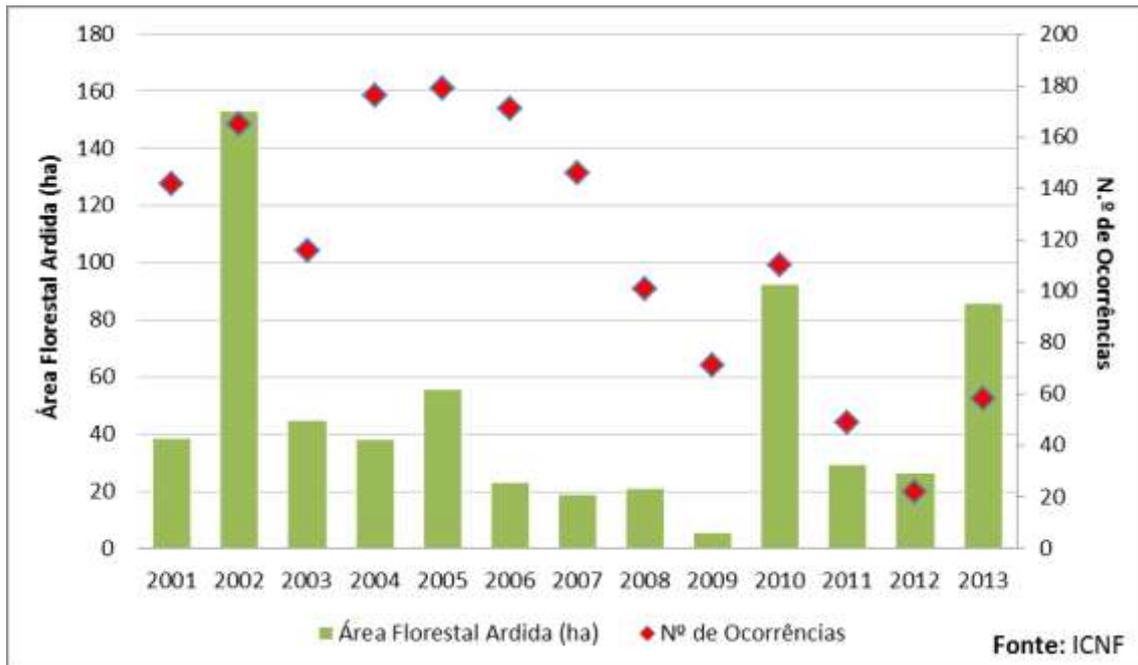


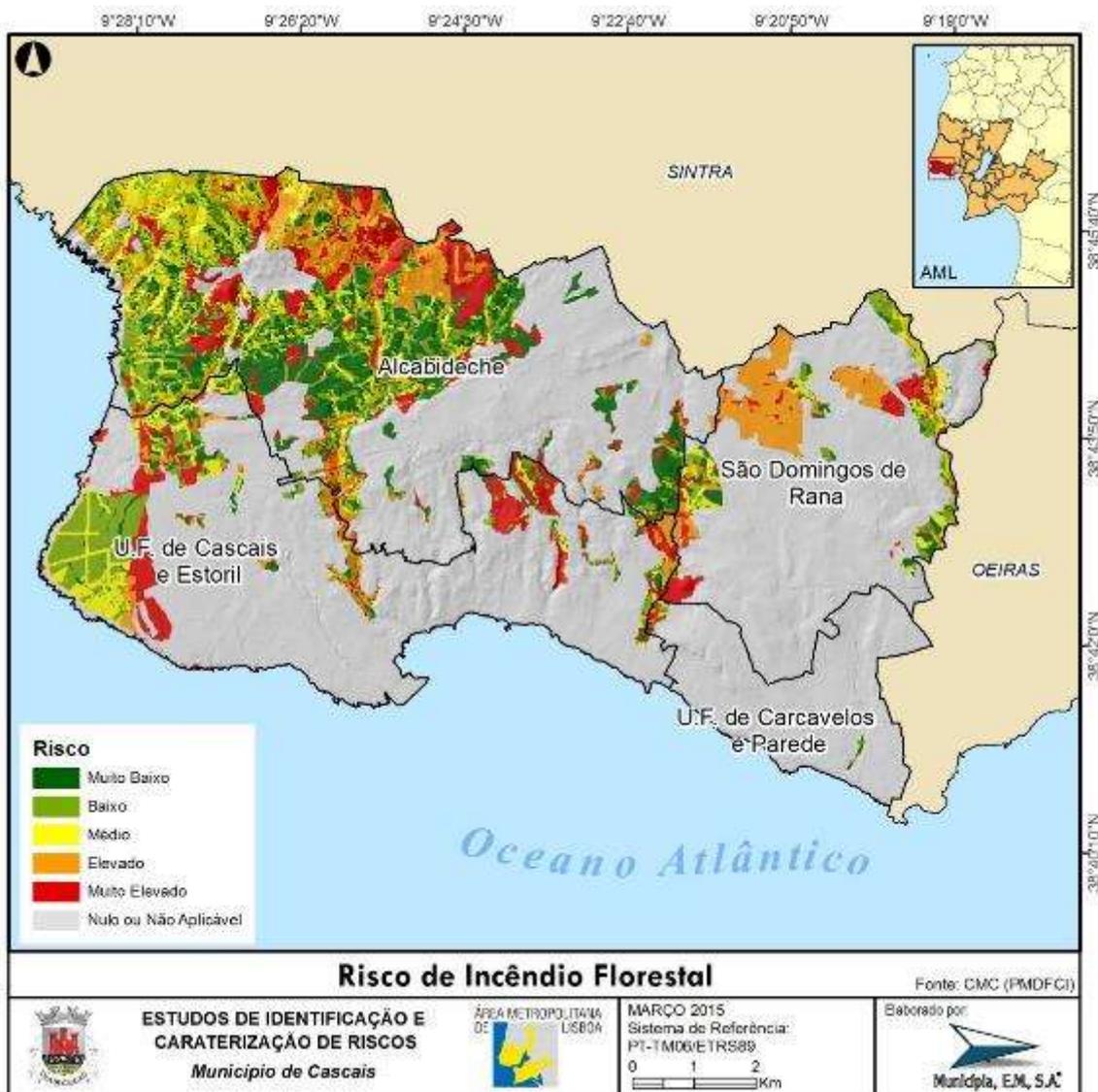
Figura 13 - Área ardida (ha) e número de ocorrências entre 2001 e 2013

Versão Consulta Pública (não)

Observando Mapa 57, referente à carta de risco de incêndio florestal do PMDFCI de Cascais, verifica-se à partida que o risco incide sobretudo a noroeste do concelho, na freguesia de Alcabideche, mostrando um grau de risco mais elevado nas áreas florestais da Serra de Sintra.

Verificam-se ainda diversas áreas de risco elevado e muito elevado, como na Quinta da Marinha, nos focos florestais ao longo da Ribeira das Vinhas e da Ribeira da Cadaveira e nos terrenos agrícolas de Manique, Tires e Trajouce.

A classe de risco nulo ou não aplicável abrange mais de metade do concelho, que se explica extensa área urbana.



Mapa 57 - Risco de Incêndio Florestal

Relativamente ao quadro 41 onde se apresentam as áreas ocupadas por cada classe de risco, constata-se que em cerca de 62% do território do concelho o risco de incêndio florestal não se aplica. As restantes classes de risco mostram-se semelhantes em termos de área, a rondar entre os 7 e os 8% cada.

Risco	Área (Km ²)	Área (%)
Muito Baixo	7,87	8,08
Baixo	7,21	7,40
Médio	6,93	7,11
Elevado	6,90	7,09
Muito Elevado	6,86	7,04
Nulo ou Não Aplicável	61,64	63,29
Total	97,40	100

Quadro 41 - Área (km² e %) por classe de risco

A figura 14 estabelece as prioridades de defesa em caso de incêndio florestal de acordo com o PMDFCI de Cascais. Uma vez que parte do concelho está integrada na área protegida do Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC), os elementos prioritários distinguem-se em três categorias – habitats, flora e fauna – classificados pelo seu valor (excecional, muito elevado e elevado).

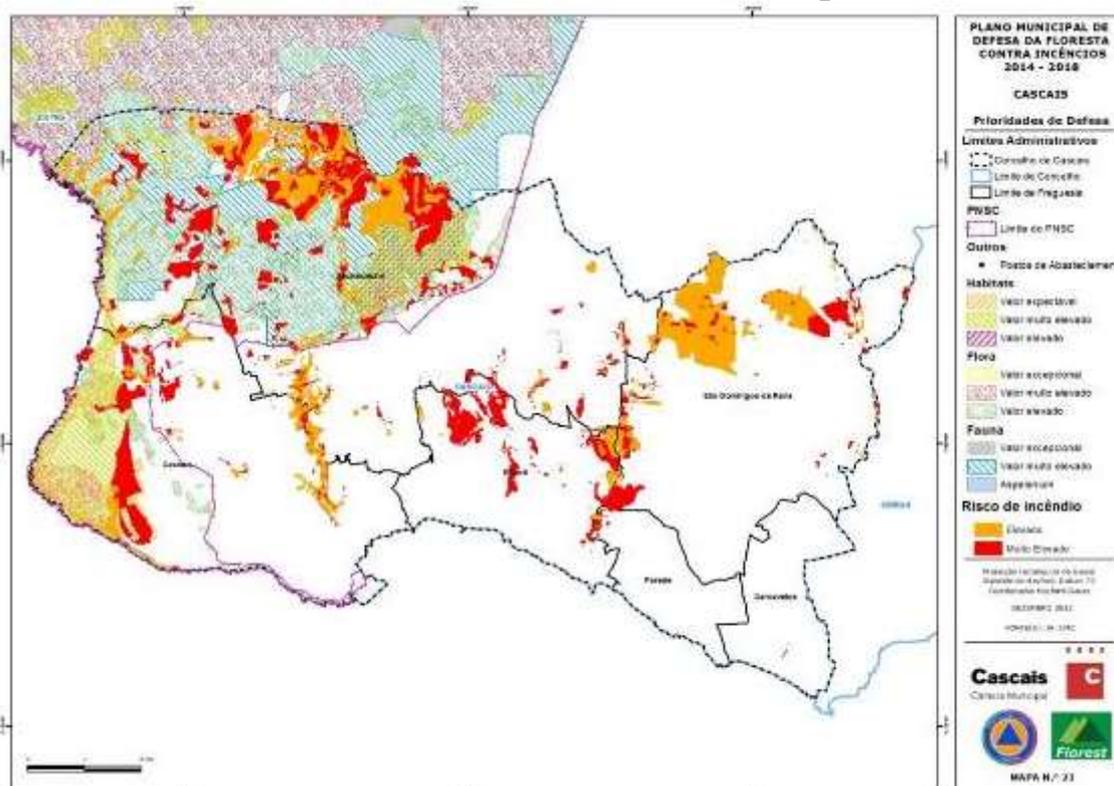


Figura 14 - Carta de Prioridades de Defesa

Referira-se ainda a existência da Zona Crítica de Sintra-Cascais, mancha classificada nos termos da Portaria 1056/2004, onde se reconhece ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios face ao risco de incêndio que apresenta e em função do seu valor económico, social e ecológico.

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de incêndios florestais considera-se “elevada”, uma vez que existe um nível considerável de ocorrências registadas.

Danos

A gravidade associada à população é “moderada”, podendo ser necessário tratamento médico (sem vítimas mortais), algumas hospitalizações e a retirada de pessoas por um período de 24 horas.

No que diz respeito aos danos para o ambiente consideram-se “moderados”, uma vez que poderá produzir alguns impactes sem efeitos duradouros.

Em relação à socioeconomia os danos são considerados “reduzidos”, podendo haver constrangimentos em algumas atividades, gerando alguma perda financeira.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado aos incêndios florestais como “Elevado”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Incêndios florestais	Elevada	Moderado	Moderado	Reduzido	Moderado	Elevado

5.1.19. Emergências Radiológicas

Definição

De acordo com a definição da ANPC, as emergências radiológicas podem ser resultado de um acidente grave numa instalação com um reator nuclear (central nuclear, navio de propulsão nuclear,...), pela queda dum satélite com reator nuclear ou por um incêndio no transporte de material radioativo. Nestes casos existe o risco de dispersão de matérias radioativas que podem constituir um perigo para o homem e para o ambiente.

Dados utilizados

A avaliação do risco de emergências radiológicas teve por base a informação referente ao radão (gás radiológico), disponibilizada pelo Departamento de Proteção Radiológica e Segurança Nuclear do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (<http://www.itn.pt/>).

Metodologia

A metodologia utilizada consistiu na análise da cartografia referente à concentração do radão.

Análise

Em Portugal não existem centrais nucleares, no entanto, verifica-se a presença de Radão, definido pelo ITN como “um gás inodoro e incolor de origem natural, radioativo, cujos átomos se desintegram originando outros elementos também radioativos, causando, todos eles, exposição do Homem às radiações ionizantes. Provém das pequenas quantidades de urânio e rádio presentes, em proporções variáveis na maior parte dos solos e rochas e, consequentemente, em materiais de construção”.

Relativamente à distribuição da concentração de radão, o concelho de Cascais insere-se maioritariamente na zona de concentração mais elevada, com uma média anual inferior entre 50 e 200 Bq/m³ (Mapa 58).

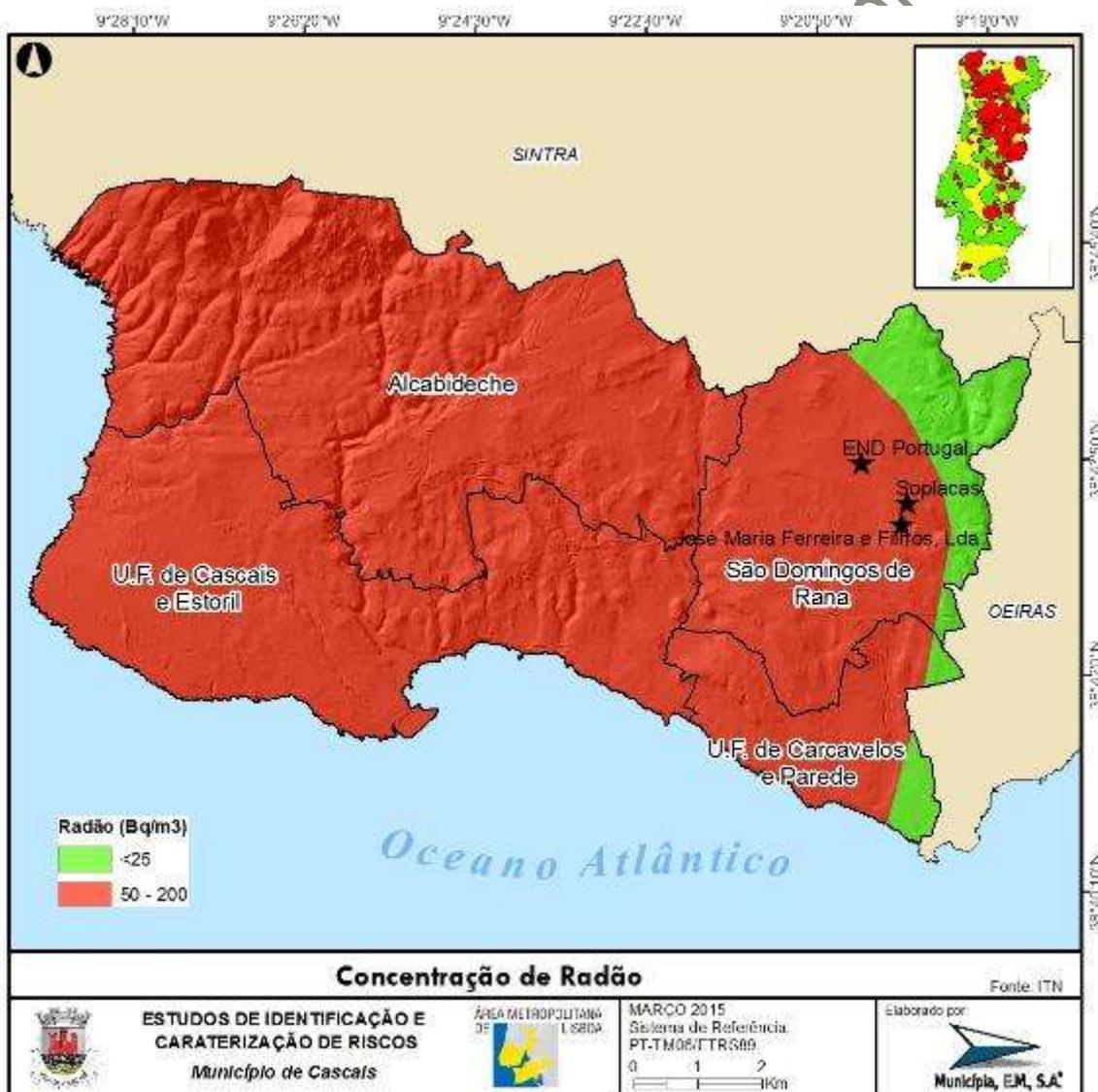
No contexto dos riscos associados a emergências radiológicas, o PMEPCC identificadas as seguintes unidades industriais:

Utilizadores autorizados:

- José Maria Ferreira & Filhos, Lda. - Est. Principal do Outeiro, 2009-A, Zona Industrial da Abóboda, 2785-514 S. Domingos de Rana;
- Soplacas - Sociedade de Placas de Betão, S.A. - R. Projetada à Estrada do Outeiro de Polima - Abóboda, 2785-543 S. Domingos de Rana.

Importador/exportador:

- END - Ensaios Não Destrutivos e Controle de Qualidade, Lda. - Rua Alfredo da Silva, Lote 7 (Zona Industrial da Abóboda), Trajouce, 2785-035 S. Domingos de Rana.



Mapa 58 - Concentração de Radão

Probabilidade

A probabilidade de ocorrência de emergências radiológicas considera-se “média”.

Danos

A gravidade associada à população, ambiente e socioeconomia é “residual” por não haver registo de feridos nem vítimas mortais, não se prever qualquer impacto no ambiente e pelos constrangimentos na comunidade serem muito reduzidos ou mesmo inexistentes, não causando perda financeira.

Risco

O cruzamento do grau de gravidade e de probabilidade com a matriz de risco permite classificar o grau de risco associado às emergências radiológicas como “baixo”.

Categoria	Probabilidade	Grau de Gravidade				Risco
		População	Ambiente	Socioeconómica	Total	
Emergências radiológicas	Média	Residual	Residual	Residual	Residual	Baixo

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.2. Análise de Vulnerabilidades«

5.2.1. Nevões

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

A rede viária identifica-se como o principal elemento exposto à ocorrência de nevões, uma vez que um episódio desta natureza pode levar ao corte de várias vias, condicionando deste modo a circulação.

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.2.2. Ondas de Calor

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

De acordo com a DGS (2004) a população idosa (≥ 65 anos) é o grupo etário mais vulnerável a ondas de calor.

O cruzamento da suscetibilidade com a população com 65 ou mais anos permite estimar o número de indivíduos vulneráveis em cada classe (Quadro 42).

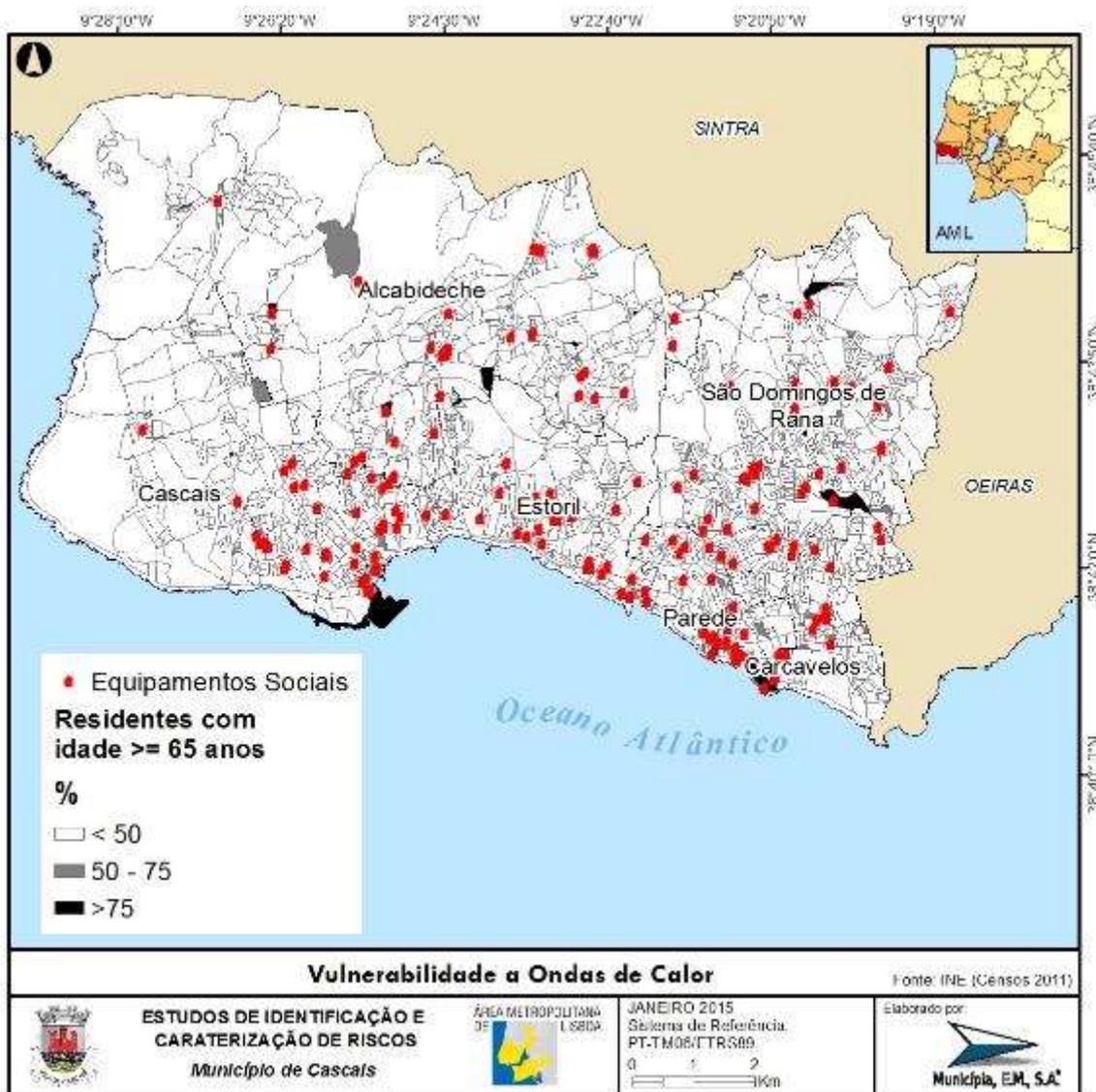
Freguesia	População ≥ 65 anos	% População ≥ 65 anos potencialmente afetada	
			Baixa
Alcabideche	6643		15.8
Carcavelos e Parede	9037		20.1
Cascais e Estoril	12899		20.9
São Domingos de Rana	8135		14.1
Total do Concelho	36714		17.8

Quadro 42 - Exposição da população idosa à ocorrência de ondas de calor

Versão Consulta Pública (não reservado)

No Mapa 59 representa-se a percentagem de população idosa por subsecção estatística, identificando-se, deste modo, os locais onde a população é mais vulnerável a ondas de calor. Adicionalmente identificam-se também os equipamentos sociais, como lares de idosos e centros de dia, onde existe maior concentração de indivíduos nesta faixa etária.

Destaca-se de uma forma geral a vila de Cascais, Alcabideche, Parede, S. Domingos de Rana e Carcavelos.



Mapa 59 - Vulnerabilidade a ondas de calor

Considerando um evento de onda de calor com condições meteorológicas semelhantes às verificadas em agosto de 2003 são estimados para o concelho de Cascais 126 vítimas mortais, 106 das quais com mais de 65 anos.

5.2.3. Ondas de Frio

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

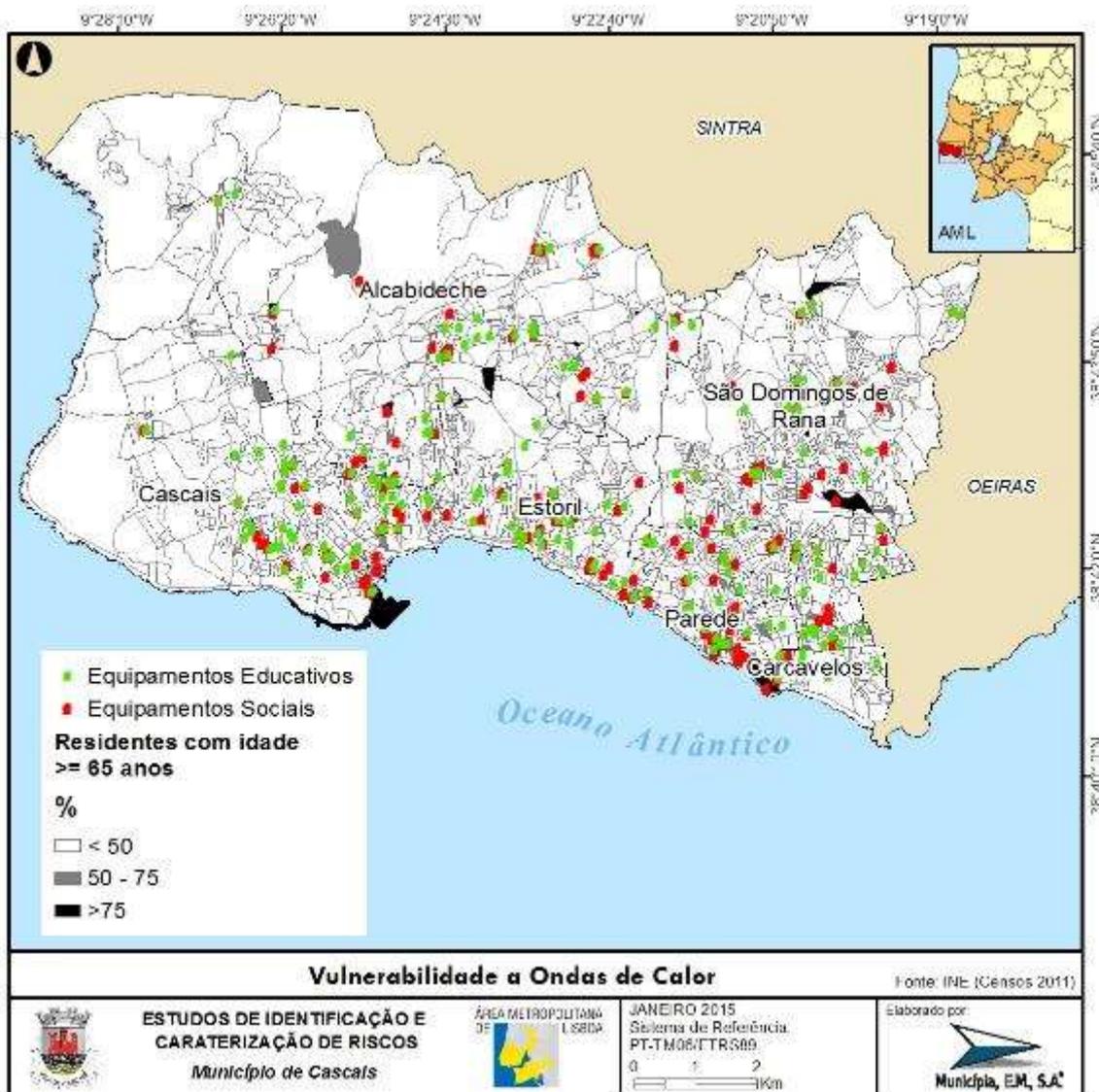
Relativamente às ondas de frio, considera-se que a população jovem (entre os 0 e os 4 anos) e a população idosa (≥ 65 anos) são os grupos etários mais vulneráveis. O cruzamento da suscetibilidade com a população destas faixas etárias permite estimar o número de indivíduos vulneráveis em cada classe (Quadro 43).

Freguesia	População Jovem (0 – 14)	População Idosa (65 ou mais anos)	População Jovem e Idosa potencialmente afetada
Alcabideche	7024	6643	13667
Carcavelos e Parede	6743	9037	15780
Cascais e Estoril	8807	12899	21706
São Domingos de Rana	10081	8135	18216
Total do Concelho	32655	36714	69369

Quadro 43 - Exposição da população jovem e idosa à ocorrência de ondas de frio

Versão Consulta Pública (não reservado)

No Mapa 60 representa-se a percentagem de população jovem e idosa por subsecção estatística, identificando-se, deste modo, os locais onde a população é mais vulnerável a ondas de frio. Adicionalmente identificam-se também os equipamentos sociais e equipamentos educativos onde existe maior concentração de indivíduos nestas faixas etárias. Destaca-se de uma forma geral a vila de Cascais, Alcabideche, Parede, S. Domingos de Rana e Carcavelos.



Versão

5.2.4. Secas

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

Os impactos socioeconómicos, resultantes de secas extremas ou severas, estão essencialmente associados à falta de precipitação, situação que afeta, em particular, no caso de Cascais, o abastecimento humano. A principal vulnerabilidade no abastecimento de água às populações relaciona-se com a dependência do abastecimento dos sistemas em alta (88% adquirida à EPAL).

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.2.5. Cheias e Inundações

No Quadro 44 identifica-se o número de habitantes e edifícios habitacionais expostos à ocorrência de cheias, bem como as infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro, agrupados por bacia hidrográfica.

Bacia Hidrográfica	N.º de Edifícios e Habitantes potencialmente afetados	Infraestruturas	Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro
R. Arneiro	-	EN247 (PK 90+900)	-
R. Arneiro Afluente	1 Edifício 6 Habitantes	Rede viária urbana (195.24m)	-
R. Assobio	-	Rede viária urbana (6.13m)	-
R. Bicesse	162 Edifícios 953 Habitantes	Rede ferroviária (PK 22+076 junto ao Forte de Santo António do Estoril) Estrada de Manique (EN 247-5 PK 8+000) Marginal (EN6 - PK 15+500)	Clube Desportivo da Costa do Estoril Perfilider (Indústria)
R. Cadaveira	44 Edifícios 166 Habitantes	Rede viária urbana (991.87 m)	Estoril Atlético Clube Antiga Junta de Freguesia do Estoril
R. Castelhana	6 Edifícios 37 Habitantes	Marginal (EN6 - PK 18+357) Rede viária urbana (157.67 m)	Auditório Fernando Lopes Graça
R. Grotta	-	-	-
R. Guincho	9 Edifícios 20 Habitantes	Rede viária urbana (929.02 m)	-
R. Laje	3 Edifícios 6 Habitantes	Rede viária urbana (944.88 m)	Del Audio (Comércio)
R. Manique	130 Edifícios 474 Habitantes	EN 247-5 (PK 8+936) Rede viária urbana (2752.27 m)	Centro de Apoio à Família Crescer para Integrar- Horizonte Creche do Murtal - Coop. Horizonte Laboratórios Azevedo
R. Marianas	91 Edifícios 465 Habitantes	Rede viária urbana (1658.64 m)	Aeródromo de Tires Hotel São Julião Igreja de Nossa Senhora da Graça
R. Mochos	25 Edifícios 87 Habitantes	Rede viária urbana (629.28 m)	-
R. Polima	-	Rede viária urbana (111.64 m)	-
R. Praia	-	-	-
R. Sassoeiros	135 Edifícios 612 Habitantes	EN6-7 (PK 2+734) EN 249-4 (PK 5+000; PK 7+228) EN 579 (PK 6+527)	Gelcon (Armazém) Euroinsta – Cec (Comércio) Fernando L. Gaspar (Comércio) Sol de Algés (Comércio)

Bacia Hidrográfica	N.º de Edifícios e Habitantes potencialmente afetados	Infraestruturas	Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro
		Rede viária urbana (3922.27 m)	Igreja Evangélica de Trajouce - zzzzzz"Assembleia de Deus" Alfredo A. Flor (Comércio) Almeida e Borges (Comércio) Filag (Comércio) Original Perfil (Comércio) Panfreixo – Pão Cozido em Lenha (Comércio) S.T.E.P. (Serviços) Suma (Serviços)
R. Vinhas	147 Edifícios 511 Habitantes	Rede viária urbana (3803.45 m)	Antiga Junta de Freguesia de Cascais Casa Avenida (Alojamento) Biblioteca Municipal de Cascais Casa da Horta de Santa Clara Capela da Sagrada Família (Capela do Pisão) Centro de Saúde de Cascais (Sede) Câmara Municipal de Cascais Departamento Serviços Financeiros GNR (Posto da Brigada Fiscal) Hotel Baía Salão do Reino das Testemunhas de Jeová - Cascais Oeste Polícia Marítima Posto de Turismo de Cascais PSP – Esquadra

Quadro 44 - Elementos expostos a cheias

5.2.6. Sismos

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

A vulnerabilidade sísmica reflete a capacidade que determinado elemento em risco tem para resistir, ou para ser afetado pelo sismo, sendo condicionada pelo nível de severidade do fenómeno (Sousa, 2007).

O cálculo da vulnerabilidade sísmica dos edifícios teve por base uma abordagem que recorre à tipologia de construção e ao número de pisos dos edifícios, de acordo com a fórmula apresentada por Giovinazzi e Lagomarsino (2004):

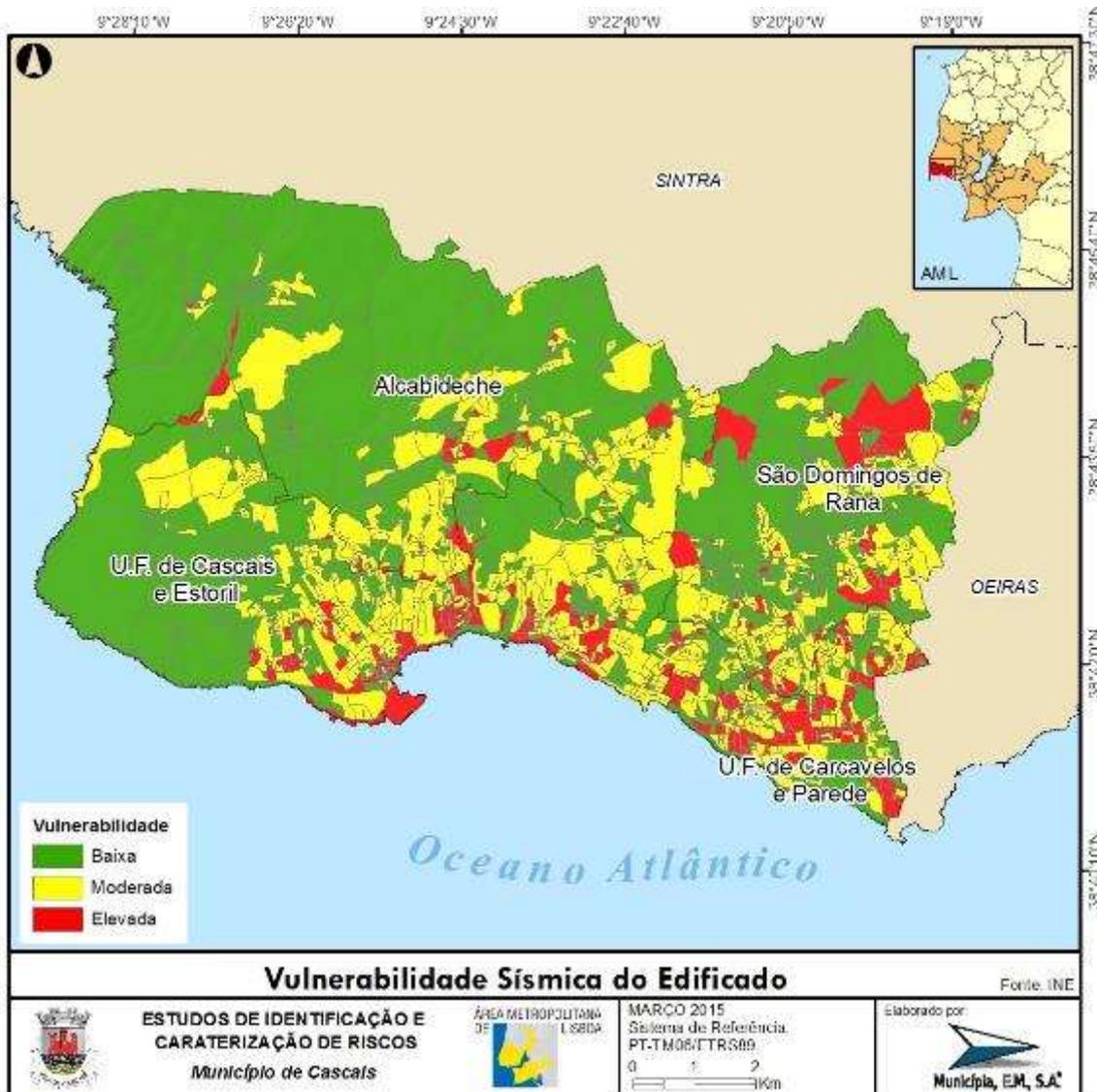
$$\bar{V}_I = V_I^* + \Delta V_R + \Delta V_m$$

Em que:

- V_I^* é o índice de vulnerabilidade tipológico;
- ΔV_R é o fator de vulnerabilidade regional;
- ΔV_m representa a contribuição para ter em conta a presença de modificadores sísmico.

Versão Consulta Pública (não reservado)

Analisando o mapa de vulnerabilidade sísmica do edificado (Mapa 61), verifica-se que a classe mais elevada se encontra principalmente nos lugares de Rana, São João do Estoril, Estoril, Monte Estoril, Parede e Carcavelos, em contraste com as áreas mais interiores onde o número de edifícios é reduzido.



Mapa 61 - Vulnerabilidades Sísmica do Edificado

O cruzamento das classes de vulnerabilidade sísmica elevada com os elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil, permitem identificar um elevado conjunto de elementos (Quadro 45). Destaca-se cerca de 13476 habitantes e 4052 edifícios habitacionais localizados nesta classe, assim como parte considerável da rede viária, da rede de abastecimento de água, da rede de gás e da rede de saneamento de águas residuais. Importa ainda referir os 25 equipamentos educativos, 29 equipamentos desportivos e 1 equipamento de saúde localizados nesta classe.

Categoria	Tipologia	Nº Elementos Expostos / Extensão (km)
N.º de Edifícios e Habitantes potencialmente afetados	Edifícios Habitacionais	5049
	População	50229
Infraestruturas	Antena de Telecomunicações	67
	Infraestruturas Rodoviárias	127
	Infraestruturas Ferroviárias	7
	Rede de Abastecimento de Água	143
	Rede de Gás	87
	Rede de Saneamento de Águas Residuais	11
	Rede Elétrica	723
Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro	Agentes de Proteção Civil e Outras Entidades	7
	Associação Cultural/Recreativa	1
	Comércio e Indústria	11
	Equipamentos Administrativos	5
	Equipamentos Culturais	20
	Equipamentos de Saúde	1
	Equipamentos Desportivos	29
	Equipamentos Educativos	25
	Equipamentos Religiosos	16
	Equipamentos Sociais	28
	Património	407
Unidades de Alojamento	21	

Quadro 45 - Elementos Expostos a sismos

De acordo com o cenário mais gravoso do PEERS-AML as áreas mais vulneráveis a um sismo correspondem aos quarteirões mais antigos da Alapraia, Bairro da Bela Vista, Bairro da Cadeia de Tires, Bairro da Carris, Bairro das Marianas, Bairro Zambujeiro Quadrado, Caparide, Carcavelos, Casal do Buzano, Galiza, Jardins da Parede, Madorna, Monte Estoril, Murtal, Parede, Quinta da Alagoa, Quinta da Lameira, Rana, Rebelva, São Domingos de Rana, São João do Estoril, Sassoeiros, Tires e Trajouce. Segundo o mesmo documento, são expeáveis para o concelho de Cascais, no cenário mais gravoso, 2265 vítimas mortais, 46164 desalojados e 2265 edifícios colapsados. Relativamente às infraestruturas rodoviárias e ferroviárias não se prevê a inoperacionalidade de nenhum troço ou obra de arte.

5.2.7. Inundação por Tsunami

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

O cruzamento da suscetibilidade elevada a inundação por tsunami com os elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil, permitem identificar um conjunto de equipamentos e infraestruturas vulneráveis à ocorrência deste fenómeno (Quadro 46). Destaca-se a possibilidade de cerca de 1378 habitantes e 443 edifícios habitacionais serem afetados, assim como parte considerável da linha férrea de Cascais e da Avenida Marginal (EN6).

Importa ainda referir, pela elevada concentração de pessoas, 14 unidades de alojamento potencialmente afetadas.

Categoria	Tipologia	Designação	Nº Elementos Expostos / Extensão (m)
N.º de Edifícios e Habitantes potencialmente afetados	Edifícios Habitacionais	443 Edifícios Habitacionais	-
	População	1378 habitantes	-
Infraestruturas	Infraestruturas Ferroviárias	Linha Férrea	4704 m
		Estação Ferroviária do Estoril	-
		Estação Ferroviária do Monte Estoril	-
	Infraestruturas Rodoviárias	Alameda Columbano	61 m
		Alameda dos Combatentes da Grande Guerra	457 m
		Alameda Duquesa de Palmela	476 m
		Avenida 25 de Abril	88 m
		Avenida Aida	189 m
		Avenida Clotilde	116 m
		Avenida Cónego Doutor Manuel José de Sousa	18 m
		Avenida Costa Pinto	266 m
		Avenida Dom Carlos I	220 m
		Avenida Dom Pedro I	548 m
		Avenida Marginal (EN6)	3056 m
		Avenida Marques Leal (EN6)	40 m
		Avenida Nossa Senhora do Cabo (EN247)	430 m
		Avenida Rei Humberto II de Itália	447 m
		Avenida Valbom	166 m
		Beco da Praia da Rainha	13 m
		Beco dos Inválidos	51 m
		Beco Esconso	36 m
		Beco Torto	84 m
		EN6-7	334 m
	Estrada do Guincho (EN247)	139 m	
	Largo Amália Rodrigues	222 m	
	Largo Cidade de Vitória	41 m	
	Largo da Misericórdia	29 m	
Largo da Praia da Rainha	73 m		
Largo das Grutas	33 m		

Categoria	Tipologia	Designação	Nº Elementos Expostos / Extensão (m)
		Largo de Luís de Camões	56 m
		Largo Mestre Henrique Anjos	159 m
		Marina de Cascais	1328 m
		Parada Dom João IV	15 m
		Passagem João Heliodoro Neto Ribeiro	88 m
		Passeio Carlos Andrade Teixeira	87 m
		Passeio Dom Luís I	99 m
		Passeio Dona Maria Pia	202 m
		Passeio Luís Pinto Coelho	79 m
		Praça 5 de Outubro	75 m
		Praça Costa Pinto	29 m
		Praça do Junqueiro	333 m
		Praça Doutor Francisco de Sá Carneiro	282 m
		Praceta de Gaza	51 m
		Praceta João Manuel Cordeiro Pereira	56 m
		Praceta Nuno Ribeiro	198 m
		Rua Afonso Sanches	111 m
		Rua Alexandre Herculano	51 m
		Rua Arquitecto Rosendo Carvalheira	14 m
		Rua Batalhão Sapadores de Caminhos de Ferro	61 m
		Rua Carlos Ribeiro	101 m
		Rua da Bela Vista	17 m
		Rua da Misericórdia	62 m
		Rua da Palma	23 m
		Rua da Palmeira	138 m
		Rua da Ribeira das Vinhas	128 m
		Rua da Saudade	149 m
		Rua das Flores	137 m
		Rua de Benguela	34 m
		Rua de Catembe	29 m
		Rua de Doutora Iracy Doyle	103 m
		Rua de Gaza	269 m
		Rua de Luanda	231 m
		Rua de Melo e Sousa	50 m
		Rua de Santa Rita	81 m
		Rua do Arco	44 m
		Rua do Gurué	27 m
		Rua do Poço Novo	117 m
		Rua Doutor Álvaro Lacerda e Melo	73 m
		Rua Farol de Santa Marta	61 m
		Rua Fernandes Thomaz	141 m
		Rua Frederico Arouca	485 m
		Rua Frei Nicolau de Oliveira	62 m
		Rua José Félix de Moura e Lima	52 m
		Rua Manuel Joaquim de Avelar	14 m
		Rua Manuel Vieira de Araújo Viana	15 m

Categoria	Tipologia	Designação	Nº Elementos Expostos / Extensão (m)
		Rua Marques Leal Pancada	62 m
		Rua Nova da Alfarrobeira	37 m
		Rua Padre Moisés da Silva	124 m
		Rua Regimento 19 de Infantaria	92 m
		Rua Sebastião José Carvalho e Melo	45 m
		Rua Visconde da Luz	261 m
		Sítio do Castelo	14 m
		Travessa Afonso Sanches	39 m
		Travessa da Alfarrobeira	52 m
		Travessa da Conceição	83 m
		Travessa da Misericórdia	35 m
		Travessa da Palmeira	45 m
		Travessa da Ressurreição	42 m
		Travessa das Flores	26 m
		Travessa do Poço Novo	36 m
		Travessa do Visconde da Luz	53 m
		Travessa Frederico Arouca	55 m
	Energia e Combustíveis	Posto de Abastecimento de Combustíveis	3
Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro	Agentes de Proteção Civil	50ª Esquadra (Cascais)	-
		Esquadra - Posto de Turismo	-
		Polícia Marítima	-
		Posto da Brigada Fiscal	-
	Equipamentos Administrativos	Câmara Municipal de Cascais Departamento Serviços Financeiros	-
		Câmara Municipal de Cascais Departamento Urbanismo e Infraestrutura	-
		Junta de Freguesia de Cascais e Estoril	-
	Equipamentos Culturais	Biblioteca Municipal de Cascais - Casa da Horta de Santa Clara	-
		Casa de Santa Maria	-
		Farol Museu de Santa Marta	-
		Fernando Grego Lda.	-
		Livraria Bulhosa Livreiros	-
		Livraria Europa América	-
		Livraria Galileu SA	-
		Livraria Municipal de Cascais	-
		Museu Conde Castro Guimarães	-
		Núcleo Museológico da Associação Portuguesa de Coleccionadores de Armas	-
		Posto de Turismo de Cascais	-
		Posto de Turismo do Estoril	-
	Equipamentos de Saúde	Centro de Saúde de Cascais (Sede)	-
Equipamentos Desportivos	ADN Atividades Desportivas Náuticas	-	
	Clube Naval de Cascais	-	
	Estalagem Muchaxo	-	

Categoria	Tipologia	Designação	Nº Elementos Expostos / Extensão (m)
		Estoril Atlético Clube	-
		Hipódromo Manuel Possolo	-
		Marina de Cascais	-
		Piscina Tamariz	-
	Equipamentos Educativos	Colónia Infantil de Educação Popular	-
		Capela de São Sebastião	-
		Capela dos Salesianos do Estoril	-
	Equipamentos Religiosos	Ermida de Nossa Senhora da Conceição	-
		Igreja da Misericórdia de Cascais	-
		Salão do Reino das Testemunhas de Jeová - Cascais Oeste	-
	Equipamentos Sociais	CooperActiva - Cooperativa de Desenvolvimento Social	-
		Residências Domus Vida	-
		Santa Casa da Misericórdia de Cascais	-
		Albergaria Valbom	-
		Apartamento	2
		Casa Avenida	-
		Casa da Pérgola	-
		Estalagem Muchaxo Hotel	-
		Farol Design Hotel	-
	Unidades de Alojamento	Hotel Albatroz	-
		Hotel Apartamento Vila Galé Cascais	-
		Hotel Baía	-
		Hotel Praia Mar	-
		Hotel S. Julião	-
		Hotel Vila Galé Estoril	-
		Vila Albatroz	-

Quadro 46 - Elementos expostos à ocorrência de tsunami

5.2.8. Galgamentos Costeiros

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

As áreas de maior vulnerabilidade correspondem à frente marítima do Estoril, podendo verificar-se alguns danos na estação ferroviária do Estoril e do Monte do Estoril, bem como na Colónia Infantil de Educação Popular. Na marina de Cascais também poderão observar-se constrangimentos, assim como nos edifícios da Baía de Cascais mais próximos da linha de costa.

Em Fevereiro de 2014, segundo o CDOS, registou-se um galgamento costeiro na praia da Parede, pelo que esta zona deverá também merecer especial atenção.

5.2.9. Erosão Costeira: Recuo e instabilidade de arribas

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

As áreas de maior vulnerabilidade correspondem aos locais em que foram colocadas placas de aviso (topo e/ou base da arriba), com acesso público.

5.2.10. Inundação por Rutura de barragens

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

Identificam-se como zonas mais vulneráveis as quintas e áreas agrícolas localizadas ao longo do vale da Ribeira das Vinhas.

5.2.11. Movimento de Massa em Vertentes

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

O cruzamento das classes de suscetibilidade elevada a movimentos de massa em vertentes com os elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil, permitem identificar um conjunto de infraestruturas vulneráveis à ocorrência deste fenómeno. Identifica-se no Quadro 47 as diversas infraestruturas rodoviárias, elementos da rede de abastecimento de água e da rede elétrica que poderão ser afetados.

Categoria	Tipologia	Designação	Nº Elementos Expostos / Extensão (Km)
Infraestruturas	Infraestruturas Rodoviárias	Estrada da Malveira da Serra (EN9-1)	28 m
		Estrada da Serra (EN9-1)	12 m
		Rua da Biscaia	6 m
		Rua de Cascais (EN9-1)	99 m
		Rua do Campo	2 m
		Sem nome	526 m
	Rede de Abastecimento de Águas	Distribuição - Tubagem de diâmetro entre 110 e 350 mm	42 m
		Distribuição - Tubagem de diâmetro inferior a 110 mm	1459 m
		Aductor Vale Gatos-Vale Cavalos	227 m
	Rede Elétrica	Captações	23
		Rede de Baixa-Tensão	454 m
Rede de Média-Tensão		52 m	

Quadro 47 – Elementos expostos a movimentos de massa em vertentes

5.2.12. Acidentes Rodoviários, Ferroviários, Aéreos e Marítimos

5.2.12.1. Acidentes Rodoviários

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

Relativamente aos acidentes rodoviários, considera-se que a vulnerabilidade se restringe elementos envolvidos no acidente, ou seja, ocupantes dos veículos, peões ou veículos acidentados.

5.2.12.2. Acidentes Ferroviários

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

Em relação aos acidentes ferroviários a vulnerabilidade restringe-se aos elementos envolvidos no acidente, considerando-se como principais elementos expostos os ocupantes das composições ferroviárias (tripulação e passageiros), bem como as próprias composições ferroviárias e a linha férrea.

5.2.12.3. Acidentes Aéreos

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

No quadro seguinte constam os elementos expostos resultantes do cruzamento da classe de suscetibilidade elevada.

Categoria	Tipologia	Designação	Nº Elementos Expostos / Extensão (Km)	
N.º de Edifícios e Habitantes potencialmente afetados	Edifícios Habitacionais	1559 Edifícios Habitacionais (Caparide, Manique, Matarraque e Tires)	-	
	População	3917 Habitantes	-	
Infraestruturas	Infraestruturas Rodoviárias	A5	0.95	
		Rede Viária Municipal	15.5	
		Rede Elétrica	Rede Aérea	47.9
		Telecomunicações	3 antenas de telecomunicações móveis	
	Equipamentos Educativos		Sede da Cooperativa e CREA - Centro de Recursos Educativos e de Aprendizagens	
			Escola Básica Tires	
			EB1 António Torrado	
	Equipamentos Religiosos		Ideia - Instituto para o Desenvolvimento Educativo Integrado na Acção	
			Igreja de Nossa Senhora da Graça	
			Capela de Nossa Senhora da Graça	
			Creche Familiar - Unidade 1 - Tires - Ideia	
	Equipamentos Sociais		Centro Comunitário de Tires	
			Edifício da IDEIA	
			Grupo de Solidariedade Justiça e Paz	
		Casa da Criança de Tires		

Quadro 48 - Elementos Expostos a Incêndios Florestais

5.2.12.4. Acidentes Marítimos

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

Em relação aos acidentes marítimos, considera-se que a vulnerabilidade se restringe à população presente nas embarcações.



5.2.13. Acidentes nos Transportes de Mercadorias Perigosas

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

As localidades mais vulneráveis à ocorrência de acidentes no transporte de mercadorias perigosas serão naturalmente as existentes nas proximidades da A5, da A16, da EN6 (Avenida Marginal), da Variante 6-7, da EN9 (Estrada Terceira Circular), da EN249, da EN249-4 e da Avenida Amália Rodrigues, visto que é por estas vias que se efetua o transporte de mercadorias perigosas.

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.2.14. Acidentes Industriais que envolvam substâncias perigosas

O cruzamento das classes de suscetibilidade elevada e moderada com os elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil, permitem identificar um conjunto de equipamentos e infraestruturas vulneráveis à ocorrência deste fenómeno (Quadro 49). Destaca-se pela proximidade à pedreira a localidade de Cabreiro.

Categoria	Tipologia	Designação	Nº Elementos Expostos / Extensão (Km)
N.º de Edifícios e Habitantes potencialmente afetados	Edifícios Habitacionais	10 Edifícios Habitacionais	-
	População	27 Habitantes	-
Infraestruturas	Infraestruturas Rodoviárias	Rua da Calçada Antiga	-
		Rua do Lameiro	-
		Rua Marquês de Angeja	-
	Rede de Água		1.6
	Rede Elétrica		2.2
Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro	Agentes de Proteção Civil		-
	Equipamentos Administrativos		-
	Equipamentos Desportivos		-
	Equipamentos Educativos		-
	Equipamentos Religiosos		-
	Equipamentos Sociais		-
	Indústria e Armazenamento	Armazéns (Cabreiro)	3
	Unidades de Alojamento		-
	Património	Quinta do Pisão de Cima e Quinta do Marquês de Angeja	-

Quadro 49 - Elementos expostos a Incêndios Florestais

5.2.15. Colapso de Estruturas em Edifícios

Análise da vulnerabilidade \ elementos expostos

Identifica-se como área mais vulnerável à ocorrência de colapso de estruturas em edifícios, a União das Freguesias de Carcavelos e Parede, por apresentar um edificado mais antigo. Pelo facto de apresentarem um elevado número de edifícios com necessidade de reparação, destacam-se os lugares do Cabreiro, Birre, Amoreira, Sassoeiros e Carcavelos.

Lugar	Nº de edifícios
Murtal	2
Rana	2
Abóboda	3
Estoril	5
São Pedro do Estoril	8
Janes	11
Tires	14
Murches	16
São João do Estoril	17
Bicesse	22
Parede	34
Cascais	37
Alapraia	41
Adroana	47
Carcavelos	52
Sassoeiros	61
Amoreira	66
Birre	75
Cabreiro	81

Quadro 50 - N.º de edifícios com necessidades muito grande de reparações por lugar

O quadro seguinte sintetiza a população, o número total e edifícios e arruamentos com necessidades muito grande de reparações.

Categoria	Tipologia	Designação	Nº Elementos Expostos / Extensão (Km)
N.º de Edifícios e Habitantes potencialmente afetados	Edifícios Habitacionais	594	-
	População	1830	-
Infraestruturas	Infraestruturas Rodoviárias	Avenida 25 de Abril	
		Avenida Costa Pinto	
		Avenida do Ultramar	
		Avenida Dom Pedro I	
		Avenida Emília	
		Avenida Marginal (EN6)	
		Avenida Marques Leal (EN6)	
		Beco à Rua Manuel Henriques	
		Beco das Mimosas	
		Calçada do Juncalinho	
		EN249-4	
		Estrada da Alapraia	
		Estrada da Malveira da Serra (EN9-1)	
		Largo do Américo	
		Largo do Girassol	
		Praceta Abel Botelho	
		Praceta do Girassol	
		Praceta do Pinhal da Alegria	
		Praceta dos Lilazes	
		Praceta Galileu Morgado de Moura	
		Praceta João Manuel Cordeiro Pereira	
		Rua 5 de Outubro	
		Rua Afonso Lopes Vieira	
		Rua António Nobre	
		Rua António Silva	
		Rua Barros Queirós	
		Rua Beatriz Costa	
		Rua Camilo Pessanha	
		Rua Cândido dos Reis	
		Rua Carlos Anjos	
		Rua Carvalho d'Araújo	
		Rua Conselheiro Fernando de Sousa	
		Rua da Alegria	
Rua da Areia			
Rua da Bela Vista			
Rua da Calçada Antiga			
Rua da Escola Nova			
Rua da Esperança			
Rua da Fonte			
Rua da Grécia			
Rua das Buganvílias			
Rua das Chetaínhas			
Rua das Codornizes			
Rua das Fisgas			
Rua das Madressilvas			
Rua das Papoilas			

Rua de Birre
Rua de Dinaméne
Rua de Jau
Rua de Santo António
Rua de São Francisco
Rua de São Vicente
Rua do Geraldo
Rua do Girassol
Rua dos Eucaliptos
Rua dos Figueiredos
Rua dos Gerâneos
Rua dos Junquinhos
Rua dos Lilazes
Rua dos Lusíadas
Rua dos Passarinhos
Rua Doutor António Granjo
Rua Doutor Félix Pereira
Rua Doutor João de Menezes
Rua Doutor Marques da Mata
Rua Doutor Raul Loures Marques Coelho
Rua Eugénio de Andrade
Rua Felizardo A. Martins
Rua Fernando Pessoa
Rua Ferreira de Castro
Rua Heliodoro Salgado
Rua Heróis do Ultramar
Rua João da Silva
Rua José Castro Rodrigues
Rua José Elias Garcia
Rua Luís de Camões
Rua Manuel Acácio Pereira Lourenço
Rua Manuel Henriques
Rua Mato da Cruz
Rua Mayer Garção
Rua Monte do Carmo
Rua Narcisa Sousa Graça
Rua Palmira Bastos
Rua Pintor Carybé
Rua Principal
Rua Sacadura Cabral
Rua Sargento Jacinto Gonçalves
Rua Silva Lobo
Rua Trindade Coelho
Rua Visconde da Luz
Rua Zeca Afonso
Travessa da Escola Nova
Travessa das Amoreiras
Travessa do Américo
Travessa do Realista
Travessa dos Lusíadas
Travessa Doutor Félix Pereira
Travessa Emília
Travessa José Freire
Travessa Palmira Bastos

Quadro 51 - Elementos Expostos

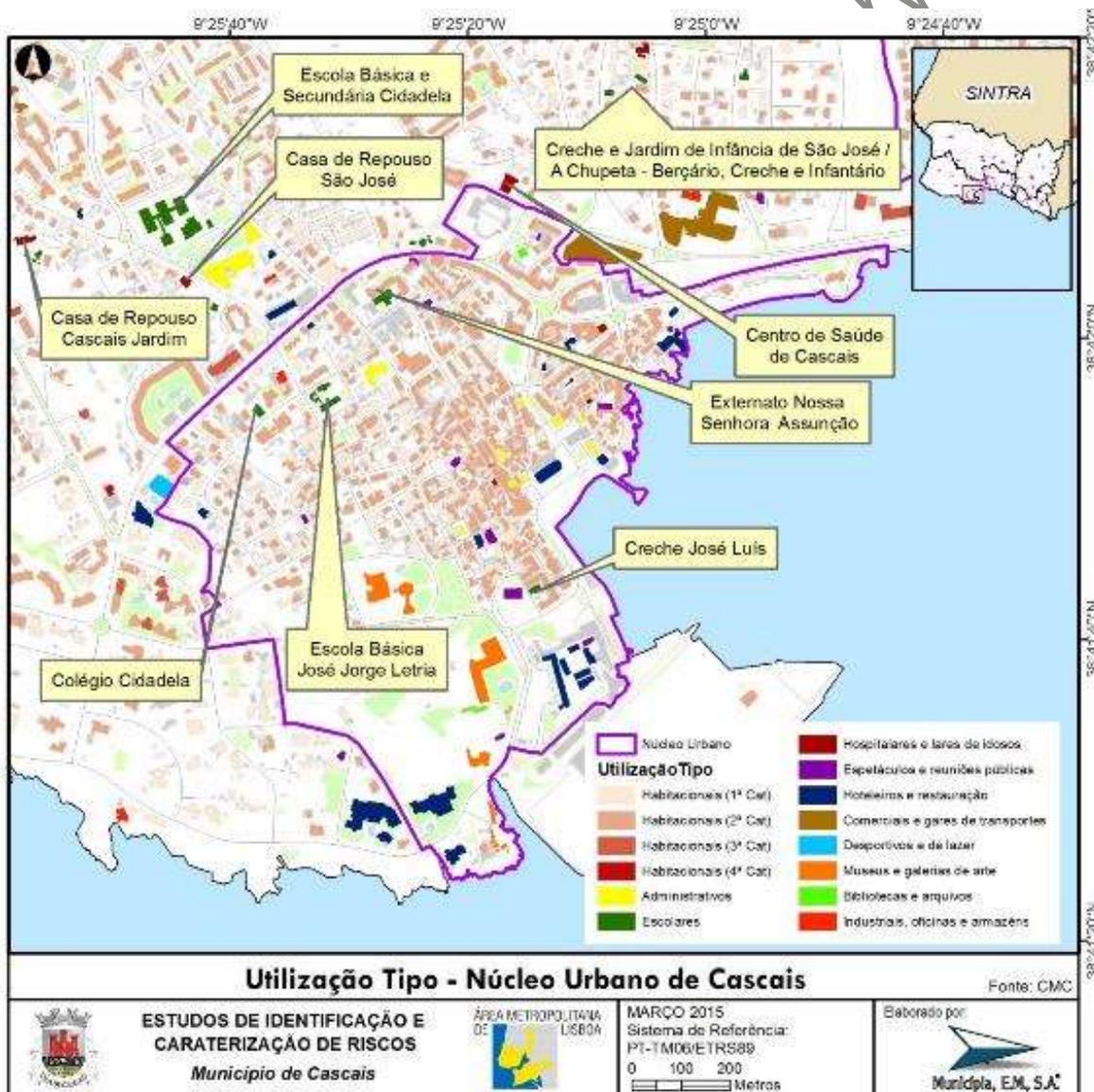
5.2.16. Incêndios Urbanos

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

Nos mapas seguintes representa-se o edificado, classificado por tipo de utilização, de acordo com as tipologias definidas no Decreto-lei n.º 220/2008.

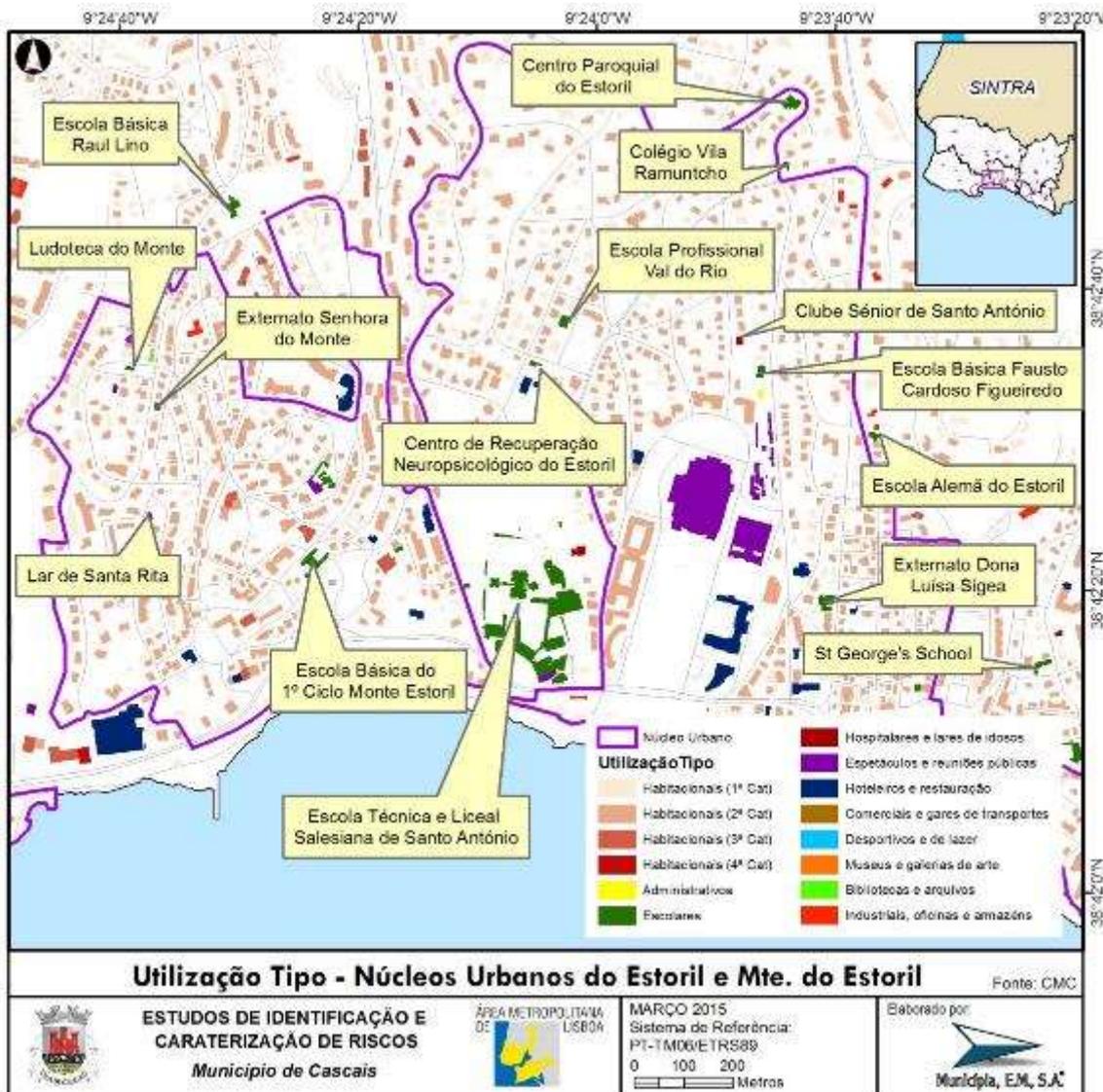
Caracterizam-se os núcleos urbanos que apresentam a maior área no concelho, como os núcleos urbanos de Cascais, do Estoril, do Monte do Estoril, da Parede e de Alcabideche, nos quais se destacam os edifícios mais vulneráveis como as escolas, centros e extensões de saúde e lares de idosos, pela concentração de pessoas em grupos etários mais vulneráveis.

Relativamente ao núcleo urbano de Cascais (Mapa 62) merece especial atenção a Creche José Luís, a Creche e Jardim de Infância de São José, “A Chupeta” - Berçário, Creche e Infantário, o Externato Nossa Senhora Assunção, o Colégio Cidadela, a Escola Básica José Jorge Letria, a Escola Básica e Secundária Cidadela, o Centro de Saúde de Cascais, a Casa de Repouso São José e a Casa de Repouso Cascais Jardim.



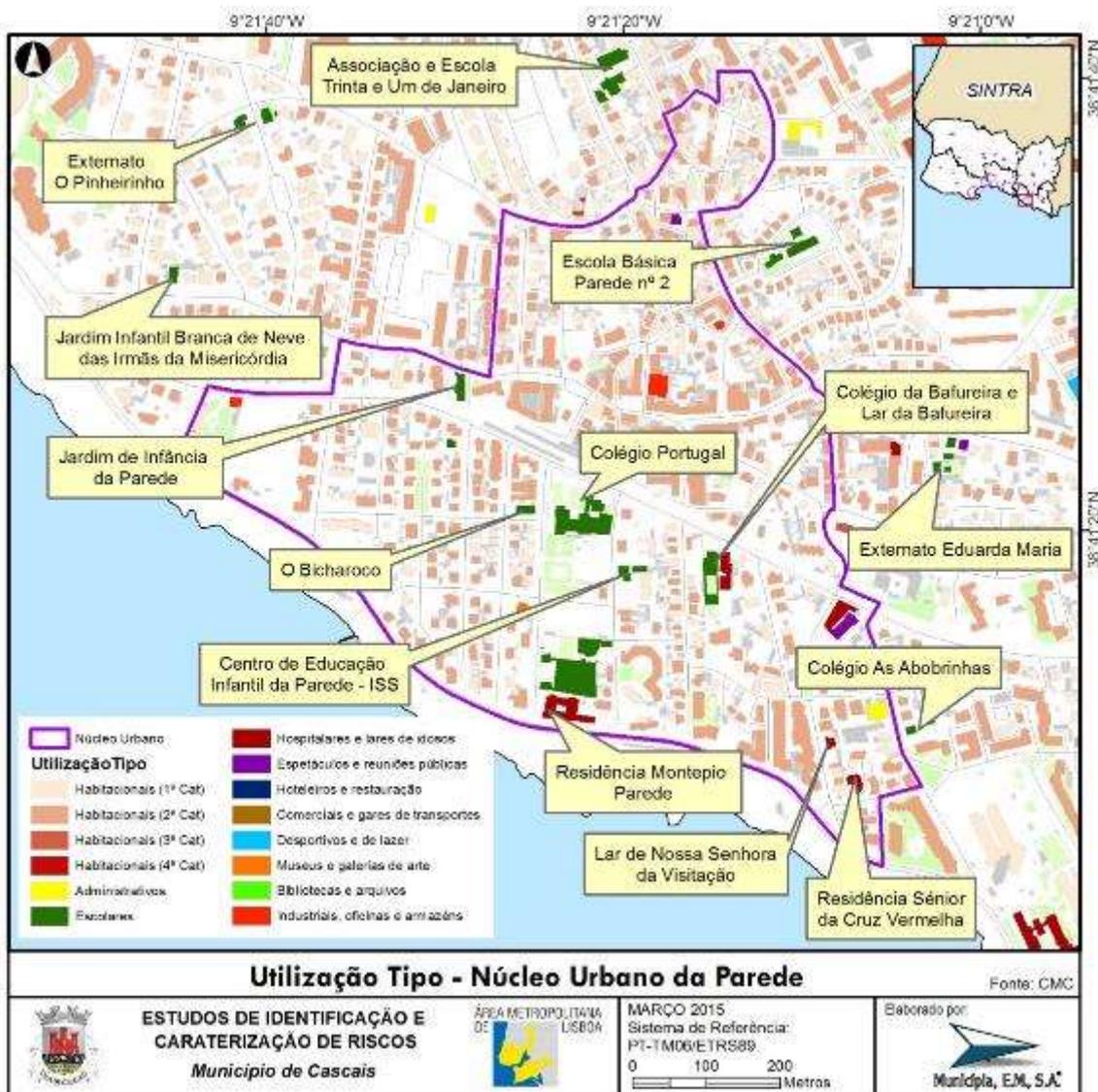
Mapa 62 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleo Urbano de Cascais)

Em relação aos núcleos urbanos do Estoril e do Monte do Estoril (Mapa 63) destaca-se o Externato Dona Luísa Sigea, o Externato Senhora do Monte, a Escola Básica do 1º Ciclo Monte Estoril, a Escola Alemã do Estoril, a Escola Básica Fausto Cardoso Figueiredo, a Escola Técnica e Liceal Salesiana de Santo António, a Escola Básica Raul Lino, a Escola Profissional Val do Rio, a St George's School, o Colégio Vila Ramuntcho, o Centro de Recuperação Neuropsicológico do Estoril, o Centro Paroquial do Estoril, o Lar de Santa Rita, a Ludoteca do Monte e o Clube Sénior de Santo António.



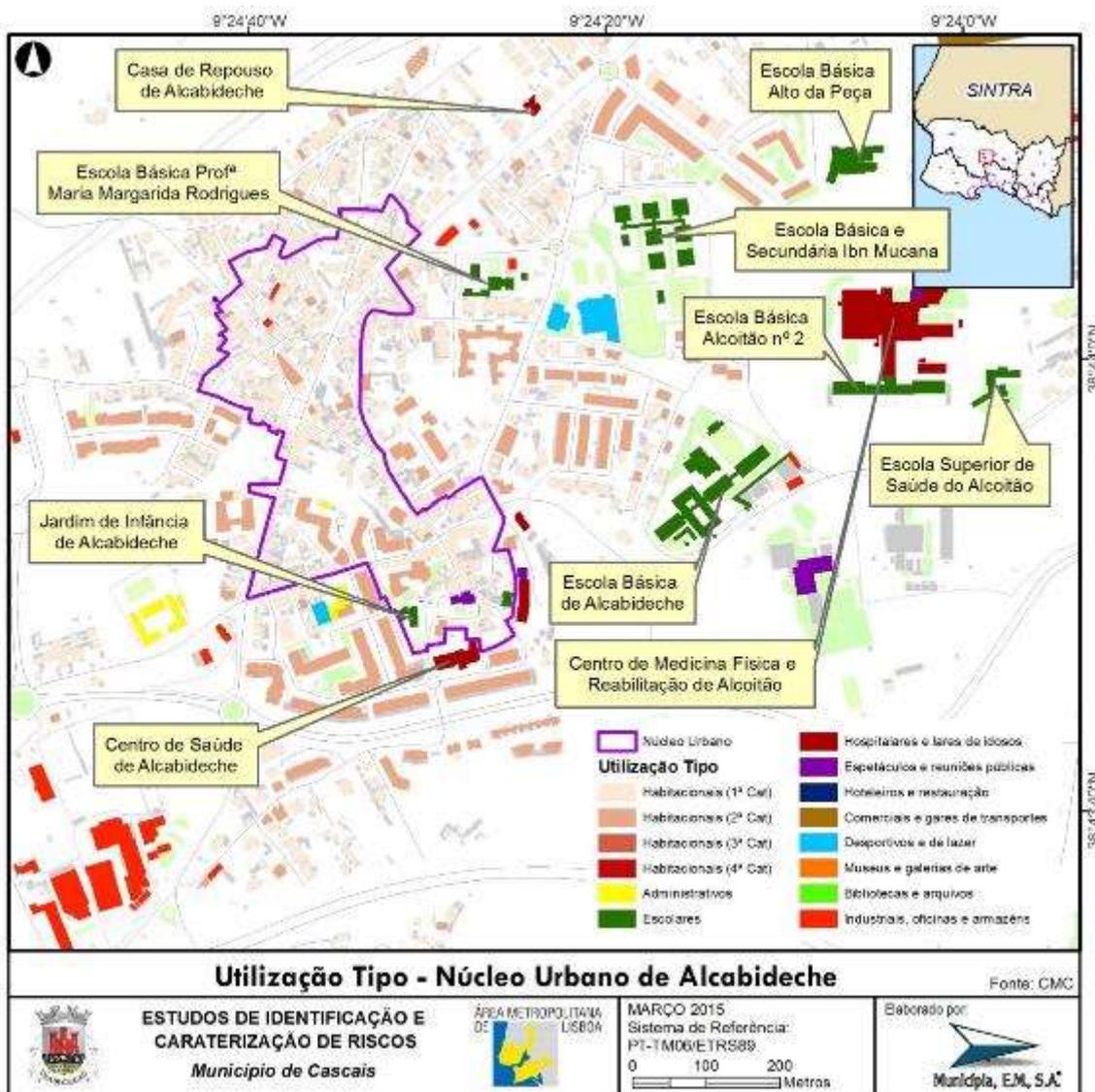
Mapa 63 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleos Urbanos do Estoril e do Monte do Estoril)

No núcleo urbano da Parede (mapa 64) merece especial atenção o Colégio Portugal, o Colégio “As Abobrinhas”, o Colégio da Bafureira, o Externato Eduarda Maria, o Infantário “O Bicharoco”, o Jardim de Infância da Parede, a Escola Básica Parede nº 2, o Centro de Educação Infantil da Parede – ISS, Lar de Nossa Senhora da Visitação, o Lar da Bafureira e a Residência Sênior da Cruz Vermelha.



Mapa 64 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleo urbano da Parede)

Em relação ao núcleo urbano de Alcabideche (Mapa 65) destaca-se o Jardim de Infância de Alcabideche, a Escola Básica de Alcabideche, a Escola Básica Alto da Peça, a Escola Básica Alcoitão nº 2, a Escola Básica e Secundária Ibn Mucana, a Escola Básica Profª Maria Margarida Rodrigues, a Escola Superior de Saúde do Alcoitão, o Centro de Saúde de Alcabideche, a Casa de Repouso de Alcabideche e o Centro de Medicina Física e Reabilitação de Alcoitão. Apesar de não se identificar no mapa seguinte merecem também especial atenção o Hospital Ortopédico de Sant'Ana e o Hospital Dr. José de Almeida.



Mapa 65 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleo Urbano de Alcabideche)

5.2.17. Incêndios em Centros Históricos

Relativamente aos incêndios em centros históricos, consideram-se como principais elementos expostos os equipamentos educativos (creches, escolas básicas), equipamentos sociais (lares, centros de dia), equipamentos de saúde (centros e extensões de saúde), equipamentos administrativos e unidades de alojamento pela concentração de pessoas em grupos etários mais vulneráveis (jovens e idosos).

Neste contexto, em relação ao núcleo urbano de Cascais, importa destacar o elevado número de elementos expostos nestas categorias, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Categoria	Tipologia	Designação	
N.º de Edifícios e Habitantes potencialmente afetados	Edifícios Habitacionais	936	
	População	2678	
Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro	Agentes de Proteção Civil	50ª Esquadra (Cascais)	
		Esquadra - Posto de Turismo	
		Policia Marítima	
		Posto da Brigada Fiscal	
	Equipamentos Administrativos	Câmara Municipal de Cascais Departamento Serviços Financeiros	
		Câmara Municipal de Cascais Departamento Urbanismo e Infraestrutura	
		Câmara Municipal de Cascais Divisão da Juventude	
		Câmara Municipal de Cascais Divisão de Educação	
		Junta de Freguesia de Cascais	
		Repartição de Finanças de Cascais 1	
		Equipamentos Culturais	Biblioteca Municipal de Cascais Infantil e Juvenil
			Biblioteca Municipal de Cascais Casa da Horta de Santa Clara
			Casa das Histórias Paula Rego
			Casa de Santa Maria
			Centro Cultural de Cascais
			Escola EB1 José Jorge Letria
			Farol Museu de Santa Marta
			Junta de Freguesia de Cascais
			Livraria Galileu SA
			Livraria Municipal - Loja Cascais
Livraria Municipal de Cascais			
Museu Conde Castro Guimarães			
Museu do Mar Rei D. Carlos			
Núcleo Museológico da Associação Portuguesa de Coleccionadores de Armas			
Posto de Turismo de Cascais			
Teatro Gil Vicente			
Equipamentos de Saúde	Espaço S - informação e aconselhamento médico		

Equipamentos Desportivos	ADN Atividades Desportivas Náuticas
	Clube Naval de Cascais
	Hipódromo Manuel Possolo
	Equipamentos Educativos
	Colégio Cidadela - Prime School
	Escola Básica José Jorge Letria
	Externato Nossa Senhora Assunção
Equipamentos Religiosos	Capela de Nossa Senhora da Nazaré
	Capela de Nossa Senhora da Vitória
	Capela de São Sebastião
	Ermida de Nossa Senhora da Conceição
	Ermida de Nossa Senhora de Porto Seguro
	Igreja da Misericórdia de Cascais
	Igreja dos Adventistas do Sétimo Dia de Cascais
	Igreja dos Navegantes
	Igreja Nossa Senhora da Assunção (Igreja Paroquial de Cascais)
	Igreja Universal do Reino de Deus
	Salão do Reino das Testemunhas de Jeová - Cascais Oeste
Equipamentos Sociais	Centro de Convívio do Poço Novo - J. F. Cascais
	Conferência Vicentina Beato Nuno Álvares Pereira - Cascais
	CooperActiva - Cooperativa de Desenvolvimento Social
	Creche José Luís - SCMC
	Espaço BIPP Cascais
	Santa Casa da Misericórdia de Cascais
	Serviço Local da Segurança Social de Cascais
Infraestruturas Ferroviárias	Estação de Cascais
Instalações Militares e Estabelecimentos Prisionais	Fortaleza Unidade Anti-aérea
Telecomunicações	Antena de Telecomunicações (MEO)
	Antena de Telecomunicações (NOS)
	Antena de Telecomunicações (Radiomóvel)
	Antena de Telecomunicações (Vodafone)
Unidades de Alojamento	Albergaria Valbom
	Apartamento
	Casa Avenida
	Casa da Pérgola
	Casa Vela
	Farol Design Hotel
	Hotel Albatroz
Hotel Apartamento Vila Galé Cascais	



Hotel Baía
Pousada Cascais
Solar Dom Carlos
Vila Albatroz

Quadro 52 - Elementos Expostos ao núcleo urbano de Cascais

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.2.18. Incêndios Florestais

Análise da vulnerabilidade\elementos expostos

O cruzamento das classes de risco elevado e muito elevado a incêndios florestais com os elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil, permitem identificar um conjunto de equipamentos e infraestruturas vulneráveis à ocorrência deste fenómeno (Quadro 53). Destacam-se as localidades da Biscaia e Figueira do Guincho por serem particularmente vulneráveis ao fenómeno e a possibilidade de cerca de 2618 habitantes e 1013 edifícios habitacionais serem afetados, assim como vários equipamentos educativos e sociais, entre os quais a Associação de Apoio Social Nossa Senhora da Assunção, o Centro de Apoio à Família Crescer para Integrar, o Centro de Apoio Social do Pisão e a Creche do Murtal.

Importa ainda referir, pela elevada concentração de pessoas, as 5 unidades de alojamento potencialmente afetadas.

Categoria	Tipologia	Designação	Nº Elementos Expostos / Extensão (Km)
N.º de Edifícios e Habitantes potencialmente afetados	Edifícios Habitacionais	1013 Edifícios Habitacionais	-
	População	2618 Habitantes	-
Infraestruturas	Infraestruturas Rodoviárias	A5	2,7 Km
		Avenida Brigadeiro Victor Novais Gonçalves (3ª Circular)	1,5 Km
		Avenida Nossa Senhora do Cabo (EN247)	0,5 km
		Estrada da Malveira da Serra (EN9-1)	0,3 Km
		Estrada da Serra (EN9-1)	3,5 Km
		Estrada do Guincho (EN247)	1,9 Km
		Estrada 3ª Circular	0,2 Km
		Rua de Cascais (EN9-1)	0,3 Km
		Rua do Cabo (EN247)	0,9 Km
	Rede Viária Urbana	29,1 Km	
	Rede de Gás	Depósito de Bilhas de Gás	1
		Posto de Regulação de Pressão	1
	Rede Elétrica	Rede de Alta-Tensão	4,2 Km
		Rede de Baixa-Tensão	50,1 Km
		Rede de Média-Tensão	27,6 Km
		Rede de Iluminação Pública	20,7 Km
	Telecomunicações	Antena de Telecomunicações	1
Antena de Telecomunicações (MEO)		1	
Antena de Telecomunicações (NOS)		5	
Antena de Telecomunicações (Radiomóvel)		1	
Antena de Telecomunicações (Vodafone)		5	
Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de	Agentes de Proteção Civil	Polícia Municipal (Parque Municipal de Viaturas)	-
	Equipamentos Administrativos	Posto de Direção Regional de Agricultura e Floresta de Cascais	-
	Equipamentos Desportivos	AHOKI - Hotel Penha Longa	-
		Arriba - João Padeiro	-

proteção civil e socorro		Campo de Futebol do Grupo Desportivo Malveira da Serra	-	
		Campo Golfe do Estoril	-	
		Clube de Campo D. Carlos I	-	
		Clube de Petanca de S. Pedro do Estoril	-	
		Estalagem Muchaxo	-	
		Grupo Desportivo do Zambujeiro (sede social)	-	
		Oitavos Golf	-	
		Parque Campismo Orbitur	-	
	Equipamentos Educativos		Associação de Apoio Social Nossa Senhora da Assunção	-
			Centro de Apoio à Família Crescer para Integrar- Horizonte, Cooperativa de Solidariedade Social e de Ensino, CRL	-
	Equipamentos Religiosos		Capela da Sagrada Família (Capela do Pisão)	-
			Capela de Nossa Senhora da Assunção	-
			Seminário Patriarcal de São José de Caparide	-
	Equipamentos Sociais		Centro da AISA	-
			Centro de Apoio Social do Pisão - SCMC	-
			Creche do Murtal - Coop. Horizonte	-
	Indústria e Armazenamento		Armazém	3
	Unidades de Alojamento		Atlantic Panorama	-
			Estalagem Muchaxo Hotel	-
			Hotel do Guincho	-
			Hotel Estoril 7	-
			Parque Campismo Orbitur Guincho	-

Quadro 58 - Elementos Expostos a Incêndios Florestais



5.2.19. Emergências radiológicas

A exposição ao fenómeno do radão é considerada elevada.

Versão Consulta Pública (não reservado)

5.3. Estratégia para Mitigação dos Riscos

De acordo com o PMEPC as medidas implementadas, e a implementar, são as seguintes:

Risco	Medidas Implementadas	Medidas a Implementar
Ondas de Calor	Plano de Emergência das Ondas de Calor da Autoridade de Saúde do Concelho. Ações de sensibilização à população.	Colaboração no levantamento dos casos de risco referenciados no Plano de Emergência das Ondas de Calor bem como na logística associada à resolução dos mesmos.
Ondas de Frio	Articulação entre Autoridade de Saúde, Agentes de Proteção Civil, unidades orgânicas da Câmara Municipal de Cascais e instituições referenciadas pelo Dep. Habitação e Desenvolvimento Social, que têm condições para receber “sem-abrigo” ou indivíduos vulneráveis. Ações de sensibilização à população.	Garantir a existência de listagem atualizada de instituições aptas a fornecer agasalhos e cobertores. Colaboração no levantamento de casos de risco. Estabelecimento de protocolos com instituições para eventual receção de “sem-abrigo” ou indivíduos vulneráveis.
Secas	Articulação com os Corpos de Bombeiros e com a empresa Águas de Cascais na distribuição de água. Ações de sensibilização à população.	Num período de seca, garantir a sensibilização à população relativamente às regras para o consumo adequado de água. Em estreita ligação com as Águas de Cascais garantir a disponibilização de informação sobre locais de abastecimento de água potável e métodos para purificação da água em pontos de água não potável.
Cheias e Inundações	Inspeção e levantamento de riscos das ribeiras e linhas de água, do Concelho de Cascais, garantindo que no início do ano hidrológico todos os riscos identificados se encontrem mitigados, em articulação com a águas de Cascais, APA, unidades orgânicas do Município e EM's. Execução das empreitadas prioritárias de forma a mitigar os riscos de inundação nos locais críticos. Ações de sensibilização à população.	Difusão de avisos e alerta a populações especialmente localizados em áreas de suscetibilidade. Dotação de Kit's motobomba nas freguesias. Instalação e monitorização de medidores de caudal nas ribeiras e linhas de água do município, para garantir a identificação atempada de áreas de risco de forma a criar um sistema de aviso e alerta às populações, garantindo a tomada de medidas preventivas eficazes a cada situação. Construção de bacias de retenção nas bacias hidrográficas de maior risco, minimizando assim os riscos associados a cheias rápidas. Garantir a implantação das áreas de risco na Carta de Condicionantes do PDM. Garantir a execução das empreitadas planeadas, para mitigar os riscos de inundação nos locais críticos.
Sismos	Ações de sensibilização para a população. Cumprimento do Regulamento de Segurança e Ações (RSA), na construção de novas edificações e obras de arte. Ações de sensibilização à população.	Aplicação de medidas antissísmicas em edifícios críticos, sobretudo os construídos antes de 1985.

Inundação por Tsunami	Ações de sensibilização à população	Garantir a existência um sistema de canais de comunicação adequados para difundir em tempo útil mensagens de aviso e / ou alerta à população, garantindo a tomada de medidas preventivas adequadas. Articulação com as operadoras das redes de comunicação móveis, de forma a garantir os avisos e alerta. Implementação de uma rede de sinalética, onde seja perceptível dos caminhos de evacuação de Tsunami.
Galgamentos Costeiros	Levantamento anual de riscos nas áreas sensíveis na orla costeira. Interdição total ou parcial de acesso aos locais de risco. Rede de sinalética nas áreas de risco. Monitorização da evolução das condições dos fenómenos de agitação marítima e galgamentos. Ações de sensibilização à população.	Garantir a existência de canais de comunicação adequados para difundir em tempo útil mensagens de aviso e / ou alerta à população em ordem à tomada de medidas preventivas adequadas.
Erosão Costeira: recuo e instabilidade de arribas	Levantamento anual de riscos nas áreas sensíveis na orla costeira. Interdição total ou parcial de acesso aos locais de risco. Rede de sinalética nas áreas de risco. Monitorização da evolução das condições dos fenómenos de agitação marítima e galgamentos. Ações de sensibilização à população. Levantamento anual de riscos nas áreas sensíveis na orla costeira	Garantir a existência de canais de comunicação adequados para difundir em tempo útil mensagens de aviso e / ou alerta à população em ordem à tomada de medidas preventivas adequadas
Inundação por Rutura de Barragens		
Movimentos de Massa em Vertentes	Inspeções e visitas aos locais mais suscetíveis da ocorrência de movimentos de massa em vertente. Ações de sensibilização à população.	Garantir a implantação das zonas de risco na Carta de Condicionantes do PDM. Implementação de medidas corretivas, nos locais de maior risco. Monitorização tecnológica das vertentes de maior risco.
Acidentes Rodoviários, Ferroviários, Aéreos e Marítimos	Identificação dos “pontos negros” de tráfego. Sinalização rodoviária. Implantação de rotundas nos cruzamentos de maior risco. Eliminação de algumas passagens de nível. Ações de sensibilização à população.	Melhoramento da sinalização existente. Eliminação de todas as passagens de nível.
Acidentes no Transporte de Matérias Perigosas	Formação de todos os condutores destes veículos com formação ADR.	Condicionamento de circulação rodoviária e estacionamento em algumas vias de maior risco.

<p>Acidentes Industriais que Envolvam Substâncias Perigosas</p>	<p>Plano Prévio de Intervenção para os Riscos Industriais do Concelho de Cascais. Visitas às instalações industriais. Ações de sensibilização à população.</p>	<p>Garantir a existência dos Planos de Emergência Internos nas respetivas unidades industriais. Atualizar os Planos Prévios de Intervenção de Riscos Industriais do Concelho de Cascais. Execução de exercícios nas indústrias de maior risco.</p>
<p>Colapso de Estruturas em Edifícios</p>	<p>Inspeções e visitas às estruturas com sinais de degradação visíveis.</p>	<p>Monitorização periódica das entidades responsáveis pela manutenção de cada uma das infraestruturas.</p>
<p>Incêndios Urbanos</p>	<p>Ações de sensibilização à população; Criação de acessos privilegiados para intervenção dos bombeiros. Retirar, em articulação com os proprietários, carga potencialmente combustível de edifícios devolutos situados nas zonas antigas dos núcleos urbanos.</p>	
<p>Incêndios em Centros Históricos</p>	<p>Plano de Emergência do Centro Urbano Histórico de Cascais. Visitas aos diversos Centros Urbanos Históricos. Ações de sensibilização à população.</p>	<p>Elaboração de planos de emergência para os restantes Centros Urbanos Históricos.</p>
<p>Incêndios Florestais</p>	<p>Gestão da Faixas de combustível em redor da Rede Viária Florestal (RVF). Manutenção da RVF. Limpeza das faixas de combustível em redor dos aglomerados populacionais (100m). Limpeza das faixas de combustível em redor de edificações isoladas (50m). Criação e manutenção de pontos de água. Uso da técnica de fogo controlado na gestão de faixas de combustível. Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Plano Operacional Municipal. Vigilância privilegiada nas Fases Charlie e Delta – Dispositivo Especial Combate Incêndios Florestais. Ações de sensibilização à população</p>	<p>Criação de zonas de viragem na RVF. Ampliação da rede de pontos de água. Sistema de deteção remota de incêndios florestais. Sistema de avisos e / ou alertas à população. Criação de um espaço destinado a ser um carregadouro.</p>
<p>Emergências Radiológicas</p>	<p>Plano Prévio de Intervenção para os Riscos Industriais do Concelho de Cascais. Visitas às instalações industriais. Ações de sensibilização à população.</p>	<p>Garantir a existência dos Planos de Emergência Internos nas respetivas unidades industriais. Atualizar os Planos Prévios de Intervenção de Riscos Industriais do Concelho de Cascais. Execução de exercícios nas indústrias de maior risco.</p>

Quadro 54 - Medidas e estratégias de prevenção do risco

6. Programa de medidas para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano

De modo a testar a operacionalidade do PMEPC de Cascais e a validação dos pressupostos nele contidos, o SMPC promove a realização de exercícios com a periodicidade máxima de dois anos.

Os exercícios poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do plano e ser do tipo TTX (Table Top Exercise), CPX (Comand Post Exercise, CPX), ou LIVEX (Live Exercise).

A seleção do tipo de exercício a efetuar deve ter em consideração o nível de articulação existente entre os diversos intervenientes no subsistema de proteção e socorro e os meios e recursos cuja eficiência e eficácia se pretenda testar.

Sem prejuízo da periodicidade referida anteriormente, será realizado um exercício CPX no prazo máximo 180 dias após a data da aprovação do plano.

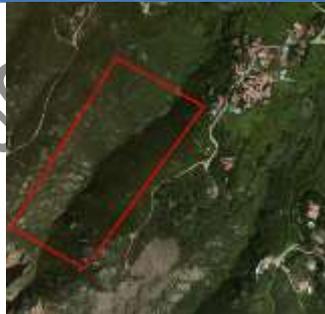
Os exercícios devem ser objeto de avaliação. Este processo incluirá a elaboração de relatórios sectoriais por parte de todos agentes de proteção civil, entidades e outros organismos de apoio envolvidos. Serão elaborados relatórios finais com as conclusões retiradas dos relatórios sectoriais, os quais devem constar em ata elaborada para o efeito.

Versão Consulta Pública (não reservado)

7. Cenários

7.1. Incêndio Florestal

Seguidamente é descrito um cenário de incêndio florestal ocorrido numa área de mato, junto à localidade de Biscaia.

Descrição do cenário	
Tipo de cenário	Incêndio florestal com origem numa área de mato junto à localidade de Biscais
Descrição dos danos	Tratamento médico e hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 72 horas. Danos substanciais (um edifício totalmente destruído e três parcialmente destruídos; duas viaturas destruídas). Disrupção na comunidade (corte de comunicações fixas a cerca de 100 habitantes). Impacte no ambiente com efeitos duradouros. Elevada perda financeira.
Localização	Área de mato a sudoeste da localidade de Biscaia. 
Dimensão da área afetada	Zona de mato afetada com cerca de 2 hectares de área; Zona urbana afetada com 0,1 hectares.
Objetivo cenário	Prestar o socorro às vítimas para um tratamento atempado dos ferimentos. Impedir a propagação do incêndio a zonas habitacionais. Completar o aviso com informação precisa através dos meios previstos. Apoiar a evacuação das populações. Extinguir o incêndio. Minimizar os danos que interrompem a atividade da comunidade no menor espaço de tempo. Limpar os espaços públicos e os edifícios públicos para garantir a continuidade dos serviços.

Fita do tempo	Ações	Descrição
0:00 h	Ocorrência 1	Aviso de incêndio
	Ação 1	Mobilização de meios 1ª intervenção e combate - CB's, para o local. [AI - Socorro e salvamento]
	Ação 2	O COS avalia a situação. [AI Reconhecimento e avaliação]
	Ação 3	O SMPC avalia a gravidade da situação. [AI Reconhecimento e avaliação]
	Ação 4	Solicitado reforço de meios e empenhar no TO.
0:20 h	Decisão 1	O Diretor do Plano avalia em articulação com a Autoridade de Segurança e Comandante da CB a necessidade de ativação do plano tendo em consideração os critérios de ativação estabelecidos no PMEPC

	Ação 5	Convocação da CMPC.
	Ação 6	O Diretor do SMPC ativa organismos/entidades de apoio. Acionada VCOC para Posto de Comando.
	Decisão 2	A CMPC ativa o PMEPC
	Ação 7	Coordenação das evacuações e deslocações. [AI Confinamento e/ou evacuação]
	Ação 8	Ativação de meios para prestação de cuidados médicos. [AI Serviços médicos e transporte de vítimas]
0:40 h	Ação 9	Alerta e apoio à população com necessidades especiais (cognitivas ou sensitivas, ou com mobilidade reduzida. [AI Informação pública]
	Ação 10	Preparação e disseminação de avisos segundo modelos de comunicados. [AI Informação pública]
	Ação 11	Verificação de que os avisos são corretos e atempados. [AI Informação pública]
	Ação 12	Coordenação dos meios de socorro e emergência. [AI Socorro e salvamento]
	Ação 13	Garante da segurança pública. [AI Manutenção da ordem pública]
	Ação 14	Monitorização dos pedidos de ajuda e aferição das localizações.
	Ação 15	CMPC reunida.
1:20 h	Decisão 3	CMPC contacta entidades e serviços de apoio
	Ação 16	Seleção de locais para concentração de meios internos e externos ao município. Comunicação e informação. Coordenação da concentração de meios. [AI Logística]
	Ação 1 (Cont.)	Deslocação dos meios próprios de combate a incêndios dos CB's para o local. [AI Socorro e Salvamento]
2:40 h	Decisão 4	CMPC informa realização Ponto da Situação junto dos O. C. Social e Presidente da CM declara Situação de Alerta
	Ação 9 (Cont.)	Apoio direto à população com necessidades especiais.
	Ação 12 (Cont.)	Coordenação dos meios de socorro e emergência. Gestão das intervenções voluntárias. Solicitado apoio de meios aéreos. [AI Socorro e Salvamento]
	Ação 13 (Cont.)	Garante da segurança pública. [AI Manutenção da ordem pública]
	Ação 14 (Cont.)	Monitorização dos pedidos de ajuda e aferição das localizações.
	Ação 7 (Cont.)	Coordenação das evacuações e deslocações. [AI Confinamento e/ou evacuação]
	Ação 8 (Cont.)	Prestação de cuidados médicos. [AI Serviços médicos e transporte de vítimas]
4:00 h	Decisão 5	Presidente da Câmara realiza novo ponto de situação junto dos O. C. Social [AI Informação pública]
	Ação 17	Coordenação das populações deslocadas e organização dos alojamentos de emergência.
12:00 h	Decisão 6	CMPC reavalia prioridades de emergência
24:00 h	Ocorrência 2	Extinção do incêndio na proximidade de zona habitacional
	Ação 1 (Cont.)	Combate a incêndio. Rescaldo da zona urbana. [AI Socorro e Salvamento]

	Ação 17 (Cont.)	Coordenação das populações deslocadas e gestão dos alojamentos de emergência - prossegue até resolução total. [AI Apoio às Populações]
40:00 h	Ocorrência 3	Extinção do incêndio florestal
	Ação 1 (Cont.)	Rescaldo das zonas afetadas. [AI Socorro e Salvamento]
	Ação 18	Avaliações dos danos nas infraestruturas de transporte e comunicações. [AI Socorro e Salvamento]
	Ação 19	Contacto e apoio no terreno às entidades para implementar alternativas provisórias de transporte. [AI Logística]
56:00 h	Ação 20	Contacto e apoio no terreno às entidades para implementar resolução das falhas de comunicações. [AI Comunicações]
	Decisão 7	Desativação do PMEPC (CMPC)
72:00 h	Decisão 8	Início das operações de reabilitação
	Ação 21	Contacto e apoio às entidades para executar trabalhos de construção civil de reparação e limpeza da via pública por forma a garantir a continuidade dos serviços.
	Ação 22	Contacto e apoio aos organismos para o restabelecimento das infraestruturas de transporte e de comunicações - prossegue até resolução total.

Versão Consulta Pública (não assinada)

7.2. Incêndio Urbano

Seguidamente é descrito um cenário de incêndio urbano, ocorrido num edifício localizado na vila de Cascais.

Descrição do cenário	
Tipo de cenário	Incêndio Urbano
Descrição dos danos	Tratamento médico e hospitalizações de pessoas. Estabelecimento inutilizado. 2 Edifícios vizinhos totalmente destruídos e 3 com danos parciais. Destroços e sujidade na via pública. Impacte no ambiente sem efeitos duradouros. Perda financeira significativa.
Localização	Rua Gomes Freire, n.º 11 
Dimensão da área afetada	O edifício (destruído) e área envolvente até 312 m ² (com danos variáveis).
Objetivo cenário	Proceder ao socorro dos feridos. Controlar o incêndio até à sua extinção. Prevenir a propagação do incêndio a zonas habitacionais com potencial de explosão. Evacuar potenciais áreas de perigo e limitar o acesso da área de perigo ao público.

Fita do tempo	Ações	Descrição
0:00 h	Ocorrência 1	Incêndio no estabelecimento
	Ação 1	Mobilização de meios 1ª intervenção e combate - CB's, para o local. [AI - Socorro e salvamento]
	Ação 2	Combater a propagação do incêndio. [AI - Socorro e salvamento]
	Ação 3	O COS avalia o ponto da situação. [AI Reconhecimento e avaliação]
0:40 h	Ocorrência 2	Propagação do Incêndio aos edifícios vizinhos
	Ação 4	O SMPC avalia a gravidade da situação. [AI Reconhecimento e avaliação]
	Ação 5	Comunicação ao Presidente da Câmara.
	Decisão 1	O Diretor do Plano propõe ativação do plano
	Ação 6	Deslocação da VCOC para coordenação dos meios de socorro. Execução das operações de socorro. [AI Socorro e Salvamento]
1:20 h	Decisão 2	A CMPC ativa o PMEPC

Fita do tempo	Ações	Descrição
	Ação 7	Reforço no terreno dos meios de combate.
	Ação 8	Comunicação de ativação do PMEPC.
	Ação 9	Avaliar zona de perigo. Evacuar pessoas na zona de perigo. Limitar as intervenções voluntárias. [AI Confinamento e/ou evacuação]
2:00 h	Ação 10	Corte das vias de acesso e abertura dos corredores de emergência. [AI Manutenção da ordem pública]
	Decisão 3	Presidente da CM desloca-se para local
	Ação 11	Ativados meios da Câmara Municipal para apoio às operações de emergência. Comunicar a informação. Coordenar a concentração de meios. [AI Logística]
	Ação 6 (Cont.)	Coordenação dos meios de socorro e executar operações de socorro. [AI Socorro e salvamento]
	Ação 7 (Cont.)	Prestação de cuidados médicos. [AI Serviços médicos e transporte de vítimas]
	Ação 2 (Cont.)	Combate à propagação do incêndio. [AI Socorro e salvamento]
3:40 h	Decisão 4	Briefing com O. C. Social
	Ação 12	Extinção do incêndio. Operações de rescaldo. [AI Socorro e salvamento]
6:00 h	Decisão 5	Início das operações de reabilitação.
	Ação 13	Avaliação dos danos no espaço público.
	Ação 14	Contacto e apoio no terreno às entidades gestoras das redes e responsáveis do espaço público para implementar reabilitação urgente.
	Decisão 6	Início das operações de reabilitação
24:00 h	Ação 15	Contacto e apoio aos organismos para o restabelecimento das infraestruturas de transporte e de comunicações - prossegue até resolução total.
	Decisão 7	Desativação do PMEPC (CMPC)



FIM

Versão Consulta Pública (não reservado)